

FERNANDO VENÂNCIO

Assim
nasceu
uma
língua

assi naceu ãa lingua



Sobre as origens
do português



GUERRA & PAZ

VISIT...

LANZAROTE
Caliente.COM

FERNANDO VENÂNCIO

Assim
nasceu
uma
língua

assi naceu ãa lingua



Sobre as origens
do português



GUERRA & PAZ

FERNANDO VENÂNCIO

Assim
nasceu
uma
língua

assi naceu ãa lingua



Sobre as origens
do português



GUERRA & PAZ

assim nasceu uma língua

assi naceu ãa lingua

Título: Assim Nasceu Uma Língua / Assi Naceu ãa Língua – Sobre as Origens do Português

Autor: Fernando Venâncio

© Autor e Guerra e Paz, Editores, Lda, 2020

Reservados todos os direitos

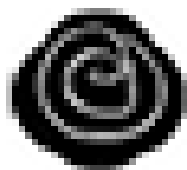
A presente edição não segue a grafia do novo acordo ortográfico.

Revisão: Ana de Castro Salgado

Design: Ilídio J.B. Vasco

Fotografia do Autor: Graça Castanheira

Isbn: 978-989-702-598-3



GUERRA & PAZ

Guerra e Paz, Editores, Lda

R. Conde de Redondo, 8–5.º Esq.

1150-105 Lisboa

Tel.: 213 144 488 / Fax: 213 144 489

E-mail: guerraepaz@guerraepaz.pt

www.guerraepaz.pt

FERNANDO VENÂNCIO

Assim
nasceu
uma
língua

assi naceu ãa língua



Sobre as origens
do português

para

Christian Venancio,

meu neto

Índice

Abreviaturas e sinais

Introdução – Uma fábrica de palavras

PARTE I – Antes do português

Capítulo 1 – A família do senhor Caeiro

Capítulo 2 – A língua disponível

Capítulo 3 – Um idioma por herança

Capítulo 4 – A invenção do galego-português

PARTE II – Portugal constrói uma língua

Capítulo 5 – Em ruptura com o Norte

Capítulo 6 – ão, uma espécie invasiva

Capítulo 7 – Português, língua promíscua

PARTE III – O galego e o português

Capítulo 8 – O léxico exclusivo de galego e português

Capítulo 9 – Galego e português: línguas diferentes?

Capítulo 10 – O efeito Nogueira

Capítulo 11 – Aproveitando o português

Capítulo 12 – O desfiguramento pelo espanhol

PARTE IV – Sós e acompanhados

Capítulo 13 – A originalidade do português

Capítulo 14 – Higienismo e aldrabices

Capítulo 15 – Um idioma em circuito aberto

Bibliografia

Agradecimentos

Abreviaturas e sinais

Abreviaturas

ant. – antigo

adj. – adjetivo

ár. – árabe

cat. – catalão

esp. – espanhol

fem. – feminino

fr. – francês

gal. – galego

ingl. – inglês

ital. – italiano

lat. – latim

port. – português

subst. – substantivo

Sinais

* – A palavra que se segue a este sinal não está documentada, sendo, por isso, uma forma hipotética.

> – A palavra que precede este sinal é o étimo do que se lhe segue.

< – A palavra que precede este sinal deriva da que se lhe segue.

Introdução – Uma fábrica de palavras

Não é uma invenção nem uma descoberta, é um estudo, um raciocínio, algo que me vai levar anos e anos, talvez a vida toda, talvez mesmo a vida inteira não baste e alguém terá de continuar os meus cálculos, no ponto exacto onde eu os deixar.

Gonçalo M. Tavares, Jerusalém, 2004

A tua história em línguas

No curso que durante vinte anos – de 1990 a 2010 – dei, na Universidade de Amesterdão, sobre Problemática e Legislação das Línguas Minoritárias na Europa, havia sempre uma aula em que os alunos eram convidados a expor aos colegas a sua história linguística pessoal. Era uma oportunidade de cada um reflectir sobre um domínio vivido com maior ou menor inconsciência e, ao mesmo tempo, de tomar conhecimento de histórias alheias, não raro surpreendentes. Num país com fáceis contactos com o exterior, como a Holanda, onde também se mantêm em uso diário várias línguas minoritárias – o frísio, o baixo-saxão, o limburguês –, assim como uma mancha de dialectos, essas narrações de vida linguística traziam habitualmente um notável colorido.

Os alunos contavam a sua, eu contava a minha. E falava-lhes na minha infância alentejana, nos vários embates, primeiro com o falar de Lisboa, depois com o do Minho, tudo isso ainda dentro do mesmo idioma. Referia depois a minha aprendizagem de línguas estrangeiras, o francês aos 10 anos, o inglês aos 12, os longos estudos de latim e grego, os primeiros contactos com o espanhol pela televisão, a aprendizagem passiva do italiano, os rudimentos

de alemão, a habituação ao português brasileiro (o brasileiro Celso Figueiredo, padre carmelita, foi o meu melhor professor de português) e, por fim, a grande passagem, aos 25 anos, para o neerlandês (ou holandês, ou flamengo), em que acabaria por tornar-me bilingue.

Falei em «embates», e é um termo adequado para a experiência de um outro português, o da escola primária em Lisboa e o dum seminário em Braga, cada um com o seu vocabulário, a sua fonética, a sua fraseologia. Tudo me atemorizava, tudo me fascinava também. Acomodei-me ao lisboeta, e tanto bastou para sofrer depois a adorável arrogância dos minhotos, convencidos da sua histórica genuinidade, pois não nascera Portugal ali? E não era tudo. Sem eu o saber, encontrava-me, nesses anos nortenhos de 1950, em vivo contacto com um estado de língua que guardava elementos únicos que, décadas depois, pude identificar como galegos. Devo isso ao ensino que, nos inícios de 70, António José Saraiva ministrava na Universidade de Amesterdão. Aí me licenciiei em Linguística Geral em 1976 e, vinte anos mais tarde, me doutorei, estudando as ideias sobre língua literária em Portugal no século xix. Ao longo do tempo, recenseei dicionários e obras linguísticas no Expresso e no Jornal de Letras e traduzi do neerlandês muita poesia holandesa e flamenga e alguma ficção. Desde há uns anos, sou sócio-correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

Vivo em Mértola, onde nasci, no sul do Alentejo, a 200 quilómetros de Sevilha, a 230 de Lisboa, a 750 de Compostela. Tenho duas filhas, mais um neto, bilingue como o avô. A ele vai dedicado este livro.

Estão feitas as apresentações.

As palavras existem?

As línguas são feitas de palavras, e a maioria delas acham-se recolhidas em dicionários. São factos, esses, que nenhuma dúvida

parecem admitir. Acontece que a palavra, a noção aqui em causa, suscita vários problemas. E o primeiro deles é a sua própria existência. As palavras existem? Existem, sim, mas é com uma existência precária, artificial, baseada num exercício de abstracção. A larga maioria dos habitantes do planeta teria dificuldade em responder à solicitação: «Diga-me uma palavra.» Com efeito, aquilo que produzimos, ao falarmos, não são palavras, mas cadeias de sons entendíveis por outrem. Cadeias que podem ser muito breves: «Ai!», ou «Pára!». Daí uma descoroçoante, mas muito prática, definição de palavra: «um conjunto de letras entre dois espaços em branco». Exacto: a palavra pertence por natureza ao terreno da escrita e só nele tem verdadeiramente sentido. Vários outros problemas são suscitados pela palavra, e irão ser abordados aqui.

Mas falando ainda em dicionários. Por muito cultos que nos suponhamos, rara será a vez em que folheamos um dicionário do nosso próprio idioma sem nos determos numa palavra nunca antes vista. Ou em várias delas. Ninguém as conhece todas, até porque cada dia surgem novas. A seu tempo, elas mesmas serão dicionarizadas, caso tenham aguentado um período convincente e, sobretudo, caso venham responder a verdadeiras necessidades.

Este é um livro sobre palavras, essas a que nunca conseguiremos escapar. «Sempre entre mim e ao que chamam coisas há-de haver palavras», escreveu Ruy Belo em País Possível, de 1973. Certo. Mas vamos submetê-las a observação, apanhá-las em flagrante, estudando o modo como surgiram, o porquê daquela exacta forma, o modo como evoluíram, criando formações novas, com um novo significado. Veremos como passaram duma língua para outra e, até, como, ao modificarem-se, presentearam o mundo com uma nova língua. Ou ainda a mesma língua, mas agora feita de conformações novas, que só aí se acham. Explorando o mais querido dito da mecânica automóvel: «o material tem sempre razão».

Casos há, de facto, em que ninguém sabe se a língua ainda é a mesma, ou já é outra. Com isto se geram debates, discussões infundas, movimentos sociais a favor da «unidade», ou a favor da «diferença», com cisões familiares, troca de palavras entre os lados da barricada. Existe certamente motivo para esse investimento emocional: sentimos uma língua como nossa, e por ela damos o

couro e o cabelo. É um investimento saudável. Com a condição de ele ser também informado, e não só comandado por pulsões irracionais ou agendas políticas, tudo muito respeitável, mas alheio ao cerne do idioma: as palavras, na sua mais despida e irrecusável materialidade.

As línguas existem?

No dia-a-dia, manejamos com notável agilidade a noção de língua. E é já proverbial aquele dito de, para um linguista, as línguas não existirem. Não é um paradoxo, não é uma pose. Melhor do que ninguém, os linguistas sabem quanto de aleatório e artificial entra no identificar de certa variedade linguística como língua. Na verdade, é língua aquilo que os seus falantes conseguiram que fosse promovido a tal. Os portugueses conseguiram-no e dizem-se muito felizes. Isto ocorre, de resto, a cada dia que passa. Em Portugal ainda, um movimento social bem conduzido levou o Estado a reconhecer como língua o mirandês, falado no leste de Trás-os-Montes. E, na Holanda, o lobby do limburguês convenceu a política a declarar língua essa variedade, uma sorte que o zelandês, não menos diferenciável, não conseguiu ter.

A crua verdade é que os idiomas são, eles também, produto duma abstracção. O linguista brasileiro Carlos Faraco, na sua História do Português, de 2019, descreve uma língua como «uma construção imaginária em que se mesclam fatos linguísticos com factores históricos, políticos, sociais e culturais». E, por desanimador que isso seja, os factores políticos são, aqui, decisivos. No contexto espanhol, várias «lenguas españolas» (termos da Constituição vigente) conseguiram a oficialidade nos seus territórios – o galego, o basco e o catalão –, enquanto outras continuarão a sonhar com um estatuto que provavelmente nunca alcançarão.

O caso do galego é, até, particularmente complexo. A sua contiguidade com o português suscita os já aludidos problemas de identidade. Será o galego uma língua à parte? Ou deverá, antes, ser considerado uma variedade de português? Aqui nos aventuramos a

um plano escorregadio, e todavia altamente convidativo. Sim, por que motivo não seria o português, ele mesmo, uma variedade de galego? Seja-nos claro: as relações entre eles os dois, galego e português, são extremamente peculiares. Elas serão grato objecto de atenção ao longo deste livro.

Uma história material do idioma

Este é, repita-se, um livro sobre palavras, sobre a história delas e sobre estruturas que elas escondem. É também um livro de divulgação de conhecimentos. Assumindo-se como científico, ele evita, contudo, a roupagem dos estudos da especialidade. Daí, por exemplo, a forma sumária como remete para a Bibliografia em que ele assenta, referida no final do volume. Exemplo inspirador e estimulante é a obra de divulgação do matemático português Jorge Buescu.

Será dada mais atenção, e uma atenção mais diversificada, ao léxico do que é costume em histórias da língua portuguesa ou estudos históricos sobre ela. Quando se debruçam sobre o vocabulário da língua, e nem é habitual fazerem-no, as exposições costumam ser superficiais, e são não raro repetitivas, com isto perpetuando listagens impressionistas como se de investigações credíveis se tratasse.

Mesmo quando se demonstra uma atenção extensa ao léxico – como na História da Língua Portuguesa, de Serafim da Silva Neto, ou em O Português Arcaico, de Rosa Virgínia Mattos e Silva, saudosos mestres brasileiros –, nunca se formulam as questões fundamentais, dando-se por adquirido que o âmbito lexical nada de verdadeiramente decisivo ou problemático nos reserva.

Tornava-se, pois, necessário – assim achei – um exame sistemático do léxico do português, começando por identificar o acervo patrimonial, aquele criado no interior do próprio idioma, e que em princípio é exclusivo dele. Importava fazer, também, a história das grandes importações – mormente do espanhol, do latim, do francês

– de palavras, expressões e novos significados para palavras já existentes. Estudei, assim, com maior detenção a época forte da castelhanização do nosso léxico, que se estende de 1450 a 1730 (no capítulo 7, entraremos em pormenores), aumentando, a partir de então, a adopção de materiais franceses.

Detenhamo-nos em algumas generalidades de importância.

As palavras serão aqui, frequentemente, chamadas formas, por vezes também formações. Com isto se quer sublinhar a sua materialidade e a sua natureza chamente histórica. Acontece que, a par disso, as palavras tocam-nos os sentidos. Elas são sonoras, sugestivas, e simplesmente bonitas, ou não. É, aliás, o facto de as acharmos sugestivas, convincentes, o que nos move a adoptá-las de línguas estrangeiras, assim robustecendo o nosso próprio idioma. A atitude de fundo, nas páginas que se seguem, é a de objectivar as palavras, encará-las como criações, como soluções, o que elas, como produtos históricos, deveras são.

Tomemos um exemplo: as três formas lua, luar e lunar. Sabemos que estão relacionadas, mas, estranhamente, numa delas existe um n que falta nas outras duas. Ora, a História informa que essa consoante existia num idioma, o latim, donde o nosso tomou luna e lunare, eliminando-lhes o n, fazendo os substantivos lua e luar. Mas essa mesma História informa-nos, também, de que posteriormente se reintroduziu esse n para uma noção mais abstracta, ou culta, a do adjectivo lunar. As três palavras são, pois, soluções a que os dois processos – o da eliminação e o da reinserção – conduziram. Isto aconteceu nestas e aconteceu em numerosas outras palavras. De tal maneira que a ausência ou a presença dum n (veremos depois que o mesmo se passou com o l) são características no nosso idioma, particularizando-o entre todas as demais línguas derivadas do latim.

Anote-se, de passagem, a originalidade da palavra luar. Ela existe em português, existe em galego, mas não a achamos noutras línguas europeias. Em espanhol diz-se luz de luna, em catalão llum de lluna, em francês clair de lune, em inglês moonlight, em alemão Mondlicht, em neerlandês maneschijn. Em suma: enquanto luar é um conceito, tudo o resto são descrições.

Onde se guardam as palavras

Vamos centrar-nos nas palavras correntes, aquelas que o falante comum conhece, use-as ele ou não. Tem, aqui, menos importância que elas sejam frequentes, ou de menor uso. Fundamental é que constem dos recursos lexicais de referência.

Para o português, servem-nos o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia das Ciências de Lisboa (ACL), o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa e o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, disponível online. Para o espanhol, o Dicionario de la lengua española, da Real Academia Española e o Dicionário Editora de Espanhol-Português, da Porto Editora. E para o galego, o Dicionario da Real Academia Galega (RAG) e o Dicionario Xerais da Lingua.

De grande utilidade vão ser-nos, também, os corpora, bases de dados com centenas, ou mesmo milhares, de textos numa determinada língua, que permitem a busca dum vocábulo e das suas formas, localizando-os também no tempo. A partir de 1500, é quase sempre possível achar o exacto ano em que certa forma fez a sua aparição.

Em terreno de corpora para o português, são-nos de grande utilidade O Corpus do Português, de Mark Davies, e o Corpus de Referência do Português Contemporâneo (CRPC), do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Para o espanhol, El Corpus del Español, do mesmo Mark Davies, e o Corpus Diacrónico del Español (Corde), da Real Academia Española. E para o galego, o Tesouro Informatizado da Lingua Galega (TILG) e o Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega (TMILG), do Instituto da Lingua Galega (ILG).

Também me foi do maior préstimo o programa Debulha que o informático galego Estevo Caamano Castro desenhou para mim, permitindo, para qualquer texto, uma completa lexicalização, inclusive numérica.

Aproveito para lembrar que contar palavras não é actividade

inferior. Suspeito, mesmo, que a aversão ao estudo do léxico, observável na linguística, pode estar relacionada com uma conotação desse tipo. Ainda que o estudo do léxico, sobretudo o histórico, fosse apenas contagem (e patentemente não é), já traria proveito. Os corpora fazem falar os números, fornecendo uma informação decerto quantitativa, mas geradora também de paralelos, contradições, paradoxos, perplexidades várias. São contagens, por exemplo, aquilo que permite demonstrar a assimetria de para cada lusismo no espanhol existirem cerca de 80 espanholismos no português, ou evidenciar a sistemática introdução duma semântica e dum léxico espanhóis na escrita de reintegracionistas radicais na Galiza.

Sendo impossível atentar na mole imensa que é um idioma, vamos privilegiar, nele, determinados sectores, aqueles que – provavelmente não por acaso – foram, e são, objecto de investigação do autor destas linhas: os adjectivos e os verbos exclusivos, a herança galega, o léxico de origem espanhola, a exclusividade latina, o ditongo ão, a queda de l e n intervocálicos, os deverbais regressivos (de comprar, faz-se compra, de vender, venda), porventura a mais fascinante das criações lexicais. São, um por um, aspectos relevantes a que as histórias da língua, até hoje, pouca atenção dispensaram.

Em contrapartida, dois terrenos – a pronúncia e a ortografia – só esporadicamente serão aqui abordados, já que marginais para o nosso propósito. Por maioria de razão, não se debaterá aqui o famigerado Acordo Ortográfico de 1990, produto deficiente, visando o que sempre seria impossível alcançar: uma unificação ortográfica. Não será respeitado, salvo em citações alheias. Remeto, a este respeito, para o meu artigo no jornal Público, «AO90, a fórmula do desastre», encontrável na net.

Também não se acharão, neste livro, pelo menos no discurso do autor, conceitos de maior ou menor consistência como Lusofonia, Galegofonia, Iberismo, Portugalidade, Identidade, Portugaliza. São constructos ideológicos, mais ou menos folclóricos, mais ou menos espertalhões. Tampouco se verão utilizados galego-português (a seu tempo se lhe exporá a incongruência) ou português da Galiza, noção historicamente tão desapropriada como seria brasileiro de

Portugal. São, todos eles, investimentos ideológicos, umas vezes ingénuos, outras demagógicos. Nada reflectem de concreto, menos ainda de aproveitável, em matéria linguística.

Em contrapartida, há-de falar-se, com naturalidade, em português brasileiro e português europeu, designações práticas, e sobretudo adequadas, mas que causam urticária a portugueses, galegos, e mesmo brasileiros, apóstolos da unidade da língua, conceito, ele também, retórico, adorado por sectores portugueses e brasileiros marcadamente reaccionários – o que ainda seria o menos –, mas sobretudo sem qualquer significado, ou conteúdo, linguístico, por nunca ter sido essa unidade preocupação concreta, nem patentemente competência, dos seus patrocinadores. A verdade (triste, ou entusiasmante) é que a variedade brasileira e a europeia se vêm, desde há séculos, afastando, e cada dia se vão afastando mais, num processo irreversível.

As palavras não valem todas o mesmo

Disse-se acima que são as palavras correntes as que nos interessam. Ficam, assim, fora do nosso escopo as peças dum nanomicroscópio e as várias secções dum arado. Pode acontecer que, no discurso do narrador, surjam termos menos correntes – a palavra escopo, ‘objectivo, finalidade’, foi já um deles –, mas os objectos de atenção vão ser, sempre, os termos que um leitor culto (e outro não se meteria a este livro) domina, ainda que só passivamente: aquele que diz fazer, mas conhece confeccionar, que diz ligar ou receber, mas conhece conectar e recepcionar. Ou que usa esses vocábulos menos correntes, mas com uma inflexão, a mesma que Charles Aznavour, numa das suas mais formosas canções, fazia em «Si tu en as envie, si tu es... disponible».

Não nos fixaremos, anote-se também, nas palavras usadas na pura informalidade. Nesse registo, diremos chonar por dormir, afanar ou gamar por roubar, pitar-se por fugir. Esses termos fazem parte dum mundo, o da gíria ou calão, mundo vivíssimo e estuante de criatividade. Achamo-lo descrito no muito informado Dicionário de

Calão e Expressões Idiomáticas, de José João Almeida, de 2019.

O presente livro centra-se no português europeu, que é o do autor. Exactamente no âmbito do vocabulário, seja do corrente, do culto ou do informal, ele distingue-se do português brasileiro. Muita dessa distinção acha-se consignada no Dicionário Contrastivo Luso-Brasileiro, de Mauro Villar, actualmente coordenador do dicionário Houaiss. Mas as duas variedades do português divergem também, e profundamente, em aspectos da morfologia e da sintaxe, domínios que regularmente aflorarão nas páginas que seguem. Um falante português dirá com naturalidade «Tu tem-lo?», construção abstrusa para um utente brasileiro, que preferirá «Você o tem?».

As palavras têm vida longa

Este livro vai propor uma revisão da paisagem cronológica do nosso idioma. Concretamente, vai mostrar a necessidade dum significativo recuo no tempo de fenómenos que nos habituámos a ver amontoados, comprimidos, num período impossivelmente curto. Mais concretamente ainda: as nossas histórias da língua, depositárias amiúde duma ficção colectiva, imaginam a transição do latim para o nosso idioma consumada em um ou dois séculos antes de iniciar-se a escrita, pelo ano 1200. Ora, tudo indica que, muito antes, talvez mesmo por volta do ano 600, já a nossa língua atingiu um estágio irreversível, desenvolvendo e sedimentando as principais características que a individualizam no conjunto das línguas da Península Ibérica. No capítulo 2, serão enunciados os motivos para admiti-lo.

A necessidade desse recuo compreende-se melhor se vista na perspectiva a que nos habituaram os linguistas italianos Mario Alinei e Francesco Benozzo. Foram eles a demonstrar que os famosos dialetti italianos não provieram do latim, como se julgava, mas são línguas historicamente paralelas a ele, algumas até mais antigas.

Dum modo geral, assim ensinaram Alinei e Benozzo, as línguas e os

fenómenos linguísticos deitam antiquíssimas raízes no tempo, como produtos marcadamente estáveis que são, e não o resultado de súbitas convulsões. Em vez de provirem de invasões e semelhantes factores de desestabilização – como o romântico século xix gostou de imaginar –, as línguas revelam-se antes instrumentos de sociedades multisseculares e pacíficas.

Estes pontos de vista, desenvolveram-nos os dois linguistas no seu «Paradigma da Continuidade Paleolítica», e os seus trabalhos são consultáveis em www.continuitas.org. Existem duas teses centrais nessa proposta: i) as grandes movimentações que supomos na Pré-História (migrações em massa, invasões, conquistas) são projecções modernas, tendo o factual cenário sido, antes, o duma generalizada estabilidade; e ii) os fenómenos linguísticos remontam, na sua generalidade, a épocas bastante mais remotas do que costumamos supor. No nosso caso concreto: o latim da Galécia pode ter sido, em boa medida, contemporâneo do latim do Lácio, sendo, um e outro, variantes dum itálico vastamente estendido pelo sul da Europa séculos antes do despontar político e cultural de Roma. Foi sobre essas variedades de itálico – variedades estáveis, e pouco comunicáveis entre si – que se veio disseminar, como um superstrato, a prestigiosa variante romana, aquilo que chamamos latim, criando uma relativa uniformização.

Na nossa abordagem histórica dos factos do idioma, iremos concentrar-nos, pois, na continuidade dos materiais, contrariando a – tão habitual e, como dito, tão romântica – fixação nas rupturas. Só assim se trarão à luz os processos activos no idioma ao longo dos séculos e na actualidade. Uma visão rupturista, descontinuista, centrada na mudança, não os detectaria. Francesco Benozzo di-lo assim, num artigo de 2017: «A lei da linguagem e das línguas é a conservação, e a mudança a excepção: as mudanças linguísticas não são causadas por supostas leis biológicas internas, mas por factores externos, extralinguísticos, de tipo étnico ou social».

Curiosamente, a historicidade da própria língua é, para a generalidade dos falantes, uma noção estranha. Eles alimentam, a esse respeito, um conceito pré-racional, e mais exactamente mágico: o meu idioma é assim porque assim teve de ser, por forças naturais. Mais ainda: ele foi assim desde sempre.

Claro, os mais informados estão a par, no nosso caso, da ancestralidade latina do português, uma circunstância particularmente prestigiante, a tal ponto que tudo quanto soar culto é atribuído a essa procedência. Ora, tal como, historicamente, muito latim chegou ao inglês através do francês, assim sucedeu com o português: muita da sua latinidade se deve ao espanhol, ao francês, e sobretudo, havemos de vê-lo, ao galego. Existe, é certo, um interessante pecúlio latino exclusivo do português. Havemos de examiná-lo, também, ao longo deste livro. Estranhamente, ninguém se deu, até agora, ao trabalho de identificá-lo. Estranhamente? Nem tanto. A concepção mágica de um português essencialmente latino – a dum depósito que se vai vertendo noutro – impediu sempre essa busca. É esse o preço da magia.

Falando da nossa língua, falaremos, pois, também de latim, de espanhol, de francês e de galego, os idiomas com que o nosso teve, e tem, mais pontos de contacto, aqueles, também, a que somos mais devedores.

A obsessão no latim criou, e cria, situações caricatas. Muitas formas existem, que diríamos indubitavelmente latinas, e que, contudo, nunca o foram. Estamos no curioso terreno dos pseudolatinismos. A esse terreno pertencem angustioso, dadivoso, estrepitoso, horroroso, noticioso, paludoso, polvoroso, primoroso, verrinoso, e ainda aflitivo, agridulce, apetecível, circunvizinho, comportável e incomportável, confinante, disforme, estimulante, paulatino, pensativo, repreensivo ou varonil. São vocábulos notavelmente elaborados, todos eles de feitura castelhana, que foram sendo absorvidos pelo português. Perante isso, o utente português renascentista terá susposto ver a língua latinizar-se, terá mesmo acreditado, se escritor, ter ele próprio nisso um papel. É neste contexto de ilusória latinização que hão-de entender-se algumas das juras quinhentistas e seiscentistas duma peculiar genuinidade latina do português.

De facto, em latim nunca existiram palavras que se diriam de feição inelutavelmente latina. Seja exemplo interessante. Nenhum romano poderia reagir a um dito alheio com «*Interessans est». O melhor que se consegue imaginar é «Studium excitat», ou seja, «É motivante», «É estimulante». E também estes dois adjectivos eram

desconhecidos de um latino antigo. O termo interessante foi forjado em espanhol, com documentação em 1605. Daí passou ao português em 1672, ao francês em 1718, ao italiano no mesmo século (mas em ano não conhecido) e ao inglês em 1768.

Mais um apontamento. Uma mesma forma latina pode resultar em formas neolatinas de significados muito divergentes. Pense-se nos falsos amigos entre português e espanhol, caso de logro (proveniente do lat. *lucru*, que também deu lucro), que em espanhol significa ‘consequimento’ e em português ‘fraude’.

Exemplo particularmente impressionante é o do lat. *plicare* ‘dobrar’. Dele derivam o port. e gal. chegar e o esp. llegar. A explicação é que, ao atingir-se o porto de destino, se dava a ordem «*Plicare!*» para ‘dobrar as velas’. Só que, no romeno, o mesmo verbo produziu *pleca*, que significa... ‘partir’. Origem disto é que, ao abandonarem um acampamento, os soldados romanos recebiam a ordem «*Plicare!*» para ‘dobrar as tendas’.

Uma anotação técnica, ainda. A forma latina de substantivos e adjectivos que aqui indicarmos será sempre a do acusativo, com eliminação do *m* final. Assim, *rosa*, *saeculu*, *homine*. Supõe-se, mesmo, que era essa a pronúncia histórica na informalidade. E mais isto: quando uma forma latina não tiver tido documentação, mas for razoavelmente suposta, vai precedida dum asterisco (*). Por exemplo, **amabilosu*, provável origem do port. *mavioso*.

As palavras não existiram sempre

Alguns de nós poderão recordar-se dum tempo em que não tínhamos à disposição a palavra gratificante. Poderemos, mesmo, recordar a ocasião em que ouvimos gratificante por primeira vez, e a achámos palavra moderna e expressiva, um belo achado. As primeiras manifestações dessa palavra em português datam de 1958. Curioso é que a primeira datação espanhola seja de 1967. Mais curioso ainda, o primeiro francês gratifiant ficou documentado num artigo de jornal de 1979.

Surge justificadamente a pergunta: terá gratificante sido criação portuguesa? Não era deveras impossível, nem seria a primeira vez. Foi em português que se assinalou o primeiro ascensional (1537), o primeiro atmosférico (1712), o primeiro daltónico (1899), e há mais. Iremos vê-lo adiante.

Mas não. O ing. gratifying já fora documentado em 1611, e o ital. gratificante dois séculos antes ainda. Existiu, mesmo, um latino gratificans, mas não era adjectivo. Facto é que, em várias línguas europeias, a palavra teve divulgação relativamente recente, e pode supor-se que o ing. gratifying tenha tido nisso papel decisivo.

Muito semelhante é a história de rápido, que apareceu no italiano por volta de 1315, proveniente do lat. rapidu, ‘aquele que agarra de modo impetuoso’. Só dois séculos mais tarde, por volta do ano 1500, a palavra é assinalada em francês, espanhol e português. Inspirados no significado latino, quinhentistas portugueses deturpam a novidade, dizendo rapto. É o que faz Camões, n’Os Lusíadas, no verso «Com este rapto e grande movimento».

Pode perguntar-se: como, então, se caracterizava até 1500 algo feito de modo célere (e esta mesma palavra, célere, só por 1850 aparecerá na nossa língua)? Complicado, de facto. Uma palavra como veloz era já corrente no espanhol, e os portugueses conheciam-na daí, mas só em 1548 a achamos em texto nosso. Existia uma solução, e ela estava entre nós, até, bastante em voga: o adjectivo ligeiro. Falava-se em «cavalos bons e ligeiros» ou numa «coisa ligeira de achar». Mas uma palavra tão prática como rápido, durante séculos, simplesmente não existiu.

Estes factos alertam-nos para a facilidade com que, na prática do idioma, podem criar-se situações anacrónicas, e portanto historicamente inverosímeis. É o conhecido efeito cinematográfico dum relógio no pulso dum centurião romano.

Para demonstrá-lo, imaginemos uma cena de romance histórico. Escolhamos uma personagem simpática, o infante Duarte, filho de D. João I, com a educação esmerada que a mãe inglesa, Filipa de Lencastre, lhe garantia a ele e aos irmãos, nessa que ficou conhecida como a Ínclita Geração. Escolhamos um ano: 1420. Ao longo deste livro, veremos que é nele que confluem várias circunstâncias

importantes da nossa história, da nossa cultura e até da nossa língua. D. Duarte, que daí a alguns anos será rei, está ocupado naquilo que mais prazer lhe dá: escrever obras de boa conduta para os demais habitantes da corte real.

Num calmoso fim de tarde de Agosto, o infante tem uma boa notícia para o irmão Pedro, que está a traduzir uma obra de Séneca, a que dará o título de Virtuosa Benfeitoria. É que acaba de receber de Castela uma tradução feita lá, que seguramente será útil ao mano mais novo. Traduzir do latim não é fácil, e na época não existem dicionários. Duarte encontra Pedro tão concentrado que nem se lembrou de abrir a janela para arejar o aposento. É a primeira coisa que Duarte faz. «Tens razão, está uma caloraça danada», observa Pedro, espreguiçando-se. Duarte comenta: «Bom, é normal nesta época do ano.» «Obrigado, maninho», diz Pedro, que vai efectivamente ficar encantado com a ajuda castelhana.

Há, nesta narração, alguns deliciosos anacronismos de linguagem. Ninguém então teria dito caloraça, um termo da gíria portuguesa de que não existe documentação antes de 1900. O mesmo se diga do adjectivo normal, de aparência muito latina, mas nunca tendo existido no próprio latim, nem em língua nenhuma antes de 1800. O infante Duarte poderia, sim, ter dito que o calor era natural para aquela época do ano. A palavra já era corrente.

A mesma impossibilidade cronológica vale, por incrível que pareça, para aquele Obrigado. A primeira atestação desta fórmula de agradecimento data de 1822, mais exactamente de 6 de Agosto, numa correspondência de Lisboa do periódico brasileiro O Espelho, no qual se lê um irónico «Muito obrigado pelo conceito». Até então achamos remates de cartas com um «seu muito obrigado criado» e variantes. Mesmo o excelente dicionário de Moraes, de 1789, refere obrigado só como particípio dum verbo.

Evidentemente: um autor de romance histórico não pode limitar-se ao vocabulário deveras existente na época narrada, até porque, desse vocabulário, só conhecemos aquilo que ficou documentado. Facto é que as palavras nem sempre existiram, e de muitas sabemos, com bastante segurança, o momento em que foram criadas e entraram em circulação.

Seja novo exemplo o adjetivo alcançável. Uma pessoa dirá que é palavra antiga, ou que, forçosamente, há muito se terá falado em, por exemplo, «bens alcançáveis». Tanto mais que, verificamo-lo, alcançar e alcance já levam muitos séculos entre nós. Puro engano. O adjetivo alcançável foi assinalado, por primeira vez, em 1913, na 2.^a edição do dicionário de Cândido de Figueiredo. Isto significa que teve existência anterior, mas dela não se encontraram, de momento, testemunhos. A comprovar este estado de coisas está o esp. *alcanzable*, com primeiras ocorrências ainda mais recentes: 1940 e 1942.

Complete-se este historial com a informação de que o sinónimo port. *atingível* é, esse, um tanto mais antigo, figurando num dicionário de 1836. Terá tido, ele também, alguma circulação anterior. Mas, sabendo-se que atingir é verbo patrimonial de galego e português (o esp. *atañer* ‘concernir’ teve um percurso próprio), poderia esperar-se um aparecimento bem mais prematuro do adjetivo. Patentemente, não houve disso necessidade.

A idade das palavras reflecte a informação disponível

A datação da fórmula de agradecimento obrigado tem, vimo-lo, a curiosidade de poder apontar-se-lhe o dia exacto. Só que essa exactidão é illusória. Não se perca de vista a advertência que, a este propósito, o linguista italiano Francesco Benozzo insistentemente faz: mais do que uma certidão de nascimento, essas «estreias» fornecem a prova de que as palavras já circulavam na comunidade falante. Isto vale sobretudo para datações com base em dicionários. São efectivamente os bons dicionários a inserirem vocábulos já correntes, mas nunca antes documentados. Foi o caso do dicionário de português (denominado *Vocabulário*) de Raphael Bluteau, de 1712-1728, e das primeiras edições do Moraes, de 1789, e de Cândido de Figueiredo, de 1899.

Daí que este último seja reiteradamente aduzido. Aí figuraram por primeira vez (damos exemplos de adjectivos) alarmante, coloquial, deprimente, emotivo, ferroviário, infeccioso, nacionalista,

paranóico, pornográfico, sensacional, tectónico.

Também obras literárias, particularmente as de autores famosos, são grata fonte de datações. É em publicações de Almeida Garrett (1799-1854) que achamos por vez primeira anormal, aproximativo, caricato, confidencial, demolidor, financeiro, pitoresco e vários outros adjectivos. Trata-se de vocabulário então já corrente noutras línguas, mormente em francês. Esse desempenho pioneiro de Garrett reflecte uma séria aposta na modernização do idioma.

Bastante mais precária é a datação de palavras em fases muito recuadas do idioma. A este propósito escreve a linguista portuguesa Clarinda de Azevedo Maia num artigo de 1993, publicado em 2002:

Os textos escritos correspondentes a fases passadas do devir histórico da língua que chegaram até nós por contingência histórica representam uma parte – em certos períodos, talvez uma parte diminuta – do mundo textual da época a que dizem respeito.

Mas ela mesma recorda a marcante afirmação de William Labov, célebre sociolinguista norte-americano: «Pode conceber-se a linguística histórica como a arte de fazer o melhor uso possível de dados deficientes». Isto incute ânimo aos que se abalançam a este tipo de trabalho.

O linguista espanhol José Jesús de Bustos Tovar exprime-o, em artigo de 2008, nestes termos:

O tipo de vocabulário que aparece documentado não é senão uma pequena parte do caudal léxico do idioma. Deveria descrever-se com a maior exactidão possível quais são os campos semânticos de que possuímos documentação, já que à escrita passa uma ínfima parte do vocabulário necessário para a vida quotidiana e as relações entre as pessoas. Isto significa que só podemos conhecer uma pequena parte do “vocabulário real” que pertence à herança

patrimonial. Portanto, a documentação escrita, por muito valiosa que seja, projecta-nos um mapa em escala muito reduzida da realidade léxica.

Houve, e haverá sempre, mais palavras em circulação oral do que as que se acham documentadas. Um caso revelador é o teatro profano do nosso século de Quinhentos, e particularmente os textos, deveras descontraídos, do dramaturgo Jorge Ferreira de Vasconcelos. Essas peças, escritas por volta de 1550, contêm muitas palavras de cunho popular, documentadas aí por primeira vez. Ora, muitas delas são, hoje, correntes também em galego. Isto só pode significar que estavam em circulação dois ou três séculos antes, quando o galego era a língua corrente também em Portugal. Voltaremos a este tema.

Existirá, pois, sempre um elemento de aleatoriedade, de compreensível desconhecimento. Ignoramos, e ignoraremos sempre, muito a respeito de muita coisa. Os dados de que partimos são, por natureza, limitados, ao serem fornecidos pelos materiais hoje à disposição, que são, por sua vez, uma amostra da totalidade dos materiais conservados, os quais, como aceitamos, são também uma amostra da totalidade dos materiais escritos. Isto vale particularmente para o século xviii. Sabemos que, nele, a produção foi intensa, mas uma grande parte dela está perdida, devido ao terramoto de 1755, às limitações impostas pela Inquisição, ou mantém-se ignorada. A investigadora Maria Luísa Malato Borralho, da Universidade do Porto, afirma, num artigo revelador, de 2004, que nesse século de Setecentos «são muitos os poetas e muitos os manuscritos completamente inéditos». Além disso, no século seguinte, tanto as pilhagens napoleónicas como a expulsão das ordens religiosas vieram privar-nos de materiais porventura inestimáveis. Os corpora disponíveis reflectem, pois, uma inevitável mas grave distorção. Felizmente, no particular âmbito do léxico, dois dicionários magníficos permitem alguma compensação: o Bluteau (1712-1728) e o Morais (1789), um abrindo e outro encerrando o século.

Em suma: os dados aqui avançados são tecnicamente provisórios, o que está, porém, longe de torná-los aleatórios. Novas pesquisas conduzirão, decerto, a novas informações, mas é altamente

improvável que levem a uma subversão significativa dos dados. No seu conjunto, os presentes dados mostram suficiente robustez e podem, em termos práticos, ter-se por representativos. No mais precário dos casos, eles manifestam, não raro, uma tendência, e ela será muitas vezes a acertada.

Em princípio, pois, todas as datações são aproximativas. Poderá sempre vir a descobrir-se – e isso acontece regularmente neste tipo de pesquisa – uma documentação mais recuada de determinado vocábulo, obrigando a uma antedatação do mesmo. É, também, quase sempre motivo de satisfação.

Alguna perplexidade surge, sim, ao depararmo-nos com documentações inesperadas. Dir-se-ia, é um exemplo, que primeiro acharíamos perceptível e só depois imperceptível, ou primeiro controlável e só depois incontrolável. Pois bem, acontece o contrário, e isso revela-se, mesmo, um facto recorrente: o termo negativo, que tecnicamente é um derivado, e portanto de criação posterior, teve maior circulação, e portanto maior chance de ficar documentado.

Exemplificando com o primeiro caso: achamos o fr. *imperceptible* em 1375 e só um século mais tarde, em 1486, *perceptible*. O mesmo se verificou em espanhol, em que as datas respectivas foram 1512 e 1589, e em português, em 1594 e 1772, quase dois séculos após os originais. Vemo-lo igualmente em *irresistível* e *resistível*, em *insaciável* e *saciável*. Este último bate, em português, todos os recordes: *insaciável* aparece em 1438 e *saciável* em 1836, 400 anos depois. Mas o espanhol também não andou longe: *insaciable* em 1385 e *saciable* em 1750. Algo semelhante se observou em deverbais regressivos, por definição posteriores ao verbo, o que ocorreu, de facto, na língua original. Só que, quando absorvidos por outro idioma, puderam ser documentados antes do verbo. Assim sucedeu, em português, com os galicismos *calibre* (1683) e *calibrar* (1789) ou *intriga* (1698) e *intrigar* (1789).

É uma circunstância estranha, é mesmo contra-intuitiva, mas mantém-nos despiertos numa área – a da datação de materiais linguísticos – em que o imprevisto pode estar ao virar da esquina.

Esta busca de primeiras ocorrências leva, também, a confirmar

suspeitas, como a de ser o francês, na segunda metade de Setecentos, o principal fornecedor de terminologia política. Isto fica demonstrado no quadro abaixo, que reúne alguns adjectivos. Indica-se igualmente a sua entrada em espanhol e português.

	língua	ano	espanhol	português
capitalista	italiano	1744	1754	1813
internacional	espanhol	1747	–	1858
reaccionário	francês	1749	1837	1874
autónomo	francês	1751	1862	1836
inquisitorial	francês	1755	1820	1850
constitucional	inglês	1765	1794	1821
revolucionário	inglês	1774	1808	1828
panfletário	francês	1790	1853	1877
demagógico	francês	1791	1815	1833
retrógrado	francês	1791	1834	1868
insurreccional	francês	1793	1822	1881
burocrático	francês	1796	1835	1881

Como pode verificar-se, o aparecimento em espanhol precede quase sempre (a exceção aqui é autónomo) a chegada ao português. É o cenário historicamente predominante, com o espanhol a servir-nos de aval em matéria de vocabulário culto.

As palavras têm uma história

Os especialistas do léxico repetem, e não é boutade nenhuma, que cada palavra tem a sua história. Algumas histórias são simples, breves, outras há que nos tiram a respiração. Muito próxima disto está a história de galhofa. É uma palavra engraçada, diríamos até que é risonha, que dispõe logo bem. Não se vê o que possa haver de mal onde há galhofa. Dizemos: «Ela leva tudo para a galhofa», isto é, podia ser um bocadinho mais séria, menos «galhofeira». Isso vale, porém, só para os falantes do português.

Um falante de espanhol vê num gallofero um «folgazão e vagabundo que anda a pedir esmola», e gallofear é «pedir esmola, vivendo ociosamente, sem aplicar-se a trabalho ou exercício algum».

O mesmo se dá no galego. Para os falantes dele, gallofa é «vida ociosa e vagabunda», e um gallofo é um «malfeitor». Só que existe um lado menos reprovável: gallofa é também uma «reunión de xente para comer e divertir-se», e um gallofeiro pode simplesmente ser uma «persoa á que lle gusta andar de festa e divertir-se». Isto é, a gallofa galega está próxima da nossa patuscada.

Todos estes diferentes valores e significados remetem para a origem da palavra. Acharo-la, a esta, documentada por 1340 e tem tudo que ver com Santiago de Compostela. Na opinião dominante, gallofa deriva de galli ofa, ‘merenda’ ou ‘bucha’ oferecida a peregrinos, que eram sobretudo franceses, galli. Uma descrição galega recente fala em «xantar dos peregrinos probes, especie de potaxe com verzas [couve-galega], legumes e un pouco de carne».

Só que a fome medieval era muita, e a chegada de hordas de indivíduos esfomeados às portas dos conventos pedindo gallofa fazia-se com grande algazarra e na maior desordem. Estava-se a um passo da gallofa como sobrevivência por expedientes e vagabundagem. Por volta de 1500, um gallofero era já, decididamente, um marginal.

Entre nós, a palavra encontra-se por primeira vez no dicionário português-latim de Agostinho Barbosa, de 1611, no qual galhofa é traduzida por festum geniale, referência aos piqueniques, descritos pelo poeta Ovídio, de plebeus romanos nas margens do Tibre, com música, cantorias, bebida e alguma sensualidade. Em 1647, estão dicionarizados também galhofear ‘festum geniale agere’ e galhofaria ‘festivitas’. No monumental dicionário de Raphael Bluteau – editado em Coimbra a partir de 1712, e posteriormente em Lisboa, com a largueza que o ouro do Brasil permitia –, galhofa surge algures como sinónimo de ‘romaria’. Desde 1789, no grande Moraes, toda a família lexical ficou visível com significações como ‘festim, vida folgazã’, ‘vadiação, vida folgada’, ‘vagabundo, ocioso que leva vida alegre, brincalhão’. Hoje em dia, o Houaiss acolhe galhofa, galhofada, galhofar, galhofaria, galhofear, galhofeiro, galhofento, galhofice. Nem todos igualmente correntes, mas todos disponíveis.

E dizer que tudo começou naquela bucha distribuída aos famintos peregrinos que rumavam a Compostela, convencidos de que, fazendo isso, se limpavam dos pecados cometidos, garantindo o céu na eternidade!

História igualmente curiosa é a do verbo organizar. Deriva dum lat. *organizare* ‘dotar duma estrutura’, mas chegou-nos, pouco antes de 1600, pelo fr. *organiser*. Durante várias décadas, organizar teve um valor muito literal de ‘dotar de órgãos’, sendo usado para ‘o formar do corpo no ventre da mãe’. Assim o descreve, em 1734, o doutrinário João Madureira Feijó, de quem adiante falaremos. Por esse tempo, organizar era já usado para ‘dotar de ordem’, mas ninguém ainda ‘organizava’ uma festa ou um passeio. Em 1835, Almeida Garrett faz certa personagem de teatro dizer: «Estou a organizar o país.» Isto é, estou a pô-lo na ordem. O sentido moderno de ‘arranjar, criar do nada’ aparecerá em José de Alencar de quem se lê, em 1854, no volume *Ao Correr da Pena*: «Com a febre de

companhias que há, num momento se organizará uma empresa para bailes.» A partir de então esse valor torna-se corrente. Júlio Dinis, no romance *A Morgadinha dos Canaviais*, de 1868, escreve: «Não seria difícil a um espectador aproveitar aqueles mesmos braços e armas para organizar uma sedição». E assim se estabeleceu o significado actual da palavra.

A obsessão pelas palavras, eis um tipo de loucura mansa que acometeu, e acomete, gente sisuda como António Vieira, ou Almeida Garrett, ou Ricardo Araújo Pereira. Não, não busco a blague: destaco grandes intérpretes do seu tempo pelas palavras nele disponíveis. Para eles, e foi Araújo Pereira quem um dia o observou, «é sempre a linguagem que está em causa». Seja para salvar uma alma, como no pregador, seja para atrair ao rebanho político, como no tribuno, seja para convencer a pensar nesta estranha vida, como no humorista.

Algumas sugestões de leitura. Altamente recomendável é *The Unfolding of Language*, livro em que o linguista israelita Guy Deutscher expõe em pormenor como os sistemas linguísticos evoluem no sentido duma simplificação para, em fase posterior, desenvolverem novas complexidades. Um panorama do maior interesse linguístico é dado, também, em *História das Línguas*, de Tore Janson.

Palavras iguais nem sempre significam o mesmo

São os chamados falsos amigos. Eles são numerosos entre inglês e português, mormente em advérbios como *apparently* ‘como tudo indica’, *eventually* ‘por fim, com o tempo’, *honestly* ‘sinceramente’, *specifically* ‘concretamente’, *virtually* ‘quase, praticamente’.

São numerosíssimos, também, entre espanhol e português. Encontra-se na net vasta informação a esse respeito. Observem-se alguns, vistos a partir do espanhol: *aceite* ‘óleo’, *anécdota* ‘historieta’, *azar* ‘acaso’, *balneario* ‘termas’, *borrar* ‘apagar’, *chatear* ‘conversar por chat’, *comedor* ‘sala de jantar’, *embarazo* ‘gravidez’,

espantoso ‘assustador’, estafar ‘defraudar’, exquisito ‘refinado’, fechar ‘datar’, logro ‘conseguinto’, oficina ‘escritório’, plátano ‘banana’, polvo ‘pó’, presunto ‘suposto’, salsa ‘molho’, sótano ‘cave’, tergiversar ‘deturpar’, tirar ‘atirar, jogar fora’, torpe ‘desajeitado’, vaso ‘copo’.

Um caso em vias de tornar-se clássico é o de trampa. Este vocábulo começou por ser um espanholismo em português, com o valor de ‘armadilha’, que o espanhol conserva. Só que, com o tempo, o termo ganhou, no nosso idioma, uma conotação menos palatável, a de ‘excremento’. E, embora os dois significados figurem nos dicionários, em 99 por cento dos casos de uso em português é o segundo deles que vale.

Um episódio revelador deu-se num programa televisivo da TVI, a Máquina da Verdade. Havia um aparelho manejado por um técnico espanhol, que nesse idioma se exprimia também, com tradução ao vivo por parte da apresentadora, Fátima Lopes. Certa vez, o indivíduo testado revelou-se vítima de sua sinceridade, o que o técnico exprimiu com «cayó en su propia trampa» («caiu na própria armadilha»). Apanhada de surpresa, e sem solução conveniente à vista, Fátima Lopes optou por fazer-se despercebida e deixou a frase sem tradução.

Quando o português se chamou «português»

Na década de 1430, mas em ano que não conseguimos precisar, um príncipe português, Pedro, que já vimos ser tradutor, verteu do latim uma obra de Cícero, o Livro dos Ofícios, e dedicou-a ao irmão, o já rei Duarte. À época, «livro» era um molho de folhas manuscritas, soltas ou atadas, um exemplar único que depois seria, ou não, copiado por outras mãos, e assim difundido num círculo habitualmente pequeno e endinheirado. A invenção da imprensa, com a sua capacidade de larga e mais barata difusão, ainda demoraria. O primeiro livro português impresso só apareceria em 1488, em Chaves.

Naquela dedicatória ao irmão rei, escrevia D. Pedro este trecho, que levemente aqui se actualiza:

Não sei por que ventura se acertou que um livro que Túlio [Cícero] compôs, e chama-se Dos Ofícios, neste ano passado tomei afeição a ler por ele. E quanto mais lia, tanto me parecia melhor e mais virtuoso, e não somente a mim, mas assim parecia a alguns outros a que eu lia em português alguns seus capítulos, em tanto que por eles algumas vezes fui requerido que tornasse este livro em esta linguagem.

Este tornar em linguagem significava, então, ‘traduzir para a língua vulgar’. E, mais adiante, Pedro insistirá: «Não embargando que o latim na cristandade é mais geral que o português, em Portugal esta linguagem é mais geral que o latim.» Daí a vantagem de traduzir o referido livro de Cícero.

Estas passagens contêm duas preciosidades: «eu lia em português» e «mais geral que o português». É esta a primeira vez que achamos o idioma assim identificado, e já o reino de Portugal levava 300 anos de existência.

Até então, a noção de língua era reservada para o latim. Qualquer outro tipo de expressão era referido como linguagem. Existe disto uma primeira documentação, de 1318, num Livro de Alveitaria (a ‘arte de curar cavalgaduras’, ou veterinária), no qual o autor Mestre Giraldo informa (e tenha-se em conta que a ortografia era, às vezes, um tanto fantasiosa): «E eu com ajuda de deos assy trelladey e hordeney todo per linguagem portuges [sic] o mjlhor que pude e entendy». Com «linguagem portuges» se designava, então, a maneira portuguesa de expressar-se. Mais de um século depois, ainda se falará de «esta nossa linguagem português» (1455).

O castelhano foi, nesse autodesignar-se, bastante mais precoce. Já por 1250 era corrente dizer-se não só «en el lenguaje castellano», mas igualmente «en castellano» ou «en el castellano». O português precisará, pois, de esperar 200 anos para expressá-lo desta forma

directa.

Um apontamento sobre o emprego de espanhol. Durante bastante tempo não foi clara, entre os falantes da Península, a noção de que, nos vários reinos, se falavam línguas diferentes. No terreno, as diferenças eram graduais, ainda pouco marcadas, não permitindo cortes abruptos na percepção. Também em Portugal essa consciência só paulatinamente se desenvolveu. Por 1570, Duarte Nunes de Leão, um destacado linguista, de quem adiante falaremos, designava como «língua hespanhol» [sic] o conjunto de castelhano e português. Nada estranho, sabendo-se que, pela mesma altura, Luís de Camões reconhecia a pertença dos portugueses a uma Espanha, ou Hespanha, como nação espanhola que também eram. E ainda em 1734, o já citado Madureira Feijó fazia de Ibéria e Hespanha sinónimos, sendo a meridional Ayamonte uma cidade... «de Castela».

Noutros estudos, escolhi denominar o idioma centro-peninsular castelhano até cerca de 1650, e a partir de então espanhol, quando um Estado Espanhol se acha constituído. Nesta obra de divulgação, optei pela perspectiva do leitor actual, adoptando a terminologia entre nós em maior voga: espanhol.

Uma língua não tem todas as palavras

Quando ainda não existiam rápido, nem veloz, e muito menos célere, a língua, como vimos, dispunha duma óptima solução: ligeiro. Na verdade, bem poderíamos hoje estar ainda nessa exacta situação.

Com efeito, nem sempre há recursos disponíveis. Por vezes, certa palavra seria tão prática, está mesmo a pedir para existir, e que acontece? O idioma simplesmente não a possui. Exemplo disso em português é o contrário de tardio. É isso: na nossa língua há um adjectivo para tarde, mas falta-nos um para cedo. Ele já existiu, mas sempre com pouquíssimo uso, e acabou mesmo esquecido: era temporão. Actualmente, é uma espécie de «cultismo popular»,

desses que servem ao escritor para mostrar a sua afinidade com o que é simples e genuíno na vida.

É certo que prematuro e precoce servem, sempre que precisamos de dizer o contrário de «uma hora tardia», «um jantar tardio». Mas ambos soam inelutavelmente «cultos». O espanhol tem, sim, essa palavra prática, corrente, temprano, e o galego também, temperán. Já o francês debate-se com o mesmo problema que nós: o da falta duma palavra utilizável no dia a dia.

Outra palavra inexistente é *compensa. Seria um perfeito regressivo do verbo compensar. O facto é tanto mais estranho quanto existe, de há muito, recompensa, de recompensar. E não faltam derivações, como compensação, compensador, compensável, compensatório. Console-nos não existirem igualmente um esp. compensa, um fr. compense, um ital. compensa.

Para tradutores, esse problema – a inexistência numa língua dum termo correntio noutra – é um pesadelo recorrente. Sim, como verter o esp. alámbrico (‘relativo a ligação com fios’), ou callejero (‘relativo a rua’)? Sirva-nos de algum consolo imaginar o que será traduzir para espanhol o nosso desconversar, ou o tão celebrizado desenrascão.

As palavras viajam de idioma para idioma

O estudo da origem das palavras chama-se etimologia. Habitualmente é uma tarefa facilitada. Um adjectivo como subserviente só poderia derivar duma palavra latina: subserviente. É, de resto, um termo desconhecido noutras línguas provenientes do latim: no espanhol, no francês, no italiano. Mas não no inglês, em que apareceu em 1630, enquanto a presença em português está atestada em 1687, num livro de espiritualidade. E a pergunta é: chegou-nos ele directamente do latim, ou o inglês serviu de intermediário? Para tentar sabê-lo, importaria algum conhecimento da obra do autor, o jesuíta Manuel Fernandes. Pois bem, o que é conhecido da sua biografia nada permite concluir, sendo a

procedência latina a mais segura.

Nada problemática é, em contrapartida, a origem espanhola de airoso, italiana de imbróglia, francesa de bistrô. Certo é que a origem do próprio fr. bistro, ou bistrot, é enigmática. Poderia provir do russo, poderia ser autóctone.

Muito nosso é rapapé. O Brás Cubas das Memórias Póstumas, de Machado de Assis, aspirava a um lugar governamental e por ele tudo fazia: «Cortejava a pasta por meio de rapapés, chás, comissões e votos». Rapapés são louvores exagerados. Mas também significa ‘mesuras, ademanes, salamaleques’. E aqui temos uma palavra vinda do fr. mesures, outra do esp. ademanes, por sua vez talvez do árabe, e outra seguramente do árabe salam halayk, ‘a paz esteja contigo’.

Mudemos de cena. Por volta de 1370, um português cunha percalço, ‘transtorno’. Era uma excelente criação. O quatrocentista Fernão Lopes irá usá-lo em várias das suas crônicas. Mas havia, pelos vistos, necessidade de mais. E assim tomámos revés (ainda no século xv) do espanhol, donde também depois importámos desaire (1555), soçobro (1560), malogro (1673), transtorno (1859) e entretanto, do italiano, fracasso (1707). Assim se vai enriquecendo uma língua.

Numa palavra: o português nunca se fez esquisito, mesmo quando jurava que sim, como quando, afrancesando-se largamente entre 1750 e 1950, afirmava estar alerta e crítico no que tocava a galicismos.

Certo é, também, que a etimologia está cheia de surpresas. Diria mesmo: a etimologia é uma eterna surpresa. Foquemos no ano 100. Para um romano, era inconcebível que a segunda palavra de «Domus plena est» (à letra, «Casa cheia está») fosse modificar-se no futuro – sim, para quê? – e que isso resultasse, não em uma, mas numa multiplicidade de formas. Assim, plena tornou-se na Toscana piena, na Île-de-France pleine, no condado de Barcelona ficou plena (mas com o masculino ple) e na Rioja fez-se llena. O mais inesperado estava reservado para o Noroeste ibérico: aí se chegou a chea, pronunciado tchêa. Não é tudo ainda. Piena, plena, llena e chea fizeram-se também substantivos, todos relacionados com uma subida das águas, enquanto plein, masculino de pleine, se

substantivava, dando, por exemplo, em faire le plein ‘encher, encher-se’.

Mais tarde, em território português, chea voltou a modificar-se, e não pouco: perdeu o t de tch, adquiriu um i entre as vogais e fechou o a final, acabando em cheia. Acabando? Certezas, aqui, é o que menos há. Em grande parte de Portugal, já soa chã. E, partindo das pronúncias bôjo para beijo e pãxe para peixe (correntes, vinque-se, já nos anos de 1940!), não podem excluir-se inesperadas remodelações.

O estudo da etimologia – seja, contudo, sublinhado – traz um perigo: o de confiarmos em palpites. Mesmo quanto à origem de palavras menos transparentes, vem-nos a convicção de acertarmos à primeira. O melhor exemplo que conheço disso é barafunda, e ele convida a uma digressão.

O dicionário electrónico Houaiss, na sua primeira edição, de 2001, dava a seguinte informação etimológica: «Barafunda. Origem obscura; Nei Lopes propõe o quimbundo mbala ‘aldeia’ e o topónimo angolano Funda, aglomerado populacional onde havia confusão e balbúrdia». Uma sugestão impagável, essa, do etimologista brasileiro. Ora bem, a palavra apareceu em português em 1554, numa peça de Ferreira de Vasconcelos, autor conhecido pelo seu vernaculismo, mas não menos castelhanizante. Outra informação: por 1435, barafunda era já palavra espanhola (mais tarde passaria a barahúnda), e com o exacto sentido que lhe conhecemos. Não se lhe conhece a proveniência, é certo, mas, em tão recuada época, estão excluídos influxos da África Austral. Mais: pela mesma altura, o espanhol conhecia um vocábulo com semelhanças, barafustar (mais tarde barahustar), também passado ao português, por volta de 1560, perdendo uso na língua original. Em edição posterior do Houaiss, desapareceu para barafunda a imaginativa proposta.

Uma interessante circunstância: certas palavras derivam do nome de personagens existentes. Exemplo clássico é o fr. pasteuriser, port. pasteurizar. Deriva do nome de Louis Pasteur e designa uma operação a que submetem alimentos líquidos ou sólidos. Foi criada e difundida ainda em vida do químico e biólogo. Os adjectivos dantesco, freudiano, gongórico, kafkiano, maquiavélico, platónico,

quixotesco e socrático são exemplos dessa eternização dum indivíduo marcante.

Mas o português tem três termos desse género que são únicos: o substantivo despautério ‘dislate’ e os adjectivos espampanante ‘espalhafatoso’ e marialva. O primeiro liga-se a Despauterius, nome latinizado do gramático flamengo Van Pauteren, cuja obra tinha fama de absurda. O segundo recorda Spampani, companhia acrobática que, em finais do século xix, deslumbrou Lisboa. O terceiro é produto nacional: marialva ‘sedutor, conquistador de mulheres, dom-jão’, como ensina o Priberam, provindo do marquês de Marialva, destro cavaleiro setecentista.

Vimos como barafunda não teve a origem africana que se propôs. Nas primeiras edições deste livro, especulava-se sobre igual origem para minhoca. Com efeito, e segundo informação prestada ao gramático brasileiro Marcos Bagno por um aluno congolês, o nome do dito verme faz, no quicongo, o singular em nhoca e o plural em minhoca. Uma circunstância deveras assombrosa. Lembrei, então, que a datação de que dispunha, num auto de Gil Vicente de 1522, tornava essa origem algo problemática.

Um artigo do linguista galego Paulo Gamalho, no Portal Galego da Língua, de finais de Dezembro de 2019, permitia recuar a primeira ocorrência conhecida de minhoca até à primeira metade de Quatrocentos. O conhecido Livro da Montaria, do rei João I, refere por várias vezes o dito verme. Mas não era tudo ainda. Em comentário ao artigo, o autor citava mensagem do professor viguês Martinho Montero Santalha com informação de que minhoca figura no já acima aludido Livro de Alveitaria, de 1318. Reproduzo e destaco: «Para adelgaçar e desfazer sobrossos [ferimentos em animais de carga], outrossi presta para isto a cebola assada e malhada com as minhocas da lama.» Tudo parece indicar que, na realidade, o vocábulo é bem mais antigo, tendo circulado oralmente por séculos.

Os etimologistas, quando não conhecem a fonte dos materiais que manejam, dizem-no redondamente. «Origem obscura» é a etiqueta habitual. Infelizmente, a história não acaba aqui. Etimologistas de cozinha aproveitam-se dessa sinceridade dos colegas sérios para preencherem os vazios de conhecimento, em proveito de agendas

próprias. Isto, dito assim, é pouco perceptível, mas ficará esclarecido no capítulo 14 deste livro, no qual se falará de «Higiene e aldrabices».

Adiantemos, já, que um defensor da origem árabe de quase tudo em português faz derivar minhoca do ár. *min ákk* ‘do húmido’, e que um defensor da origem fenícia do nosso idioma a faz proceder do fenício *minøwq* ‘espécie que faz sulcos’. O humilde verme, esse, não sabe quanta ciência anda investindo.

Uma proveitosa análise do tema etimologia encontra-se no artigo «História das palavras», de Mário Eduardo Viaro, disponível online.

Tudo em Portugal é único

Ninguém nos tira a ideia de que tudo em Portugal é único. Assim fomos instruídos. Atribui-se-nos, até, uma «alma portuguesa».

A imagem mental que os portugueses construíram do país e de si mesmos implica em 1143 uma cesura absoluta, um início de algo inteiramente novo. Nessa visão, a irrupção da realidade política «Portugal» é acompanhada da criação dum idioma próprio, evidentemente com ligação directa ao latim. É, essa, uma leitura providencialista da História, dum nosso destino histórico, como se Portugal fosse um país predestinado, desde sempre previsto. O historiador José Mattoso exprime-o assim, em *A Identidade Nacional*, de 2003:

Ao considerar a Nação como uma categoria da ordem das essências, ao atribuir-lhe, portanto, um carácter necessário e eterno, tendia-se a procurar as suas raízes na própria Natureza, ou seja, em factores como a diversidade geográfica, a “raça” ou a língua.

Portugal estaria, pois, desde sempre previsto, providencialmente programado. E é um facto: os portugueses continuam a imaginar a História anterior a eles como se o mundo tivesse vivido na expectativa de que um Portugal surgisse, como se o aparecimento de um Portugal viesse duma necessidade intrínseca à História mundial.

Está visto: trazemos a Batalha de Ourique interiorizada. Como escreve José Eduardo Franco, em *O Mito de Portugal*, de 2000, a propósito de Afonso Henriques: «A eleição do rei não passa de um acto vicarial, mediático, pois o rei já tinha sido a priori escolhido divinamente.» Segundo o nosso mais destacado pensador, Eduardo Lourenço, em *O Labirinto da Saudade*, de 1978, todas as Histórias de Portugal (exceptuada a de Herculano) «são modelos de “robinsonadas”: contam as aventuras celestes de um herói isolado num universo previamente deserto» [cursivo original]. Ainda nos termos de Lourenço, dois complexos, um de inferioridade, outro de superioridade, «cumprem uma única função: a de esconder de nós mesmos a nossa autêntica situação de ser histórico em estado de intrínseca inferioridade» [cursivo original].

É-nos, assim, difícil admitir que a existência do país ficou a dever-se a circunstâncias históricas e sociais inteiramente fortuitas. A mais fortuita delas todas – a do atraso no regresso de certo duque francês que viera ajudar na chamada Reconquista – há-de contar-se no capítulo 2.

Não se perca de vista, também, que, nesta visão providencialista da nossa existência como portugueses, bastantes elementos são relativamente recentes, inspirados numa ideologia oitocentista, a do romantismo. Outros países se viram afectados pela mesma auto-imagem de unicidade e quase ontológica necessidade, e não em último lugar a vizinha Castela, que aí encontrava justificação para a sujeição a que foi submetendo outras nações peninsulares. De leitura mais que recomendável é, a este respeito, a obra *La Invención del Pasado. Verdad y Ficción en la Historia de España*, de Miguel-Anxo Murado, de 2013.

Merece leitura, também, o artigo de Miguel Real, de 2014, sobre uma «visão mítica» da História de Portugal.

Assi naceu ãa lingua

O livro que o leitor tem entre mãos chama-se Assim Nasceu Uma Língua. Ele vai, de facto, tentar localizar, no tempo e nas formas, o que alguém chamou «o primeiro gemido» do idioma.

Há quatrocentos anos, tivesse alguém ideado um livro semelhante, poderia ter-lhe dado o título de Assi Naceu ãa Lingua. Era o que Luís de Camões, de certeza, teria feito. Entre numerosas passagens d'Os Lusíadas, citem-se estas:

Quando Júpiter alto, assi dizendo, Cum tom de voz começa grave e
horrendo (I, 23),

Verão morrer com fome os filhos caros, Em tanto amor gerados e
nacidos (V, 47),

E mostrando no angélico sembrante Co riso ãa tristeza misturada
(II, 38).

Com efeito, a forma assim só no século xv timidamente aparece, e terá de esperar por 1700 para se impor. Em galego, ainda hoje así se conserva.

Na escrita, e certamente também na pronúncia, nacer era ainda a forma mais corrente no século de Quinhentos, época em que a grafia nacer, considerada mais latina, e portanto mais autêntica, começou a conquistar a cena. Mas ainda hoje nacer – tal como crescer, decer, florecer – é a pronúncia habitual na Galiza, no terço Norte português e no Brasil inteiro. E, como podia esperar-se, as

grafias com -sc-, que tentavam latinizar os vocábulos, acabaram por influir na pronúncia da norma-padrão portuguesa.

A forma ãa, patrimonial pela queda do n do lat. una, soava com a pronúncia velar (semelhante à do ingl. song) que hoje achamos em algumas áreas brasileiras e no galego, grafando-se, neste último, unha. Até ao século xvi, em Portugal, esse ãa foi a única forma em uso. Mas, então, alguém teve a ideia de juntar um a à grafia masculina um, conservando todavia a pronúncia ãa. Só que, com o passar do tempo, esse m escrito começou a ser ‘lido’, assim se obtendo a novidade sonora uma. O mesmo se passou com algũa e nenhũa. Contudo, ainda em 1734, o doutrinário Madureira Feijó (em obra de que se falará) defendia as pronúncias e grafias antigas. O seu colega Luís do Monte Carmelo (que igualmente referiremos) grafará assim ainda em 1767. E um livro de Martins Sequeira, de 1957, sobre o falar do Baixo-Minho, cita esta quadra popular: «Azeitona miudinha / Apanhada ãa a ãa; / As raparigas d’agora / Nũ tem bergoinha nenhũa». Moral da história: ao contrário do que alguns galegos mais líricos imaginam, as grafias e pronúncias portuguesas uma, alguma e nenhuma nada têm de genuíno, sendo produto dum gráfico quinhentista com imaginação.

Fosse este meu livro editado na Galiza, haveria de chamar-se Así Naceu Unha Lingua. O grande Camões iria sentir-se imensamente confortável com esse título.

Nota

Em 1994, Ivo Castro lançava este aviso à navegação:

Em relação ao português clássico, quem o quiser estudar tem de se resignar a fazer de cabouqueiro, desenterrando penosamente os seus documentos, peneirando os dados, organizando uma taxinomia inexistente e, se ainda tiver coragem e tempo de vida, formulando hipóteses interpretativas que ficarão à espera de um debate crítico

só possível se outros investigadores se transviarem pelos mesmos terrenos.

Fiz tudo isso, menos o desenterrar de documentação, actividade em que se ocupa gente mais competente. No resto, fiz aquilo que há muito pedia para ser feito: somar dois e dois. É uma operação simples, os materiais é que são tramados. Foi necessário observá-los com olhos de ver, juntar aquilo que parecia estar desconexo, separar aquilo que parecia dever ver-se junto.

O livro que se vai ler é, pois, fruto desse trabalho pioneiro. Ninguém até hoje se abalançara a estes descaminhos. Mas ele – seja sublinhado – poderia ter sido escrito por qualquer dos meus colegas linguistas. Não andei por arquivos, não limpei o pó a nenhum manuscrito ou obra rara em sombrios mosteiros. Toda a informação aqui reunida estava disponível. Era, e é, pública.

Um aviso e um pedido: entre os numerosíssimos materiais portugueses, galegos, espanhóis, latinos e outros, contidos neste livro, pode ter-se imiscuído alguma informação errada ou deficiente. Fico, desde já, grato por todo o tipo de advertência ou sugestão. Para isso, abri o seguinte endereço, único para esse propósito:

■

fv.assimnasceu@gmail.com

■

Quero agradecer, penhorado, a quantos já, entretanto, me enviaram chamadas de atenção, correcções e sugestões.

PARTE I – Antes do português

Capítulo 1 – A família do senhor Caeiro

Achado arqueológico

A única estrada para lá

é uma estrada romana...

Lá vive gente

– não sei se fala latim

mas é de crer que sim.

Joaquim Namorado

Onde há geadas ao luar

Na história das línguas que se desenvolveram a partir do latim, é difícil, se não mesmo impossível, determinar em que momento a fase latina se encontra definitivamente superada e nos achamos perante um novo idioma. O francês, o italiano, o espanhol, o catalão, o português, vários outros idiomas, foi muito gradualmente que ganharam os seus perfis. E uma coisa deveras estranha: mesmo quando, com os conhecimentos de hoje, temos já por certa a circulação duma determinada língua em certa comunidade, sabemos também que os seus falantes estavam, eles mesmos, convencidos de se exprimirem em latim.

Dá-se, entretanto, no caso da língua portuguesa, uma circunstância curiosa. Mesmo se o momento exacto dum ponto de não-retorno continua a escapar-nos, sabemos contudo em que materialmente

esse ponto consistiu. Trata-se do desaparecimento dos sons l e n quando se encontravam entre vogais. Foi, em si mesmo, um fenómeno grandemente, ou mesmo inteiramente, imprevisível, mas as suas consequências iriam ser vastíssimas.

Imaginemos um poeta castelhano que, pelo ano 1200, visitava um Portugal ainda pintado de fresco. A fala dos habitantes haveria de soar-lhe bastante peculiar. Sim, ele teria a sensação de que os portugueses comiam sistematicamente certas letras. Diziam moer e não como ele moler, sair e não salir, voar e não volar. Trouxera ele consigo um poema seu, que assim começava em castelhano: Volaban águilas, ángeles y diablos. Mandara-o já traduzir para latim, com vista à sua divulgação Europa afora, e esse primeiro verso ficara: Volabant aquilae, angeli et diaboli. Desejava agora vê-lo vertido na linguagem dos novos amigos, e alguém lhe fizera a vontade. Resultado? Voavam águias, anjos e diabos. O que deixara o nosso poeta francamente perplexo. Nessa versão portuguesa, todos os quatro l se haviam evaporado. E não era tudo ainda, descobriu ele depois. Os portugueses também pronunciavam e escreviam cear e não como ele cenar, perdoar e não perdonar, soar e não sonar. Está visto: também os n acabavam desaparecidos. Gente estranha, aquela.

É um tema, esse do desaparecimento de l e n intervocálicos, que vai acompanhar-nos ao longo de todo este livro. Não é caso para menos. Esses dois fenómenos irão revelar-se de extraordinárias consequências para o idioma. Vejamo-lo já um pouco mais de perto.

As nossas palavras voante e soante possuem uma espécie de parente próximo: as formas volante e sonante. Falamos, com efeito, em seres voantes ou pagamos em moeda soante. Ao mesmo tempo, servimo-nos dum almoço volante e conhecemos alguns nomes sonantes. Num caso acrescentamos um l, no outro um n. Verificamos, também, que as formas assim obtidas têm um carácter mais culto.

Mas nem sempre foi assim. Houve um tempo em que a língua só dispunha de duas das palavras em apreço. Descobrimos que volante aparece num manuscrito de Quatrocentos, que fala duma «seta volante», enquanto voante surgirá em 1516, impresso no conhecido Cancioneiro de Resende. E encontramos soante em Corte Imperial,

manuscrito já conhecido nos anos de 1430, no qual lemos «E dá na minha língua palavra direita e bem soante», enquanto sonante demorará a ver-se documentado, o que vai acontecer em 1635, num poema de Manuel de Galhegos, que diz em tom pomposo: «Oh, quem com voz e número sonante / A todo o engenho convocar pudera».

Estes pormenores são importantes. Com efeito, a ordem mais esperável de aparecimento é esta última: primeiro a forma sem n, soante, e só depois sonante. O caso de volante, que aparece antes de voante, é na verdade algo anormal, e deve-se muito provavelmente a não dispormos de documentação anterior para voante, seja porque ninguém pôs este vocábulo por escrito, seja porque os documentos em que ele aparecia se perderam.

Sim, as formas desprovidas de l ou n (voante e soante) tiveram de ser anteriores às que os apresentam (volante e sonante). A prova está neste cenário, que é de longe o mais habitual: quanto mais recuamos na documentação menos as ditas consoantes aparecem.

Já vimos como a ausência dos l deixara perplexo o nosso poeta de língua castelhana, e podemos esperá-lo doutros visitantes dos demais idiomas de origem latina. Se o espanhol faz voar e sonar, o italiano fará volare e suonare, e o francês voler e sonner. Em todos eles estão, pois, presentes um l e um n. O que não admira, visto as formas latinas de que eles derivam serem volare e sonare.

Existe, portanto, algo de muito original na ausência das duas consoantes nesses dois verbos, e em formas com eles relacionadas: voador, voo, esvoaçar, revoadas ou consoante, assoar. Só que – para demonstrar quanto a questão é complexa – não faltam as formas em que l e n afinal figuram: volátil, evolar, volante (agora como substantivo) e sonoro, sonoridade, dissonante, ressonância.

Estamos, pois, perante um enigma, tanto mais intrigante quanto este fenómeno se revela frequentíssimo na nossa língua. Eis alguns casos de particular interesse, visto criarem contrastes perfeitos, mesmo se pertencendo a categorias gramaticais diferentes:

síncope do L

afiar
doente
entabuar
fieira
geada
puir
vigiante

afilar
dolente
entabular
fileira
gelada adj. fem.
polir
vigilante

síncope do N

Adrião
areoso
consoante
entoação
esvaecer
lunar
noa
nomear
ressoar
serrão
terreal
zuir

Adriano
arenoso
consonante
entonação
esvanecer
lunar
nona
nominar
ressonar
serrano
terrenal
zunir

Veremos no capítulo 7 que este estado de coisas teve uma origem interior ao idioma e uma exterior a ele. Aqui, vamos examinar a génese da queda de l e n, esse fenómeno tão distintivo do nosso idioma – o linguista Ivo Castro chama-lhe mesmo «o acto de nascimento da nossa língua» –, e veremos igualmente os desenvolvimentos de que foi alvo.

A família Sá e o senhor Caeiro

Foi já lembrado acima como o cenário do nosso idioma contrasta com o do latim e com o de outras línguas latinas. Que aconteceu? Na transição do latim para a nossa língua, o l e o n, quando entre vogais, foram objecto de síncope. Ou seja, caíram.

Seja sublinhado que essas quedas se inscrevem numa mais geral tendência das línguas ocidentais derivadas do latim para suavizarem as consoantes entre vogais, um processo conhecido como «lenição» e que pode chegar ao simples desaparecimento. Assim, o lat. *rota* passa ao port. *roda*, fr. *roue*, e o lat. *metu* passa ao port. *medo*, esp. *miedo*. Por seu lado, o d latino tende a desaparecer: pede passa ao port. *pé*, esp. *pie*; *vedere* torna-se no port. *ver*, fr. *voir*; *cadere* dá o port. *cair*, esp. *caer*; *crudu* reduz-se ao port. *cru*.

Só que, no nosso caso, o desaparecimento em massa do l e do n intervocálicos toma feições verdadeiramente impressionantes, com drásticas consequências para o idioma. Examinemos a primeira dessas consoantes.

Os outros idiomas conservam-na sempre: o lat. *dolere* revê-se no esp. *dolor*, fr. *douleur*, ital. *dolore*, o lat. *salire* no esp. *salir*, ital. *salire*. No nosso idioma, temos *dor* (através de *door*) e *sair*. Comportamento semelhante se observa na outra consoante: o lat. *moneta* prolonga-se no esp. *moneda*, no fr. *monnaie*, no ital. *moneta*, e o lat. *venire*, no esp. e fr. *venir*, no ital. *venire*. Nós

possuímos moeda e vir (através de viir).

São exemplos que podem multiplicar-se por dezenas. Eis alguns, que ilustram bem, na comparação com o latim, os efeitos daquela mutilação consonântica sobre o nosso idioma.

síncope do L

*amabilosu	>	(a)mavioso
excolare	>	escoar
insula	>	ínsua
macula	>	mágoa
*noctivolu	>	noitibó
notula	>	nódoa
stylu	>	esteo > esteio

síncope do N

*admonestare	>	admoestar
antenatu	>	enteadado
*canalia	>	calha
*disrenare	>	derrear
granatu	>	grado
lacuna	>	lagoa
liminare	>	limiar
molenda	>	moenda
sanativu	>	sadio
serotinu	>	serôdio ‘tardio’

De moenda, ‘material destinado a ser moído’, deriva o regionalismo moenga, consagrado no dito alentejano Tal vai a moenga, hem?

Esses fenómenos cortadores produziram-se com naturalidade em vários nomes próprios e apelidos. Foi a supressão dum l a originar os apelidos Aguiar (de Aquilar), Caeiro (de caleiro ‘comerciante de cal’), Nóvoa (do lat. novula ‘novinha’), Sá (de sala ‘sala, casa’), Saavedra (de Salavetera ‘sala, casa antiga’), Soeiro (de soleiro ‘sítio soalheiro’) ou Tavares (de Talavares). E foi a eliminação dum n a criar Iria (de Irina, ou Irene) ou Seabra (de Senábria).

Tudo se vê suplementarmente ilustrado se juntarmos à forma latina a da língua mais próxima da nossa, a espanhola. Certo, as mutações operadas e as soluções finais são da mais diversa ordem, mas aqui só atentamos na presença ou ausência de l e n.

síncope do L

*acculare	>	acular	acuar
angelu	>	ángel	angeo > anjo
caelu	>	cielo	céu
colubra	>	culebra	cobra
fil ecclesiae	>	feligrés	freguês
filu	>	hilo	fio
molere	>	moler	moer
palu	>	palo	pau
palumba	>	paloma	pomba
populu	>	pueblo	povo
regalengu	>	realengo	regalengo > reguengo
salute	>	salud	saúde
tabula	>	tabla	tábua
varcena	>	bárcena	várzea
voluntate	>	voluntad	vontade

síncope do N

*areniscu	>	arenisco	areíscu > arisco
bona	>	buena	boa
cenare	>	cenar	cear
corona	>	corona	coroa
cuniculu	>	conejo	coelho
generar	>	generar	gerar
*granutu	>	granudo	graúdo
minacia	>	amenaza	ameaça
monasteriu	>	monasterio	moesteiro > mosteiro
moneta	>	moneda	moeda
ponere	>	poner	poer > pôr
preconare	>	pregonar	(a)pregoar
sinu	>	seno	seo > seio
terminu	>	término	termo
tenere	>	tener	ter
vanitate	>	vanidad	vaidade
venatu	>	venado	veado

Quanto esta «economia silábica» se mostrou sistemática está patente na drástica redução formal a que a perda das consoantes l, n e também d conduziu, com a criação de toda uma série de vocábulos de uma só sílaba. Ei-los. Estabelecemos, mais uma vez, o paralelo com o espanhol.

latim	espanhol	
culu	culo	cu
dolu	duelo	dó
mala	mala	má
mola	muela	mó
mulu	mulo	mu
pala	pala	pá
solu	solo	só
colore	color	cor
dolore	dolor	dor

latim	espanhol	
lana	lana	lã
rana	rana	rã
sana	sana	sã
vana	vana	vã
sede	sede	sé
nodu	nudo	nó
nodu	nudo	nu
tenere	tener	ter
venire	venir	vir

Esta redução do número de sílabas é ainda mais notável em pó, proveniente do lat. *pulvere*, simplificado em *pulvu*. Daí, atravessou duas fases: primeiro *pulu* e depois *poo*. É espectacular, mas não leva a palma no seio da romanidade. Na história do francês, deu-se a compressão do lat. *solidu* em sou ‘moeda’ e a do lat. *digitale* em dé ‘dedal’. E o nome do mês de Agosto, *août*, do lat. *augustu*, na sequência «le mois d’août», soa simplesmente [u]. Maior redução é impossível.

Uma anotação de passagem. A disposição de materiais que vimos fazendo poderia levar a pensar que a solução espanhola se intrometeu historicamente entre o latim e o nosso idioma. Nada mais falso. As duas grandes línguas peninsulares derivam decerto ambas do latim, mas as suas géneses deram-se, desde o primeiro momento, inteiramente separadas.

Um idioma desconhecido

O banimento das consoantes na nossa língua tornou-se sensível, também, no âmbito gramatical. A síncope do l ocorre na formação de plurais de substantivos e adjetivos. Assim, palavras como *animal*, *anel* e *espanhol* passam a *animais*, *anéis* e *espanhóis*. De igual modo, *principal*, *fiel* e *vil* passam a *principais*, *fiéis* e *vis*. Por sua vez, os pronomes *qual* e *tal* fazem o plural em *quais* e *tais*. E os substantivos que terminam em *ão* – já de si, resultado duma síncope de *n* – têm a forma feminina em *oa*, como *leoa*, *melo*a, *patroa*.

Um dos efeitos, embora indirecto, da queda de *n* foi a criação de vocábulos terminados em *-ão*, que gozam da extraordinária frequência que se lhes conhece. Deles nos ocuparemos no capítulo 6.

Já antes de 1200, quando se inicia a escrita na nossa língua, aparecem casualmente, em textos latinos, palavras soltas nossas, e entre elas algumas afectadas pelos fenómenos que examinamos.

Assim, já caíra um l em avoengo (ano de 922), avó (1010), avô (1024) e um n em gado (837), terreo (907), seara (933), ter (1047), falcoeiro (1142), boroa (1174). Seriam, na realidade, muitas mais, e podemos supor que este estado de coisas vinha de épocas bastante anteriores, só não tendo – ainda que casualmente – aparecido mais bem documentado.

Poderá, agora, perguntar-se: que pulsões, que automatismos, ou que forças, estiveram na origem destas supressões de l e de n intervocálicos? É informação que até hoje nos escapa. O historiador da língua Ivo Castro anota que o facto de tal fenómeno ser estranho aos outros idiomas latinos demonstra que ele foi exterior ao próprio latim. Supõe-se, deste modo, que um idioma particularmente vigoroso, existente no território do noroeste ibérico, teria particular aversão a um l e um n entre vogais. A acção desse idioma terá ido eliminando estas consoantes na língua ali introduzida pelo contacto com os romanos. Só não sabemos que potente idioma fosse esse.

Certos autores aludem a um vago fundamento (os linguistas falam em «substrato») de tipo celta, mas nenhum foi até ao presente satisfatoriamente identificado. Outros apontam para eliminações de l e n noutros pontos da Europa ocidental (muito menos sistemáticas, porém, que no nosso noroeste), o que, junto com outras constantes, já sugeriu a alguns historiadores ter existido, em épocas antiquíssimas, um continuum linguístico desde a actual Galiza até ao Sul da Itália, quebrado por duas intervenções exteriores: primeiro, a chegada dos iberos, vindos do Magrebe e, depois, a romanização. Decerto interessante, mas tudo grandemente especulativo.

Num importante artigo, de 2005, sublinha Ramón Mariño Paz a existência, no noroeste peninsular, antes da chegada dos romanos, de falantes indo-europeus, isto é, pertencentes à grande família linguística europeia. Eram seguramente de tipo celta, o que, porém, não individualiza esse noroeste, já que os celtas se disseminaram amplamente pela Europa Ocidental. Além disso, e como sublinha o linguista galego, os materiais léxicos não indo-europeus assinalados no noroeste podem ter sido trazidos por falantes indo-europeus que ali vieram fixar-se. Mais do que isso: à chegada do contingente romano, «as terras do noroeste ibérico debían de estar habitadas por

unha serie de populi [populações] que talvez non tiñan nin unha lingua nin unha cultura uniformes e quizais tampouco estaban cohesionados politicamente», podendo só falar-se de «unha certa unidade», daquilo que os historiadores denominaram «cultura castrexa», a dos castros, ou citânias, áreas habitacionais encontradas também no Entre-Douro-e-Minho.

Lê-se com proveito, a este propósito, o artigo de Carlos Barros, de 2019, «Por unha síntese cello-castrexa da Gallaecia antiga», disponível online.

Mais uma pergunta: de que falamos exactamente quando aludimos ao início da escrita no nosso idioma? Falamos, como já dito, de textos produzidos à volta de 1200. A sua datação é tarefa precária, envolvendo conhecimentos de alta precisão e uma aturada familiaridade com a matéria. De tudo isto dispõe o filólogo galego José António Souto Cabo, que descobriu aquele que, tudo indica, é o mais antigo texto escrito na nossa língua: o «Pacto entre Gomes Pais e Ramiro Pais», um documento de 1174, de território já português. Com isto se recuou, numa assentada, vários decénios a primeira documentação no idioma, obrigando os especialistas portugueses a rever dados estabelecidos.

Actualmente conhecem-se 47 documentos portugueses e galegos anteriores a 1256. A ordem é efectivamente essa. Até 1230, toda a documentação conhecida é proveniente de território português. A partir desse ano, passa a Galiza a comandar a produção. Existe, para isto, uma explicação circunstancial, de natureza burocrática, que Souto Cabo expõe, mas não menos uma forte dose de acaso. Só conhecemos aquilo que foi conservado, podendo inferir-se que muita documentação ficou perdida, ou não foi ainda achada. E aquilo que se conservou são, sobretudo, os «espécimes dispositivos»: documentos de compra e venda, permutas, doações. Os de outro tipo, tendo servido, foram deitados fora, e só uma singularíssima casualidade fez chegar alguns a nossas mãos.

O teu cavalo e uma cabana

Aqui chegados, importa expor um fenómeno próximo desse que eliminou os l e n latinos simples. O latim conhecia, com efeito, também l e n intervocálicos duplos, ou geminados, que soavam alongados, com articulação semelhante à do ital. bello e anno. Que aconteceu a essas consoantes duplas? Simplificaram-se. O que em latim era ll tornou-se l, e o que era nn tornou-se n. Alguns exemplos exclusivos nossos:

LL torna-se L

*advallare	>	abalar
cellariu	>	celeiro
*exfollare	>	esfolar
farellu	>	farelo
pullare	>	pular
tabella	>	tabela
*tegella	>	tijela
tragella	>	trela

NN torna-se N

evannare

>

abanar

tunna

>

tona

Também aqui a comparação com o espanhol é elucidativa. Nesse idioma, o ll latino manteve-se, embora com uma pronúncia diferente, que o latim desconhecia. Quanto ao nn, palatalizou-se em ñ, sonoridade igualmente estranha à língua latina. Os casos contam-se, também aqui, por dezenas. Atente-se tão-só, repita-se, no comportamento das duas consoantes geminadas.

LL torna-se L

amarellu	amarillo	amarelo
ampulla	ampolla	ampola
bellu	bello	belo
bullire	bullir	bulir
caballu	caballo	cavalo
callare	callar	calar
cepulla	cebolla	cebola
collacteu	collazo	colaço
collu	cuello	colo
fallescere	fallecer	falecer
gallaecu	gallego	galego
gallu	gallo	galo
illa	ella	ela
martellu	martillo	martelo
sigillu	sello	selo
stella	estrella	estrela
villa	villa	vila

NN torna-se N

anno

canniciu

capanna

gannire

*ingannare

pannu

pitinnu

año

cañizo

cabaña

gañir

engañar

pañó

pequeño

ano

caniço

cabana

ganir

enganar

pano

pequeno

Há um caso curioso: o de besta (pronunciado bésta) ‘determinada arma de guerra’. Em latim, existiam tanto ballista como balista. O espanhol ballesta deriva da primeira forma. O nosso idioma hesitou entre uma e outra, dizendo ora balesta ora baesta, mas acabou fixando-se na segunda, tornada definitivamente besta, com e aberto. Ele é reminiscência das duas vogais em hiato (assim se chama à sequência de vogais contíguas, mas em sílabas diferentes).

Admite-se geralmente que também essas simplificações de ll e nn tenham sido instigadas pelo idioma falado na região, hoje desconhecido. Tempo para isso não faltou. No noroeste ibérico, como ensina Ivo Castro, «a tardia implantação do latim entre as populações prolongou a vida das línguas pré-romanas, muito para além da sua permanência em outras partes do Império».

Não se conhecem exemplos da ocorrência dos dois fenómenos (ll e nn) numa mesma palavra, como aconteceu com l e n simples (veremos adiante os casos de soão e gerais), circunstância já de si invulgar. Mas existe um caso interessantíssimo, híbrido. Trata-se de elo (essa palavra tão esguia que pede reforço com elo de ligação), um produto da supressão de n simples e da simplificação de ll. A forma original, latina, era anellu, que em espanhol deu regularmente anillo. Entre nós, resultou tanto no irregular anel como num regular, mas nunca documentado *aelo. Foi esta forma, realmente insustentável, que se reduziu a elo. Semelhante é o caso do lat. avellana ‘noz de Avella’, cidade italiana. Daí foi tomado o esp. avellana, enquanto o nosso romance fazia avelã: simplificou o ll e eliminou o n, que já tinha nasalizado esse a.

Do exame destas informações depreende-se, igualmente, um facto importante a que já aludi: o nosso idioma e o espanhol tiveram géneses diferentes e, mais do que tudo, separadas. Nenhum deles foi jamais dialecto do outro. A afirmação – que achamos em certos círculos galegos – de o espanhol derivar dum suposto pan-galaico é de natureza intrinsecamente ideológica, com desprezo pela mais básica informação linguística.

Um encontro de português e espanhol há-de dar-se, sim, por volta de 1400, quando a nossa língua entrar na órbita do idioma vizinho,

encandeada (no dizer de Manuela Barros Ferreira) pelo seu «ofuscante esplendor», num namoro descaracterizador do nosso sistema, que se tornaria, mais tarde, redondamente perigoso.

Capítulo 2 – A língua disponível

Nas histórias do Português, percebe-se a projeção sobre o passado de uma idéia moderna de língua, com o objetivo de delimitar seu nascimento dentro das fronteiras territoriais do Estado de Portugal.

Xoán Lagares, Sobre a Noção de Galego-Português, 2008

Perfeita engenharia

Tudo quanto ficou exposto no capítulo anterior é largamente conhecido e costuma ser reproduzido com maior ou menor detenção nas histórias da língua, que também por aí se ficam. Ora, esse conjunto de factos levanta uma série de questões, que até hoje não foram encaradas, e a solução delas será decisiva para a imagem que temos, ou possamos ter, do nosso próprio idioma.

Seja desde já claro: qualquer que seja a ortografia, é pela eliminação de l e n intervocálicos que aquela que chamamos a nossa língua mais fundamentalmente se distingue de idiomas vizinhos.

Tomemos uma frase de Xavier Alcalá, engenheiro de telecomunicações e ficcionista:

A miña xeración veu ao mundo contemplada polo sorriso escéptico dun millón de caveiras.

A grafia natural ao autor deste livro pedirá:

A minha geração veio ao mundo contemplada pelo sorriso céptico
dum milhão de caveiras.

As grafias de miña/minha e millón/milhão são hoje distintivas das duas modalidades, mas durante uma fase inicial do idioma era comum o uso de ñ (ou nn) e ll. Por seu lado, a grafia port. geraçom tinha uso ainda no século xvi e o port. polo era corrente no século xvii. Mais importantes são, porém, as questões estruturais. Elas tornam-se palpáveis se observarmos a referida frase em espanhol.

Mi generación vino al mundo contemplada por la sonrisa escéptica
de un millón de calaveras.

O que logo salta à vista é o possessivo mi se comparado com a miña/a minha. Depois, há o feminino sonrisa contraposto ao masculino sorriso. Repare-se também nas contracções, ou na ausência delas: por la vs. pola/pela, de un vs. dun/dum. Mas onde as estruturas mais fundamentalmente divergem – e onde as primeiras versões acima mais sistematicamente coincidem – é na presença ou eliminação de n e l intervocálicos. Comparem-se:

generación
vino
calaveras

xeración/geração
veu/veio
caveiras

A primeira constatação é a da regularidade destes mecanismos. Eles atingem uma imensidão de casos, efectivamente centenas deles, e fazem-no – não obstante a complexidade do processo envolvido – quase sem uma distorção, como se dirigidos por uma lei implacável.

Repare-se. Observámos, por um lado, um numeroso grupo de palavras que sofreu a queda de uma consoante (l ou n) e, por outro, um grupo igualmente numeroso apresentando uma simplificação (ll tornou-se l, nn tornou-se n). Mais surpreendente ainda é verificar que entre os dois grupos não surgiram enganos ou confusões. É, pelo contrário, fácil encontrar provas da perfeição em que tudo decorreu: conhecem-se excepções, mas marginalíssimas.

Isto torna-se particularmente patente em casos de contraste absoluto. Assim, o lat. *velu* ‘tela, cortina’ deu o esp. *velo* e o port. *véu*, enquanto o lat. *vellu* ‘pele de ovelha’ deu o esp. *vello* e o port. *velo*. De igual maneira, o lat. *canas* ‘cabelos brancos’ produz o esp. *canas* e o port. *cãs*, enquanto o lat. *canna* ‘junco, caniço’ produz o esp. *caña* e o port. *cana*. O paralelismo, como se vê, é perfeito.

Existe, mesmo, uma palavra em que se reúnem os dois fenómenos: a simplificação e a supressão. Trata-se de *moela*, que derivou do lat. *molella*. O l desapareceu, o ll foi reduzido. Entraram aqui, portanto, em acção os dois processos.

Estes fenómenos, repitamo-lo, são conhecidos dos historiadores da língua. Mas a história deles parece nunca ter despertado interesse. Uma excepção é o estudo *Algunas Calas en los Orígenes del Gallego*, de 1983, de Amable Veiga Arias, em que o linguista galego propunha que as duas operações tenham ocorrido em simultâneo. «El movimiento debió ser simultáneo para que el sistema fonológico de la lengua pudiese seguir funcionando ininterrumpidamente.» O autor não desenvolve, infelizmente, o tema, mas tem de dar-se-lhe razão. Uma realização desfasada dos dois processos teria acarretado um sem-número de modificações indevidas, eliminando l ou n onde houvera gemação ou conservando-os onde não a houvera.

Mas não é esta – a simultaneidade dos dois processos – a única exigência. Por um lado, uma movimentação desta envergadura teve

de dar-se, também, num período curto, de modo a não dar azo ao propagar de soluções erróneas. Por outro lado, tudo isto se realizou num âmbito estritamente oral (só o latim então se escrevia), tornando indispensável que os autores da mudança, os falantes, gozassem duma impecável memória latina auditiva que os guiasse nas diferenças articulatórias entre -l- e -ll- e entre -n- e -nn-.

Vem então o problema maior: o de identificar esses autores da inovação, que, com tamanha eficiência, levaram a cabo uma operação com esta envergadura e esta complexidade, acabando por gerar uma nova língua, uma nova expressão «romance» (assim se designa cada sistema linguístico derivado do latim).

Estamos, de facto, diante dum panorama que nos deixa perplexos. Por um lado, aqueles indivíduos tinham de ser exímios falantes do latim. Mas, por outro, dificilmente os imaginamos pertencendo às elites, quer culturais quer religiosas, das quais só poderia esperar-se que, exactamente, contrariassem tais excentricidades, gravemente desfiguradoras do latim genuíno, esse que tanto prestígio lhes conferia. Como informa Frederico Lourenço, na sua volumosa – e, de resto, interessantíssima – Nova Gramática do Latim, de 2019, «enquanto pôde haver paganismo (foi no século v que se multiplicaram as leis contra a prática pagã), autores cristãos e pagãos escolarizados tinham a mesma formação e os mesmos modelos». Quem, então, criou a nova realidade linguística?

A primorosa obra historiográfica de Martín Fernández Calo, Estado, Poder e Estruturas Políticas na Gallaecia. Séculos ii a. C. – viii d. C., de 2018, nunca se ocupando de questões de idioma, fornece contudo uma pista, ao retratar as elites que tanto na Antiguidade romana como nos períodos suevo (411-585) e visigodo (586-711) dominavam o território que nos interessa. O autor exprime-o assim: «As elites sociais galaicas experimentaron un proceso de reforzamento progresivo durante toda a Antigüidade, o que incidiu directamente no funcionamento da política e da administración, especialmente local, pero tamén nos niveis xeográficos superiores nas etapas históricas xermánicas, en consonancia co proceso de señorialización [progresivo dominio duma nobreza] política.» As sucessivas capitalidades no Reino Suevo – Ourense, Braga, Lugo – parecem não ter perturbado esse panorama.

Terão sido, então, os nobres galaicos a gerar uma estabilidade social favorável à consolidação de particularidades linguísticas autóctones? Ou terá essa ingerência tão adulteradora da norma latina sido obra dum grupo social exterior às elites, mas interventivo e finalmente decisor? Esta segunda suposição bateria certo com a hipótese formulada por Ramón Mariño Paz em *Fonética e Fonoloxía Históricas da Lingua Galega*, de 2017, de que «moitas das innovacións xurdidas no latín galaico, e máis serodiamente [tardiamente] no romance galego, teranse espallado» de baixo para cima. Infelizmente, e como o autor assinala, nenhuma documentação disponível no-lo pode confirmar.

Uma perplexidade doutro tipo é-nos sugerida por um estudo de Joaquim Brandão de Carvalho, de 1989. Sendo o romance surgido no noroeste peninsular reconhecido, entre as demais línguas latinas, exactamente pelo seu pendor conservador e mesmo arcaizante, é deveras assombroso que ele se distinga por este tipo de mutações autenticamente revolucionárias. De facto, é como «inovadora e revolucionária» que a filóloga galega Pilar Vázquez Cuesta caracterizou, num opúsculo de 1996, a forma de latim que iria, ali, desembocar no novo idioma.

E vem, finalmente, a questão da cronologia. Quando se deram esses fenómenos? Uma coisa é certa: tamanhas operações «cortadoras» e «simplificadoras» pressupuseram um domínio colectivo da língua latina, impondo-se agora descobrir de que período haverá que datá-lo.

Uma norma precoce

No importante artigo de 2005, já citado, de Mariño Paz, concede-se que «non estamos en condicións de ofrecer unha cronoloxía precisa da latinización da Gallaecia». Contudo, «na capital galaica de Bracara e na súa área de influencia a latinización tiña que estar moi adiantada nos inicios do século v», isto é, por 400, num meio que era «urbana e culturalmente moi desenvolvido». O latim aí praticado era de natureza conservadora, mesmo de tipo arcaizante,

dado o difícil contacto com as novidades linguísticas que iam surgindo em Roma e atingiam mais rápida e solidamente a Itália e a Gália. A Galécia, «unha periferia da periférica Hispania», não recebia, sequer, as alterações que floresciam no centro da Península. Do mesmo modo, as inovações surgidas no noroeste «non puideron, por falta de prestixio ou por falta de comunicación necesaria, estenderse cara ó centro». Recordemos, num contexto mais profundo, a génese separada dos idiomas noroestino e central peninsular.

O historiador galego da língua Henrique Monteagudo situa próximo do ano 600 o momento em que já toda a população galega falava latim. Foi, pois, por volta dessa época que as modificações que atingiram o l e o n – e outras houve, com igual êxito – tiveram de efectuar-se. E vinquemo-lo bem: foram tanto a perfeição do processo como a sua incontestável complexidade a exigirem uma efectivação rápida.

Estamos, claramente, perante um desses «períodos de turbulencia, de aceleración brusca» por que os idiomas passam, como expõe Monteagudo, apoiando-se na teoria das catástrofes, e que levam, segundo ensina Ivo Castro, a «uma conclusão rápida e em simultâneo de várias mudanças». Tais períodos de aceleração hão-de repetir-se, como veremos no capítulo 5.

Entretanto, qualquer observação directa dessa grande movimentação fonológica há-de escapar-nos, talvez, para sempre. Os mais antigos testemunhos da queda de l e n são irremediavelmente tardios: um documento latino de 882 denuncia as formas patrimoniais elemosias (por elemosinas, ‘esmolas’) e moastica (por monastica), enquanto Froia (por Froila) aparece num documento de 919 e moimenta (por monumenta) num de 959.

Existe, contudo, um ponderoso argumento para sustentarmos uma datação recuada para tão decisivo processo. Esse argumento é o estado de língua que encontramos quando, por 1200, se inicia a escrita nela. São, novamente, a extensão e a perfeição dos dois fenómenos o que exige uma realização marcadamente precoce.

A visão tradicional do estado de língua, nesses inícios do século xii, dá-a como «primitiva» e «ainda cheia de irregularidades». É-o

certamente no domínio da ortografia, mas de modo nenhum no da gramática. Com efeito, quando o idioma aparece por primeira vez escrito, ele revela-se, sob uma grafia efectivamente caótica, um produto duma coerência e duma previsibilidade quase absolutas. Ora, sendo elas, como vimos, resultado de complexos processos, supuseram, e exigiram, séculos de intensa e colectiva prática oral nessa fase pré-portuguesa do nosso idioma. A língua esperou séculos para ser escrita... mas não para ser falada.

Seja lembrado de passagem que não temos, e nunca teremos, acesso a essa língua que terá sido, durante séculos, largamente falada naquela comunidade de noroeste, estendida depois para sul, a partir de 1050, aquando da ocupação de territórios até ao Mondego. Quando essa língua aparecer escrita, será sob uma forma estilizada, além de altamente seleccionada. Muitas palavras familiares e informais demorarão séculos a aparecer escritas.

Como demonstração do sucesso estrutural do idioma, podem, mais uma vez, servir-nos as soluções resultantes das supressões de l e n. Começemos por examinar os primeiros cem anos gráficos do verbo vir (do lat. venire). As suas formas uẽ, uéen, uééo, uéérẽ, ueessem, uenhã, uijr, vëeron, veeste e venna podem parecer-nos hirsutas, rebarbativas. mas elas representam exactamente os actuais vêm, veio, vierem, viessem, venham, vir, vieram, vieste e venha. E que descobrimos aí? O produto diverso, e acabado, da subtracção do n intervocálico latino. Observemos, agora, sair (do lat. salire) no seu primeiro século gráfico. Damos com as grafias saen, saiss', saya, sayr, sayra e sayu, que correspondem aos nossos saem, saísse, saia, sair, saíra e saiu, testemunhando o desaparecimento do l primitivo. Pois bem: com quaisquer verbos que se examine, a experiência haverá de repetir-se. Tudo é previsível, tudo é rigoroso.

É verdade que, no meio de centenas e centenas de ocorrências, surgem algumas formas não sincopadas. No caso dos dois verbos em apreço, damos com um «uenir», um «sal'». Trata-se, porém, quase sempre, segundo Henrique Monteagudo, de soluções arcaizantes, introduzidas como convenções de determinado género literário. O mesmo vale, no período inicial da documentação, para formas dos artigos e pronomes o, a, os, as (derivados dos latinos illu, illa). No Testamento de Afonso II, de 1214, encontramos um frequente n

onde se esperaria não havê-lo. Mas Ivo Castro mostra, convincentemente, que mesmo aí não era articulado. E, se nas Cantigas de Santa Maria, achamos «mal los feriron» ou «gran chanto [pranto] fez la madre», isso é quase nada, num universo de muitas centenas de artigos e pronomes. Em casos de contracção (do, da, no, da, ao, à), não há sequer exemplos de desvio. Também os plurais (como animais, principais, quais, tais) se apresentam limpos de qualquer sombra do l dos singulares.

Um l antigo conservou-se em formas de pronomes pessoais. Ainda nos dias de hoje dizemos «Vou comprá-lo», «Vou vendê-la», «Vou abri-los», «Vou pô-las». Ou «Temo-la visto», «Tu sabe-lo bem» e semelhantes. Também achamos um l em contracções de per com o artigo, resultando em pelo. Um exemplo precoce, em aconselhamentos sanitários de 1496: «Pela manhã sejam os manjares cozidos». Antes disso, a contracção fazia-se com por, fazendo polo. Um exemplo tardio disto, de Frei Luís de Sousa, em 1606: «Caindo polas serras abaixo». Mas mesmo estas situações excepcionais são estritamente regulares.

Estamos, pois, perante uma autêntica norma-padrão, um conjunto complexo, mas estabilizado, de regras sistematizadas, consistentes, de funcionamento predizível. E, assim, no próprio momento em que se inicia a sua escrita, a língua que Portugal herdou da Galiza apresenta-se gramaticalmente consolidada, coerente, funcionando em pleno. Mostra-o Pär Larson no seu magnífico volume *A Língua das Cantigas*, de 2019.

Existia, decerto, uma natural variação territorial (a isto voltaremos no capítulo 5). Mas não se desenvolveu em parte nenhuma um sistema alternativo, e certamente não outra língua. Foi por isso que, quando Portugal surgiu, os seus habitantes continuaram, com naturalidade, a exprimir-se na língua em que o vinham fazendo. E, assim, a primeira língua de Portugal foi o galego. Era a que havia disponível.

Certo: por volta do ano 1000, já existia uma convivência portugalense distinguível da galega. Em termos actuais, eram países limítrofes. Mas o idioma de que se servia uma e outra cidadania era, sem sombra de dúvida, o mesmo. Um viajante castelhano não distinguiria um falar galego dum português. Já foram identificadas,

nesse idioma geral, tendências divergentes a sul e a norte do Minho, que mais tarde, quando Lisboa se tornar o centro do país a sul, conduzirão a claras derivas. Mas o facto é que o galego e o português de 1400 eram incomparavelmente mais semelhantes que os actuais modelos de língua português e brasileiro.

Verdade é também que, nos primeiros séculos, não se sentiu necessidade de dar nome ao idioma de que os portugueses se serviam. E quando, no século xv, como já vimos, se lhe der o nome de português, ninguém no centro do poder, entretanto Lisboa, admitiria que falava a língua daqueles, a seus olhos, primitivos e incivilizados galegos.

Tem de reconhecer-se razão ao linguista galego-brasileiro Xoán Lagares quando se interroga: «Se ninguém diria que com a independência do Brasil nasceu neste país uma língua diferente da portuguesa, por que ainda em muitos manuais se coloca a independência do reino de Portugal, em 1139, ou qualquer outro feto [marco] histórico-político, como data de nascimento da língua portuguesa?»

Numa máquina do tempo

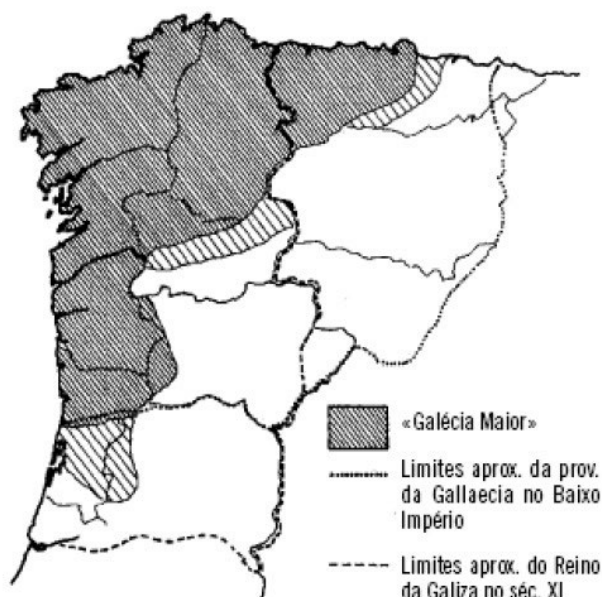
Os mais antigos textos conservados permitem aperceber-nos de como o galego se tornara um sistema complexo, funcional e produtivo. Esses textos são-nos como que uma máquina do tempo: mostram quão longo teve de ser o percurso para aí se ter chegado.

A grande qualidade atingida pelo idioma possibilitará que, pelo ano 1300, um texto galego, a Crónica Troiana, evidencie já – escreve Souto Cabo num estudo de 1987, em que cita o trecho – «o alto grau de maturidade conseguido pola língua também na produçom prosística». Actualizo pela chamada Norma Agal do galego, de que se falará no capítulo 12.

Pois que o verao foi entrado, em que os prados soem enverdecer e as árvores tenhem folhas e as aves começam a fazer seus cantos, Hércules nom quiço fazer mais tardada, e enviou polos reis que o haviam de ajudar. E eles chegárom logo aí. E el entrou no mar e com el todos os outros reis. E punham toda sua força em singrar ao alto mar quanto mais podiam. E andárom tanto em pouco de tempo até que vírom a terra que desejavam. E sabede que nunca vírom tam gram prazer desque de Grécia saírom, como quando vírom a cidade de Tróia. E nom quisérom aportar de dia, por tal que os nom vissem.

A especificidade linguística do noroeste peninsular inscreve-se num dado histórico entre todos relevante: desde tempos imemoriais, esse território apresentava-se como um todo isolável nos âmbitos demográfico, social e mesmo político, com grande estabilidade populacional e organizativa. Como Simone Marcenaro o exprime, em *La Lingua dei Trovadores*, de 2019: «A romanização da Galécia não trouxe uma rotura traumática da unidade étnico-territorial já ali existente.» Isto é: desde uma remota antiguidade, a futura Galiza revelava-se um todo reconhecível e funcional.

Cereja em cima do bolo: o estudo da actual toponímia veio desenhar, com uma excepcional precisão linguística, esse antiquíssimo território. Deve-se essa investigação fundamentalmente ao filólogo alemão Joseph M. Piel. É dele a denominação Galécia Magna, ou Galécia Maior, para essa área, e os seus estudos tornaram possível a elaboração dum mapa (ver Mapa 1) por Carlos Filipe Nogueira, num trabalho de 1988. Esse território integrava a Galiza actual, uma faixa ocidental das actuais Astúrias e um sector que um dia será português, globalmente o Entre-Douro-e-Minho, tocando Vila Real e indo acabar no curso do Vouga.



Mapa 1 – A «Galécia Maior» segundo dados de J. M. Piel

Piel insiste num antigo isolamento cultural dessa região. O próprio latim da região tinha características muito distintivas, como adiante veremos. Esse latim chegou ao noroeste através do sul peninsular, hoje Andaluzia, e guardou traços particularmente conservadores, o que lhe conferiu uma suplementar coloração culta. Depois, o Reino Suevo, aí criado e mantido entre 411 e 585, tão-só acentuou, segundo o mestre alemão, o isolamento do território, consolidando o tipo de latim ali trazido em 27 a. C.

O nosso idioma foi, pois, desde o seu início uma criação galega. Como seu berço simbólico, propôs Ivo Castro a cidade de Santiago de Compostela. É também este linguista a afirmar, em comentário de 2005, numa explicitação única entre nós: «A língua a que chamamos portuguesa nasceu na Galiza e numa região minhoto-duriense que, na época, também era galega.»

A inteira verdade é, porém, outra ainda. Esta língua, que tão naturalmente chamamos nossa, não iria precisar de um Portugal para existir. Ou seja, e para que fique claro: numa Península em que

nunca tivesse surgido um «Portugal», existiria ainda um idioma com as estruturas fundamentais e distintivas deste, muito cedo definidas, e até hoje inalteradas. Certo: essa língua que hoje existisse sem nós não reflectiria as importantes marcas que nós lhe imprimimos (expostas adiante, nos capítulos 5 a 7). Mas seria tremendamente parecida a esta.

De momento, manteremos para as considerações históricas as designações «o nosso idioma», «a nossa língua», e haveremos de chamar galego e português a cada conjunto que convier distinguir.

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

Nenhum país deste mundo teve jamais a existência previamente garantida, e Portugal não é excepção. Teria bastado qualquer insignificante conjunto de circunstâncias, num passado mais ou menos remoto, para impedir que este ou aquele país tivesse germinado e vicejasse. Acontece, porém, que, exactamente no caso português, algo deveras trivial aconteceu, que deu aquele empurrãozinho decisivo.

Em 1086, Afonso VI, rei da Galiza, e também imperador de Leão e Castela, viu-se em apertado transe na luta contra os mouros em Sagradas, também conhecida por Zallaqa. Foi então aconselhado a pedir ajuda a príncipes aliados franceses, e assim veio da Gália o duque Eudo com um batalhão de gente rija. A ajuda foi útil, mas não em demasia, e o duque resolveu regressar à tranquilidade pátria. Só que, ainda a tempo, lembrou-se de que, perto dali onde estava, num qualquer mosteiro galego, vivia uma tia sua, e que a senhora merecia uma visitinha.

Acontece que, com ele, tinham vindo dois nobres, primos entre si, os cavaleiros Raymond e Henri. Com todo aquele atraso, acharam os dois que a terra era boa para ficarem, e foi o que fizeram. Tendo caído nas boas graças do imperador, decidiu este dar-lhes o comando de férteis e recuadas terras. A Raymond coube uma parte da Galiza, a Henri, o condado de Portucale. Não foi tudo ainda: um e outro receberam uma oferta de casamento com uma filha do

poderoso senhor. Assim se faziam as coisas então. Henri desposou Tarexa, e passados tempos nasceu-lhes um miúdo, Afonso filho de Henrique.

Já se entendeu: tivesse o duque francês regressado de imediato a casa, sem se despedir da senhora sua tia, e a própria existência de um Portugal teria sido problemática.

Salinas e moinhos

As síncopes de l e n entre vogais atingem todo o seu efeito revolucionário, se não devastador, naqueles vocábulos em que se verificou a queda de ambas as consoantes. Também este fenómeno não foi, até este momento, objecto de suficiente atenção. Trata-se de casos de complexidade acrescida, e não admira que quase sempre de sucesso histórico relativo.

Tomemos, primeiro, o lat. *solanu*, dito do vento ‘que sopra donde nasce o Sol’. Enquanto o espanhol conserva, com naturalidade, um íntegro *solano*, nós perdemos a articulação de ambas as consoantes intervocálicas, obtendo *soán*, que o galego conservou, com o valor geograficamente entendível de ‘vento do sueste’. Esse *n* final não era articulado, indicando tão-só um som velar, formado no céu da boca. Em Portugal, o *soão*, subindo do Saara, chega – numa circulação contra os ponteiros do relógio – ora de leste ora também de sueste. Este relacionamento com o Sul inspirou a grafia *suão*, hoje a mais corrente. Há uma canção, «Rosa dos Ventos Perdida», de Adriano Correia de Oliveira, e letra de António Ferreira Guedes, que principia com «Vento sul vento *suão* / Vento norte *viração*». Para eterna frustração dos linguistas, a etimologia popular, ou de cozinha, ganhará sempre à histórica.

Destino diferente, teve-o o lat. *salina*. A supressão das duas consoantes criou *saía*, de que o português ainda fez um efémero uso sob a forma *sainha*. Mais duradouro foi o gal. *saíña*. Sobreviveu na toponímia (existem na Galiza 6 localidades de nome *Saíña*) e goza de acolhimento dicionarístico como substantivo comum. Mas o esp.

salina acabou convencendo ambas as comunidades ocidentais. Certos autores crêem ver neste e noutros casos uma prestigiante «relatinização». Só que, como exporemos no capítulo 7, é mais consentâneo com a realidade aceitar que, na larga maioria dos casos, para essa adopção da forma latinizante, a crescente familiaridade com um espanhol já altamente latinizado funcionou, pelo menos, como forte estímulo.

Um exemplo ilustrativo de bem sucedida supressão de l e n é moinho (gal. moíño), do lat. molinu. A consoante palatal é tardia, precedida pela forma moño, que se manteve por séculos.

Caso comparável é o do gal. cuíña, dum original colina, através de cuña, produto das duas eliminações. Essa forma está abundantemente presente na onomástica e na toponímia (existem 34 localidades Cuíña). A língua portuguesa não participou nesse processo, aliás genuinamente patrimonial, e adoptou em 1675 o neologismo colina, provavelmente do italiano, através do espanhol. Mas a forma cuíña oferece-nos o suplementar bónus desse u gráfico, testemunha da factual pronúncia do o átono, como também fazem as velhas grafias Portugal e portugueses. Trata-se, pois, de pronúncia antiquíssima, essa ainda hoje audível no primeiro o de bonito, andorinha ou Corunha.

Um último, e espectacular, exemplo dos apertos fonológicos a que o idioma se viu submetido é quelha (em gal. quella ou quenlla) ‘viela estreita’. Partindo do lat. canalicula (caNaLicula) ‘pequeno canal’, passou por canaelha > caãelha > cãelha > caelha até acabar em quelha.

Por fim, e de novo no âmbito gramatical, seja lembrado que a consistente síncope de l e n conduziu a soluções como areais ou gerais (gal. xerais), de que o espanhol conservou, naturalmente, as formas plenas arenales, generales.

Fagueiros fulanos

O efeito dessas duas pulsões autóctones, a eliminadora e a redutora de l e n intervocálicos, não se fez sentir indefinidamente. A certa altura, esses processos – que, lembremo-lo, estavam dependentes duma capacidade social de distinguir consoantes simples e duplas latinas, e de interferir nelas –, esses processos estancaram. Quando isso se deu, não o sabemos. Um exame minucioso das formas patrimoniais sincopadas e não sincopadas permitiria localizar no tempo a desactivação dos dois mecanismos. Mas tal exame nunca será fácil, já que tudo se passou, por definição, no desempenho oral da comunidade, e os seus reflexos na escrita são, como vimos, muito tardios e, para começar, escassíssimos.

A eficácia cortadora mostrou, entretanto, uma inesperada sobrevida, com as supressões de l e n efectuadas em arabismos, o que só poderá ter acontecido após 711, com a tomada moura do poder na Península. Fornecemos alguns exemplos, acompanhados dum sinónimo corrente (e, no caso de fuão, da forma actual).

árabe	espanhol	português	sinónimo
fulán	fulano	fuão	fulano
halaq	falaguero	fagueiro	meigo
makila	maquila	maquia	quantia
almunada	almoneda	almoeda	leilão
assanya	aceña	acea (gal.)	azinha

As soluções fuán, fuão e foão, derivadas do ár. fulán ‘alguém’, implicaram, como se vê, a supressão de l e de n. Essas formas tiveram em português uma longa carreira, tendo ainda uso na pena do seiscentista António Vieira: «Foão não é nome – antes quem ignora o nome, ou o não quer dizer, diz “foão”». A usual grafia fuão (isto é, fu-ã-õ) não deixa dúvidas sobre as três sílabas que o vocábulo mantinha. Ainda actualmente foán tem alguma circulação em galego. Mas foi a forma espanhola, fulano, que aí, e em português, acabou por triunfar.

Quanto ao adjectivo espanhol falaguero, ele caiu em desuso, substituído por halagüeño e halagador, relacionados com o verbo halagar, que por volta de 1500 substituiu falagar. O galego e português fagueiro («A boa andança é madrastra da virtude e assim é fagueira aos seus criados», lê-se no Horto do Esposo, do século xiv) testemunha já a perda do l.

Verdade é, porém, a julgar pelas suas formas, que estes arabismos nos chegaram através do espanhol. Destaque-se nisto azenha, efectivamente um espanholismo em português, enquanto o galego continua a dar-lhe, com acea, uma feição patrimonial.

Existe um caso, um caso único, de arabismo toponímico no Norte português. Trata-se de Soeima, no distrito de Bragança, onde se manifesta a queda do l no ár. Soleima, nome feminino.

No caso da capital, a forma latina Olisipona passou ao árabe como Lixbona, tornando-se Lisbõa (e depois Lisboa) na fala dos ali chegados nortenhos, que eliminaram o n intervocálico.

É legítimo pensar que, nesta remodelação patrimonial de arabismos, não é porventura já o antiquíssimo e misterioso substrato o que actua, e sim uma espécie de tradição linguística, que recorda: «Aqui entre nós, éles e énes entre vogais são para cortar.» Nada estranho, sabendo-se como isso ainda persiste em mentes galegas. Havemos de vê-lo, com detenção, no capítulo 10.

Mas, historicamente, terá sido esse mesmo mecanismo a ir afeiçoando novas palavras, surgidas quando a acção do substrato e

a memória do latim já definitivamente se tinham extinguido. Exemplo disso são as feições patrimoniais presentes em importações ainda medievais do espanhol como avoengo (de abolengo) e saudável (de saludable), ou empada (de empanada) e enseada (de ensinada).

Formas evoluídas

Um último apontamento neste exame da histórica eliminação de l e n intervocálicos. Essa eliminação operou transformações tais nos vocábulos originais, latinos, que não é raro o resultado deixar-nos estupefactos. Alinhamos aqui alguns casos das mais diversas áreas. Nalguns deles, deu-se, em data posterior, uma recuperação da forma inicial (também assinalada), com conservação da forma evoluída.

síncope do L

articulu	artigo
avolu	avô
calente	quente
calumnia	coima (também calúnia)
*coliandru	coentro
excolare	escoar
filictu	feto (planta)
nebula	névoa
papilu	pavio
pelagu	pego (também pélagos)
populu	povo
simila	sêmea
umbilico	umbigo

síncope do N

*admonestare

circinare

contentu

*depanare

fraxinu

genuculu

jejunare

lagna

minutu

ponente

senara

tenore

venaria

admoestar

cercear

conteúdo

dobar

freixo

geolho > joelho

jejuar

laje

miúdo (também minuto)

poente

seara

teor (também tenor)

vieira

Em galego, existem coandro (coentro), fento ou fieito (feto), embigo (umbigo), contido (conteúdo), xeonllo (joelho). Seja, também, vincado o particular peso de verbos neste contexto, ao acarretarem uma natural multiplicação das formas.

Em todas as suas correspondentes destas palavras (artículo, amonestar, etc.), o espanhol conservou as duas consoantes latinas. Pode dizer-se, mesmo, que o espanhol preservou uma genérica compleição latina no seu vocabulário. Em nítido contraste, o nosso idioma mostra, nesse âmbito, feições bastante mais alteradas.

Só que, a partir de 1400, o filtro patrimonial soçobrará, e o português iniciará um retrocesso, absorvendo numerosas formas alatinadas ou, como veremos, mais exactamente hispanizantes, com os l e os n nos seus lugares, já sem nenhum esforço de adaptação. Elas passarão a conviver com as evoluídas, patrimoniais, conferindo ao idioma um carácter marcadamente híbrido. A isto será dedicado o capítulo 7.

Capítulo 3 – Um idioma por herança

Não nos gostamos de ver ao espelho? Pelo contrário, gostamos imenso; só que o espelho é o da nossa imaginação.

José Pacheco Pereira, Público, 9-IV-2011

Uma memória fóssil a sul do Minho

A eliminação de consoantes entre vogais, sobretudo de l e n, detidamente examinada nos capítulos anteriores, veio esculpir de modo definitivo o léxico, e até a gramática, do noroeste peninsular. Comparadas com as do espanhol, as palavras galegas e portuguesas afiguravam-se curtas e ricas em séries de vogais.

Nalguns casos, foi o português a dar folga aos mecanismos abreviadores. Pense-se em mau (do lat. malu), coima (de calumnia), incréu (de incredulu), meão (de medianu). Mais tarde, num processo habitualmente tido por «relatinização» (ver capítulo 7), haveriam de adoptar-se as formas plenas calúnia, incrédulo e mediano.

Marcante foi, também, a inserção dum i de transição (ou epentético), destinado a quebrar a sequência de duas vogais em hiato, sentida como forçada. Assim, enquanto a língua galega continuou a dizer e escrever, por exemplo, candeia (do lat. candela) e freo (do lat. frenu), a portuguesa criou candeia e freio.

Não faltam, todavia, ao próprio galego formas evoluídas, por vezes violentamente evoluídas, como queiro ‘dente do siso’ (do lat. canariu, ‘próprio dum cão’) e bieito (do lat. benedictu), adjectivo comum, ou nome de papas e cidadãos, que também deu bento. De

resto, historicamente, a patrimonial aversão a l e n intervocálicos inspirou soluções extremas, e na verdade insustentáveis, de que são exemplo acabado as formações aa, redução de ala (do lat. ala ‘asa’), e eãyo, radical evolução de inane (do lat. inane ‘vazio, que não tem coisa alguma’). Encontramo-las nas Cantigas de Santa Maria. A primeira na frase «dun gran colb’ [golpe] a aa lle britou» e a segunda, encontrável duas vezes, como sinónimo de ‘tolo, presunçoso’.

Nessa porfiada busca da forma mais curta, geravam-se – sempre que a queda dum l e dum n conduziam a soluções idênticas – perigosas proximidades, permanentes focos de confusão. Exemplo disso foi cear, que correspondia tanto a cear (do lat. cenare ‘cear’) como a cear (do lat. zelare ‘zelar’). Ou ceo, que representava tanto céu como cio. No decurso do tempo, encontraram-se saídas felizes para estes e outros apertos. Um produto de síncope diversas são, ainda hoje, os verbos consoar ‘fazer soar conjuntamente’ (do lat. consonare) e consoar ‘tomar a refeição de Natal’ (do lat. consolare). Nem um nem outro são correntes, ao contrário dos seus derivados consoante e consoada.

Só que, à data das primeiras escritas, a precisa origem de algumas formas sincopadas estava já esquecida. Mostram-no as grafias «esta mũa» (por «esta mula») e «besta mũa» (por «besta mular»), como se fosse um n, e não um l, a consoante caída. A estas tentativas desajeitadas de escrever bem chamam os linguistas hipercorreções. São fruto dum excesso de zelo.

Importante é também isto: todo esse bulício desencadeado pela eliminação de l e n intervocálicos ficou confinado ao território do noroeste peninsular (ver de novo o Mapa 1, na pág. 69). Fora dele, aquelas duas consoantes mantiveram-se, e não só a leste, no espaço centro-peninsular, mas igualmente a sul, abaixo do Douro.

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

Como era, entretanto, o panorama linguístico a sul do Douro?

Os moçárabes – a população cristã no seio dum mundo arabizado –

conservavam a sua língua latina, o moçárabe. Dele sabemos muito pouco, mas um aspecto é-nos perfeitamente nítido: nele, eram preservados o l e o n intervocálicos. Exemplos disso são azêmola e azeitona, que assim entraram na norma portuguesa.

A dialectóloga Manuela Barros Ferreira descreve o moçárabe como «um descendente do latim falado, já com regras próprias na maneira de construir as frases e pronunciar as palavras, isto é, uma espécie de crioulo romance, o que falariam os habitantes do sul da Península Ibérica no século

viii

, no momento em que começou a islamização do território».

Incisivo é, neste ponto, o linguista alemão Johannes Kabatek quando escreve:

Por um lado, Lisboa era um centro importante, cuja população incluía uma vasta proporção de moçárabes falantes dum idioma romance no momento da conquista, mas, por outro, a língua dos conquistadores vindos do norte era o galego. Daí que o português possa ser interpretado quer como um galego moçarabizado quer como um moçárabe galeguizado.

Cláudio Torres, director do Campo Arqueológico de Mértola, sublinha, num artigo de 1999-2000, a existência duma «linha de continuidade civilizacional» que só foi «interrompida pela Reconquista, quando são introduzidas nas terras do Sul os primeiros corpos estranhos de uma nova formação social que, de um modo geral, catalogamos como feudalismo». Mesmo assim, acrescenta, «o processo de extinção do Portugal arabizado ou mediterrânico tem sempre encontrado fortes resistências e felizmente nunca chegou a ser concluído».

São escassos os textos que nos chegaram do moçárabe. Em compensação, é abundante a toponímia em que as características

desse idioma ainda hoje se reflectem. E a mais manifesta dessas características é, de facto, a presença de l e n. Alguns exemplos:

L

Avenal (Coimbra)

Columbeira (Leiria)

Feliteira (Lisboa)

Grândola (do lat. glandula)

Mértola (do lat. Myrtilis)

Roliça (Leiria)

N

Barcarena (Oeiras)

Benedita (Leiria)

Fanados (Beja)

Fontanelas (Lisboa)

Terena (Évora)

Os nomes destas localidades, assim como o do rio Odiana (tornado, por influência do espanhol, Guadiana), escaparam ao destino que, a norte, lhes teria eliminado os l e n entre vogais.

Particularmente curiosos são outros topónimos que aparecem em zona moçárabe, como Sines (Setúbal) e Messines (Faro). Estes nomes derivam do lat. Sinu, ‘forma côncava ou em semi-círculo’, que em português evoluiu para seio, dando igualmente enseada. Designava qualquer tipo de ‘arredondamento’: o pano em que as mães transportavam o bebé, o arredondado das velas, uma baía (o caso de Sines). Em zona moçárabica, conservou o i breve e o n intervocálico. Entre os topónimos mencionados por Manuela Barros Ferreira, figuram ainda Corte Sines, perto duma importante

depressão pesqueira do Guadiana, e Pego do Sino, nas cercanias de Ourique, algo como ‘Pego da concavidade’ ou ‘Pego do pego’, dando origem a lendas de misteriosos sinos submersos que, de quando em quando, viriam à tona para fazer soar uma só badalada...

A língua do noroeste ibérico viu, nesse secular e tormentoso processo anterior à escrita, refazerem-se centenas de vocábulos, o que conferiu a essa língua uma imagem sonora – e mais tarde também gráfica – inconfundível. Nesse cantinho da Península, cedo se estabeleceu um sistema linguístico estruturalmente irredutível, com dinâmicas impensáveis nos territórios vizinhos. Quando, séculos mais tarde, Portugal se emancipar do conjunto político galaico, receberá em herança o produto dessa imensa movimentação. E, curiosamente, é na linguagem dos portugueses que se conserva, como que fossilizada, uma memória auditiva dessa convulsão linguística. Vejamos como.

A fala dos galegos rurais e a dos portugueses é caracterizada por um fechamento (nome técnico, elevação) das vogais que ficam fora do acento tónico, chamadas átonas. Esse fenómeno torna a fala duns e doutros menos entendível. No caso do português europeu, o a fecha-se (em camarada só o penúltimo «a» é aberto), o e some-se (telefone tem uma única sílaba, tlfón’, enquanto no Brasil tem quatro, têlêfôni) e o o soa «u» (assim soam as três vogais em sortudo).

Pois bem, sempre que, historicamente, o banimento dum l ou dum n deixou em contacto directo duas vogais átonas, elas acabaram fundidas numa só, mas agora soando aberta. Eis a razão por que, em Portugal, abrimos um a pretónico em bradar (de *balaterare), caveira (de *calavaria), padeiro (de *panatariu) ou sadio (de sanativu). Por igual razão se abre um e pretónico em aquecer (de *adcalescere), freguês (de filiu ecclesiae), geração (de generatione) ou gerador (de generator), assim como um o pretónico em corar (de colorare).

Estas sonoridades tão excepcionais, mantidas à revelia do sistema fonológico do português europeu, constituem em si mesmas uma viagem aos primórdios do idioma. Elas são vestígios acústicos do grande cataclismo ocorrido, por volta do ano 600, na língua do noroeste ibérico.

Também na toponímia achamos esses rastros sonoros. Várias quedas de l e n originaram colisões de duas vogais pretónicas, resultando em aberturas ainda hoje perceptíveis e que aqui indicarei com acento grave. É o caso do a aberto em Ariz (Marco de Canaveses) que foi Alariz, em Aveiro que foi Alaveiro, em Espàriz (Guimarães e Celorico de Basto) que foi Spanarici, em Pàdim (Braga) que foi Palatini, em Gàmil (Vila Nova de Cerveira) que foi Galamari, em Màriz (Braga e Vila Nova de Gaia) que foi Amalarici, em Tàgilde (Vizela) que foi Athanagildi. Soa também um e aberto em Bèsteiros (Amares), do lat. balista, que deu besta (bésta), ‘arma de guerra’, e em Fêteira (ilhas do Faial, Pico e São Miguel), de feto, ‘determinada planta’, proveniente do lat. filictu. E achamos um o aberto em Espòsende que foi Spanusindi. Obtive grande parte destas informações na valiosíssima obra Apontamentos acerca do Falar do Baixo-Minho, de F. J. Martins Sequeira, de 1957. A isto voltaremos no capítulo 9.

Tudo isso é duma importância histórica que, quanto sei, nunca foi assinalada. A persistência dessas insólitas aberturas só pode significar que esse fechamento das vogais átonas é um fenómeno antiquíssimo. O português europeu – conhecido por apagar sistematicamente essas vogais – conserva assim, como num relicário, um estado de língua que atravessou, intacto, 1400 anos. É obra.

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

No extremo leste de Trás-os-Montes, e mais particularmente em Miranda do Douro, fala-se uma língua, o mirandês, pertencente a uma área linguística diferente da do galego e do português: a asturo-leonesa. Nessa língua, os l e n intervocálicos latinos, simples ou geminados, foram mantidos. No mapa da pág. 113, essa área acha-se indicada a tracejado no ângulo superior direito.

Podemos observá-lo nos versos iniciais do magnífico poema «Dues llénguas» de Francisco Niebro, pseudónimo do advogado e professor universitário Amadeu Ferreira (1950-2015), grande dinamizador e promotor da língua mirandesa.

O poema descreve, de modo impressionante, o processo interior do bilingue de mirandês e português na sua trabalhosa acomodação a dois idiomas, tão diversos, na experiência dele (destaques e tradução meus).

Andube anhos a filo cula lhéngua trocida pula

oubrigar a salir de l sou camino i tener de

pensar antes de dezir las palabras ciertas.

Andei anos a fio com a língua torcida por a

obrigar a sair do seu caminho e ter de

pensar antes de dizer as palavras certas.

Pertencem, assim, à norma mirandesa formas como bolar (port. voar) e lhuna (port. lua), por um lado, e por outro eilha (port. ela) e anho (port. ano). Aquando do reconhecimento do mirandês como língua própria, em 1999, foi para ele adoptada a ortografia portuguesa, numa tarefa dirigida pela dialectóloga Manuela Barros Ferreira.

Aconchego e autoconfiança

Através do exame da queda de l e n e da simplificação de ll e nn intervocálicos, dois processos, como vimos, ordenados e sistemáticos, tornou-se claro, e mesmo inquestionável, que toda essa movimentação – e chamar-lhe convulsão, repita-se, não é de mais – teve lugar em época bem mais remota do que até hoje foi habitual supor, e certamente não mais tarde que 600 d. C., isto é, meio milénio antes de Portugal surgir como realidade política. Para que estes e outros fenómenos decisivos acabassem por revelar-se tão sistemáticos e tão sólidos, foi necessário terem-se iniciado muito cedo. Nesse sentido, o exame aqui feito desses fenómenos constitui, como já dito antes, uma máquina do tempo, transportando-nos até

essas remotas eras.

Repitamos o que sobre isto foi dito no capítulo 1, pois nunca esta matéria foi expressa em histórias da língua ou ensaios linguístico-históricos: para que os numerosos l e n latinos intervocálicos acabassem eliminados e os também numerosos ll e nn latinos intervocálicos fossem reduzidos, uma e outra operação com a eficácia e o êxito conhecidos, foi necessário um desempenho oral colectivo em latim, e ele só pôde vigorar quando essa era ainda (ou já) a língua dominante no noroeste peninsular, o que remete para época marcadamente recuada, que situámos em redor do ano 600.

É-nos, portanto, claro, e nisto insisto: o idioma dos portugueses não apareceu com Portugal, ou mesmo quando um Portugal se preparava, senão bem antes. Aí está uma perspectiva inesperada, contra-intuitiva mesmo, para quem, como muitos de nós, sempre concebeu a nossa realidade histórica dentro dos acolhedores limites de «um povo, um território, uma língua». Na realidade, essa História que há séculos andamos contando uns aos outros é uma narrativa feita à nossa estrita medida, proporcionando-nos aconchego e autoconfiança. A isso nos estimulam aquelas histórias da língua que, implícita mas convictamente, sugerem um idioma formando-se tardia e aceleradamente a partir dum latim miraculosamente ainda em uso oral, e pronto para servir esse Portugal que não demoraria a aparecer. E assim, naquela primeira tarde portuguesa, ali estava um idioma novinho em folha, nascido por geração espontânea, prestes a estrear, para exclusivo proveito e alta recreação da nova grei.

Muito clara nessa convicção era a História da Literatura Portuguesa, de 1936, de Agostinho Fortes e Albino Forjaz de Sampaio, na qual se lia: «A língua portuguesa aparece no século xii, época da constituição da nacionalidade, embora antes, a partir do século ix, se vislumbrem alguns elementos que a hão-de formar.» E assim, nesse século xii, tudo se conjugava a nosso especial favor: a nacionalidade, a língua e a escrita.

Uma amostra, esta deveras caricatural, da fixação num idioma exclusivo é dada por José Pedro Machado, em *As Origens do Português*, opúsculo de 1945. Tendo fornecido exemplos das sínopes de l e n, informa: «O galego também conheceu este

fenómeno.» A segunda edição, de 1967, conservará intocada a observação. O grande Mestre da língua terá certamente tido, nos muitos anos que ainda viveu, suficientes oportunidades de afinar a perspectiva.

Actualmente, o sector mais lúcido da linguística portuguesa assume que a realidade política portuguesa se exprimiu, desde o primeiro momento, no idioma do território galego em que Portugal se originou, já que esse era o único idioma disponível. Começa, assim, a tornar-se conceito comum entre nós que, até 1400, o Norte e o Sul do rio Minho se serviram da mesma língua, crescentemente com particularidades próprias, mas insuficientes para definirem idiomas diferentes, ou sequer dialectos.

Escreve a esse respeito Johannes Kabatek: «Morfologicamente e sintacticamente, galego e português são tão semelhantes, ainda hoje, que pode presumir-se que as diferenças na Idade Média eram predominantemente de natureza lexical e fonética.» Isto é, naquelas áreas que menos definem os idiomas. E a professora coimbrã Clarinda de Azevedo Maia, veterana nestas matérias, assinalava, em 1994, «a existência durante o período medieval, sobretudo durante os séculos xiii e xiv, de uma comunidade linguística no noroeste de Portugal e na Galiza, não implicando esse facto uma total homogeneidade na língua das duas regiões». E ajuntava, nesse artigo sobremaneira esclarecedor: «Até ao termo do século xiv [isto é, 1400], é impossível separar linguisticamente a Galiza do Norte de Portugal até ao Douro» (destaque meu). As diferenças – realmente de ordem quase só fonológica – não conseguiriam, insistamos, distinguir sequer dialectos.

O estranho é que não tenha existido, e não exista, na historiografia linguística portuguesa, o menor interesse em cartografar o que galego e português tenham tido, ou mantenham, de comum. Tratando das duas variedades, a atenção fixa-se sempre na «diferenciação», nos «traços diferenciadores», no «processo de diferenciação». Estou a citar um artigo de 2015 da linguista Sónia Duarte, da Universidade do Porto, artigo fundamental que mais vezes referiremos. Quase se suporia, no investigador português, um vago mas eficaz receio de que, investigando tais domínios, saltasse à vista uma tal proximidade entre português e galego que a imagem

portuguesa do próprio idioma como único e irredutível pudesse vacilar.

Só que a História foi o que foi, e este idioma começou por não ser nosso. Esperança Cardeira, importante historiadora da língua, desenhava, em *O Essencial sobre a História do Português*, de 2006, esta geografia do idioma: «À entrada do ano mil, no noroeste peninsular, uma região que se estendia da Galiza a Aveiro, abarcando, ainda uma faixa das Astúrias, delimitava já um romance com contornos peculiares». O que isto queria dizer, dizia-o ela também, numa linguagem saudavelmente fora da caixa (que aqui se destaca): «Não é ainda Portugal, não é ainda língua portuguesa. [...] Antes de Portugal, antes do Português, no limiar do século x, já estava constituído um romance», e as suas características distinguiam-no do todo peninsular.

Assim foi realmente. Por isso, a linguística portuguesa mais esclarecida sugere que denominar português qualquer variedade linguística anterior a 1400 é resvalar num anacronismo, e pelo menos numa sofrível incongruência. Até essa data, Portugal utilizou a língua que herdara ao fazer-se independente: o galego. Historicamente, o português é um fenómeno tardio.

ESTAÇÃO DE SERVIÇO



Em pleno Baixo Alentejo, junto a Vale de Açor de Baixo, no concelho de Mértola, existem três pequenos aglomerados, ou montes, que dão pelo nome de Viegas, Eirinha e Outeiro. Viegas derivou de Venegas, e este do ár. Ibn Egas ‘filho de Egas’, com perda do n. Uma eirinha é uma pequena eira, do lat. area. E Outeiro, do lat. altariu, reúne dois ditongos decrescentes, tão característicos da língua criada no Noroeste.

Para Eirinha e Outeiro, foi uma longa viagem, essa, da frescura de Aveiro aos calores do Alentejo. Mas o material chegou em perfeitas condições.

Tenha-se, porém, em conta que os ditongos ei e ou se monotongaram a sul do Tejo, soando aí os nomes das duas localidades, respectivamente, êrínha e ôêtu.

Os mitos são, no entanto, teimosos, e ainda persiste a fixação num idioma exclusivo. Veja-se este inequívoco testemunho.

No primeiro volume, de 2013, da Gramática do Português, obra colectiva editada pela Fundação Gulbenkian, o brasileiro Rodolfo

Ilari ocupa-se do capítulo «O português no contexto das línguas românicas». Tudo aí é exposto como se o idioma português tivesse surgido do seio do latim no século xii, isto é, aquando da fundação da nacionalidade. Segundo o autor, «os forasteiros que iam a Portugal» nesse século encontravam uma língua que soava «bárbara». A eliminação de l e n intervocálicos é, em seu entender, «um exemplo de inovação que surgiu no território português» (destaque meu). O infinito pessoal – que sabemos ter-se desenvolvido no espaço galaico – é dita, estranhamente, «uma construção que não tem paralelo nas demais línguas românicas». E assim durante quinze cerradas páginas. Não há, nesse decisivo capítulo, uma palavra sobre o galego, a Galiza, ou sequer a Galécia.

Não é infelizmente caso único. Entre nós, o historiador Miguel Real escrevia em 2011, numa Introdução à Cultura Portuguesa: «Portugal nasce de duas paixões: a da guerra e a do lirismo de uma visão poética e espiritual do mundo. [...] Movidos pela instabilidade da terra e pelo desejo do céu, homens e mulheres amam-se no intervalo das pelepas e dos fossados, nascem as cantigas de amor, furtadas à Europa provençal, e as de amigo, genuinamente portuguesas.» Aqui, a Galiza não existe, e nunca existiu.

Também para Frederico Lourenço, na Nova Gramática do Latim, o português emana, sem sombra de intermediários, do farto seio da língua latina.

Mas há, em tudo isto, um dado curioso. Essa nossa patente necessidade de reivindicar uma língua própria, incomparável e exclusiva está em forte contraste com a lentidão com que, historicamente, este nome de «português» se fez esperar. Como vimos na Introdução, só nos anos de 1430 encontramos um uso absoluto de «o português» para o idioma pátrio.

O galego, esse, já era como tal designado. Numas Regles de Trobar, de 1290, redigidas em occitano, dizia o catalão Jofre de Foixà: «Se quiseses fazer um cantar em francês, não debes misturar nele provençal, nem siciliano, nem galego, nem outra linguagem» (destaque meu). Era um primeiro reconhecimento internacional desse idioma do noroeste ibérico em que se produziam excelentes líricas de amigo, de amor e maldizer. E, ao dizer «galego», o autor occitano não quis certamente excluir as produções poéticas de

Portugal. Com esse nome que nos englobava, era, pois, o nosso idioma que andava já nas bocas do mundo.

Um apontamento de interesse histórico. Houve, por meados do século xx, um grupo de investigadores, ligado mormente à Universidade de Coimbra, que pôs em dúvida a origem nortenha do idioma, sugerindo antes o centro de Portugal como seu berço. Era uma ideia insustentável, hoje abandonada. Dois dados de fácil observação a contrariavam, também: a crescente diversidade de formas à medida que se avança rumo a norte e a peculiaríssima toponímia do Entre-Douro-e-Minho. A esse respeito, escrevia Clarinda de Azevedo Maia, professora da universidade coimbrã, que estudou abundantes textos medievais dos dois lados do Minho: «Os textos da Galiza caracterizam-se, relativamente aos de Portugal, por uma maior riqueza de possibilidades não só gráficas, mas também fonéticas, estas últimas como consequência da falta de unidade linguística que sempre caracterizou a região.» Ora, importa sublinhar, esse é um fenómeno conhecido da genética: quanto mais originais os cenários, maior diversidade de traços patenteiam.

Uma história exemplar

O linguista brasileiro e o ensaísta português acima citados permitem-se aquela radical e patente negação da Galiza, não certamente porque fosse isso o que visavam, mas singelamente porque o ambiente cultural em que actuam não alimenta qualquer expectativa no respeitante àquele país. A verdade é esta: a Galiza não faz parte das preocupações expectáveis, menos ainda faz parte do imaginário dum português e dum brasileiro médios, ainda que cultos. A auto-imagem brasileira, e mesmo portuguesa, dispensa qualquer tipo de alusão, positivo ou negativo, à realidade galega. Nas histórias que nos contamos sobre nós mesmos, não existe uma personagem chamada Galiza. Ou uma referência língua galega. Veja-se este episódio exemplar.

Em 1886, um advogado português, Inácio Silveira da Motta, fez uma viagem além-Minho. Num livro saído três anos depois, Viagens

na Galiza, descreve, a dada altura, uma estada em Compostela, onde o impressionou a quantidade de hospitais. Tendo referido um deles, informa Silveira da Motta:

Além deste hospital há o de S. Roque e o das Órfãs ou de Salomé; e houve também o da Raiña [destaque original], onde, segundo reza a lenda, se acolheu a boa e virtuosa viúva do nosso rei D. Dinis, quando veio em peregrinação à sepultura do apóstolo. O nome português [destaque meu], que este humilde asilo manteve durante séculos, corrobora porventura a poética tradição.

Eis aqui um português feliz por ver a sua língua honrada além-fronteiras. O relato reserva-nos, no entanto, um pequeno golpe de teatro. O advogado vai adquirir uns volumes de poesia, «compostos no dialecto galego», entre eles Follas Novas, de Rosalia de Castro, na edição de 1880. E deste livro cita algumas passagens, com que pretende, diz ele, mostrar ao leitor português:

o estado em que ao presente se encontra [...] o canoro e onomatópico dialecto com que se formou e robusteceu a senhoril, enérgica, harmoniosa língua de Barros e de Lucena, de Camões e de Vieira, de Luís de Sousa e de Manuel Bernardes, de Herculano, de Castilho e de Garrett.

É uma inesperada concepção, esta, do galego como realidade «com que se formou» o português. Nesses finais de Oitocentos, e durante muito tempo ainda, este advogado viajante esteve nisso bastante desacompanhado.

Tempos depois, no Verão de 1905, o médico e contista Fialho de Almeida visita, ele também, a Galiza. Desde a morte de Eça de Queirós, em 1900, é ele o escritor mais conceituado no seu país. Esta é a segunda de três estadas suas em terras galegas, e nela

redige um diário de viagem, extenso e pormenorizado, que ficará inédito durante quase um século. Só em 1996 é publicado, na editora galega Laiovento, com o título *Cadernos de Viagem: Galiza: 1905*. Foi feita uma edição portuguesa, em 2001, de que se citará.

Aí vemos Fialho, certo dia, num jardim de Ourense. Tinha havido um aguaceiro e o viajante anota:

As árvores lavadas, fresquíssimas, deixam cair uma luz verde, das copas de folha translúcida. Há cheiros de magnólias que estão agora em flor. As crianças brincam descalças, quase todas dos arredores, no jardim. Os pássaros cantam. Vozes infantis que chamam, prolongando a última sílaba: «– Pepitôoo!... Juanitôoo!... Marcial!» ou os diminutivos portugueses – «Pépiño! mira lo que voy a decirte...»

Tal como Silveira da Motta em hospital da Rainha, o médico alentejano acredita agora ouvir português em Pepiño.

Dias depois, já em Mondonhede, Fialho encontra uma velhinha, que lhe diz: «Mire señor que soy soliña...» E o autor comenta: «Aquele dialecto quase português me acabou por enternecer. É curioso que quanto mais me interno na Galiza, ao contrário do que poderia supor-se, mais o dialecto falado se parece com o português.»

Imaginamos que a senhora, que contava as suas maleitas ao médico Fialho, tentou exprimir-se em castelhano. Alguns galegos fazem-no, por cortesia, ao falarem connosco. De notar que a senhora diz soliña, quando está amplamente documentada, à época, a forma autóctone soíña. Menos verosímil parece que, há um século, os miúdos do jardim de Ourense falassem castelhano entre si. Mas não é isso aqui o importante, e antes o facto de Fialho ter suposto em Pepiño um diminutivo português, e agora, ouvindo soliña, discernir duas realidades, mas realidades semelhantes. Dito doutro modo: não é que a fala do distante Mondonhede se aproxime mais da portuguesa do que as outras. É Fialho, que até então só ouvira à sua volta falar castelhano (e assim sistematicamente no-lo reporta), se

apercebe de que o cenário linguístico galego é mais complexo, e que qualquer coisa nele remete para o seu idioma materno.

«As antigas fezes»

Ao longo da história portuguesa, sempre foi ténue a percepção duma afinidade entre português e galego. Uma exceção é Duarte Nunes de Leão, na sua *Origem da Língua Portuguesa*, de 1606. Tendo sublinhado a «notável diferença» entre a língua francesa e as de Castela, Galiza e Portugal, afirma sobre as duas últimas: «Eram antigamente quase ãa mesma, nas palavras e nos ditongos e pronúnciação que as outras partes de Espanha não têm.» Espanha indicava, à época, o conjunto da Península.

Outras referências históricas ao galego, já de si raras, não são lisonjeiras. O académico António das Neves Pereira, escrevendo em 1793, tem, mesmo, uma imagem forte. Após um rasgado elogio à escrita de António Vieira, que considera ousada e renovadora, o filólogo escreve: «A este insigne escritor devemos o ter a linguagem mais expurgada das antigas fezes do dialecto Galiziano, que a cada passo se acha de mistura nos autores que lhe precederam» (destaque meu).

Convenhamos: não é dizer pouco. O grande orador fora precedido de João de Barros, de Camões, de Lucena, de Luís de Sousa, de Rodrigues Lobo, todos mestres aclamados do idioma. Mas não, Vieira trazia uma tarefa desgaleguizadora que nem a eles poupa. Em passagem anterior, havia Neves Pereira mencionado, entre as fontes do léxico português, «o dialecto Galiziano». Mas esse era um ponto de vista entretanto superado. Ao comentar, agora, certa construção defeituosa, designa-a por «galegada».

Esta rejeição explícita do galego não destoa num panorama de secular e sistemático desbaste de marcas galegas do português, um processo denominado, pela própria linguística portuguesa, desgaleguização. Vamos estudá-lo no capítulo 5.

Mas conheciam os portugueses o galego? Pode duvidar-se. Em festas religiosas celebradas desde meados do século xvii, num Portugal já restaurado, cantavam-se, pelo Natal, pelos Reis, noutras ocasiões, numerosos vilancicos. Foram todos editados, à época, e somam, até cerca de 1720, várias centenas. A larguíssima maioria deles é em castelhano (objectivamente, a língua dum inimigo longo tempo guerreado), segue-se um grupo em português, e há ainda dois conjuntos menores: em galego e em língua de preto. Nesse ternurento contexto natalício, o galego parece cair a matar.

Galeguiños, galeguiños,
ay, que os traygo que contar,
que o miniño garridiño
ha nacido galeguiño
esta noite em hũ portal.

Ou ainda:

Ay meu Rey, meu Senhor,
meu lindo fidalguinho,
ay morrome por bós,
porque sois galeguinho.

Hoje sabemos que os autores destes textos não eram de língua galega e que eles tão-só reflectem a imagem do indivíduo galego, sempre rústico, infantil, mesmo boçal. Reflectem, também, a imagem que se fazia do seu idioma. Daí as formas estereotipadas, fortemente castelhanizantes, e na realidade linguisticamente pobres, bem diferentes das produções galegas genuínas contemporâneas delas, compiladas ao longo de decénios pelo beneditino setecentista Martín Sarmiento. Um exemplo:

Farruquiño, se te fores,
deixame a tua navalla;

a quen me falar d'amores

para lle raxar a cara.

Repare-se no uso do futuro do conjuntivo (fores, falar) e em raxar, forma aparentada a rachar. É uma curiosa cantiga de amigo, duma mulher que se dirige a um Farruquiño (nós diríamos Chiquinho) que ainda não partiu mundo afora, mas nunca fiando.

A predominância do vilancico castelhano tem, seguramente, que ver com o prestígio desse grande idioma vizinho, um prestígio que as desavenças políticas nunca afectaram. Mas provavelmente há mais. O grande filólogo Manuel Rodrigues Lapa, que dedicou a estes textos em 1930 um detido exame, supõe que a pouca frequência do vilancico português radica, também, num receio: o da demasiada proximidade com essoutra «linguagem rude», o galego.

Capítulo 4 – A invenção do galego-português

Se [a língua] é “atestada pelo menos desde o século

viii

”, quando ainda não existia a entidade política chamada Portugal (e nem mesmo o Condado Portucalense) e se somente no século

xiv

se estabeleceria uma “fronteira linguística” entre o galego e o português, por que chamar a língua de “galego-português” e não simplesmente galego, uma vez que a entidade político-geográfica chamada Galécia existia desde a época dos romanos?

Marcos Bagno, «O português não procede do latim», Grial, 2011

Primeiros contactos

Em Portugal, ignorava-se tudo quanto, em matéria de poesia popular, se produzia na Galiza de Seiscentos e Setecentos, que era assinalável. E só a partir de meados do século xix se dará a redescoberta internacional da grande lírica medieval, contida em manuscritos redigidos no que se convencionou chamar galego-português.

O primeiro contacto directo dum público português com um galego mais recente dá-se em 1877, quando Teófilo Braga, publicando o seu Parnaso Português Moderno, nele inclui, na ortografia original,

poemas galegos contemporâneos. Entre eles, quatro de Rosalia e cinco de Valentín Carvajal. E porque faz ele isso? Teófilo explica-o detidamente, dedicando ao galego 26 cerradas páginas da sua Introdução. Diz ele, no essencial, que o galego foi a língua em que primeiro se poetou na corte de Castela e na de Portugal; que a actual lírica galega é uma das «formas arcaicas» da poesia portuguesa; que «a conquista romana veio muito cedo influir na constituição do dialecto galego» (o autor usa dialecto sem qualquer depreciação); e Martín Sarmiento, investigador setecentista galego, aqui citado com assentimento, afirmara: «Cuando Portugal estaba en posesión de los Moros, se hablaba ya en Galicia el idioma vulgar.» São, uma por uma, concepções do maior interesse e que, quanto sei, nunca entre nós se haviam expressado. Pelo menos tão curiosa é a factual ausência, entre nós, de referências a este insólito estudo de Teófilo.

Um circunstanciado historial das relações de Sarmiento e outros autores galegos com o português é oferecido em artigo de Xosé Ramón Freixeiro Mato de 2015. Para uma visão de conjunto das relações culturais entre a Galiza e Portugal de Oitocentos à actualidade, é indispensável o artigo de Elias Torres Feijó de 2009.

Tem de dizer-se que, nesse último quartel do século xix, vários outros intelectuais portugueses exprimiram uma adesão cultural à Galiza e ao galego que ainda agora nos deixa perplexos. Assim, o historiador Alexandre Herculano, numa carta de 1874, ao colega galego Benito Vicetto, tem afirmações, que ele poderia supor acabassem publicadas, como as seguintes: «A Galiza é um país altamente simpático a Portugal», «A Galiza deu-nos população e língua», «O português não é senão o dialecto galego, civilizado e aperfeiçoado». Esta última tese é, linguisticamente, insustentável. Mas não será a última vez que um português se crê na posse dum instrumento mais aprimorado, e um dia alguém há-de querer oferecê-lo aos galegos numa «salva de prata». Lá chegaremos.

Em 1882, numa Gramática liceal, Francisco José Monteiro Leite informava, repetindo Nunes de Leão, que a língua galiziana «foi no princípio da nossa monarquia quasi uma mesma com a nossa», e deixava implícito que foi nessa língua que o rei D. Dinis compôs as suas cantigas. Ainda mais directo foi Oliveira Martins, afirmando,

em carta ao galego Salvador Cabeza León publicada em 1891: «O português não é outra coisa senão o galeciano que tomou caracteres próprios com a cultura principalmente quinhentista. Antes as duas falas não se distinguiam.»

Eram tomadas de posição que surgiram para de novo se eclipsarem. Era, até, necessário atalhar essa concepção, nitidamente perigosa, dum português que se desenvolvera do galego.

Alguma perplexidade

A afirmação do académico setecentista António das Neves Pereira acerca das «antigas fezes do dialecto galiziano» figura num opúsculo do professor Ivo Castro, Galegos e Mouros, texto duma conferência que deu em 1996, em Santiago de Compostela. Trata-se dum estudo de fundamental importância, pela informação que reúne e pela argúcia das observações. Ivo Castro reproduz essa e outras afirmações de filólogos e linguistas portugueses, no decurso da História, acerca do galego. Vamos examinar dois desses pontos de vista: o de Adolfo Coelho e o de José Leite de Vasconcelos, os mais destacados linguistas de finais do século xix e inícios de xx em Portugal.

Escreve Adolfo Coelho na segunda edição de A Língua Portuguesa, de 1887:

No século

xv

o galego, como se acha em documentos de Santiago de Compostela, tem as mesmas feições que o português do século anterior, abstraindo dalgumas raras formas particulares. Português e galego foram todavia diferenciando-se cada um do seu lado, de modo que cada um se acha em face do outro como um dialecto perfeitamente

definido, não porque o português seja um dialecto do galego ou o galego dialecto do português, mas porque português e galego saíram duma mesma base comum, a língua galécio-portuguesa dos séculos

xii

a

xiv

.

Primeira constatação: até cerca de 1400, português e galego diferenciavam-se em questões de pormenor. E nós sabemos que assim foi. Os investigadores, galegos ou portugueses, apontaram até hoje, a norte e a sul do Minho, certas diferenças fonológicas e morfológicas, nenhuma das quais atinge qualquer estrutura do idioma. Segunda constatação: português e galego procediam ambos duma língua única, que durara de 1100 até ao século xv. Já vimos como esta convicção persiste.

Vejamos a perspectiva de Leite de Vasconcelos. O essencial está contido num artigo aparecido na Revista Lusitana (1887-1889). Citamos conforme o original:

O português-galego diferenciou-se cada vez mais, constituindo de um lado o galego (com os seus dialectos) e do outro o português (também com os seus dialectos e subdialectos). Vê-se, pois, que estão ambos nas mesmas relações com o latim, e que se não deve dizer nem que o galego provém do português, nem este daquele.

É uma afirmação estranha, essa, de galego e português se encontrarem «em idênticas relações com o latim», sobretudo quando se acrescenta que nenhum provém do outro. A sugestão é que um e outro provêm directamente do latim. Mais explícito é

Vasconcelos quando escreve: «Há razões para crer que a língua não foi formada no norte e depois propagada para o sul com a Reconquista» e, ainda, que «no sul, antes das conquistas de D. Afonso Henriques, se falava já português».

Sejamos coerentes: se galego e português provieram, um e outro, directamente do latim, eles foram, desde o primeiro momento, línguas diferentes. Em que se diferenciavam então? Sobre isto nem uma palavra.

Um pensamento mágico

Leite de Vasconcelos não ficou sozinho nessa convicção de terem galego e português tido histórias geneticamente separadas. A obra filológica de Manuel de Paiva Boléo, da Universidade de Coimbra, concebe um português originado na região coimbrã, reconhece serem Norte e Nordeste as zonas mais conservadoras e arcaicas, mas nunca atribui qualquer papel à Galiza na génese e formação do idioma.

Sabe-se que os pontos de vista de Leite de Vasconcelos, em toda esta matéria, foram marcados por uma assinalável ambivalência. Um estudo exaustivo da questão foi feito pela investigadora Beatriz García Turnes no seu livro *Ideias sobre o Galego e as Orixes do Português na Lingüística Lusa do Século xix*, de 2008. De grande interesse é também um artigo, anterior, «Leite de Vasconcelos e o galego», de Carme Hermida, de 1987.

Também a questão terminológica – português-galego, galego-português, galeco-português, galaico-portugalense – está bem estudada num artigo de Ivo Castro e Yara Frateschi Vieira, de 2009, no qual se examina a longa troca de correspondência entre José Leite e Carolina Michaëlis, a filóloga e publicista alemã que se fixou e trabalhou em Portugal desde finais do século xix. Desse excelente estudo, retenho dois pontos mais picantes: que Vasconcelos propõe galeco-português para evitar galego, termo socialmente pouco cotado, e que Carolina está à vontade para adoptar galego-

português, por ser ela «imune a certos pruridos nacionalistas».

A visão genericamente reinante nos meios linguísticos portugueses, repetimo-lo, entende a independência de Portugal, em meados do século xii, como factor decisivo na emancipação do português como idioma, dada por concluída à volta de 1400. É esse o momento em que o galego-português sai de cena. Assim o exprime o historiador Fernando Cristóvão. «A língua portuguesa», escreve ele, «inculta e rude nos formulários tabeliônicos ou religiosos do século xii, rapidamente se emancipou da fase galego-portuguesa, adquiriu feição literária já no século xiv» (destaque meu), etc. É a visão de línguas primitivas e rudes, opostas às nacionais e cultas.

Mas a concepção dum galego e dum português evoluindo ambos do latim continua viva. O mais recente afloramento de tal visão é encontrável na volumosa Gramática do Português, da Fundação Gulbenkian, já citada. Aí escreve Luísa Segura, linguista da Universidade de Lisboa:

Se é um facto que galego e português compartilharam uma fase comum, a fase do galego-português, tendo tido uma evolução comum a partir do latim e em divergência com os outros romances hispânicos, a verdade é que se sabe hoje que muito cedo – ainda na Idade Média – estas línguas começaram a divergir e que essas divergências se acentuaram sobremaneira a partir do momento em que Portugal se tornou um reino independente e o português se tornou língua de um Estado soberano.

Repare-se: mesmo falando-se numa fase do galego-português, e numa evolução comum a partir do latim, em toda essa evolução está já presente, como que por magia, um idioma português. Se o ousado rótulo de Carolina Michaëlis, galego-português, era já na altura uma correcção política, hoje continua a sê-lo.

Ora, já o vimos e já o repetimos: esse idioma que, por volta de 1200, surge na escrita assenta em estruturas de tal envergadura e tal complexidade que exigiram séculos de circulação oral. O único

nome que cabe atribuir-lhe é galego. Mas a simples ideia de que, algum dia, um idioma estrangeiro possa ter sido a língua de Portugal é-nos insuportável. Foi dessa repugnância que nasceu esse famoso galego-português, um passe de mágica que, para conforto do nosso patriotismo, elimina intermediários entre o latim e o português. E note-se: esse magno evento de um português e de um galego brotando irmãmente, mas já separados, do farto seio latino é, por questão de segurança, imaginado em data nunca anterior ao ano 1000, quando, com um Condado Portucalense em formação, já praticamente existem portugueses.

Só que nunca se explicou como, em tempo recorde, se passou do latim a duas línguas dele derivadas, e muito menos se expôs que especificidades únicas e inconfundíveis as distinguiriam, a ponto de merecerem já nomes diferentes. Em suma: em tudo isto, reinam uma visão mágica da História e uma indisfarçável levandade. Objectivo? Não afrontar mais do que o necessário o patriotismo português.

Um cenário perfeito

Há pouco mais de dois séculos, ignorava-se quase tudo quanto se havia produzido em língua vulgar, antes de 1500, em territórios galego e português. Há-de parecer-nos actualmente inconcebível, mas só a partir da década de 1820 começa a ter-se conhecimento dos textos medievais galegos e portugueses, e mesmo esse conhecimento só lentamente se foi difundindo. Diz-se, e poderá ser verdade, que Rosalia de Castro morreu, em 1885, na convicção de ter sido o primeiro poeta em língua galega. Facto é, também, que as edições dessa literatura medieval galega e portuguesa se fizeram sempre fora da Galiza, e quase sempre igualmente fora de Portugal. Elas foram aparecendo na França, na Itália, na Espanha, na Alemanha. Assim se foram conhecendo os vários Cancioneiros, os escritos doutrinários dos príncipes de Avis, a quase totalidade das nossas crónicas quatrocentistas.

Almeida Garrett, ao escrever, em 1826, o seu Bosquejo da História

da Poesia e da Língua Portuguesa, refere de passagem uns trovadores, mais o rei D. Dinis que cultivou as letras, daí saltando para Gil Vicente. Um pouco mais tarde, em 1845, Francisco Freire de Carvalho publica um Primeiro Ensaio sobre a História Literária de Portugal, no qual tem algo mais a contar sobre a produção dos séculos xiv e xv, aduzindo já vários nomes e títulos de obras, algumas delas de conhecimento recentíssimo. Mas é visível o pouco contacto directo do historiador com as obras de que fala, à falta de edições correntes. O mesmo vale, ainda em 1862, com a quinta edição do Bosquejo Histórico da Literatura, de António Borges de Figueiredo. Foi, como vimos, o publicista Teófilo Braga a fornecer, na década de 1870, uma primeira e informada panorâmica de toda essa produção.

Esta lenta descoberta literária é, pois, contemporânea de vários outros importantes processos oitocentistas: o da construção duma História de Portugal consistente (com Herculano e Oliveira Martins), o duma consciência retroactiva, mas aguda, da nacionalidade e, não menos, o da confecção duma tradição, a nossa invention of tradition. Dito doutro modo: aquela descoberta duma produção literária medieval em português veio mesmo a calhar.

O percurso ideológico dum Teófilo historiador da literatura foi magnificamente exposto por Carlos Ferreira da Cunha, numa tese de doutoramento de 2002, na Universidade do Minho. Esse percurso inscreve-se, mormente a partir de 1873, na criação dum «imaginário colectivo nacional», num «processo de construção identitária». Trata-se duma autêntica «invenção de Portugal» em termos culturais, particularmente literários e históricos, acompanhando «a descoberta progressiva dos Cancioneiros medievais». Escreve o autor da tese: «Na génese da literatura portuguesa Teófilo descobre a existência de uma escola trovadoresca nacional, a partir da qual se teria desenvolvido organicamente a literatura nacional.» A lírica dos Cancioneiros entroncava, agora, directamente na «pura tradição conservada no povo português».

Esta completa apropriação por Portugal duma lírica que já não é sequer galego-portuguesa achamo-la hoje, como vimos, em Miguel Real: as cantigas de amor vieram-nos da Provença, as de amigo são «genuinamente portuguesas».

O que o conhecido ensaísta faz é relacionar intimamente dois dados históricos casuais: a fundação do reino de Portugal (a chamada «primeira tarde portuguesa») e o início documental do lirismo. Eles são decerto contemporâneos, mas trata-se de pura coincidência. Com Portugal ou sem ele, esta produção lírica ter-se-ia dado. Com ou sem lirismo, Portugal poderia ter surgido.

Manuel Rodrigues Lapa, escrevendo em 1973, é taxativo: «Quando dizemos o nosso lirismo, pretendemos significar o lirismo galego-português. E, se repararmos bem, fora de toda a preocupação nacionalística, as primeiras manifestações da arte trovadoresca e até os maiores trovadores, tirante D. Dinis, acusam o predomínio evidente do elemento galego sobre o elemento português, o que pode fazer supor que o foco irradiador da nova poesia esteja sobretudo na região de Além-Minho. Pelo menos, a procedência averiguada da maior parte dos trovadores assim o indica.» Esse predomínio galego é, mesmo, segundo dados de Henrique Monteagudo, em artigo de 2017, avassalador.

Mas o indevido relacionamento íntimo de factos aleatoriamente contemporâneos produz o quadro que faz emergir simultaneamente uma Nação, uma Literatura, uma Língua. Como escreve Xoán Lagares: «Este tipo de explicação histórica identifica o reino medieval de Portugal com o moderno Estado-nação português e faz nascer, ao mesmo tempo, a nação e a língua, de acordo com o ideal do nacionalismo linguístico.» É esse o panorama que Miguel Real desenha, aparecendo Nação, Língua e Literatura nele geneticamente fundidas, como se nascidas dum mesmo movimento orgânico. É o puzzle em que tudo encaixa, satisfazendo a necessidade portuguesa de saber-se único e pleno de êxito. Achávamos já esta leitura mítica da História em Teixeira de Pascoaes, num livro de 1915 que ficou célebre, *Arte de Ser Português*:

Portugal é uma raça constituindo uma Pátria, porque, adquirindo uma língua própria, uma História, uma Arte, uma Literatura, também adquiriu a sua independência política.

É esta concepção essencialista da História – surge um país, surge uma língua – a que prevalece em mentes portuguesas. A ocorrência quase simultânea dos primeiros testemunhos linguísticos e da emergência do Estado português – co-ocorrência, insistamos, inteiramente fortuita – condicionou para sempre também a visão portuguesa da língua. Inserir-se nela o galego só viria perturbar um belo sonho. Veja-se este caso elucidativo.

Num artigo de 2014, Ivo Castro, falando do primeiro rei português, Afonso Henriques, morto em 1185, afirmava que a língua materna do monarca lhe permitia «conversar com os de Vigo, Compostela, ou mesmo Corunha, que compartilhavam de dialectos nascidos do mesmo latim, transformados pelos mesmos processos». E acrescentava o professor: «Essas afinidades linguísticas mantêm-se no terreno até aos dias de hoje, mas para as reconhecer é necessária alguma aplicação, porque vão contra a corrente da construção de um país em que Afonso Henriques e os seus descendentes se empenharam com sucesso.»

Que diz o nosso linguista? Que galego e português tiveram origem no mesmo tipo de latim, que passaram pelos mesmos processos, que as afinidades se mantêm «no terreno» até hoje. Mas também – e aqui Ivo Castro, habitualmente frontal, serve-se de eufemismos – que o admitir tal coisa vai «contra a corrente da construção de um país» próprio. Menos codificado, é a confissão de que, em Portugal, a simples admissão de afinidades linguísticas com a Galiza equivale, hoje ainda, a desafiar a concepção de país independente. Eis um facto estarrecedor: para um português, língua e independência são, e continuam a ser, conceitos indissociáveis. Pôr um em causa faz correrem perigo os dois.

Em forte contraste com essa genérica posição portuguesa, está o artigo de 2011 do gramático brasileiro Marcos Bagno, citado na epígrafe a este capítulo. Nele se transcreve a passagem do livro de Esperança Cardeira *O Essencial sobre a História do Português*, em que se fala de «antes de Portugal». A filiação directa do galego, e não do português, ao latim é a noção central, assim se avalizando outras descendências do galego, em formação no Brasil e outros pontos do globo aonde os portugueses levaram o idioma.

Saudades ao solzinho

É esta, pois, uma história de persistentes mal-entendidos, de repetidos desencontros. Infelizmente, não há outra. Ou... sejamos otimistas: ainda não há outra. De momento, vale essa aconchegante narrativa que, de há séculos, nos contamos ao canto da lareira. A identificação do galego como realidade próxima, mas em si consistente, só viria criar insegurança.

Existe um testemunho galego dessa resistência portuguesa a uma língua galega demasiado próxima. Deixou-no-lo Daniel Castelao na sua obra magna, *Sempre en Galiza*, em passagem de 1947. A propósito de certo intercâmbio estudantil, de coimbrões em terra galega, relata o mais célebre intelectual galego do século xx:

Os visitantes universitarios do alén-Miño esmerábanse en falarnos nun castelán risible, i endexamais deixaron un soio libro portugués posto á venda nas nosas librerías. Consideraban natural que os galegos soio poidéramos mercar obras portuguesas traducidas infamemente ao castelán, porque non sabían que podíamos leelas no idioma de orixe. Lémbrome que no ano 1906 fun eu a Coimbra nunha Tuna académica e os estudantes lusitanos asañábanse cando eu lles falaba en galego, coma se con eso lles lembrase calquera orixe bastardo.

Mais perto de nós, achamos um caso extremo dessa negação e, pelas circunstâncias geográficas, francamente grotesco. Em 1987, José Saramago, já então festejado autor, falou num Congresso de Língua Galego-Portuguesa, na cidade de Ourense. Nessa conferência, e referindo-se a «nós, portugueses», observava: «Se não merecemos mais do que os outros a língua por termos sido seus criadores, também seguramente a não merecemos menos, tanto nos direitos como nos deveres.» E referia Portugal como «o próprio país de origem» do idioma (destaques nossos). Feitas em plena Galiza, estas afirmações eram, pelo menos, um sumo de indelicadeza. Sabe-se

que, mais tarde, Saramago desenvolveria uma amizade, e mesmo um carinho, pela nação galega. Em *História do Cerco de Lisboa*, romance de 1989, descrevendo um cena de traduções cruzadas entre latim e árabe, anota o narrador: «O que não sabemos é se haverá por aqui alguém encarregado de passar ao galego um resumo de quanto se disser, para que se vão inteirando do debate os portugueses de uma língua só.» Não é a sugestão de serem português e galego a mesma língua, mas a afirmação de o galego ser acessível a um português monolíngue.

Outra convicção portuguesa: a de serem, no largo universo, os únicos a perceberem devidamente o sentimento da saudade, e de serem, por isso, também eles a terem engendrado um nome para isso. Estamos redondamente enganados. A saudade é um sentimento galego genuíno, e o nome que lá lhe dão é, por incrível que pareça, também saudade. Certo: os galegos não matam saudades, coisa em que nós somos peritos, mas sofrem com elas na alma iguais angústias. Já, em 1746, o publicista Martín Sarmiento referia «as nosas saudades, o noso tormento, as nosas tristuras». Há pelo menos três séculos que, também na Galiza, poetas e teóricos debatem esta estranha sina.

Um escritor português actual imagina-nos igualmente únicos no planeta a poder gozar dum solzinho. Veja-se esta cena narrada pelo cronista António Lobo Antunes, numa revista *Visão* de 2007:

Agora é manhã e está sol. Se eu fosse Deus parava o sol sobre Lisboa, escreveu Fernando Assis Pacheco. Tão linda a minha cidade com sol, tão lindo o meu país com sol. [...] Sinto-o na rua, mesmo com estes vidros baços.

– Está solzinho, que horas são?

perguntava o cego. Estes nossos diminutivos de que tanto gosto. Esta maravilhosa língua tão plástica, tão dúctil. Que sorte escrever

em português.

Nitidamente, o autor mostra-se convencido de que só em língua portuguesa seria possível uma palavra com a plástica, com a ductibilidade, de solzinho. E pode supor-se que, com ele, uma imensa mole de compatriotas.

Eles ficariam bem surpreendidos ao saberem que, para lá do rio Minho, se escreve, e se diz, com naturalidade «Solciño que naces pra dourar os campos», «Temos un solciño morno», «Senteime nun banco ao solciño». Mais surpreendidos ficariam ainda, se soubessem que, historicamente, as primeiras manifestações escritas do solciño galego são nitidamente anteriores às do solzinho português.

Está visto: a Galiza vem complicar um tudo-nada esta nossa, já de si complicada, arte de ser português. Mas, lirismo por lirismo, os portugueses terão de habituar-se, sem brados d'alma, à ideia de que outros dizem também: «Da miña lingua vese o mar.»

PARTE II – Portugal constrói uma língua

Capítulo 5 – Em ruptura com o Norte

São palavras tão familiares, ou melhor, soam tão familiares, que não parecem neologismos. As pessoas ouvem-nas, repetem-nas, e ficam convencidas de que sempre as utilizaram.

José Eduardo Agualusa, Milagrário Pessoal, 2010

Em busca de fluência

Chegou, efectivamente, o momento de nos perguntarmos: em que idioma é dito esse rebate lírico de Vergílio Ferreira, «Da miña lingua vese o mar»? Ou, pegando por outra ponta: a que língua pertencem os vocábulos *jeitosinho* e *xeitosiño*?

Limpemos uma primeira teia de aranha: não é a ortografia, o modo de redigir as palavras, o que define uma língua. Uma frase portuguesa grafada em caracteres eslavos, hebraicos ou chineses, continuará a ser portuguesa. Historicamente, certos textos gregos antigos foram preservados por haver cópia deles em grafia árabe. De *jeitosinho* e *xeitosiño*, produtos patentemente complexos, só pode dizer-se terem sido gerados pelo mesmo programa. Se pertencem, ou não, a uma mesma língua, é questão diferente.

E por falar em teias de aranha: no primeiro volume, de 1712, do importantíssimo dicionário português de Bluteau, faz-se referência ao latim *areneosus* e dele se diz que «significa cheo de teas de aranha». Estas formas *cheo* e *tea* são genuínas no idioma, obtidas pela queda de *n* e de *l* no lat. *plenu* e no lat. *tela*. Assim, o espanhol, que conserva as duas consoantes, dirá «lleno de telas de araña».

Pois bem, enquanto o galego conservou aquelas antigas formas, o

português inseriu um i entre as vogais e diz hoje «cheio de teias de aranha». Houve uma razão para isso. Esse i, chamado epentético, tornava fluente o embate das duas vogais que a queda de l e n deixara contíguas, ou em hiato. Por isso se fala também em i antihiático. Falámos dele no capítulo 3. É aquilo que ouvimos quando alguém diz a-i-água, aquela-i-eira.

Tomemos o exemplo do lat. *recelare*. Dele se cria a forma patrimonial *reçar*. Por derivação verbal (dita regressiva neste caso), obteve-se *receo*. Esta é a forma galega, e foi também durante muito tempo a forma portuguesa, sendo corrente ainda no século xvii. Mas já no século xv achamos escrito *receio*, o que indica que já então assim era dito. E, de facto, assistimos, nos séculos seguintes a uma conquista de espaço por parte de *receio*, enquanto *reço* vai recuando. Por volta de 1550, os dois usos achavam-se equilibrados.

A inserção dum i que se deu no substantivo deu-se também em algumas formas verbais. Dizemos, por exemplo, *reçar*, *reçamos*, *receava*, mas *receio*, *receias*, *receia*, *receiam*. Isto é, o i é introduzido sempre que a primeira das duas vogais em hiato é acentuada.

Este fenómeno deu-se em dezenas de substantivos e adjectivos em que o l e o n foram suprimidos. Na selecção abaixo, achamos primeiro a forma latina, depois a forma galega e a portuguesa temporária, a portuguesa actual e, por fim, a espanhola.

latim	galego	>	português	espanhol
candela	candea		candeia	candela
tela	tea		teia	tela
arena	area		areia	arena
avena	avea		aveia	avena
ballaena	balea		baleia	ballena
catena	cadea		cadeia	cadena
cena	cea		ceia	cena
centenu	centeo		centeio	centeno
frenu	freo		freio	freno
strena	estrea		estreia	estrena
vena	vea		veia	vena
alienu	alleo, alheo		alheio	ajeno

plenu

cheo

cheio

lleno

Uma curiosidade: a forma medieval aveia receberá, em Quinhentos, a companhia do cultismo avena, ‘flauta pastoril’, criando-se assim novo par divergente.

Em galego, estão em uso também formas com i anti-hiático, mas são claramente minoritárias. Sirva de exemplo esse último adjectivo. Na documentação, encontramos cheo em número vinte vezes superior a cheio.

Servimo-nos dos recursos online portugueses para uma contagem, século a século, das formas verbais creo e creio. Nos resultados abaixo, a grafia pode (como é hábito, aliás, acontecer) reflectir algum atraso em relação à factual pronúncia. Comece-se a leitura por baixo.

Século	creo	creio
xix	0	1840
xviii	12	131
xvii	73	166
xvi	163	68
xv	121	4
xiv	68	0
xiii	39	0

O retrocesso de creio no século xviii tem que ver com um fenómeno cultural: a menor disponibilidade da produção escrita que em Portugal então se deu.

A introdução maciça dum i epentético na pronúncia do português é tão-só a primeira ilustração dum vasto processo, que agora vamos examinar mais de perto, conhecido por desgaleguização. Xoán Lagares di-la também «desruralização», o que faz todo o sentido. O funcionário, o comerciante e o armador de Lisboa não se reconheciam, nem desejavam reconhecer-se, numa língua que cheirava demasiado a campo.

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

Neste livro, já se o disse, nem a ortografia nem a pronúncia são temas de primeira importância. Interessam-nos as formas: como se originaram, como se desenvolveram. O modo como foram ou são grafadas, ou como soam, é aqui de interesse secundário.

Mas o tratamento duma forma como creio permite recordar que a norma de Lisboa-Coimbra confere ao ditongo ei uma sonoridade muito particular, com a fechado, a saber [ɐj] no Alfabeto Fonético Internacional. Assim, a forma verbal creio soa crâiu ou [krɐju], queixa soa [ˈkɐjʃɐ], seis soa [sɐjʃ]. Isto dá-se, quer o ditongo seja acentuado, quer não seja. Teremos, pois, feito [ˈfɛjtu], feitor [fɛjˈtor], feitura [fɛjˈtura]. Essas e as seguintes reproduções acham-se no dicionário da ACL.

Esta solução sonora estende-se ao ditongo ei nasal, soando ãi, ou [ẽj], desde que final de palavra, ou em sílaba única. Assim, temos porém [puˈrẽj], fazem [ˈfazẽj], quem [kẽj]. Este o motivo por que, em verso português europeu (e ao contrário do Brasil), bem e mãe rimam, como acontece no poema de Fernando Pessoa «O menino de sua mãe». Situação porventura ainda mais curiosa é a de a e e acentuados, quando seguidos de lh ou nh. Os dois soam como um a fechado. Deste modo, sanha e senha não se distinguem [ˈsɐɲɐ]. E a situação repete-se em lanho e lenho, que soam [ˈlɐɲu].

Esse a fechado é audível em abelha [ɐ'beʎɐ], espelho [iʃ'peʎu], coelho, conselho, grelha, telha, e em cenho [sɐɲu], tenho ou venho, tenha ou venha, e dezenas de palavras de semelhante configuração. Em «Filhos da madrugada», canção de José Afonso, ouvimos «Quando a noite vier que venha / Lá do cimo duma montanha», com finais rimando.

Esta série de pronúncias com a fechado difundiram-se a partir de Lisboa por volta de 1800 e foram-se consolidando no decorrer desse século.

No Norte do país, o ditongo ei soa habitualmente êi, continuam a distinguir-se sanha e senha, lanho e lenho, enquanto soa claramente um ê em espelho e abelha, venho e venha e casos semelhantes.

«Uma província distante»

O ano de 1400 é decerto muito redondo, mas foi à volta dele, e a partir dele, que se acumularam factores de mudança na paisagem política e cultural portuguesa. A vitória militar em Aljubarrota, em 1385, provou-se determinante num aumento de autoconfiança nacional, e muito particularmente meridional. De facto, o arranque da segunda dinastia, nos anos subsequentes, foi sentido como um triunfo lisboeta. Com ele chegou à boca da cena social uma camada jovem, que, em número significativo, apoiara o Mestre de Avis contra o rei castelhano, assim afastando do poder a nobreza de matriz nortenha que até então dominara a política portuguesa. Era de Coimbra para o sul que, a partir de agora, se decidia a marcha do futuro. Os desígnios nacionais tornavam-se, também, outros. Até aí, uma reconquista da Galiza encantara certas mentes decisórias, sobretudo no Norte português. Doravante, e como Ivo Castro o exprime, «o norte de Portugal perde o estatuto de berço do reino e passa a ser visto como uma província distante. E a Galiza, com a qual tem as maiores afinidades, torna-se ainda mais distante».

Sim, agora é o Magrebe que atrai os olhares. Ceuta é tomada em 1415, Tânger demora, mas não se desiste dele, e cedo se farão os

reconhecimentos e a ocupação da África atlântica.

Militarmente, Castela era, e continuaria a ser, o inimigo. Mas isso não impedia que o forte centro de cultura que era Toledo irradiasse até Lisboa. Portugal entra então na órbita cultural de Castela (e nela se manterá por três séculos mais), sendo a capital castelhana firme referência dos sectores portugueses cosmopolitas nas letras, nos comportamentos, no vestuário. Os príncipes de Avis, a nova casa real, gente de vasta iniciativa cultural, davam o exemplo, buscando contactos no centro peninsular. Sabemos hoje, graças à comparação de textos, que o infante D. Pedro, redigindo a sua Virtuosa Benfeitoria, se serviu duma versão castelhana do original latino. José Antonio Sabio, um historiador da tradução castelhana e portuguesa, vem investigando essas «influencias e intercambios de ideas entre la Corte de Aviz y la castellana».

Por esse ano de 1400, Portugal buscava, pois, novas referências, começava a reformular-se, e nessa nova fórmula contava pouco o Entre-Douro-e-Minho, e a Galiza ainda menos, ambos agora eficazmente marginalizados. Aquele velho Portugal de cunho nortenho era uma fase superada, e assim começava essa História do Esquecimento da Galiza que duraria até hoje.

No anterior ciclo político, havia sido a nobreza, e mais precisamente a nobreza setentrional, a empenhar-se decisivamente no idioma. Segundo o ensaísta José Carlos Ribeiro Miranda, da Universidade do Porto, o «galego-português» tinha-se tornado, na Galiza e em Portugal, a «língua do poder de grandes grupos senhoriais em fase de afirmação própria», protectores de trovantes e poetas. Essa língua «aristocrática» tinha sido, é verdade, em finais do século xiii, abraçada pela administração, numa intervenção do culto rei D. Dinis, mas a nobreza iria manter-se como estimulante, e beneficiadora, duma política linguística no terreno.

Pois bem, essa classe nobre, de forte marca nortenha, e mesmo genealogicamente galega, perdera em Aljubarrota o jogo político. Era uma machadada no estatuto do idioma por ela promovido. Os traços minhotos e durienses, outrora chegados a sul de roldão com a Reconquista, e até ali dominantes, cediam lugar às marcas de entre Mondego e Tejo, de que usava a trupe agora chegada ao centro do poder. Daqui em diante, exprimir-se em Coimbra ou Lisboa à rústica

moda do Norte não prestigiava ninguém. O Sul ganhava, assim, espaço para desenvolver, e mais tarde impor ao resto do país, um padrão linguístico seu. Com isto se saldava, no marcante retrato de Ivo Castro, «um acto de recusa das origens».

O resultado é este que Castro expõe, traçando um frisante paralelo (destaque meu):

Um lisboeta nativo, descendente de muitas gerações de habitantes da capital e do sul do país, fala uma língua que não é autóctone e não descende do latim aí falado no tempo do Império Romano, mas que foi transplantada a partir da Galécia Magna após a Reconquista cristã. Exactamente como a língua falada no Rio de Janeiro ou em Maputo foi aí transportada a partir de Portugal.

Há, pois, um novo programa linguístico posto em marcha no cenário quatrocentista. Desenha-se uma descontinuidade, mesmo se esta se provou relativa. Xoán Lagares explana-o nestes termos: «A construção da língua nacional exige a criação de uma norma-padrão, que passa imediatamente a ser considerada “a” língua, ao mesmo tempo em que se ocultam ou se minimizam as diferenças lingüísticas internas às fronteiras da nação.» Tratava-se, com efeito, duma «padronização da língua realizada por uma elite culta», e isso ia ser «um elemento fundamental para a coesão do território» encarada agora da perspectiva de Entre-Mondego-e-Tejo. Esse seria o português comum, forjado, ainda segundo Lagares, na «desruralização», isto é, na «desgaleguização», no sentido vasto duma Galécia romana, que apanhava o Entre-Douro-e-Minho. E, como é sabido, a diferenciação face ao exterior e a unificação portas adentro foram sempre reflexos condicionados de qualquer Estado-Nação.

É aqui que uma simples etiqueta mostra utilidade. Ivo Castro fez sua uma sugestão do seu mestre Luís Lindley Cintra: tomar 1420 como referência temporal, símbolo das «grandes mudanças ocorridas na língua e na sociedade». Nesse ano se poderiam ancorar três conjunturas históricas decisivas: a paz peninsular finalmente

iniciada, a idade adulta dos Infantes de Avis, a alvorada dos Descobrimentos.

Também Esperança Cardeira se serve de linguagem simbólica, espacial neste caso: «Pela fronteira entre a dinastia afonsina e a dinastia de Avis passa um meridiano que divide o primitivo galego-português de origem setentrional de um português que ensaia a constituição de uma norma.» Essa norma, essa «gramática do português médio», com que a desgaleguização se torna «definitiva», descreveu-a Cardeira no volume *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*, de 2005. É ela, também, quem traça este atraente panorama:

Ao protagonismo político dos príncipes de Avis na afirmação de um Portugal independente parece corresponder um protagonismo cultural na afirmação de um idioma português. E como a independência do idioma decorre do seu afastamento dos idiomas vizinhos, o português ter-se-á afastado não só do castelhano mas também do galego.

O livro de Esperança Cardeira é exemplo inexcedível de informação. Mas aflora aí, tem de se dizer, uma leitura heróica dos factos, aquilo que viemos chamando pensamento mágico, esse que, esperamos, os portugueses não estarão condenados a alimentar. Traça-se-nos um panorama de adeus do português aos dois idiomas vizinhos, algo como... ‘e agora cada um à sua vida’.

Ora, nem o afastamento do galego foi, ou poderia ser, tanto como isso, um galego de que o português ficara definitivamente repleto, nem se deu afastamento algum do castelhano, antes nos reservando os séculos seguintes o exacto contrário: uma crescente convergência com ele, de que só decisivos factores externos vieram, em meados de Setecentos, livrar-nos a tempo. A este tema regressaremos no capítulo 9.

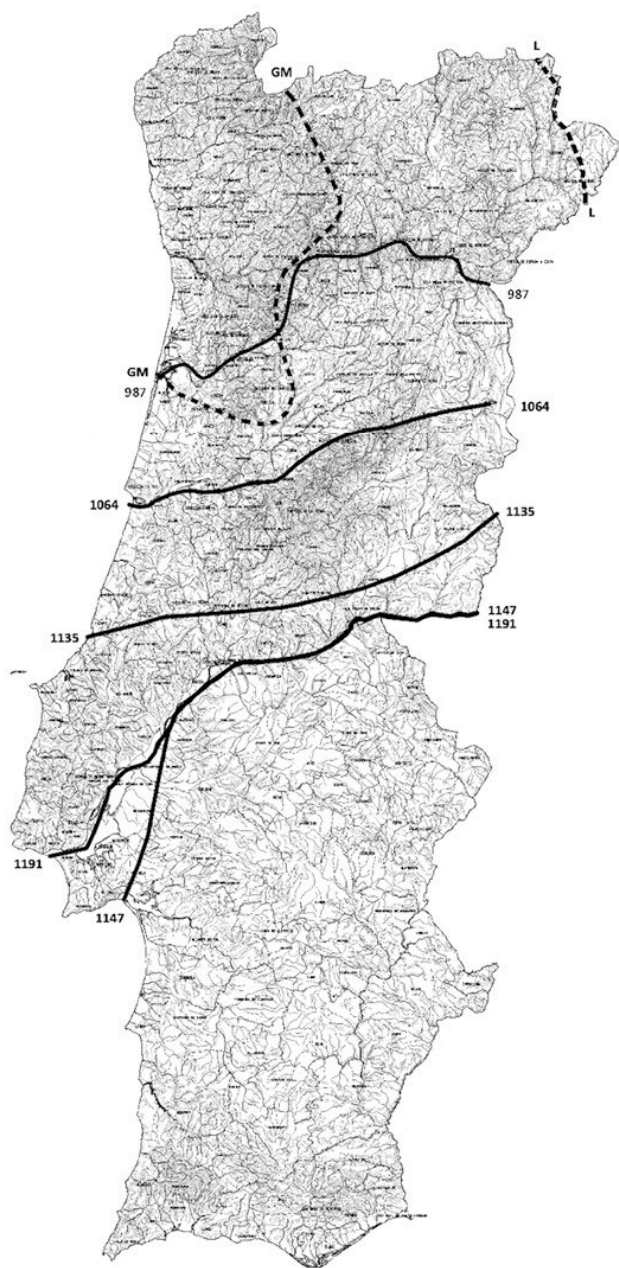
Quando o falante descomplica

O quadro linguístico em que aqui mergulhámos, e que se estende de 1400 a 1450, é o duma forte aceleração, só comparável àquele em que, pelo ano 600, o idioma tomara forma definitiva. No entender de Ivo Castro, esse período é «aquele em que a língua portuguesa mais rápida e mais essencialmente se transformou». E mais precisamente: «Os dados da língua literária apontam para uma conclusão rápida e em simultâneo de várias mudanças, que afetaram bastante a estrutura do português e, no prazo de poucas gerações, o diferenciaram da língua medieval e, igualmente, dos dialetos setentrionais e do galego.» Noutro texto, caracteriza esse período, até, como aquele «em que, no espaço de uma geração, se resolvem vários processos evolutivos em simultaneidade que não pode ser casual e se transformam dramaticamente as estruturas e a aparência da língua».

Sem novidade, essa ingente tarefa implicou prioritariamente o desbaste das marcas nortenhas. Ivo Castro, num artigo tornado clássico, de 1993, expôs e desenvolveu todo um rol de medidas que iriam concretizá-lo. Estão entre elas: a síncope do *d* intervocálico em formas verbais como fazedes ou fazedre, tornados fazeis e fazei; a uniformização de finais em *ão*, que fez possível rimarem *leão* e *pã* com *mão* (matéria de que nos ocuparemos em pormenor no próximo capítulo); a redução do sistema de quatro sibilantes para um sistema de duas.

Como se vê, tratava-se sobretudo de simplificar factos de língua galegos. Onde a Galiza e o Entre-Douro-e-Minho operavam distinções, a nova norma dispensava-as. Consciente disso ou não, o falante meridional tornava norma a indistinção, isto é, descomplicava. Num importante artigo de 2017, as linguistas Maria Alice Fernandes e Esperança Cardeira admitem, aliás, que essa nivelção «pode ter sido consciente e visado o distanciamento face às variantes setentrionais, portuguesa e galega». Tratava-se, com efeito, sublinham as autoras, da «construção de um símbolo identitário próprio da nova dinastia reinante – a Casa de Avis». É desse artigo que se extrai o Mapa 2. Nele está tracejado, a noroeste,

o pequeno território, mais tarde português, que participara na criação original do idioma (GM designa a Galécia Magna de Piel). Indicam-se, também, as etapas da ocupação cristã que conduziram à formação de Portugal.



Mapa 2 – Áreas linguísticas e extremas da Reconquista

Bastantes outras novidades esperavam o idioma. O exame de textos quinhentistas e seiscentistas revela o progressivo abandono de formas como *ũa*, *algũa*, *nengũa*, com o seu som velar, substituídas por *uma*, *alguma*, *nenhuma*; dos pronomes *polo*, *pola* e *todos*, *todas*; da conjunção comparativa *ca*; do pronome dativo *che*, com as suas contracções *cho*, *cha*, etc.; das variantes *cousa*, *dous* e ainda *chuiva*, *fruta*, *truita*, *escuitar*. Estas últimas conservam algum uso estilístico arcaizante, como em «Não se pescam truitas a bragas enxutas» (em Mário de Carvalho, *Contos Vagabundos*, de 2000). Vários destes materiais vinham já sendo abandonados desde Quatrocentos, dando razão a Ivo Castro quando faz suspirar um observador desse século perante a velocidade com que a língua se pusera a envelhecer. «A olhos vistos», anota o mestre linguista.

Facto é que essa desmedida operação de afastamento das formas nortenhas (e, nos capítulos 9 e 10, exporemos mais pormenores) exigiu séculos. Só em Seiscentos, por exemplo, esse distanciamento se tornará explícito a nível vocabular, quando surgirem obras didácticas visando o correcto uso do idioma. Uma dessas obras, um prontuário de 1666, foi examinada pelo linguista galego Fernando Vázquez Corredoira, num livro fundamental, de 1998. Aí se acham «emendadas» formas como *calidade*, *cantidade*, *frol* ‘*flor*’, *polo* que, *antre*, *assi*, *despois*.

No século de Quinhentos, recorda Juan M. Carrasco na obra colectiva *A Língua Galega no Solpor Medieval*, já em Portugal se desenvolvera uma consciência da padronização do idioma. E com essa consciência cresce outra, a da existência de variedades regionais, especialmente a norte. Nisto se destacou, lembra o linguista, João de Barros, «que reivindica o falar norteño (*polo* menos o seu léxico) por ter alí orixe o português», sustentando que no Entre-Douro-e-Minho se conservava «a semente portuguesa» da língua. Daí ser Barros crítico contundente de quantos desprezavam o vocabulário dali originário.

A aversão ao galego estava, porém, instalada, e haveria de receber a sua expressão mais crua no texto já aqui abordado, de 1793, em que Vieira é enaltecido por haver expurgado o idioma das «antigas fezes do dialeto galiziano». A História do português é, em larga medida, a história das suas tentativas de afastamento do galego.

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

Na minha adolescência no Minho, na década de 1950, tive oportunidade de captar, ainda vivo na fala local, todo o tipo de formas, bastantes delas (soube-o depois) compartilhadas com o galego.

Estão entre elas antre ‘entre’, auga e augar (ou ògar), barregar ‘gritar’, bô ‘bom’, cando ‘quando’, cascar ou malhar ‘bater’, catro, ceia ‘refeição da noite’, chão (pronunciado ‘tchão’), crescer, decer, ferruge, fruita, home ‘homem, marido’, jantar ‘refeição do meio-dia’, leira, lameiro, onte, orde, peco, pinchar ‘saltar’, rejo ‘rijo’, ou expressões como a mor parte, a modinho, coma ele, eu e mais tu, mais ca mim, ou as formas verbais imos, fije, puje. Também se ouvia un n ligando um som nasal a uma vogal: «Quem no tem?», «Eu bem nas vi chegar».

Hoje, tudo isto se acha em rápido processo de desaparecimento. As gerações novas, sobretudo nos meios urbanos, à parte alguma vaga sonoridade, exprimem-se de forma quase indistinguível da norma-padrão.

A riqueza dos séculos

O abandono das formas nortenhas é, todavia, só um aspecto, e nem o mais elucidativo, da realidade linguística desse período de Quatrocentos. Contudo, esse tema – o da perda, o da mudança – é o que mais fascina os historiadores. O outro lado da medalha, a preservação através dos séculos de bastos haveres patrimoniais, quase nunca é objecto de atenções na História dum idioma. Ora, as histórias dos léxicos são sobretudo as da sua conservação, e nisso elas revelam-se cheias de surpresas, guardando informações do maior interesse. Veja-se o nosso caso.

As peças de teatro de dois autores quinhentistas, Gil Vicente e Jorge Ferreira de Vasconcelos, contêm – como já referido na Introdução a este livro – um apreciável número de palavras que aí se acham por primeira vez documentadas. Nunca nenhum autor as pusera por escrito, ou o texto em que o fizera perdeu-se nas voltas do mundo. Mas é-nos inteiramente transparente que bastantes dessas palavras estavam em uso havia muito. Esta circunstância irá repetir-se, aliás, nos bons dicionários setecentistas e oitocentistas, que reúnem mais vocabulário do que até aí se fizera, sendo então documentadas por primeira vez numerosas palavras de nítida circulação oral anterior, não raro por séculos.

Assim, quando vemos, numa peça de Vasconcelos de 1555, certo Artur dizer dum castelhano «Está amuado», verificamos, por um lado, que o termo nos é familiar e transparente e, por outro, que nem o adjectivo amuado nem o verbo amuar tinham ainda tido existência documental. Podemos, no entanto, tranquilamente inferir que os dois vocábulos não são invenção sua, ou sequer neologismos do tempo, tendo, antes, todo o aspecto de formação autóctone, relacionável com o adjectivo muar, ‘relativo a muar, animal híbrido’, forma atestada 300 anos antes, com síncope do *l* no lat. *mulare*.

O que, porém, nos permite toda essa série de inferências é que amuar não é o único verbo de feição patrimonial estreado por Ferreira de Vasconcelos. Digamos mais: é na obra dele, redigida por volta de 1550, que se estreiam em texto português dezenas de vocábulos em igual condição. E compreendemos. O ambiente descontraído duma peça de teatro associa-se bem a um à-vontade expressional até aí factualmente inexistente, ou só muito raro. Dito doutro modo: as palavras estreadas por Vasconcelos andavam desde há muito na boca de todos, mas ninguém ousara pô-las por escrito. Ou foram realmente escritas, mas, mais uma vez, os suportes perderam-se.

É nas suas peças que achamos os adjectivos acanhado, corriqueiro, destemido, fragueiro ‘rude, agreste’, interesseiro, meiguiceiro, menineiro. São adjectivos que a língua portuguesa continua a partilhar com a galega (ainda que alguns faltem hoje nas obras galegas de referência), e essa circunstância justifica a suspeita duma

marcante antiguidade desses materiais. Outros adjectivos houve, nas peças dele, que não sobreviveram, ou tinham já na altura pouco uso, como ataimado ‘matreiro’, enxovedo ‘idiota’, tredo ‘traíçoeiro’, versudo ‘cabeludo’.

O dramaturgo Vasconcelos foi, no seu século, um caso particularmente meritório, mas outros autores quinhentistas nos permitem esse sugestivo olhar sobre o passado. Prosseguindo na área adjectival – a única em que pretendemos um exercício exaustivo –, exemplificaremos em Gil Vicente com idoso, rabugento; em Sá de Miranda com tristonho; em João de Barros com nojento e rixoso; noutros autores com abençoado, agourento, ferrenho, íngreme, lampeiro, sabichão. São, insista-se, exemplos, e só de criações autóctones.

Existem, depois, os adjectivos que, sendo igualmente patrimoniais, isto é, exclusivos do português (e alguns deles também do galego), foram tomados do latim. Também aí não faltam estreias quinhentistas, algumas de muito presumível uso anterior. Falamos de, entre mais, austinado, cõnscio, esparso, graúdo, ínvio, lêvedo, mouco, negregado, opinioso, pernóstico, prisco, sôfrego, submerso, trôpego e utente.

Estranhamente, da observação da obra de Camões conclui-se que não o incentivavam investimentos em material autóctone. Em toda a sua obra só um adjectivo é criação caseira e é estreia: insofrido. Achamo-lo n’Os Lusíadas, em «estas ondas insofridas» (V, 43), isto é, ‘ainda não navegadas’, sendo o significado actual ‘impaciente’. Em contrapartida, são em maior número, na obra inteira, os latinismos que estreou e que o português conservou em exclusivo – como abominoso, celso, cõgnito, frondente, fulvo, piscoso, rúbido –, nenhum deles, aliás, propriamente famoso.

Que significa tudo isto? Que não era aqui, no âmbito da nossa exclusividade, que Camões sonhava deixar a sua marca. Maior contraste com o seu contemporâneo Ferreira de Vasconcelos é difícil. A este, que nunca viu em vida uma peça sua impressa, estava reservado, na memória do léxico português castiço, um papel incomparavelmente mais importante. A História das línguas guarda estes presentes inesperados.

Um latim misterioso

É provável que todo e qualquer estudo sistemático do léxico conduza a resultados significativos, e mesmo a importantes revelações. Como exemplo disso, o exame que fiz aos verbos exclusivos de galego e português levou a várias informações úteis, e também a dados de difícil explicação.

Para começar, o número de verbos exclusivos e comuns a galego e português revelou-se impressionante: pelo menos 230. Alguns têm ligações mais ou menos próximas a formas (por exemplo, um substantivo) existentes na romanidade, como alicerçar, faiscar, engaiolar, peneirar, sublinhar, vadiar. Outros têm conexões mais restritas, só peninsulares, como agoniar, galgar, mirrar. Vêm depois as formações com base num substantivo, num verbo ou num adjectivo exclusivos do noroeste peninsular, como ajeitar, alourar, beirar, esfarelar, esmagar, mexericar. Temos, finalmente, os verbos de origem latina que só o galego e o português possuem, num total de 55, como aquecer, cheirar, encher, mergulhar, rejeitar, sugar.

Casos existem, porém, em que a origem latina é tão-só suposta, já que não se achou documentação dum correspondente latino. Há uns 20 verbos nestas condições, entre eles abalar, estourar e pendurar. A estes se juntem outros, com algum uso galego, mas que as actuais obras de referência galegas não mencionam, como aleijar ‘ferir’, definhar, findar, resmungar.

Noutros casos, a origem mantém-se inteiramente desconhecida. Isso dá-se em afastar, cambalear, murchar e alguns outros.

O grande volume documental português permite, em toda esta matéria, um número elevado de boas datações. Mas não faltam, ainda assim, exemplos duma primeira datação galega. Voltaremos a este ponto no capítulo 8.

A par deste grande grupo duma exclusividade galega e portuguesa, existem dois outros: o dos verbos exclusivos de galego e o dos

verbos exclusivos de português. As coisas tornam-se particularmente interessantes ao examinarmos mais de perto as suas ligações ao latim. A prospecção que realizei veio, com efeito, confirmar o que Joseph Piel enunciara num artigo de 1962: que existe um apreciável número de vocábulos galegos de que se ignora a exacta origem, mas cuja fisionomia e cujo significado os relacionam inelutavelmente com o latim. Em ensaio posterior, de 1981, Piel, autenticamente fascinado com a descoberta, concretizou o seu pensamento: «Um exame sistemático dos vocabulários galegos, gerais e regionais, permitiria trazer à luz muitas dezenas de lexemas novos integráveis no latim provincial galaico.» Ora, só a julgar pelo número de verbos, a previsão do mestre alemão já batia certíssima. A nossa margem de ignorância sobre a exacta génese deles era, e continua a ser, uma fonte de perplexidade.

Mas, se já é sublinhável a quantidade de verbos exclusivos galegos cuja proveniência latina é tão-só suposta, o número de verbos portugueses em tais condições revela-se ainda superior. No estado actual da minha investigação, são 10 esses verbos galegos, alguns deles de uso muito frequente (fornece-se tradução portuguesa):

*accaptare	acadar ‘conseguir’
*applanare	achaiar ‘alisar’
*applanitiare	reachanzar ‘aplanar’
*germullare	xermolar ‘germinar’
*inaddere	engadir ‘acrescentar’
*lustricare	lostregar ‘relampejar’
*prudire	proer ‘picar, sentir desejo veemente’
*repullitrare	rebuldar ‘divertir-se dando saltos’
*sanitare	sandar ‘curar’, dif. de gal. e port. sarar
*versicare	visgar ‘entrever’

Do lado português, o rastreio conduziu aos seguintes 13 verbos de suposta origem latina (também com tradução galega):

*agoniare	engonhar ‘actuar con lentitude’
*anatiare	adejar ‘axitar as alas’
*caproneare	acabrunhar ‘desalentar’
*consertare	consertar ‘arranxar’
*expatefare	espatifar ‘esnaquizar’
*geniculare	engelhar ‘engurrar’
*laesiare	lesar ‘lesionar’
*regredere	regredir ‘retroceder’
*remussinare	resmonear ‘resmungar’
*requaesitare	requisitar ‘requirir’
*scarrare	escarrar ‘esgarrar’
*subbracchiare	açambarcar ‘acaparar’
*vasculeare	vasculhar ‘escudriñar’

Por uma questão de método, ative-me às formas dicionarizadas. Outras existem, e Piel, nos seus artigos, avança várias em galego, sem todavia sugerir para elas um étimo latino.

A fase seguinte deste meu estudo será a identificação dessas formas supostas. Em princípio, elas poderiam ter existido no latim comum sem que disso tivesse ficado documentação. Mas é altamente improvável que isso valha para todas elas, ou mesmo para uma maioria. Somos, antes, levados a pensar que as formas relacionáveis com o galego tenham pertencido ao «latim provincial galaico» aventado por Piel.

No caso dos verbos portugueses, a perplexidade é maior. Terão eles pertencido a um tipo de latim ainda desconhecido? A alternativa é serem, eles também, provenientes do latim do noroeste peninsular, mas haverem, por razões dificilmente rastreáveis, sido conservados só em terreno português.

Numa palavra, ainda nos estão reservadas, em matéria de vocabulário, algumas excitantes buscas.

Capítulo 6 – ão, uma espécie invasiva

Ontem, ao terminar mais uma revisão deste meu novo livro, resolvi emendar o que tinha escrito, a palavra verãos para o corrente verões. O que acha?

Fez bem. A forma canónica é, de facto, verãos, mas aquela que tem mais largo uso é verões. Nesta matéria de plurais de -ão, praticamente toda a etimologia acabou subvertida, fora os casos de mãos, irmãos, ou cães, pães, capitães e poucos mais.

Duma correspondência particular

Uma deriva portuguesa

Se há uma imagem de marca na grafia do português, é certamente o ditongo ão. Além de única, essa criação portuguesa tornou-se abundantíssima. Só que isso jamais conseguiu entusiasmar os portugueses, tendo-lhes sido, não raro, um motivo de desconforto. Se a História admitisse algum cinismo, seria caso para dizer: «Bem feito.» Sim, a culpa foi toda nossa.

Esse ditongo, gerado num português ainda primitivo, conheceu, a partir do século xv, uma proliferação desenfreada. Ele fez parte daquele pacote de escolhas, algumas decisivas, com que o português quis despedir-se das formas nortenhas do idioma. Verificou-se então, como vimos no capítulo anterior, uma ruptura complexa, cheia de implicações e sempre muito gradualmente consumada. Mas, nesse amplo movimento, deu-se uma irrevocável viragem, um ponto de não-retorno, e o ão português veio configurá-los de modo deveras espectacular.

A supressão do n intervocálico latino tinha originado, como constatámos, sequências vocálicas imprevistas. O que era luna passa a lua, o que era corona passa a coroa, o que era verano passa a verao. A vogal tónica era levemente nasalizada. O velho n, agora abandonado, tinha deixado essa sombra, essa memória. Por vezes sobrava, até, mais do que a memória, já que o escreviam, pequenino, sobre a vogal. Daí se originou o til (~), aparecido por volta de 1200. Estavam criadas as grafias alternativas: lûa, corõa, verão.

Nas novas configurações, o número de sílabas original, latino, mantinha-se. Assim, em verao ou verão, havia um a aberto, embora levemente nasalizado, e contavam-se três sílabas. Quanto ao o final, ele soava u, como em latim, e como sempre foi no galego genuíno e no português. Era exactamente o caso de chao (ou chão), de mao (ou mão) e do adjectivo vao (ou vão), eles também, insista-se, de duas sílabas. Os plurais – veraos, chaos, maos, eventualmente com til – conservavam as mesmas características.

Mas as coisas vão mudar quando, a sul do Douro, essa sequência ao (ou ão) se transformar em ditongo. Outras ditongações estavam, aliás, a dar-se em formas produzidas pela queda do l, como pao (do lat. palu) ou veo (do lat. velu), tornados pau e véu.

Compreende-se. Tinham-se criado sequências insustentáveis, hiatos. E os hiatos, ou encontros de sons de igual natureza (aqui duas vogais), tendem, em todos os idiomas, para uma resolução. Uma das saídas de tais apertos é a transformação em ditongo. Sabe-se, para mais, que o sistema criado na Galécia Magna gerava com facilidade (supõe-se que por acção de um substrato céltico) ditongos decrescentes: pai, dei, vou, meu, fui, pois. Tudo isso conduziu a que surgissem, por um lado, pau e véu e, por outro, com ditongo nasal, verão (antes com três sílabas) ou mão e chão (antes com duas).

O português desenvolvia, por então, outros dois ditongos nasais: os que figuram nos plurais emães e ões. Formas como caes (duas sílabas) ou razoes (três sílabas) haviam surgido após a eliminação, também aí, de um n latino. Tinham uma vogal tónica aberta e algo nasalizada, sendo grafadas, por vezes, pâes e razões. Havia começado por ser hiatos, eles também, e o português ia-os resolvendo, criando ditongos nasais (ãe, õe, a juntar ao mencionado

ão), sonoridades inauditas na latinidade (no fr. teinte, para dar um exemplo, não existe ditongo).

Na escrita, todavia, todo este processo foi lento, como nos é sugerido pela espantosa sobrevivência das grafias antigas. Ainda em 1697, no seu importante dicionário, Bento Pereira escreve pao (pau) e mao (mau). E a grafia mao (de mão) é comuníssima em Seiscentos, mesmo em Setecentos, não obstante a confusão que, forçosamente, já se teria estabelecido com o adjectivo mau.

Autocontaminações

No sistema noroestino, existiam outras terminações nasalizadas. Havia a de ã (também grafada am e an), como em cã, pã, tã, estã, dã, e havia a de õ (também grafada om e on), como em razão, então ou ão. Em formas verbais, elas podiam ocorrer também em posição átona, como em digã (digam, digan) ou vierõ (vierom, vieron).

Um facto inesperado vai determinar para sempre o rumo dos acontecimentos. No eixo Lisboa-Coimbra, o novíssimo ditongo ão começa a exercer uma forte atracção em seu redor. Formas que, geneticamente, nada com ele relacionava, como essas terminadas em ã ou õ, passam a pronunciar-se com ão final. Assim surgem as grafias cã, pão, tão, estão, razão, então, não, dezenas de outras. Como se chegou a isso? Supõe-se que as primeiras afectadas foram as formas verbais dã, estã e sã, que sofreram a influência de vão (proveniente de forma latina própria, vadunt) e que passaram a soar dã, estão, sã. Os falantes não têm preocupações etimológicas e criam estas estranhas analogias. Por seu lado, e paralelamente, substantivos como mão e irmão teriam contaminado a sua área, levando as terminações do tipo pã e leão a soarem como pão e leão. Os próprios neologismos se foram acomodando à nova sonoridade, como o arabismo alvardã, que cedo se torna alvardão (e evoluirá para o actual aldrabão).

Não é tudo ainda. Aos poucos, até as formas átonas vão sendo afectadas, com consequências para centenas de formas verbais. No

século xiii, o que era falã (ou falam, falan) já aparece grafado falão (leia-se fálão). No século seguinte, o que era chegarõ (ou chegarom, chegaron) aparece grafado chegarão (leia-se chegário).

Para um conhecido historiador do idioma, Serafim da Silva Neto, esta uniformização de três antigas terminações era tão-só uma de tantas indistincões fonéticas que o Centro-Sul então criava. Território linguisticamente colonizado, permitia-se inovar, falhando-lhe «as raízes profundas da tradição». Acharno-lo na História da Língua Portuguesa do mestre brasileiro. Digamo-lo com menos diplomacia: a nova norma-padrão desenvolvia resistências às distincões nortenhas, crescentemente sentidas como especiosas.

Silva Neto supõe, mesmo, que os meridionais, falantes de moçarabe, tinham de desenvolver esforços – nem sempre com sucesso – por adaptar-se ao novo «ideal linguístico», essa «fala dos heróis da Reconquista». Ivo Castro é, porém, doutra convicção. No artigo de 2007, escreve, com referência à ocupação moura (destaque meu):

No início da ocupação, as comunidades moçarabes, constituídas por cristãos que mantiveram a sua identidade religiosa e cultural, criaram um ambiente fechado e saudosista adequado à conservação da língua; mas depois foram-se progressivamente diluindo na sociedade árabe e é improvável que os reconquistadores tenham encontrado alguém que ainda falasse romance.

Também no português a norte do Douro acabaria por dar-se uma convergência das três terminações, mas num uniforme õ, passado a ou. Enquanto isso, na Galiza perduraram as terminações antigas, audíveis em can, falan, em non, entón, em chao, vrao, irmao (convivendo com chan, verán, irmán). Este n final é velar, e não é articulado, como seria numa pronúncia espanhola.

O novo padrão português estava, assim, definitivamente traçado. O processo iria, contudo, ser lento. Em Quatrocentos, escrevia-se sempre ocasiom, patrom, consideraçom e quase sempre liçom, condenaçom, tentaçom, coraçom. Isso só pode indicar que a

pronúncia ã se mantinha de boa saúde. Por volta de 1500, a fusão das três terminações originais (ã, õ e ão) ia adiantada, como mostram análises do Tratado de Tordesilhas e da Carta de Achamento do Brasil, ou estava mesmo estabelecida, como ensina Clarinda de Azevedo Maia na sua clássica História do Galego-Português. Mas em todo o século de Quinhentos eram ainda vulgares as grafias razom, coração, entom ou disserom, chegarom, foram, virom. Mesmo em pleno século xviii, vemos com frequência escrito (e publicado) cam, pam, tam e nom. Tudo isto sugere uma longa coabitação de pronúncias antigas com as novas.

Ora, exactamente porque extensas no tempo, estas perturbações do sistema original iriam gerar uma desordem ortográfica duradoura. Pior sorte teve a morfologia, na qual a contaminação das terminações ã e õ pelo triunfante ão instalou, nos plurais, um caos de que nunca mais nos libertámos.

Esplendores do caos

Nos anos de 1820, a ACL deu a lume, na exacta ortografia em que os encontrou, vários inéditos de historiadores há muito desaparecidos. Um deles era Cristóvão Rodrigues Acenheiro, um bacharel de Évora que, em 1535, produziu umas Chronicas dos Senhores Reis de Portugal. Na opinião de Alexandre Herculano, a obra é «um rol de mentiras e disparates» que mais mereceria «o pó das bibliotecas». Porém, como documento ortográfico, essa publicação fornece um impagável flagrante do caos em que a grafia portuguesa se afundara desde que o ditongo ão se veio substituindo aos sons finais ã e õ.

Casos ainda benignos são as contínuas hesitações entre cham e chã, capitam e capitão, tam e tão, coraçam e coração, criaçam e criação, entre nom e nam, escreverom e escreveram. Já reveladoras de um esforço crítico são as propostas de tipo chegarão, ficarão, tomárão, embora coexistam com chegaram, ficaram, tomaram. Mas o contínuo vaivém entre grafias como chamavam e chamavão, deram e derão, sustinham e sustinhão, foram e forão sugere a

medida da instabilidade. Certo, há aqui uma margem de segurança: essas formas nunca admitiriam um *ão* acentuado. O caso vai, contudo, mudar de figura quando – como formas de passado – se grafar aqui partiram e ali partirão, ou romperam e romperão, ou ainda (note-se o requinte) levárão e levarão.

A gravidade da situação torna-se patente no passo seguinte, que nada fizera prever: a contaminação atinge agora o *ã* e o *õ* não-finais. Vemos o cronista Acenheiro grafando candeia e câodeia, mancebo e mãocebo, quando e quãodo, tomando e tomãodo, Infante e Infãote, grande e grãode. Toma-nos a impressão de deverem estas segundas formas ser entendidas como uma angústia da correcção, um «bom português» a todo o custo. (Anote-se que, na maioria destes casos, a grafia é realmente *ão*. Ela irá ganhar adeptos e será corrente no século xvii). O verbo mais frequente na narrativa de Acenheiro, mandar, apresenta variedades como mãodou, mãodava, mãodaria, mãodára ou mãodarão (no contexto, uma forma do passado). E há formações, pelo menos, tão curiosas como Abrãoches (Abranches) e Bargãosa (Bragança).

Exemplo comparável, mas já extremo, acha-se numa carta, de 1583, do jesuíta Melchior de Melo, onde lemos: «Muitos hãodão [andam] aqui movidos pera entrar na Companhia.»

Deve dizer-se, ainda assim, que vinha já de trás uma notável indefinição ortográfica. Em finais do século xv, nos primeiros livros impressos em português, vemos a negativa não grafada *nã*, *nam*, *nan*, *no*, *nõ*, *nom* e *non*. Caso particularmente sensível é a forma verbal *são*, que serve um plural, mas igualmente a primeira pessoa do singular. Em Portugal, o primitivo *som* – que se conserva em galego – derivou primeiro para *sam* e depois para *são*, encontrável em todo o século xvi. Num opúsculo de mística teológica de 1568, achamos «Eu sou o caminho», «Eu *sam* aquele certo e seguro caminho», «Eu *são* a verdade primeira». Mas em breve essa forma *sou*, recentemente criada por analogia com *estou*, e possivelmente também por fuga à ambivalência com (eles) *são*, acabaria vencedora.

As *Chronicas* de Acenheiro, concedamo-lo, eram um caso extremo de desordem gráfica. Os seus hypercorrectivos *ão* só reaparecem em manuscritos do século xvii, onde lemos: *mão*de (mande), *aõ*bos

(ambos), são, taó. Mas a barafunda ortográfica percorre os textos da época. No poema O Naufrágio de Sepúlveda, de Jerónimo Corte-Real, de 1594, achamos repetida esta insólita solução: «Hum anciano varão de aspecto grave», «Esse anciano varão, ali prostrado», «Hum anciano varão feito pedaços». E Bento Pereira, o célebre dicionarista de Seiscentos, que também reuniu provérbios, redige assim um deles, claramente a rimar: «Nam há geração sem rameira e ladram.»

Em 1893, o ainda jovem José Leite de Vasconcelos grafava, ele também, dissêrão, permanecêrão, tornárão-se. Mas era, já, um caso isolado, que não faria escola.

E, assim, durante séculos, o escrevente português foi torturado por uma grafia irracional, que não destrinchava futuros (chegarão, virão) de passados (chegaram, viram). Que não distinguia formas verbais (trabalham, casaram, encontram, precisam, cantam, tropeçam) de substantivos (trabalhão, casarão, encontrão, precisão, cantão, tropeção). Que continuamente criava uns fantasmáticos brincão, vinhão, usão, farião, digão, tratão. Só a corajosa Reforma Ortográfica de 1911 pôs cobro a tamanha balbúrdia.

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

A 1 de Dezembro de 2009, lia-se no blogue letratura.blogspot.com, de Helder Guégués:

Quando chegam ao 6.º ano de escolaridade, alguns alunos ainda representam a desinência -am com o morfema -ão, e vice-versa. Ou seja, confundem as desinências. “Eles cantão muito bem.” “Eles dam tudo o que têm.”

É, por isso, interessante ver que o vocábulo acórdão, sentença proferida por um tribunal colectivo, provém de acordam, a 3.^a pessoa do plural do presente do indicativo de acordar.

Os desmandos continuam, mesmo se criativos. Numa tabuleta, lia-se recentemente: «Não autorizo que colhão figos.»

Aldeãos, aldeões, aldeães

À medida que pam e cam se iam tornando pão e cão, à medida que razom ou coração se convertiam em razão e coração, dava-se uma uniformização com o final de singulares como mão, chão, verão. Mas os plurais continuavam a divergir. Havia pães e cães, havia razões e corações, havia mãos, chãos, verãos.

Verãos? Sim, assim o escreve Garcia de Resende, em 1533: «À tarde el-rei quis ir nadar ao Tejo como muitas vezes fazia nos verãos.» Lógico: verão, verãos. De igual modo fará ainda, um século mais tarde, Francisco Manuel de Melo. Mas já Camões, a meados do século xvi, vai por outro caminho: «Assim, passando aquelas regiões / Por onde duas vezes passa Apolo / Dous invernos fazendo e dous verões.» E Manuel Severim de Faria, em 1631, refere alguém que em Goa passara tempos «invernando em terra e embarcando-se os verões nas armadas». Qualquer um destes quatro autores foi, ou é ainda, tido na conta de clássico do idioma. Facto é que a forma tardia, inesperada, estava destinada a vingar. Hoje, por cada uso de verãos, os utentes de português optam 20 vezes por verões. Algo semelhante se dará com serão. O regular serãos é já em Quinhentos fortemente desafiado por serões, forma que sairá vitoriosa.

Destino ainda mais imprevisível estava reservado a aldeão. Esta forma surgira, com naturalidade, dum latinizante aldeano, e fazia o plural aldeãos. Mas, no século xvii, começa a aparecer aldeões. Assim escreve Melo, entre outros. Em Oitocentos, esta forma ganha terreno e, no século xx, leva clara vantagem à original. Actualmente, para dez aldeões, há um aldeãos. Simplesmente, saída do nada, surgiu uma terceira forma, aldeães, que começa numericamente a fazer sombra à original, e já é aceite em gramáticas e prontuários. Pode supor-se, até, que este final ães tenha passado a soar particularmente letrado, ‘correcto’.

Mais tumultuoso ainda, se possível, é o percurso de charlatão. Os dicionários dão-lhe origem italiana (de ciarlatano), que é exacta, mas o vocábulo chegou-nos, em inícios de Seiscentos, pelo

espanhol. Por um lado, ele surge em traduções deste idioma ou na pena de portugueses bilingues, por outro, e é o que aqui interessa, logo recebe o plural charlatães, nitidamente inspirado no esp. charlatanes. Mas, em Oitocentos, aparece um plural concorrente, charlatãos, que vai disseminar-se no século xx. Não é, ainda assim, o fim das surpresas. Surge uma terceira forma, charlatões, que acaba por ultrapassar – é o actual estado de coisas – as duas outras. Os prontuários e dicionários, atentos à contemporaneidade, ou conformados, acatam as três variantes.

O caso de vilão é semelhante, mas aí o tumulto começa bem mais cedo. Vilãos atravessa dois séculos, mas, em 1497, surgem os primeiros vilões. No século seguinte, ainda vilãos domina a cena. Mas ninguém menos do que Jerónimo Cardoso, o mais famoso dicionarista de Quinhentos, traduz «solus sapit» por «dir-se-á do sábio que está entre vilões e néscios». No século xvii, vilões bate já a forma original numa proporção de quatro contra um. Duzentos anos depois, a proporção é de quinze contra um, situação que se prolonga pelo século xx. Mas é então que se introduz vilães, forma sempre claramente minoritária, mas, como as duas restantes, sancionada pelas obras de referência.

Do mesmo acolhimento gozam os três plurais de ancião, do antigo anciano. Durante séculos, a forma é a esperável, anciãos, ainda hoje claramente dominante. Mas, no século xix, iniciou-se a marcha tanto de anciões como de anciães, que mostram excelente vitalidade.

Outros vocábulos ficaram-se por duas variantes: capelães e capelões, guardiões e guardiães, refrãos e refrães, vulcões e vulcões. Uma consulta do prontuário ou dicionário, em papel ou online, é procedimento recorrente de quem redige português. Uma das mais populares dessas obras de referência, o Prontuário Ortográfico Moderno, de J. Manuel de Castro Pinto e Manuela Parreira, com seis edições, elenca várias opções para aldeão, corrimão, ermitão, guardião, verão e vilão, mas exprime preferência pelo plural em -ões «por tenderem a ser as mais usadas». Repare-se: corrimãos seria sempre, podia supor-se, o mais defensável.

Nada disso evitou que acabasse instalada a ambivalência, ou a hesitação, na morfologia do idioma. Um artigo no Diário de

Notícias informa que a GNR encontrou em certa casa «duas pitãos». Num telejornal da SIC, em referência ao Barça, o locutor Bento Rodrigues (aliás, de puríssima dicção) diz primeiro «catalãos», hesita, e corrige para «catalães». Um presidente da República, em momento menos vigiado, chamou-nos «uma República de cidadões» (forma, aliás, com bons exemplos históricos). Numa gala de Natal da TVI, um apresentador alude a «símbolos pagões». Nada de grave. Sobre este último exemplo, lembre-se um antigo pagano, que exige o plural pagãos, de facto o mais corrente. Mas um clássico de Quinhentos, João de Barros, falava em «mouros e pagões». O mesmo fazia, no século seguinte, António Brandão na sua Monarquia Lusitana. Fazem-no, hoje, bastantes falantes.

Ainda em 1734, o já referido doutrinário Madureira Feijó corrigia plurais como melães, munições e tostães, séria indicação de que circulavam à época.

Causa-nos tudo isso incómodo? Sim e não. Achamos que seria preferível uma morfologia unívoca, que nos evitasse a indecisão e o receio do ridículo. Mas a hibridez, muito orgânica, do nosso idioma (a expor no próximo capítulo) absorve bem essa pequena mágoa.

Para mais, e durante bastante tempo, o espanhol serviu de bússola ao falante português, numa forma algo descarada de assumirmos a nossa subalternidade. Só conhecemos esse recurso através de obras de consulta. Mas a própria persistência dele sugere-nos que era de praxe em locais de ensino.

O espanhol como guia

Quando começaram os portugueses a dar-se conta do rebuliço em que se metera o idioma? Não o sabemos exactamente. Mas um primeiro sinal de desconforto surge em 1536, na Gramática de Fernão de Oliveira, a primeira da nossa língua, quando se abordam os plurais de palavras em ão. O autor tenta organizar os dados: finais em ães quadram a «ofícios» (escrivães, capitães), finais em ãos a nacionalidades (africãos, indíãos). Mas tais «regras» não

respondem por numerosos casos, e elas próprias apresentam excepções. Alguma clareza virá, diz Oliveira, «se olharmos ao singular antigo». Assim, lição levou a lições, pão a pães, cidadão a cidadãos. Mas é recurso de pouca valia: o que era lição é agora lição, o que era pão tornou-se pão. E o nosso primeiro gramático conclui, conformado: «O falar muda-se quando e como quer o costume.»

O seu sucessor directo, João de Barros, na sua Gramática, saída em 1540, não se mostra mais animado. O motivo aduzido é que é surpreendente: o ubíquo ão não nos veio de uma fatal deriva do ‘falar’, mas de uma pronúncia e grafia «galegas» que, se ainda fosse possível, faríamos bem em «desterrar». É por falarmos «agalegadamente» que juntámos um o à legítima terminação am de razam. Para piorar as coisas, acrescenta ele, os galegos não foram coerentes. Quando se lhes esperaria os plurais cães e pães, eles fazem um singular pam e cam, e ei-los safos.

Isto não é linguística, e antes a expressão de um incómodo gramatical, que há-de tomar formas ainda mais curiosas. De momento, lembremos que, menos de um século depois, Severim de Faria, nos Discursos Políticos, de 1624, afirmava exactamente o contrário. «O ditongo ão é próprio nosso, e o corrompemos do om francês e galego, em que não há muitos anos acabavam as mais das dicções que hoje terminamos em ão». É fantasia da mais pura.

Duarte Nunes de Leão começa por constatar, na sua Ortografia da Língua Portuguesa, de 1576, que o ditongo ão é aquele «sobre que há mais opiniões, e dúvida, em que lugares se há-de usar». Uma coisa é certa, porém: a grafia ão, e não am, é a que corresponde ao som final efectivamente proferido. Escrevam-se, pois, com ão quer o singular de substantivos quer as formas verbais do plural: amão, amavão, amarão, amarão. Repare-se nas duas últimas formas, que um acento vem distinguir. Será esta a exacta proposta de ortografistas nos séculos seguintes.

O plural dos substantivos é um problema, reconhece Leão. Mas para tal existe uma solução prática: veja-se como faz o espanhol. Diz ele capitanes, digamos nós capitães. Diz ele aldeanos e corazones, digamos nós aldeãos e corações. A par disso, há duplicações que o uso introduziu (cidadãos e cidadãos, vilãos e vilões) e que há que respeitar.

O recurso ao espanhol volta a ser aconselhado por Álvaro Ferreira de Vera, numa Ortografia ou Modo para Escrever Certo, de 1631. «Todas as vezes», escreve ele, «que na língua portuguesa acabar qualquer nome em ão, havendo dúvida no formar do plural, veja-se como se termina na língua castelhana». E dá exemplos como gavilanes e gaviães, villanos e vilãos, opiniones e opiniões.

Outro tanto recomenda João Franco Barreto, numa Ortografia de 1671. «Os plurais mais dificultosos da nossa língua», observa o autor, «são os que vêm de singulares que soam em am; nos quais se embaraçam muitos que, cuidam, sabem de ortografia, porque têm diversas terminações; e para acertar nelas é muito proveitoso e necessário ter bastante conhecimento da língua castelhana, pola grande correspondência que a nossa tem com ela». E ainda mais explicitamente: «Para acertarmos nos guiaremos pela lingua castelhana.» Exemplifica com alemanes e alemães, sermones e sermões, cortesanos e cortesãos.

Uma anotação intercalar: este capítulo baseia-se no estudo que fiz, em 2011, historiando as atitudes portuguesas face ao ditongo ão. Outra importante informação é fornecida no já referido artigo de 2015 de Sónia Duarte, que expõe as várias referências ao galego por parte de doutrinários portugueses no decorrer dos séculos.

Repare-se, de passagem, que Duarte Nunes fizera um tão explícito reenvio para o idioma centro-peninsular antes do período filipino (1580-1640) e que João Franco Barreto o faz bastante depois, o que esvazia qualquer sugestão de obediência política. Mas nem por isso é menos notória a normalidade com que a morfologia portuguesa, perante um problema que os seus naturais criaram, passou a incorporar essa dependência dos conhecimentos dum idioma estrangeiro.

Em 1769, João Pinheiro Freire da Cunha, num Tratado de Ortografia (que teve 8.^a impressão em 1813), dirá que o bom domínio da «diversidade de formação» desses plurais «depende do conhecimento da língua espanhola». Mas, admite, este conhecimento já não está tão largamente disponível, e, por isso, ele fornece exemplificação detalhada.

Não se pense, porém, que a recomendação de observar o

comportamento espanhol ficará por aqui. Em 1923, Ivo Xavier Fernandes, numas Questões de Língua Pátria (editadas no Rio de Janeiro e, sublinhe-se, reeditadas em Lisboa em 1947 e 1950), exprimia-se assim: «Em caso de dúvida e sempre que se possa recorrer ao castelhano, nele se achará indicação segura sobre a maneira de formar o plural português.» Em 1952, um estudioso há-de considerar «mau critério mandar recorrer ao espanhol em simples regras pátrias de flexão portuguesa», e propõe, como alternativa, listas de exemplos «o mais completas possível». É o reconhecimento de que, na falta da erudição etimológica ou da muleta espanhola, estamos condenados à memorização ou à consulta pontual.

Dois casos, mais recentes ainda, pedem atenção. Em 2013, o linguista brasileiro Cláudio Moreno avançava a dica espanhola na página online Sualingua. Começando pela constatação de que «a tripla possibilidade para o plural» de vilão ou aldeão está «apenas refletindo o estado de hesitação de nossa língua», logo ajuntava: «Algo que pode nos ajudar – e muito! – nesses casos é olhar por cima do muro e ver o que nosso vizinho de sempre, o espanhol, anda fazendo, pois lá existem três singulares para três plurais: hermano, hermanos; león, leones; alemán, alemanes! A boa notícia é que podemos aproveitar isso para nossa língua.» E uma última insistência: «Quem souber espanhol deve aproveitar a comparação; pode haver um ou outro vocábulo desviante, mas em geral o sistema funciona direitinho.»

Só que também Espanha adentro soa o insólito conselho. Em 2009, o professor galego Valentim Fagim publica Do Ñ para o NH. Trata-se de uma gramática do português, considerado língua da Galiza, que visa demonstrar como o galego conteria, implícita, a norma portuguesa. E vem esta questão das pluralidades. «Para as palavras acabadas em ão», ensina Fagim, «basta conhecer os plurais dessas palavras em castelhano». Tomem-se manos, panes, razones. «Feito isto, é tirar o n e escrever em seu lugar um til». E assim se obtêm os gal. mãos, pães, razões.

Se em toda esta quase cómica história algo é decididamente trágico, é decerto esta brutal inversão dos dados. O lusismo galego, que Valentim Fagim deste modo representa, não só propõe aos galegos o

abandono dos seus regularíssimos plurais (mans, pans, razóns), como propõe importar para a Galiza essa gigantesca disfunção morfológica portuguesa que, originada há 700 anos, nasceu exactamente de uma rejeição dos usos galegos. Ser esta uma tragédia histórica ainda seria, porém, o menos. O que não se desejaria a ninguém, menos ainda aos galegos, é o rosário de constrangimentos que o ubíquo ão trouxe, séculos a fio, aos desviantes portugueses.

A atribuição – patentemente errónea – do ditongo ão ao galego, feita por João de Barros, era já um sintoma de desconforto. Mas, na genérica perspectiva de então, qualquer infelicidade linguística tinha a sua origem nos estádios nortenhos do idioma...

O arrimo dos gramáticos portugueses ao espanhol para determinação dos plurais portugueses é descrito num exaustivo artigo de Sónia Duarte, de 2019.

Engenharia e voluntarismo

Foi sempre costume atribuir aos ditongos nasais, e em particular a este, a alegada dificuldade dos estrangeiros em aprenderem o nosso idioma. O já citado Álvaro Ferreira da Vera afirma, nuns Breves Louvores da Língua Portuguesa, opúsculo de 1631, que isso lhe granjeou fama de «grosseira». O autor contesta-o por inteiro. Não só esses ditongos não desfeiam o idioma, como o apodo foi, na verdade, invenção de portugueses «malcontentes». Assim seria. Mas deixa à mostra que essas sonoridades continuavam fonte de incómodo.

A má fama que o ditongo ão daria ao idioma volta à baila num texto de Rafael Bluteau, de 1721, uma «Prosopopeya del idioma portugués a su hermana la lengua castellana», com que abre o Dicionario Castellano y Portugués. Alude o lexicógrafo a vários povos que «continuamente» lançariam em rosto, ao idioma português, os seus inúmeros ãos. Numa tirada algo artificiosa, confessa o autor, português adoptivo, que a culpa é do espanhol,

que criou concepção, deliberación, etc. Perante tal, e para em alguma coisa se «diferenciar», restava ao nosso idioma, já de si tão «identificado» com o vizinho, decidir-se por outro arranjo. E assim surgiram concepção, deliberação e o resto. Mas sempre bons amigos, ou não fossem ambos, espanhol e português, lenguas de ángeles.

Anos mais tarde, em 1728, numa conferência sobre ortografia, Bluteau saíria em defesa do malfadado ditongo. Era ele rude, áspero? Talvez. Mas os idiomas precisam disso para a sua «consonância». Tentar banir o ão do idioma, o sonho de alguns, e sobre que já se haviam escrito «volumes inteiros», seria irresponsável, dada a «desordem» que a medida acarretaria. O conferencista acabaria agradecendo «a Real complacência para o mais áspero dos nossos ditongos».

Esta retórica tinha um interlocutor, entretanto falecido. Era o bacharel José de Macedo, que, em 1710, com o pseudónimo de António Melo da Fonseca, fizera imprimir em Amesterdão um volumoso Antídoto da Língua Portuguesa, em que propunha o radical banimento do ditongo ão. Os «volumes inteiros» de que falava Bluteau eram afinal só este. O livro fora dedicado ao absolutista João V, a quem pessoalmente se rogava um decreto que banisse o ditongo, e daí a gratidão de Bluteau pela «Real complacência». A obra de Macedo, de mais de 400 páginas, tocava temas candentes à época e deveria ter gerado polémica, e pelo menos um debate. Mas o apelo à intervenção do soberano terá inibido a discussão pública. E um pseudónimo também nunca é grande estímulo.

O ponto de vista de José de Macedo ficava sintetizado nesta passagem: «Não há razão para que nos descontentemos da nossa língua, antes há muitas e muito boas para que justissimamente a estimemos muito. Só a frequência com que usamos do ditongo ão nos deve ser odiosa, e só deste triste vício procede a facilidade com que muitos engenhos cuidam que é mais formosa a língua castelhana.» Dito doutro modo: o nosso idioma é magnífico e os que dizem o português inferior ao espanhol têm um único argumento: a nossa fartura de ãos. É do modo de extirpá-los que o livro vai ocupar-se.

O autor entrega-se aí a um titânico mas detalhado exercício de engenharia linguística que visa substituir os finais em ão por sequências mais latinas e, por acréscimo, mais italianas e espanholas. Se o latim é o supremo objecto de emulação, são decerto bem-vindas maiores parecenças ao italiano e mormente ao espanhol, tido, à época, como a mais perfeita das línguas neolatinas. Assim, vocábulos como sermão ou ladrão poderiam tornar-se sermone e ladrone, com os plurais sermones e ladrones. Palavras de tipo vilão, verão, escrivão fariam vilano, verano, escrivano, com os competentes plurais. De modo semelhante, pão e cão passariam a pane e cane, com plural panes e canes. Para multidão, lentidão e aparentados, a solução é multitude, lentitude. Havendo já variantes, convinha aproveitá-las: entre escuridão e escuridade guardava-se a segunda. De caminho, aprimoravam-se manhã ou rã com as novidades manhana e rana. E não, tão, quão regressariam aos latiníssimos non, tam, quam. Caso se achasse (e Macedo achava) que a final ano é «mais agradável» que one, seriam de ponderar formas como perdano e coraçano, mais eufónicas que perdone e coraçone. Havia, aliás, lembrava-o o autor, precedentes históricos: já se passara de fuão para fulano, ou de romão e castelhão para romano e castelhano. Era agora questão de alargar sistematicamente tais soluções.

O bacharel sabe, e di-lo, que uma proposta desta envergadura não só provocará a galhofa, que ele compreende, como despertará todo o tipo de resistências. Pensa nos poetas do passado ou nos vivos já conhecidos: dum momento para o outro, as suas rimas ficariam antiquadas. Pensa, também, nos muitos embaraços que esperam a conversação em sociedade. Mesmo assim Macedo avança a proposta, fazendo supor que não a tinha por totalmente descabida e, mais, que ela pode ter correspondido a anseios contemporâneos ou, pelo menos, a debates em círculos eruditos. Certo é que, em linguística, o voluntarismo nunca levou a melhor sobre as rotinas, por mais incómodas que as achemos.

Atencioso, José de Macedo redige ainda, na nova feição gráfica e sonora do idioma, a longa «Écloga primeira» de Camões. Destaquem-se aí os versos «Como se vano [vão] as cousas convertendo», «No chano os olhos seus, na mano a face», «O campo encherio [encheram] de amorosos gritos», «Que em torno estano ao

corpo sepultado». Soluções como encher, pendurar [penduraram], negar [negaram] inspiravam-se claramente em pronúncias do Entre-Douro-e-Minho.

Anos mais tarde, uma extensa passagem do Verdadeiro Método de Estudar, de 1746, de Luís António Verney, mostra que o assunto ainda mexe. Sustenta o pedagogo, ele também, que a grafia ão deve ser banida. Não por inadequada (de facto é assim que se diz, mesmo grafando-se am), mas para esquivar certas discussões técnicas. Não se escreva, pois, falão (nem, ajuntarei, fálão), mas falam. O que já é uma concessão, pois a grafia ideal, acha Verney, seria falaom. Para distinguir géneros gramaticais, usem-se as grafias irmam e irman, vam e van. Mas mesmo isto, reconhece, o escrever «tudo extensamente», não tornará estas «desinências» menos «feias e ásperas». Os portugueses, na sua defeituosa articulação, dão-lhes um irremediável «soído fanhoso do nariz». O influente pedagogo não teve, ainda assim, mais sorte do que os outros. O constrangedor ão mantinha-se de pedra e cal.

Pouco antes, em 1741, alguém recordara o Antídoto de Macedo. Era o estrangeirado Cavaleiro de Oliveira, no livro Mémoires de Portugal, editado ele também na capital da Holanda. Faríamos bem, diz, em aproveitar sugestões dessa obra «engenhosa», com que se limariam do português algumas «grosserias». A eliminação do ditongo ão, aprova-a Oliveira por inteiro. Com algum interesse próprio, diga-se. A edição dessas suas memórias (hoje diríamos ensaios) teve a recusa, confidenciou ele, de alguns editores estrangeiros, que não se ajeitavam com aquele extravagante til sobre uma vogal.

Esta má fama do nosso ditongo atravessaria os séculos. Ainda em Setecentos, e na apresentação do poema O Hissope, podia ler-se: «Concedemos que a linguagem portuguesa é abundante de termos e frases, é harmoniosa (e mais seria se muitas palavras não terminassem no canino monossílabo ão).» E, num artigo de 1916, sobre «A Língua e a Arte», o ensaísta Hipólito Raposo haveria de declarar ão «o ditongo mais característico e mais feio da língua portuguesa».

Entretanto, os doutos reformadores da nossa ortografia tinham, em 1911, resolvido a questão com uma medida simples: escreve-se ão o

ditongo tónico (pensão, casarão, satisfação) e am o ditongo átono (pensam, casaram, satisfaçam). Isso não evitaria, ainda assim, recentes grafias como «Condenados estavam em preventiva», «Diram os mais optimistas», «As portas estavam sempre abertas».

Os sábios de 1911 não mexeram nos plurais dos substantivos: a sua tarefa era estritamente ortográfica. Também jamais alguém conseguiu, ou sequer tentou, pôr ordem nesse caos. Continuaremos a folhear as obras de consulta ou a confiar-nos à informática. É esse o preço, sempre actualizado, da emancipação linguística daquele jovem e rebelde Portugal.

Capítulo 7 – Português, língua promíscua

Tivemos sempre queda – não era para o multiculturalismo, era para a “misturança” mesmo.

Francisco José Viegas, Público, 8-IV-2013

Uma aventura solitária

Logo no primeiro capítulo deste livro, verificámos a coexistência em português de formas como voante e volante ou soante e sonante. Vimos não serem exemplos únicos, já que o idioma conhecia outros pares de tipo comparável: doente e dolente, gear e gelar, vigiante e vigilante, consoante e consonante, luar e lunar, ressoar e ressonar, terreal e terrenal. Determinante é sempre, vimo-lo também, a ausência ou a presença de l ou n intervocálicos.

Na sua sistematicidade, e na sua amplidão, este fenómeno é único no inteiro âmbito das línguas latinas. Mesmo o galego só parcialmente acompanha aqui o português, já que desconhece vocábulos como dolente, xelar ou resonar, sonante, terrenal. Foi o português que, depois de herdar a avalanche de formas galegas criadas pelo banimento de l e n, se pôs afanosamente a recuperar as duas consoantes perdidas, acumulando dezenas de pares semelhantes aos aí expostos. O galego deixou, efectivamente, o português sozinho nesta aventura.

Se é certo que o português começou cedo a reintroduzir consoantes eliminadas (dolorido e mantenedor datam de 1280), é por volta de 1400 que, em Lisboa e Coimbra, se irá investir a fundo nessa recuperação. Este processo faz parte da vasta «elaboração» (termo

técnico para um processo de criação de nova língua) que o português então enceta, num porfiado afastamento das soluções vigorantes a norte.

As histórias da língua portuguesa, não ignorando decerto os materiais lexicais em si mesmos, nunca os sistematizaram, preferindo atribuí-los, insistentemente, a uma nunca questionada «relatinização». Na sua Introdução à História do Português, Ivo Castro aponta dois factores dum «processo modernizador» do idioma: «a relatinização do léxico e a adopção do castelhano como segunda língua literária do país». Voltará a referir «a entrada maciça de empréstimos lexicais tomados ao latim literário», nunca dando impressão de entrever que esses dois factores – a relatinização e o elevado e duradouro estatuto que o espanhol adquire em Portugal – são, se virmos bem, um e o mesmo factor. Para o português, vale, com vários séculos de adianto, o que do galego afirma o hispanista holandês Jan Schroten: «Otro efecto de estos casos de latinización del vocabulario gallego es que los resultados no se distinguen de los que daría una castellanización del vocabulario» (destaque meu). Isto vem na linha do que afirmavam, em 1995, Benigno Fernández Salgado e Henrique Monteagudo: «Os cultismos latinos que penetraron no galego desde o século xv fixérono case exclusivamente a través do castelán.» Com efeito, foi aproveitando-se de quanta relatinização o próprio espanhol já fizera que o português se modernizou. Existiu, é certo, uma relatinização só portuguesa (veja-se a próxima Estação de Serviço ou Statio Servitii). Mas ela, sendo interessante, não é espectacular.

Insista-se nisso: qualquer aproximação renascentista ao latim era, para o utente português coevo, mesmo culto, indistinguível do aproveitamento do espanhol. O utente desprevenido juraria serem belos e úteis latinismos os adjectivos primoroso, paulatino, circunvizinho, confinante, oloroso, titubeante ou polvoroso que achava em textos espanhóis. Pura ilusão. Eles eram, como bastantes outros mais, simples produtos centro-peninsulares.

Existe, de resto, um paralelo histórico conhecido: a intensa latinização da língua inglesa na sequência da invasão normanda de 1066. O normando, uma variedade medieval de francês, tornou-se em Inglaterra língua da elite, e remodelou profundamente o léxico

inglês. Ao longo dos séculos, o inglês importou milhares de vocábulos franceses, sendo actualmente cerca de 27 por cento do inglês corrente de origem francesa, por vezes competentemente camuflada. Alguns exemplos de galicismos em língua inglesa: approach, beauty, cache, debris, endeavor (de en devoir), entrepreneur, fashion, issue, liaison, malaise, point, pressure, queue, retard, suite, surprise, touch, voice. Ninguém chamaria a isso uma latinização.

Não houve, no caso português de 1400, uma invasão de exércitos espanhóis, e sim uma adopção do espanhol, pela elite, como língua modelar. Daí uma imensa transferência de materiais ao longo de três séculos, uns de proveniência latina, outros de fabrico próprio castelhano, por vezes com prestigiantes feições latinas. Com isto, o português ganhou novas aptidões, nova agilidade e uma expressividade acrescida.

STATIO SERVITII

A nossa História sempre gostou de imaginar os humanistas portugueses como «operosas abelhas», dia e noite ocupados em transmutar o mel latino para português. No contexto do Renascimento, Ivo Castro fala mesmo numa «entrada maciça de empréstimos lexicais tomados ao latim literário (e através dele ao grego) e injectados no léxico português». Repare-se no sugestivo injectados.

Houve, decerto, uma latinização exclusiva portuguesa, mas não foi espectacular e, sobretudo, ela é, em importante medida, posterior ao Renascimento.

Seja dito, de passagem, que essa latinização exclusiva do português nunca foi objecto de estudo por parte dos historiadores do idioma. Erguem-se louvores à língua portuguesa, exalta-se a sua índole latina, mas os materiais latinos próprios dela nunca despertaram a mais básica curiosidade. Somos uns líricos. No resto, contentamo-nos com meia bola e força.

Do meu levantamento, destaco aqui substantivos, adjectivos e

verbos de origem latina entrados no português entre 1500 e 1700, tanto sob forma praticamente inalterada (os chamados cultismos), quer sob forma evoluída (os semicultismos). Poderá verificar-se, também aqui, alguma datação tardia, dificilmente superando, porém, o meio século. Para informação etimológica, remeto para um bom dicionário.

Em matéria de substantivos, citem-se juba (século

xvi

), benesse (1510), surto (1553), nódoa (1555), alvitre (1560), celeuma (1572), questiúncula (1642), catadupa (1651), sùmula (1666), tabela (1690).

Vimos, em capítulo anterior, adjectivos quinhentistas, alguns deles também galegos. Recordamo-los: austinado, còncio, esparso, graúdo, ínvio, lêvedo, mouco, negregado, opinioso, pernóstico, prisco, rombo, sôfrego, submerso, trôpego e utente. A eles vêm somar-se salutar (1611), insciente (1649), apenso (1660), íncio (1679), enfezado (1687), subserviente (1690), controverso (1697). Adjectivos de data posterior a 1700 serão referidos no capítulo 13.

Camões é um caso à parte. Introduziu vários cultismos adjectivais que se conservam em exclusividade portuguesa (abominoso, celso, cògnito, frondente, fulvo, piscoso, rúbido e outros ainda menos frequentes) e fez 16 estreias peninsulares de que o espanhol veio a tirar algum rastreável proveito (altíssimo, esqualido, estridente, flavo, hirsuto, horrísono, ignavo, imaturo, infando, lanígero, obsequente, ovante, pânico, rábido, sibilante, undívago). Estas novidades camonianas não são, nitidamente, os materiais mais indispensáveis.

Passemos aos verbos. Vimos já também uma série de verbos só portugueses de origem latina provável. De origem certa, temos os seguintes: angariar (século

xvi

), munir (1572), deliciar (1589), poluir (1589), aliciar (século

), grassar (1638), conspurcar (1661), reflectir (1663), locupletar (1664), exarar (1670), exaurir (1674), anuir (1679), indigitar (1690), evolar-se (1692), surripiar (1697). Verbos de data posterior serão referidos, também, no capítulo 13.

No estrito âmbito das traduções levadas a cabo por humanistas, André de Resende adiantou-se, em 1530, ao espanhol com hórrido, mas não ao italiano. Coisa idêntica aconteceu a António Pinheiro, em 1541, com malevolência. O mesmo Pinheiro introduziu em 1551 venialidade, só bastante mais tarde encontrável noutras línguas latinas. É um ganho, decerto, mas muito comedido.

Perdoe-se a ironia, mas foi uma sorte não estarmos dependentes dos nossos humanistas para a modernização do léxico pátrio.

O nosso processo de recuperação latinizante (repitamo-lo) entende-se bem mais adequadamente no cenário da larga familiaridade com o espanhol que, a partir de 1400, se desenhou e que conduziu a uma obstinada convergência do português com ele, como forma de modernização própria.

Felizmente que, a partir daí, o nosso idioma iniciou, também, algum recentramento sobre si mesmo, construindo soluções próprias para a expressão de novos conceitos. Veremos, no capítulo 10, entre mais, a vasta exploração que o nosso idioma fez dos sufixos -idão (aptidão, gratidão, etc.) e -ice (meiguice, tolice, etc.).

Outro exemplo dessa exploração de recursos caseiros: enquanto galego e português compartilham um bom número de substantivos e adjectivos em -eito (afeito, desafeito, defeito, despeito, estreito, proveito, feito, sujeito e alguns mais), o português desenvolveu formas próprias como atreito, defeito, efeito, perfeito, preceito, respeito, trejeito.

O espanhol como modelo

O resultado mais determinante e rico em consequências do afastamento do galego foi essa entusiástica abertura às criações do idioma centro-peninsular, cedo tornada dependência crónica. Também nisto os príncipes de Avis foram pioneiros, adquirindo as obras castelhanas disponíveis, tirando proveito de traduções feitas em Burgos e Toledo, atraindo intelectuais da Meseta castelhana ao convívio lisboeta.

Os materiais importados do espanhol traziam um perfume de cultura e modernidade. Isso valia particularmente quando se remodelavam formas antigas, reinserindo nelas os l e n outrora suprimidos. E, se é verdade (como já aqui lembrado) que essa pintura nova aflorava já, aqui e ali, antes de 1400, a partir de então a remodelação intensifica-se. Alguns exemplos desta recuperação:

reintrodução de L

caendas	>	calendas
dooroso	>	doloroso
fiiz	>	feliz
maíça	>	malícia
nevooso	>	nebuloso
paadar	>	paladar
saíva	>	saliva
seenço	>	silêncio
torvoento	>	turbulento

reintrodução de N

abstença	>	abstinência
bõaça	>	bonança
canhoaço	>	canhonaço
lumioso	>	luminoso
madroa	>	matrona
mãifesto	>	manifesto
opoente	>	oponente
remãescer	>	remanescer
romão	>	romano
sãar	>	sanar
sazoadado	>	sazonado
teevroso	>	tenebroso

Dir-se-ia (mais uma vez) estarmos perante uma mera relatinização, já que todas estas reintroduções de l e n coincidem com as soluções originais, latinas. E – disso podemos estar certos – esse aval do latim terá tido um efeito tranquilizador.

O facto é que a reintrodução das duas consoantes conduziu, num muito significativo número de casos, à coincidência com soluções originais espanholas, uma inequívoca mostra de influência directa. Foi o acicate do espanhol, crescentemente presente na vida diária dos portugueses, a inspirar, e sustentar, essa remodelação. O espanhol funcionava, assim, como correctivo. Vejamos exemplos disso:

português			espanhol
ciada	>	cilada	celada
estimo	>	estímulo	estímulo
piar	>	pilar	pilar
aprisoar	>	aprisionar	aprisionar
baroíl	>	varonil	varonil
descomual	>	descomunal	descomunal
doaire	>	donaire	donaire
gaança	>	ganância	ganancia
manteedor	>	mantenedor	mantenedor
paação	>	palaciano	palaciano
temoeiro	>	timoneiro	timonero

Nem sempre, porém, os materiais do passado se perderam. Foram muitos, mesmo, os casos em que ficaram a conviver as duas formações: a já existente no idioma e a moderna. Com isso se obtiveram numerosos dobletes, ou formas divergentes, como são designadas, apresentando alguns casos uma perfeita oposição, mesmo se as formas (vimo-lo no capítulo 1) pertencem a diferentes categorias gramaticais, ou têm significados díspares.

com síncope de L

cio

consoada

dorido

gear

mágoa

paço

pego

saudar

sem síncope de L

zelo

consolada adj. fem.

dolorido

gelar

mácula

palácio

pélago

saludar

com síncope de N

areia

cardeal

expoente

frear

limiar

romã

teor

vaidade

sem síncope de N

arena

cardinal

exponente

frenar

liminar

romana adj. fem.

tenor

vanidade

Anote-se, de passagem, que os vocábulos toa e tona (nas locuções à toa e à tona) não são formas divergentes. Eles diferem já na origem. Enquanto toa é um regressivo de toar ('rebocar embarcação', do fr. ant. toer), tona deriva do lat. tunna 'pele'.

No caso dos doubletes acima, poderia sempre aventar-se um influxo latino. Outros, porém, denunciavam a interferência directa dum espanhol omnipresente na vida social portuguesa. Exemplos disso são:

português			espanhol
rinchar	+	relinchar	relinchar
acantoar		acantonar	acantonar
arrincoar		arrinconar	arrinconar
entretimento		entretenimento	entretenimento
malsoante		malsonante	malsonante
sustido		sustenido	sostenido
toadilha		tonadilha	tonadilla

Caso particularmente ilustrativo é o do adjectivo *são* (do lat. *sanu*) e seus compostos. A forma privada de *n*, *são*, é a única documentada desde início. Foi Camões a introduzir, em 1572, *insano*, forma latina já corrente em espanhol, onde remonta a 1444. Data de 1587 o composto *malsão*, cópia do espanhol *malsano*, documentado desde 1385. Em suma: enquanto o espanhol conhece a série regular *sano*, *malsano*, *insano*, o português sobrevive no habitual amálgama de *são*, *malsão* e *insano*.

Não menos assinalável é o *doblete mirão/mirone*, formas provenientes do esp. *mirón*. É de 1622 a primeira atestação de *mirão*, «indivíduo que não joga mas observa o andamento do jogo», como define o dicionário Houaiss. Mas, em inícios de Oitocentos, surge *mirone*, um fantasioso singular do esp. *mirones*, com o valor de ‘observador, particularmente de desastres’.

Certo: uma recuperação de teor latinizante deu-se em todas as outras línguas latinas, com larga criação de *dobletes*, ou formas divergentes. Nisso, o francês é famoso, sobretudo pelo contraste das novas formações, de nítida compleição latina, com as antigas, frequentemente já irreconhecíveis, tão drástica foi a deriva formal em que, no decorrer dos séculos, o vocabulário francês entrou.

Aquilo que, porém, distingue aqui a língua portuguesa é a elevada regularidade das soluções, quer modernas quer antigas, até com razoável previsibilidade dos resultados, para o que concorreu, evidentemente, estar o espanhol a servir-nos de sistemático espelho.

Essa reintrodução de duas consoantes patrimonialmente eliminadas constituiu uma autêntica desconfiguração do sistema. O português teve de aprender a viver com ela.

Uma dependência crónica

Esta acomodação ao modelo espanhol foi, pois, contemporânea

daquilo que se diria um regresso ao latim. Neste âmbito, qualquer suposta relatinização é uma racionalização a posteriori. Como assinalado noutros momentos deste livro, o utente histórico não tinha a possibilidade – mas tampouco tinha a preocupação – de distinguir aquilo que o aproximava ao latim daquilo que o fazia ao espanhol. O dado objectivo é que, na vida real, o figurino espanhol lhe era incomparavelmente mais próximo e, portanto, convidativo do que o latim.

Ivo Castro fala de «um paradoxal caso de amor com o castelhano» por parte do português. Não é para menos. Essa pacífica promiscuidade com o idioma do poderoso reino vizinho conviveu sempre bem, entre nós, com a declarada auto-suficiência duma comunidade crente em si, vitoriosa nos campos de batalha, bafejada pelos fados.

Nunca o espanhol foi sentido como uma fonte de perigo. E, assim, mesmo aqueles que, ritualmente, exprimiam uma ou outra reticência face ao idioma da Meseta, como os seiscentistas António Vieira e Francisco Manuel de Melo, mesmo eles puderam ser valentes castelhanizadores do léxico português. É em obras de Melo que achamos pela primeira vez cerca de 30 adjectivos criados em Castela, entre eles atarantado, carinhoso, desprevenido, estrondoso, indesculpável, maltrapilho, novato, presumido ou sonso. E foi em sermões e cartas de Vieira que se estrearam em português aparatoso, assombroso, cabal, disparatado, interessante, jactancioso, lastimável ou valentão e mais umas 15 criações adjectivais espanholas. Tudo isto se estabeleceu entre nós com naturalidade: eram palavras que, durante dezenas de anos, os portugueses tinham lido em textos espanhóis ou ouvido a pregadores e educadores chegados do centro peninsular. E, sim, interessante, entrado no português em 1672, é – como vimos na Introdução – uma invenção espanhola de 1605. O francês, o italiano e o inglês só irão adoptá-la a partir de 1718.

Existem números avassaladores. Só entre 1500 e 1600 o português incorporou 248 adjectivos de fabrico espanhol. Contam-se entre eles airoso, aziago, boçal, cabisbaixo, castiço, empedernido, mulato, nublado, polvoroso, pujante, sangrento. Alguns deles assentam em radicais estranhos ao nosso idioma, como aire, nublar, polvo ‘pó’,

pujar e sangue.

E atente-se nisto, já sublinhado na Introdução: em transferências mútuas de léxico, espanhol e português ocupam posições insanavelmente assimétricas. Por cada lusismo hoje em voga no espanhol (sirvam de exemplo barullo, caramelo, despejar, enfadar, resguardo), estão em uso no português nada menos que 80 espanholismos.

Seja assinalado: na edição hispano-americana da sua História da língua portuguesa, de 2013, Ivo Castro abandonou a fixação latinista da renovação do nosso léxico e venceu o largo aproveitamento do espanhol. Fê-lo com referência à investigação por mim levada a cabo, o que muito me honra.

ESTACIÓN DE SERVICIO

Como saber que temos que ver com um espanholismo? Para poder determiná-lo, praticam-se apertados critérios. Eis os mais determinantes:

a origem directa duma determinada forma é o espanhol, tenha a forma sido criada nesse idioma, ou proceda dum idioma anterior (habitualmente o latim), tendo-se dado, em certos casos já examinados, uma derivação (por exemplo, em airoso, pujante) sem que existisse em português a base dela (aire, pujar);

a forma teve nítida circulação em espanhol antes de haver a primeira documentação em português;

o contexto desta primeira documentação aponta para um provável aproveitamento do espanhol: é uma tradução dessa língua; o autor é um reconhecido bilingue ou está familiarizado com o espanhol; o documento exhibe outras marcas de aproveitamento;

observa-se uma inicial escassez da forma em português, face à continuidade do seu uso em espanhol;

a palavra insere-se numa família (atinar, atinado, atino, desatinar, desatino, etc.) ou num campo lexical (a ‘expressão oral’, a ‘pilhéria’, o ‘engano doloso’, outros ainda) que sabemos particularmente atraentes;

quanto mais inesperada uma forma coincidente for, mais lícito é supô-la criação de uma só das línguas (desabrido, cabisbaixo, etc.).

Verificar tudo isto supõe um aturado labor e, de preferência, uma longa experiência acumulada. Habitualmente, o longo contacto com os materiais desenvolve no investigador uma intuição porventura útil.

Uma derradeira sugestão: a dum estudo aprofundado da natureza e características das relações de português e galego com o espanhol. Tudo leva a crer que estamos, intrinsecamente, condenados à sua influência. Importaria, pois, conhecer-lhe, a esta, os meios e os modos, de maneira a conseguir uma mínima gestão e, mesmo, uma certamente precária, mas não impossível, intervenção.

A dependência portuguesa das soluções espanholas acabou por tornar-se crónica. O utente apropriava-se, na língua do reino vizinho, de tudo quanto se sentia, ou julgava, necessitado. Na maioria das vezes, escapava-lhe essa apropriação, pouco preocupado que estava (e ainda está) com a proveniência do vocábulo que lia, ou ouvia, por primeira vez em texto português. Habitualmente, já o teria ouvido ou lido em contexto espanhol.

Entre 1450 e 1730, um português, sobretudo se culto, consumia durante a sua vida um número impressionante de produtos espanhóis. Ele eram as obras de catequese e espiritualidade, as leituras de lazer (aventuras, viagens), as obras de consulta (mormente dicionários), os cânticos religiosos (como os numerosos vilancicos ouvidos nas igrejas), ele eram os volumes de poesia espanhola (durante muito tempo os únicos impressos disponíveis), as peças de teatro de companhias espanholas, ou mesmo portuguesas com textos em espanhol de autores portugueses. E havia ainda os professores, os confessores, as madres de convento, os pregadores, vindos de Castela. E havia os muitos poetas

portugueses que escolhiam exprimir-se em espanhol. Um contacto directo, in loco, de vida social em espanhol, tinham-no as muitas centenas de jovens portugueses que frequentavam as universidades de Salamanca e Alcalá de Henares. Também o início da imprensa em Portugal foi importantemente marcado pela tradução de obras espanholas. Em suma: durante séculos, a presença do espanhol foi, na vida dum português, uma realidade constante.

E não se esqueça o nosso lado. O cidadão português desenvolvera um ilimitado fascínio por Espanha e pelo espanhol. Esse fascínio é, hoje ainda, visível em cada página dessa assombrosa Fastigínia, o longuíssimo relato que o magistrado Tomé Pinheiro da Veiga redigiu das festividades em Valhadolid, em 1605, pelo nascimento dum príncipe herdeiro espanhol. Por ali passa uma Espanha entregue a semanas de descuidada folia, para que o visitante português é aliciado, e onde deliciado se perde, tudo documentado em constantes falas de língua espanhola. Da obra existe uma excelente edição moderna do professor Ernesto Rodrigues, da Universidade de Lisboa.

É, de facto, de fascínio que importa falar. Inclusive por esse idioma espanhol, sentido como língua lógica e consistente, dotada duma ortografia estável, duma economia silábica previsível, livre dessas bizarras de um l e um n ora ausentes ora presentes.

Foi assim que o utente de português aprendeu a sobreviver, como ainda hoje sobrevive, numa paisagem vastamente híbrida, feita de formas completas, com l ou n, em feliz convivência com formas truncadas – na verdade, evoluídas –, sem um ou sem outro.

É por isso que, por um lado, temos sonante, sonoro, sonoridade, ressonância, dissonante, por outro, soar, soante, consoante, ressoar. Por um lado, volante, volátil, evolar, por outro, voar, voo, voador, revoada, sobrevoar, esvoaçar. Por um lado, colorir, colorido, coloração, incolor, colorante, por outro, cor, corar, corado, corante, descorado. Por um lado, doloroso, dorência, indolor, por outro, dor, doer, doído, condóido, doença, adoecer. Por um lado, zelo, zelar, zelador, por outro, cio, cioso, ciúme, ciumento. Por um lado, componente, oponente, exponencial, por outro, poente, expoente, depoente. Por um lado, tonal, tonalidade, detonante, detonador, por outro, toada, entoar, entoação, destoar, destoante. Por um lado,

míudo, miudeza, esmiuçar, por outro, minuto, minúcia, minucioso. Por um lado, donativo, donatário, por outro, doar, doador, doação. Por um lado, género, genérico, generalizar, generalidade, regenerar, por outro, gerar, geração, gerador, geracional. Por um lado, monetário, por outro moeda, moedeiro. Por um lado, arena, arenal, arenoso, por outro, areia, areal, areoso. Por um lado, corona (termo astronómico), coronal, coronária, por outro, coroa, coroar, coroação. E poderíamos prosseguir longamente, incluindo casos exóticos como esse impagável colorau ‘pó de pimentão’, transcrição da pronúncia informal espanhola colorao ‘vermelho’.

Aí está uma perfeita desordem instalada, só dominável por quem tenha, desde criança, sido treinado nesta imprevisibilidade, neste autêntico caos de economia silábica. E se, na selecção de casos acima feita, ainda pudera invocar-se um certo ‘ar’ latino, de boas famílias, já salta à vista a pura indisciplina, inequivocamente induzida pelo espanhol, de pau mas palito, de quente mas acalentar, de gado mas ganadeiro, ganadaria, de miúdo mas minudência, de manter mas mantenedor, manutenção, de grão mas granito, granizo, de vão mas devaneio, devanear, de intervir mas prevenir, de Verão mas veraneio, veranear, veraneante, veranico. São exemplos, bastantes mais há.

Não custa crer (tenho de repeti-lo) que uma das fontes do histórico fascínio português pelo espanhol foi a persistente impressão dum conjunto ordenado, harmonioso, isento de todo o tipo de surpresas ao virar da esquina. E o que é mais: uma vez encetado o processo, a preferência irá sempre para as formas intocadas, com o l e o n nos seus lugares, doravante sentidas como mais modernas e cultas. Não faltaram sequer os excessos, como a popularização, no século xvi, de cores e dolores, decerto entrevistos como chiques, à custa das triviais dores e cores, ou a tentativa, em Seiscentos e Setecentos, de implantar venida por ‘vinda’ («Depois de quatro idas e venidas»). Este espanholismo teve, mesmo, êxito no valor de ‘ataque imprevisto’, entretanto dicionarizado: «Tem venidas capazes de derrubar com elas um gigante.»

O galego, como se verá no capítulo 9, manteve-se longo tempo à margem dessa reintrodução de l e n intervocálicos, por ele próprio tão denodadamente suprimidos em épocas remotas.

Claro: nenhum falante português jamais se incomodou com o retrocesso a que a sua língua se entregou, se é que algum dia estabeleceu uma conexão entre palito e pau, ou estranhou gado mas ganadeiro e ganadaria. E a verdade toda é que nunca, até este momento, alguém mostrou estranhá-lo, contentando-se com a observação (e às vezes nem isso) de que tais coisas existem.

A questão é que o português vive atulhado dessas e muitas outras inesperadas misturas induzidas pelo espanhol, como antigo mas antigualha, Castela mas castelhano, dobro mas doblez, fedor mas hediondo, ilha mas islenho, lume mas vislumbre, menino mas ninharia, névoa mas nublado, nu mas desnudar, pó mas polvorosa, sangue mas sangrento, telhado mas tejadilho, e não fica por aí. Seja anotado, de passagem, que o dicionário da RAG não admite nenhum desses segundos termos, que nós usamos com a maior naturalidade.

Tem de constatar-se que – mesmo ficando-nos pelo fenómeno ausência/presença de l e n latinos – a economia silábica do português demonstra uma incoerência a toda a prova, uma desarrumação para que não se descortinam, nem porventura existem, soluções.

Urge, porém, questionar-nos: como pôde essa desvairada subversão do acervo patrimonial ganhar tamanha dimensão? Duas respostas se apresentam. Primeiro: tudo foi fruto de processos alargadíssimos no tempo, que ninguém pôde seguir no seu desenrolar, e muito menos influir nele. Segundo: nunca Portugal conheceu um órgão regulador, uma Academia, que interferisse a esse nível, o da morfologia, tão vulnerável quanto precário. E ainda bem. Semelhante interferência teria redundado numa infundável frustração e, não custa a crê-lo, num caos ainda maior.

O resultado é esse que hoje vemos: uma língua híbrida e promíscua, um emaranhado indestrinçável de materiais surgidos, uns, em processos antiquíssimos, interiores à comunidade falante e, outros, gerados numa movimentação de sinal contrário, facilitada pela familiaridade com uma língua estrangeira aliciante e prestigiosa. Eis um cenário por que, a priori, nenhum ser pensante e prudente optaria, mas que o utente acabou por interiorizar, com uma destreza que (perdoe-se a extrapolação) denuncia uma, decerto não

única, mas incomum aptidão para a desordem.

E, vendo bem, existe uma leitura positiva dos dados. Eles revelam, no indivíduo português, um lado transigente, integrador, cosmopolita. Não: em questão de língua, o português nunca se fez esquisito. E essa virtude transmitiu-a ele, depois, a brasileiros e outros falantes.

Uma coisa se nos torna, porém, evidente: se a síncope de duas consoantes deveras relevantes significou (recordando o marcante dito de Ivo Castro) «o acto de nascimento da nossa língua», e tudo leva a crer que sim, pois constituiu uma intervenção no sistema nada menos que revolucionária, conferindo ao idioma a sua feição mais irreduzível –, então o aparecimento do português veio significar, por efeito da deriva em que o idioma entrou, convergente com as soluções espanholas, um desafio ao sistema autenticamente contra-revolucionário. Importa, pois, reconhecê-lo: o português é, em si mesmo, a subversão, definidora e sistemática, do seu próprio «acto de nascimento».

PARTE III – O galego e o português

Capítulo 8 – O léxico exclusivo de galego e português

Muitas pessoas galegas não compreendem porque em Madrid ou Barcelona não entendem o português, quando elas percebem. Nós não só somos capazes de compreender, mas o mais importante, somos capazes de comunicar, sem nunca ter estudado. Estamos em cima de um tesouro.

José Ramon Pichel, Falar a Ganhar, 2013

Afrontas e namoros

De quanto ficou aqui exposto, pode inferir-se que existe um extenso vocabulário compartilhado por galego e português, e também deles exclusivo. No capítulo 5, examinámos, primeiro, uma série de adjectivos e, em seguida, um bom número de verbos, sobretudo nas suas relações com o latim. Aludimos aos 230 verbos exclusivos de galego e português, dos quais 55 de fonte latina segura e 22 de fonte latina suposta. Não faltaram, ao longo dos capítulos, as referências a substantivos e adjectivos. Vamos agora observar, no seu conjunto, esse acervo comum e exclusivo. Começemos pela gramática.

Galego e português compartilham palavras funcionais como sejam os advérbios cedo (< lat. citu), ontem (gal. onte) (< ad noctem ‘na noite passada’), anteontem, trasantontem, perto, longe, onde, ainda, perante, algures, defronte (gal. de fronte), entrementes, destarte, dessarte, rente/rentes. O mesmo vale para as preposições após, até e consoante, para a conjunção porém e para a interjeição de admiração ou chamamento ó. Ou para a distinção de dois e duas.

Comuns e exclusivas são também várias locuções adverbiais:

à beira	à pressa	às costas
à beirinha	à toa	às turras
a eito	aos poucos	de cor
à espreita	às apalpadelas	de mansinho
a monte	às avessas	se calhar
de manhã, de manhãzinha, à tardinha, à noitinha a jeito, com jeito, de jeito		

Um razoável número de pronomes goza igualmente de exclusividade, embora se trate, para alguns deles, mais exactamente da forma. São eles: eu, nós, vós; o meu, a minha, o teu, a tua, o nosso, a nossa; isto, isso, aquilo; connosco, convosco; estoutro, essoutro, aqueloutro; ninguém. Também as contracções de preposição com artigo ou pronome são próprias de português e galego: ao, à; do, da; no, na; dele, dela; nele, nela; deste, desta; neste, nesta; doutro, doutra; noutro, noutra; e os respectivos plurais.

Passemos à observação dos substantivos. Trata-se, sempre, de vocabulário corrente, na esfera familiar ou culta. Mas outro vocabulário, sobretudo do âmbito de profissões ou ofícios, poderia ser mencionado.

E seja primeiro a classe porventura mais curiosa de substantivos: a dos chamados deverbais regressivos. Tendo-se um verbo, cria-se a partir dele um substantivo. Só que, em vez de fazê-lo adicionando um sufixo (como em apartar > apartamento, esperar > esperança), cria-se uma forma mais curta. É o que acontece em compra, de comprar, ou em venda, de vender.

O galego e o português possuem mais de 60 deverbais regressivos próprios:

abalo	delonga	namoro
aceno	desabafo	obriga
achega	desarranjo	perda
aconchego	desforra	pertença
adivinha	desleixo	pulo
afronta	desterro	molha
agoiro	embrulho	rebento
amuo	enfeite	recolha
apanha	enleio	recomeço
arranjo	ensino	rega
arrepio	entulho	repenique
berro	escolha	resumo
bojo	espirro	retalho ‘fragmento’
brado	espreita	rodopio

cata (andar à cata)
cheiro
choco
cisma ‘ideia fixa’
confronto
debulha
deixa

estouro
esturro
fecho
furo
lanço
latejo
mergulho

seca
socalco
urro
varejo
vasculho
venda (de vender)
vinco

Estas formações, simples na aparência, são na realidade aquilo que existe de mais complexo e mais requintado na morfologia duma língua, sobretudo pela obtenção de conceitos predominantemente abstractos. Pense-se no que aconteceu em arranjar, que produziu arranjo, e em desarranjar, donde se fez desarranjo.

Algumas das formações expostas são patrimoniais, isto é, vêm dos primórdios do idioma, aparecendo logo na primeira documentação escrita. Estão neste caso brado, cheiro, espreita, perda, venda. Bastante antigos são também afronta, delonga, fecho e furo. Vêm, depois, as formas encontráveis no teatro do século xvi: achega, aconchego, arrepio, desarranjo, espirro, mergulho, pulo, vasculho. É provável que – como vários adjectivos que já examinámos – elas provenham de vários séculos antes, mas só então tendo entrado na escrita, certamente devido ao seu teor informal. O facto de pertencerem também ao galego reforça essa suposição de antiguidade. E temos, por fim, datações historicamente recentes: as de arranjo, cisma, desleixo, namoro, recolha, de que vai havendo notícia ao longo do século xix. Anote-se o facto, deveras curioso, de desarranjo ter documentação muito anterior a arranjo. Na Introdução, vimos outros exemplos dessa distorção cronológica.

Também de carácter patrimonial são aquelas palavras que, originando-se na subtracção de l e n, apresentam significado próprio, desconhecido noutros idiomas latinos. Assim, não são exclusivos lua (apesar da forma própria) ou lunar, mas luar sim. Acham-se nesta situação os vocábulos (já aduzidos) mágoa e nódoa, em que se deu a perda dum l, ou enteado e lagoa, com perda dum n.

Pândegas e cachoeiras

No âmbito dos substantivos, é grande a exclusividade galega e portuguesa. Vamos distribuí-los por conjuntos.

Seja o primeiro o do panorama da natureza. Só galego e português possuem bâtega, beira ‘margem’, beira-mar, bouça, cachão, cachoeira, calhau, cheia, clareira (gal. clareiro), clarão, enchente, enxurrada, enxurro, estrume, invernia, giz, laje, lajedo, lamaçal, lameiro, leira, lusco-fusco, maresia, moita (mouta), negrume, nevoeiro, nortada, orvalho, pedregulho, pegada ‘vestígio’, penedia, penedo, pó, poalha, poeira, relento, seixo, Sete-Estrela, socalco, sol-pôr (solpor), trovão (trebón), trovada (treboada), xisto. Também há exclusividade de nomes do reino vegetal: bugalho, carvalheira, carvalho, castanheira (castiñeira), feto (fento), pêssago (pexego), trevo, videira, urze (urce, uz) e ainda caule, cavaco, ceifa, colheita, cortiça e farelo. E de nomes de animais: andorinha (anduriña), borboleta (bolboreta), cadela e cão (can), cágado, cobra (termo genérico), eiró (eiroa), golfinho, isco, joaninha, lontra (gal. também londra), macaco (termo genérico), mergulhão, minhoca, papagaio, polvo, rato, toupeira, vagalume e ainda galinheiro e pombal.

No âmbito da paisagem e actividade humanas, encontramos adega, adro, alfândega, alicerce, beiral, casario, celeiro, choupana, corredor, janela, lar, lareira, limiar, lixo, pelouro, peneira, rua. Com base em alicerce e peneira, formaram-se os verbos alicerçar e peneirar.

A fisiologia está presente em cachaço, cachola, costas, coxa, fura-bolos ‘dedo indicador’, olheiras, pescoço, tornozelo (tornecelo), toutiço e ainda dentuça, larica, morrinha, soneca. A pessoa humana está representada em alfaiate, fedelho, feitor, frei, freire, freira, mergulhador, rapariga, rapaz, transeunte. E a linguagem técnica em alfândega, auto-estrada, fornecedor, jornal, jornalismo, jornalista, lenda, parceria, sondagem (sondaxe), testemunha.

Particularmente bem representados estão dois domínios. Primeiro, o da abstracção, com ardência, asneira, azedume, bênção (benzón), berro, brincadeira, delonga, desconstracção, dosagem, feitio, feitura, lazer (lecer), lembrança, léria, miudeza, nascença, nomeada, nudez, pândega, penhor, pertença, remorso, requinte, serventia, singeleza, sumiço (sumício), vizinhança, viço. Dentro desse domínio, é notória a presença do ‘movimento’ em balbúrdia (ballordo), burburinho (borboriño), frémito, guinada, reviravolta. Acha-se, depois, o sector do comportamento reprovável, com aldrabão, bandalho, falcatrúa,

ladroeira, malfeitoria, teimosia.

Em matéria de objectos e utensílios, galego e português possuem algibeira, buzina, campainha, cangalha, chapéu, charrua, enxoval, esparrela, estojo, faca, fivela, frigideira, funil, garfo, gonzo, guardapó, joeira, leme, luva, machado, novelo, parafuso, rolha, sarilho (sentidos próprio e figurado), sino, tesoura (tesoira), tijela (tixela ou tixola), vassoura (vasoira).

Temos, ainda, noções variadas, dificilmente etiquetáveis, como sejam as de bojo, buraco, Entrudo (Entroido), fenda, ferrugem (ferruxe), jeira, lambuzada, magusto (magosto), mancheia, noitada, recanto, refugo, trambolho.

Merecem especial menção as latiníssimas formas Deus, século e singelo (em esp. Dios, siglo, sencillo), assim como o helenismo Demo.

Passemos aos verbos exclusivos. Numerosos deles rodeiam-se frequentemente duma família lexical. Fornecemos alguns mais marcantes, em ortografia galega. Os adjectivos serão parcialmente repetidos quando deles, abaixo, nos ocuparmos.

adiar, adiamento, adiable, inadiable

afastar, afastado, afastamento

arrepilar, arrepió, arrepiante

atinxir, atinxible, inatinxible

atrapallar, trapallada

axeitar, xeito, xeitoso, axeitado, desaxeitado

cheirar, cheiro, cheiroso

esmagar, esmagador, esmagamento

esquecer, esquecimento, inesquecible

faiscar, faísca, faiscante

fechar, fecho, fechadura

namorar, namoro, namorado/a, namoradoiro

ollar, (o) ollar, ollada

preguiza, preguizoso, espreguizar

sarabiar, sarabia, sarabiada (port. saraivar)

vadiar, vadío

Anote-se que adiar existe também em espanhol, mas tem nele pouquíssimo uso e significa ‘fixar uma data’, e não ‘protelar’.

Algumas anotações intercalares. Não é de admirar que galego e português coincidam, com poucas excepções, no género gramatical dos substantivos. Assim, tal como o português, o galego diz o cárcere, o costume, o labor, o leite, o mel, o nada, o sal, o sangue, o sinal, etc. Diz a árbore, a cor, a dor, a fraude, a marxe, a orde, a ponte e tantos outros. Em todos esses casos, a língua do Estado espanhol tem outro género, e a tentação de segui-la pode ser grande.

Depois: os dicionários de português supõem origem particularmente exótica a vocábulos que bem poderiam ser de proveniência mais chegada, galega. Seria o caso de cafua e candonga, atribuídas ao banto, ou de corja, atribuída ao malaio. Os significados galegos de cafúa ‘choça, antro’, candonga ‘pessoa enganadora’ ou corxa ‘multidão, sociedade’ são surpreendentemente próximos.

E ainda: são numerosíssimos os vocábulos em que galego e português coincidem (afora pormenores gráficos), distinguindo-se da forma espanhola por diferenças mínimas. Exemplificando:

galego	espanhol	galego	espanhol
amplo	amplio	labirinto	laberinto
antigo	antiguo	limpo	limpio
apóstolo	apóstol	manobra	maniobra
asasino	asesino	milagre	milagro
bordo	borde	morrer	morir

caloroso	caluroso	novidade	novedad
cansazo	cansancio	pertencer	pertenecer
cemiterio	cementerio	plano	plan
cerimonia	ceremonia	prezo	precio
corrixir	corregir	prognóstico	pronóstico
crime	crímen	rebordo	reborde
desculpar	disculpar	rigoroso	riguroso
desgraza	desgracia	sabedoría	sabiduría
diminuir	disminuir	saboroso	sabroso
estabelecer	establecer	seguite	siguiente
herdeiro	heredero	seita	secta
inimigo	enemigo	suborno	soborno
insumiso	insumiso	vacina	vacuna
interese	interés	vergoña	vergüenza

Como morrer vs. morir se comportam numerosas finais: abater vs. abatir, combater vs. combatir, discorrer vs. discurrir, interromper vs. interrumpir, perverter vs. pervertir, sofrer vs. sufrir. Mas galego e portuguêis destoam em dicir vs. dizer, percibir vs. perceber, vivir vs. viver, outros ainda.

Outro ponto. Muitos vocábulos que em espanhol perderam o f inicial, ou intercalar, conservam-no em galego e portuguêis:

farto	harto	fígado	hígado
facer	hacer	forno	horno
ferrador	herrador	fuxir	huir
afillado	ahijado	refén	rehén

Anote-se a curiosidade de a forma esp. haz corresponder às galegas e portuguesas face e feixe. Mencionem-se também as formas galegas crenza, diferenza, licenza, presenza ou sentenza que, em espanhol, terminam em -encia.

Infindo, viçoso

Em terreno adjectival, a exclusividade galega e portuguesa oferece nada menos que 86 vocábulos correntes.

Destacamos primeiro, como habitualmente, os materiais de raiz latina directa (com asterisco, as formas supostas):

aceso	<	accensu	meigo	<	magicu
afeito	<	affectu	mor	<	maiore
arguto	<	argutu	nado	<	natu
azedo	<	acetu	parvo	<	parvulu
decorrente	<	decorrente	podre	<	putre
erradio	<	errativu	premente	<	premente
escorreito	<	*excorrectu	prenhe	<	*praeagne
fugidio	<	fugitivu	rijo	<	rigidu
hirtu	<	hirtu	rouco	<	raucu
infindo	<	infinitu	tenro	<	teneru
lêvedo	<	*levitu	tépido	<	tepidu
louro	<	lauru	vadio	<	*vagativu
maninho	<	mannino	viçoso	<	vitiosu

Anotem-se as particularidades galegas irto e tépedo. Anotem-se, também, estas sete formas duplas, mais latinizantes, e internacionais, criandodobletes com as acima mencionadas: afecto, fugitivo, infinito, mágico, rígido, terno e vicioso.

São igualmente numerosas as formações sufixais comuns a galego e português. Ponha-se em destaque o sufixo -ento, particularmente produtivo, responsável por agoirento, barulhento, bolorento (gal. balorento), farinhento, fedorento, ferrugento, friorento, fumarento, lamacento, morrinhento, nevoento, nojento, pardacento, peçonhento, peganhento, piolhento, poeirento, rabugento e sumarento (zumarento).

Outras criações sufixais são abafante, acirrante, arfante, arquejante, arrepiante, faiscante, flamejante, latejante, moinante, repousante. Ou adiável e inadiável, atingível e inatingível, avaliável, desdobrável, inabalável, indubitável, inesquecível, invejável (envexable), rejeitável, salientável. Ou carunchoso, cheiroso, jeitoso, preguiçoso, rixoso, rochoso e saudoso. Ou afastado, agoniado, ajeitado, aleijado, amuado, derreado, desajeitado, desleixado, despido, eivado, fechado, incontido, mirrado ‘sem vigor’, prezado, requintado, salgado e varado (que, de ‘imobilizado’, passou a ‘estupefacto’). Ou calaceiro, derradeiro, desordeiro, interesseiro, lambisqueiro, menineiro (gal. meniñeiro), mexeriqueiro, namoradeiro, preguiceiro, trigueiro, vezeiro. Ou ainda lambão, parvalhão, porcalhão, sabichão, toleirão. Ou, por fim, esmagador e estarrecedor.

Restam alguns adjectivos avulsos, mas não menos importantes: afouto/afoito, bambo ‘frouxo’, baril, bêbedo, bicudo, chocho, corredio, desconexo, desistente, destemido, doente, doentio, esperto (gal. também experto ‘perito’), fala-barato, ferrenho, fradesco, imorredouro, jornalístico, lampo, lendário, morno, mouco, murcho, pândego, passadio, prestadio, recendente, roufenho, testudo, tolo e vermelho.

Particularmente curiosos são os casos de lampo e de baril. Vejamo-los mais de perto.

A primeira notícia de lampo é-nos dada indirectamente, pela forma lampiño, encontrável no Vocabulario Español-Latino de Antonio de Nebrija, de 1495, no qual figura não como entrada, mas como sinónimo do esp. pelado, equivalendo ao lat. glaber. Isto prova que o gal. ou port. (ou ambos) lampo ‘liso, imberbe, precoce’ já então circulava e que o seu diminutivo lampiño entrara em usos centro-peninsulares. Ora, por pura extravagância documental, as formas autóctones lampo e lampinho só na década de 1710 aparecem impressas. Em compensação, lampeiro ‘lesto, atrevido’ e lampão, dito de certo tipo de figos – derivações patrimoniais de lampo –, estão documentados respectivamente em 1516 e 1533.

O caso de baril é doutra natureza. Na Idade Média, estava em uso a forma baroíl, adaptação autenticamente galega e portuguesa do castelhanismo varonil ‘relativo ao varão, próprio do varão’. Mas, por 1450, inicia-se em Portugal uma recuperação da forma espanhola, restabelecendo esse n intermédio. Diga-se de passagem que o português em breve absorveria outras formas tipicamente espanholas, como senhoril, mulheril, estudantil. O último autor a usar baroíl foi o luso-brasileiro Bento Teixeira, no poema épico Prosopopeia, de 1601, no qual se lê: «Com mil meios ilícitos pretende / Fazer irreparável resistência / Ao claro Jorge, baroíl e forte, / Em quem não dominava a vária sorte.»

A primeira atestação em galego moderno, sob a forma baril, com o valor de ‘bom, óptimo, excelente’, data de 1858, e o seu frequente uso é revelador de já duradoura voga. Na década de 1970, baril instala-se na linguagem informal portuguesa (o dicionário da Priberam dá-lhe como ‘sinónimo geral’ fixe) e atinge nos anos 90 a maior popularidade.

Deve acrescentar-se que a passagem de baroíl a baril é certamente especulativa (nada de estranho na ciência da origem dos vocábulos), mas é-o menos que as tentativas de conexão ao ár. bari ou ao caló baré, que não explicam o percurso galego da palavra. Este não é, de resto, caso único dum galeguismo historicamente recente em Portugal.

Os 86 adjectivos acima examinados são aqueles que figuram nas obras de referência galegas. Além deles, deve assinalar-se uma trintena doutros, igualmente em uso efectivo e corrente. Alguns mostram, mesmo, uma elevada frequência, como abençoado, audacioso, caridoso, demorado, doido/doudo, fagueiro, macio, medonho, rombo, submerso, surpreso (sorpreso), velhote. Merecedores de menção se mostram os também não-normativos arredio, brutamontes, fragueiro ‘rude, agreste’, idoso, lampeiro, lídimo, mortiço, saloio ‘grosseiro’, tristonho e videiro ‘fura-vidas’.

Bastantes destes adjectivos (como caridoso, demorado, idoso, macio, medonho) são antiquíssimos, estando muito cedo documentados. Outros (como acanhado, corriqueiro, íngreme ou nevoento) surgem em textos do século xvi, e podem ter tido vigência bem anterior. Curiosa é a modernidade portuguesa de formas em circulação também na Galiza. Não é, certamente, de excluir a sua origem galega, com divulgação em Portugal. Adiante, neste capítulo, encontram-se exemplos dessa contemporaneidade de palavras portuguesas e galegas de documentação mais recente.

Paradelas, picadelas

Dar uma olhadela ou dar uma espreitadela são, em galego e em português, locuções habituais. Elas representam um mundo de expressão e criatividade exclusivas dos dois idiomas.

Certo: o espanhol conhece, ele também, ditos como dar una miradilla ou echar una ojeadilla. Um italiano pode dare un’occhiata. Mas ambas as línguas diferem, aqui, nitidamente do galego e do português. Nelas, as palavras desse tipo – que designam uma acção praticada ou sofrida – são escassas. O italiano possui ainda battutella ‘batidela’ (de âmbito musical) e scappatella ‘escapadela’, ficando-se o espanhol por essas ojeadillas, miradillas.

Além disso, as formas espanholas são entendíveis como autênticos diminutivos, enquanto as galegas e portuguesas olhadela ou espreitadela estão lexicalizadas, isto é, valem como vocábulos

autónomos. E, sendo certo que também em francês algumas palavras em -elle tiveram um valor diminutivo, depois perdido (citadelle, dentelle, ombrelle), este idioma desconhece por inteiro o curioso programa de software morfológico que gera os vocábulos acima aduzidos.

De que programa se trata? Tomemos uma palavra como picadela. Este substantivo foi criado pospondo o sufixo -ela a outro substantivo, picada, proveniente, por sua vez, de picado, adjectivo verbal de picar. Segue, pois, o modelo: picar > picado > picada > picadela. O resultado é, por princípio, uma palavra de quatro ou mais sílabas, que pode ser introduzida por «dar uma», e menos frequentemente «levar» ou «sofrer uma». No caso, «dar uma picadela, levar uma picadela».

Historicamente, picada tem documentação em Trezentos («mando que sen tardar se levante e me venha dar ãa picada no nariz», Crónica Troiana), e picadela surge numa trova de Camões («Esses alfinetes... podem-vos dar picadelas, mas os vossos dão feridas»).

É verdade que o sufixo -ela (em lat. -ella) tinha, na origem, função diminutiva. O lat. portella significava ‘pequena porta’ e com esse valor passou ao galego. Mais genericamente, por portela indicava-se uma passagem estreita entre elevações no terreno. A toponímia, o acervo de nomes de localidades, acolheu profusamente essa designação. No Portugal acima do vale do Vouga, existem 9 Portelas, e na Galiza nada menos que 85. Nos dois territórios, abundam igualmente os topónimos Quintela, derivado de quintanela ‘pequena quintã, propriedade rural’, depois quinta (52 na Galiza, 53 em Portugal, todas até ao Vouga) e Fontela, ‘pequena fonte’ (40 galegas, 45 portuguesas até ao mesmo rio). De igual modo se distribuem as Cabanelas ‘pequenas cabanas’, as Caldelas, fontes de águas termais, a Casela ‘pequena casa’, a Varela ‘pequena vara’, a Vilela ‘pequena vila’. As duas últimas formas são também apelidos galegos e portugueses.

Situação idêntica é a do sufixo masculino -elo. Acharo-lo em Agrelo ‘pequeno campo’ tal como Campelo, em Bustelo ‘pequeno busto’, ou ‘pasto de Verão’, em Cabedelo ‘pequeno promontório’, em Fornelo ‘pequeno forno’ e Fornelos, em Sobradelo ‘pequeno sobrado’, ou ‘lugar rico em sobreiros’, em Soutelo, ‘pequeno souto’.

O sufixo latino mostra, assim, inequívoca vitalidade no espaço da Galécia Magna de Piel, ao mesmo tempo que elegantemente o delimita. Nessa toponímia ficou, pois, perfeitamente desenhado o espaço onde, um dia, este idioma despontou, tomou corpo e se fez adulto.

Abundam aí igualmente as Paradas, antigos lugares de descanso e abastecimento em deslocações pelo território. No terço norte de Portugal, contam-se 20 delas, na Galiza 62. Não faltam, também, as Paradinhas, 6 na Galiza e 9 em Portugal (só uma abaixo do Vouga). Mas interessam-nos aqui particularmente as Paradelas ‘pequenas paradas’, vocábulo resultante da série parar > parado > parada > paradela. Se, em terras galegas, não surpreendem as 143 localidades com nome de Paradela, em Portugal, elas ascendem ainda assim a 48, todas ao norte do curso do Vouga, que foi, sabemos-lo, a fronteira sul do território de formação do idioma.

É neste contexto que importa apreciar as nossas olhadelas e espreitadelas. A estabilidade política da Galécia, explicando cabalmente a distribuição toponímica de Portelas e Paradelas, torna praticável uma extrapolação: os nomes comuns foram criados no mesmo contexto morfológico e semântico. Por outras palavras, o mecanismo que criou paradela, convertida em Paradela, criou também conceitos mais abstractos.

É verdade que a documentação dos nomes comuns é tardia: encontramos Paradelas logo em 1087, mas só em 1516 há uma cambadela ‘trambolhão’, num verso do Cancioneiro de Resende. Este desfasamento não deverá, porém, surpreender-nos. Os nomes comuns eram demasiado triviais para acederem tão depressa à escrita, sendo absolutamente certo que demoraram bastante mais a serem dicionarizados. Sirva-nos um exemplo já referido. O substantivo picada, que, como vimos, aparece num texto de Trezentos, só figurará num dicionário, o de Bento Pereira, em 1647. De modo semelhante, a camoniana picadela terá de esperar três séculos até ser, em 1858, recolhida no Moraes, junto com mordidela, documentada desde 1606, e as vicentinas cantadela ‘cantiga ao desafio’ e varredela, desde 1523. Não admira, assim, que as primeiras dicionarizações de vocábulos deste tipo tivessem de esperar pelo seiscentista Bento Pereira. Foi o caso de apalpadelas

(que o antecessor Jerónimo Cardoso acolhera em 1569, mas sem dar-lhe um verbete) e da já citada cambadela.

Esta lentidão documental e lexicográfica não consegue esconder o mais importante: que esse complexo mecanismo já lançara fortes e decisivas raízes na velha Galécia e que, ao irromper a escrita do idioma, os topónimos e conceitos em -dela carregavam já séculos de existência.

Hoje eles são numerosos, esses conceitos. Figuram nos recursos galegos de referência e coincidem com o português, apalpadela, cavadela, chupadela, cuspidela, escaldadela, escapadela, furtadela, lambidela (gal. lambedela), lavadela, limpadela, mordidela (gal. morderdela), olhadela, picadela, pisadela, queimadela e rachadela. A par disso, tanto galego como português possuem um bom número de formas próprias. E, sendo esta uma série particularmente produtiva, um e outro continuam a criá-las.

Quando, historicamente, se perdeu a noção de pequenez do sufixo -elo e -ela, surgiram, acima e abaixo do curso do Minho, topónimos acumulando, na realidade, dois diminutivos. É o caso de Bustelinho, Caldelinhas, Campelinho e Campelinhos, Portelinha, Soutelinho. Na sua excelente Gramática Histórica Galega, Manuel Ferreiro cita Diego Catalán que faz uma descrição deveras impressionante da progressiva substituição de -elo por -inho em território já português.

De resto, este sufixo autóctone, -inho e -inha, foi de vasta utilização na toponímia do próprio noroeste peninsular, como testemunham Boucinhas, Carvalhinho e Carvalhinhos, Vilarinho, Cerdeirinha e Cerdeirinhas, Fontainha e Fontainhas. Algumas destas denominações acabaram disseminadas pelo território português, mas é inequívoca a sua maior concentração do Minho ao Vouga. A Galécia Magna é, ainda actualmente, uma realidade toponímica.

Num artigo de 2018, o linguista Fernando Brissos, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, registava, a esse respeito, uma importante descoberta. Contra a opinião dominante, sublinhava que a «variedade do noroeste» português apresenta uma assinalável coerência interna. Mais ainda: ela é tão vincada e tão estável que pode estabelecer-se como «um padrão linguístico muito eficiente contra o padrão mais geral da língua». Isto é, o sector

português do espaço primordial do idioma conserva, passados 1500 anos, uma marcada individualidade. Não custa crê-lo. Só uma força e um dinamismo extraordinários puderam, um dia, criar e lançar para o futuro um idioma tão diferente de tudo quanto lhe estava próximo.

ESTACIÓN DE SERVIZO

O galego deixa-se ler sem grande dificuldade, uma vez conhecidos meia-dúzia de pontos da sua ortografia. Assim, o x corresponde ao nosso x de caixa, e aos nossos j e g antes de vogal (em hoxe e xente). Os sons correspondentes a ll e ñ (em palla e viño) são-nos conhecidos do espanhol. O z corresponde ao nosso z (em prazo) e ao nosso ç (em moza). Mas onde nós usamos z antes de e ou i, o galego escreve c (em cero e conducir). O dígrafo nh (em unha ‘uma’) representa um som velar, semelhante ao ng do ingl. song.

Munidos dessa informação, podemos ler com proveito as dez frases seguintes, extraídas de obras galegas:

«Como chove miudiño, como miudiño chove»,

«Era unha moza non moi alta, cheíña de corpo»,

«Para o meu padriño, traeslle un café ben quentiño»,

«Tamén construíamos fornos nos valados, moi ben feitiños»,

«Outras eran docíñas, falaban baixiño»,

«Tan branco, tan limpo, tan ben posto, tan arranxadiño»,

«Estaba mortiño de medo»,

«Apaguei a luz e quedeime quietiña»,

«A sardiña, canto máis pequena, máis xeitosiña»,

«Estou louquiño por ti».

A intenção desta recolha será agora evidente: mostrar como o galego faz o mesmo, exactíssimo, uso do diminutivo que o português. Certo: também o espanhol conhece formações como «acabadito de llegar», «cargadita de noticias» e semelhantes. Mas nada que se compare com a frequência e a inventividade galegas e portuguesas.

Deram-se exemplos de adjectivos (padrinho e sardinha não são diminutivos). Mas o mesmo se observa em substantivos. Ilustramo-lo com amorciño, arranxiño, cuidadiño, cheiriño, faliñas, olliños, pauciño (port. pauzinho), puliño, voltiñas, xentiña. E em advérbios como cediño, devagariño, loguiño, pretiño (port. pertinho). Recordemos que preto e perto têm uma origem comum. Encontramos ainda Aleixadiño, com esperável referência ao escultor setecentista brasileiro.

O ensaísta e tradutor holandês August Willemsen confessava-se dominado pela emoção, ouvindo em Lisboa cantar a galegos «Ai ondiñas do mar». O ponto de partida e o mecanismo interior são inteiramente comparáveis no desempenho linguístico de galegos e portugueses. Não se veja aqui nada de étnico, e antes um idioma fazendo-se íntimo com a realidade, qualquer que ela seja.

O galego primeiro

A presença continuada e numerosa de galegos, em séculos recentes, trabalhando em território português, sobretudo na capital – onde chegaram a estar 80 000 ao mesmo tempo –, terá estado na origem da introdução de léxico galego no português corrente. Já vimos o caso de baril. Trata-se duma tese de difícil demonstração, e provavelmente nunca ninguém atentou também nela. Mas não só é admissível que um tão grande número de falantes deixe a sua pegada, como isso se vê reforçado por várias primeiras datações galegas. Alguns exemplos destas:

galego

português

esfarelar	1671	1836	
tamborilar	1671	1881	
patroa	1703	1789	
fungar	1746	1759	
lambón	1746	1858	
descoco	1777	1799	
faladura	1807	1900 +	
moinante	1807	1858	
esgazar	1812	1836	esgarçar
xeitiño	1820	1853	jeitinho
amorrañar	1840	1899	
moina	1845	1899	
aconchego	1859	1866	
latexante	1862	1899	
moinar	1863	1899	
baril	1858	1970	datação aproximada
mordiscar	1877	1880	
chalado	1884	1945	[passou ao espanhol]
aliciente	1886	1913	aliciente
mailo	1886	1898	

O verbo fungar tem, em galego, o valor genérico de soprar: «Funga o vento.» Não nos foi possível localizar a primeira ocorrência portuguesa de faladura (usada quase sempre em botar faladura, expressão de provável fabrico português e de teor jocoso). Mailo e o seu feminino maila são formas galegas arcaizantes (e em português de intenção também jocosa) de máis + o.

Pode também supor-se que alguns castelhanismos nos tenham chegado por via galega. Pense-se em esp. gandul com abonação galega gandulo em 1858 e portuguesa em 1913.

Em outros vocábulos, justifica-se a suposição de haverem sido trazidos também por imigrantes galegos, não obstante uma primeira datação portuguesa, de resto historicamente recente. Poderá ter sido o caso de

	português	galego
balbúrdia	1713	1746 gal. balbordo
pasmaceira	1744	1858
reviravolta	1759	1858
acarinhar	1813	1838
léria	1819	1853
brincadeira	1836	1882
eivado	1838	1853
mortiço	1838	1888
passadio	1844	1895
rabino	1858	1876 = travesso, raivoso
lendário	1868	1899
enveredar	1873	1884
namoriscar	1881	1886

Como sempre, estas datas de primeira documentação não excluem uma circulação anterior, que poderia ter sido relativamente longa. O que merece relevo são, por um lado, estas datações galegas, grandemente recuadas, sabendo-se o pouco que então em galego se publicava e, por outro, a regularidade de frequência que essas palavras, em galego, logo documentalmente demonstram.

Em 2014, foi candidata a «palavra do ano» em Portugal xurdir, galego para ‘emergir, sobressair, apressar-se’. Foi dada como «regionalismo trasmontano» com o valor de ‘lutar pela vida, mourejar’. Nem a sua conformação indesmentivelmente galega impede dicionários de referência na net de darem a informação de «origem obscura». O próprio dicionário Houaiss desconhece praticamente qualquer origem galega em léxico português. Não foi, aliás, grande o sucesso de xurdir. Mas valeu como pedra de toque nas nossas relações com o galego.

Exemplos recentes de aquisições do português por parte do galego são bolseiro, banda deseñada, investimento, orzamento e orzamentario, relatorio. Manuel Ferreiro, na sua Gramática Histórica Galega, acrescenta carimbo, chávana, empréstimo, xiria (de gíria) e xuri (de júri). Não demorará certamente caipiriña, já inserida no dicionário oficial espanhol, ou a acepção de ‘dança’ para capoeira, galeguíssimo vocábulo. Numa edição de 1993 do periódico A Nosa Terra, uma descrição de Salvador da Baía informava: «Nas súas rúas é doado [fácil] atopar un grupo de negros bailando capoeira, danza ao ritmo de berimbao.»

Um intercâmbio de séculos

A abundância do vocabulário corrente e ainda hoje comum a galego e português, após quase 900 anos de separação política, é em si mesma um facto assinalável. Uma primeira explicação para ele: muito desse acervo é original galego, chegado na vasta herança linguística de que o reino de Portugal beneficiou.

Outros materiais terão sido objecto de uma transfusão, através dos séculos, entre os léxicos já autónomos de galego e português. Dois cenários se desenham para este transvase: o de um intercâmbio fronteiriço e o de um intercâmbio migratório.

Justificam o cenário fronteiriço os múltiplos contactos, até cerca de 1400, entre os dois territórios, estimulados tanto por uma organização eclesiástica que ignorava a fronteira política como pelos íntimos relacionamentos da nobreza a norte e sul do Minho. E era – vimo-lo já – a classe nobre medieval quem, mais do que as cortes reais, fazia do idioma um projecto político. Como escreve José Carlos Ribeiro Miranda, que agora se cita por extenso: «A instituição do galego-português como língua do poder de grandes grupos senhoriais em fase de afirmação própria acabou por se tornar uma convenção plenamente assumida e compreendida ao longo de todo o século xiii, se não mesmo para além dos limites deste século» (destaque meu). Entretanto, e durante séculos, a situação linguística na Galiza mantinha-se estável. O historiador galego Anselmo López Carreira observa: «Cando se aproxima o comezo do século xv, pódese afirmar que Galicia é monolingüe en galego, excluído tan só algún membro da alta xerarquía eclesiástica procedente de fóra do país.»

Por seu lado, um secular intercâmbio linguístico de tipo migratório é objectivamente admissível, dada a permanência em Portugal, relembremo-lo, sobretudo a partir do século xviii, em ocupações remuneradas, de dezenas de milhares de galegos, que terão introduzido no país de acolhimento elementos dum léxico até então só galego, e que, regressados, comunicariam à cidadania galega materiais duma fala que se conservava só portuguesa.

As explicações são, como se vê, matéria grandemente especulativa. Mas a persistência duma extensa e complexa exclusividade lexical portuguesa e galega é, em si mesma, um fenómeno deveras assombroso.

Capítulo 9 – Galego e português: línguas diferentes?

O galego é essa língua onde nós, portugueses, sentimos a vertigem de não saber se estamos ali ou não.

Marco Neves, Doze Segredos da Língua Portuguesa, 2016

Basta-nos saber que o galego escrito, mesmo na ortografia oficial, está tão próximo do português que arrepia.

Marco Neves, Blogue Certas Palavras, 17-XII-2017

Um e-mail em Budapeste

László, linguista húngaro, encontra certa manhã um e-mail de uma colega, Marina, especializada em línguas latinas. A informação estava prometida desde há tempos, e o curioso era vir agora em forma de teste.

Tudo começara num serão, numa festinha em casa de Marina, onde ela o desvanecera com o seu entusiasmo, autenticamente desmedido, pelas línguas da Península Ibérica. Eram idiomas que László desconhecia. Estudara latim, aprendera o romeno com a ex-mulher, mas o que conhecia bem eram as línguas vizinhas, eslavas. E lia inglês e alemão. Era um bom e, sussurrava-se, um futuro ‘grande’ linguista.

Um teste, portanto. Marina mandava-lhe um trechozinho em três línguas e pedia-lhe que as relacionasse. Só relacionasse. O nome das línguas seria, de momento, o menos importante. Era, nem ela

própria o saberia ao certo, uma maneira de o ligar às línguas românicas, ou a si mesma. Encontrara o texto num volume que acabava de estudar, para o doutoramento. Ia doutorar-se na – dizia ela – verdadeira história do galego. Este «verdadeira» era um private joke sem grande chance. Ninguém em toda a Budapest perceberia o picante do termo.

O volume donde viera o textozinho era colectivo e havia sido organizado por certo Henrique Monteagudo. Tratava-se de um professor universitário em Santiago de Compostela, também secretário de certo Consello da Cultura Galega, entidade etérea nas suas atribuições, mas respeitada, se não mesmo temida. O autor da passagem citada era o próprio organizador. Aí se dizia não ser grave existirem actualmente para o galego várias «normativas» (outros diriam «padrões», ou simplesmente «normas»), sendo o decisivo ver-se reconhecida a ‘necessidade’ de haver uma. Dizia-se, também, que a «normativa» em vigor desde 1982 viera facilitar a adopção da língua pela sociedade civil. O mail começava assim:

Querido László, lê o que aqui mando. Gostava que me caracterizasses estas três línguas e, se estivesse para aí virado, que me indicasses como se relacionam. Só isso. Sei que aprecias estes desafios, desculpa o banal do termo.

László imprimiu o mail, pediu à secretária um café e sentou-se na cadeira que guardava para os pensamentos. Leu então isto:

Língua A

A pesar do confuso da situación actual e da proliferación de propostas normativas, o característico desta etapa é precisamente a conciencia da necesidade dunha normativa para o estándar. Aínda que as propostas son diversas, ninguén nega hoxe seriamente esa necesidade. Nese senso, as normativas oficiais de 1982, que como dixemos consolidan, depurándoa, a tradición maioritaria do galego

contemporáneo, veñen encher un baleiro que era imprescindible cubrir para podermos seguir avanzando no proceso de normalización da lingua, que é o realmente importante para todos.

Língua B

Apesar do confuso que é a situação actual e da proliferação de propostas normativas, o que é característico desta etapa é precisamente a consciência da necessidade duma norma para o padrão. Ainda que as propostas sejam diversas, ninguém nega hoje seriamente essa necessidade. Neste sentido, as normas oficiais de 1982, que como dissemos consolidam, depurando-a, a tradição maioritária do galego contemporâneo, vêm encher um vazio que era imprescindível preencher para podermos continuar avançando no processo de normalização da língua, que é o realmente importante para todos.

Língua C

A pesar de lo confuso de la situación actual y de la proliferación de propuestas normativas, lo característico de esta etapa es precisamente la conciencia de la necesidad de una normativa para el estándar. Aunque las propuestas son diversas, nadie niega hoy seriamente esa necesidad. En ese sentido, las normativas oficiales de 1982, que como dijimos consolidan, depurándola, la tradición mayoritaria del gallego contemporáneo, vienen llenar un vacío que era imprescindible cubrir para poder seguir avanzando en el proceso de normalización de la lengua, que es lo realmente importante para todos.

Marina tinha tirado um dia livre, e não havia Internet em casa. Nessa tarde, num cybercafé dum bairro popular de Budapeste, Marina leu esta resposta de László. Escrita em húngaro, evidentemente. Dizia assim:

Marina, querida:

1. As línguas A e C apresentam uma clara aparência gráfica. É de supor que, também, uma proximidade “fonética”, talvez por especial vizinhança física.
2. As línguas A e B revelam uma nítida semelhança na estrutura gramatical, na morfologia. São, portanto, intimamente aparentadas. Podem ter sido, um dia, a mesma língua.
3. As três línguas são praticamente indistinguíveis nos planos vocabular e sintático. Têm de ter tido, portanto, uma origem comum, mas todavia recuada, dadas as diferenças estruturais entre as duas primeiras e C.
4. As línguas B e C são, no todo, as mais afastadas. Simplesmente, e como sabes, existem, nalguns países, “dialectos” com maiores distâncias entre si do que estas “línguas”.
5. Os utentes da língua A, nitidamente a intermédia, são passivamente trilingues. Isto é, compreenderão sem assinalável dificuldade, as outras duas. A maioria das divergências são mínimas e, além disso, obedecem a regras simples.
6. A língua A, por ocupar o lugar intermédio, é a mais falada, a mais rica em literatura, e suponho que politicamente a dominante. As línguas B e C são dialectos da língua A, ou então idiomas marginais.

P.S. Só uma anotação, desculpa lá. As línguas A e B escrevem a sequência «para podermos seguir», a C escreve «para poder seguir». Isto deixa-me intrigado. Segundo os meus cálculos, ou chama-lhes intuições, as formas encher, llenar e seguir são infinitos. Se assim for, as línguas A e B, ao dizerem podermos, conjugam o infinito. E eu a pensar que o húngaro era, de todas as línguas do universo, a única a fazê-lo! Diz-me se vi bem.

Marina sorriu. Ali estava um homem inteligente... Leitor, leitora: não sabemos o que sucedeu a László e a Marina depois deste

curiosíssimo episódio, nem se era de idiomas, ou deles próprios, que ali se tratava. Para o que nos interessa, supomos que ela, mais tarde, o informou de a língua A se chamar galego, a língua B português e a língua C espanhol. Deve ter acrescentado que, globalmente, ele apreciou bem as posições recíprocas. Que, quanto ao infinito flexionado, acertara em cheio. Mas que se enganara rotundamente no estatuto e peso político das três línguas.

A peripécia narrada acima, inventei-a eu no ano de 1998, quando a ideia deste livro era tão-só um vago projecto. Mas já tinha ali as páginas iniciais, pois seria assim que, na minha intenção do momento, ele começaria: como um romance... e com um romance. Acontece que László Marácz existe, era então colega meu de universidade, e o trecho usado existe também: está nas páginas 149-150 dos já aqui citados Estudos de Sociolingüística Galega, de 1995. Hoje é comum dizer Estudos.

A questão que se seguiria seria aquela que ocupa tantos dos interessados nestas coisas: serão aquelas línguas A e B, tão «intimamente aparentadas», afinal a mesma?

Um princípio de resposta foi dado no capítulo anterior, em que expusemos o vocabulário que galego e português compartilham. É tão numeroso quanto variado, assegurando uma excelente compreensão mútua. E eles ainda compartilham mais, sobretudo no âmbito da gramática. Destaquemos alguns pontos mais relevantes.

Citemos, antes de mais, esse infinito conjugado, que designamos habitualmente por infinitivo pessoal, um modo verbal que, além do húngaro, só galego e português possuem. Ele permite informações explícitas, como «Isso é para comeres», «Foi bom pagarmos», «Não seria melhor esperarem?». Ou a indizível agilidade de sequências como «Aproveita estares aqui», «Aproveita estarmos aqui».

Depois, também a resposta em eco é própria dessas duas línguas: «Vais? Vou.» «É possível? É.» «Pagaste? Paguei.» «Sabem onde é? Sabemos.» É uma herança do latim, em que também assim se respondia. Diziam «Habesne libros? Habeo», ou seja, «Tens os livros? Tenho».

Habitual é, igualmente, o uso do artigo acompanhando nomes de

peessoas: a Isabel, o Paulo, o Varela.

Português e galego conhecem, irmãmente, duas pronúncias de e e de o: aberta e fechada. Assim, distinguem sede ‘edifício’ e sede sensação física’. Ou corte ‘acção’ e corte ‘residência’. O galego indica-o, por vezes, recorrendo a um acento: présa (port. pressa) e presa (port. presa), ou fóra (port. fora, advérbio) e fora (port. fora, forma verbal).

Formalidade descontraída

Ainda na fonologia, e no português europeu informal, assinala-se a pronúncia de ao como ò: «Fechamos ò sábado», «Ò chegares, liga». Isto dá-se também em situações em que o português tinha (tal como o galego tem hoje) um a final em coma ‘como’ e em ca ‘que’. Por isso pronunciamos «É comò outro», «Estás comà Rita», «São maus comàs cobras», ou então «É uma casa maior cà nossa», «Foram mais baratos còs outros».

Esta aglutinação repete-se em para + o, resultando em prò, e para + a, resultando em prà. Daí que pronunciemos «Isto é prò meu pai», «Isso é prà tia», «Trouxe aquilo pròs miúdos». Repete-se, também, em que + o e que + a, do antigo pronome ca («foi ele ganhar bem mais ca os seus avós», «mui mais ca quatro dias»), resultando em cò e cà. Por isso pronunciamos «Ela canta melhor cò pai», «Ele ganha mais càs primas». No Minho de há décadas, era comum ouvir «Sou mais rápido ca ti».

Na realidade, qualquer contracção de a + o ou a cria esses encaixes. Dizemos «Deixò vir», «Nuncò vi», «Faltò resto», «Ela levàs hoje», «Anda pràqui». António Emiliano, na sua Fonética do Português Europeu, dá os exemplos de «conhecia-os», pronunciado conheciòs, e «para os carros», pronunciado paròs carros.

Naquilo que chamaríamos uma formalidade descontraída, estas contracções são habituais. Veja-se, ou ouça-se, o exemplar desempenho dum dos melhores locutores portugueses, Eduardo

Rêgo (nos documentários da BBC, Vida Selvagem, na SIC), que usa, com naturalidade, todo o tipo de ligações e contracções, entre elas as que passámos em revista. Na realidade (vimo-lo anteriormente), trata-se de pronúncias antiquíssimas, que sobrevivem na fala de galegos e portugueses.

Muito antigas serão igualmente as pronúncias informais, correntes nas duas comunidades, inda por ainda e tamém por também. Em galego, tamén é mesmo a forma padronizada.

Não se pense, porém, que as pronúncias de galego e português se assemelham. O que aqui acima observámos são pequenas estruturas. A realidade total é inteiramente outra. Observemo-lo pelo lado do português europeu, com estes casos extremos. Em esqueceste [iʃkɛ'sɛft] ou elegerem [il'ʒerẽj], cada um dos quatro e soa diferentemente, em cervejas [sr'vɛʒɐj], só uma letra (o 'r') soa como em galego. Em desesperante [dzɨp'rẽt] ou predecessores [prɔs'sɔrɨ] nenhum dos quatro e soa, contando tais palavras uma sílaba só. Daí que a pronúncia portuguesa europeia seja de difícil compreensão para o brasileiro médio, justificando que filmes portugueses sejam legendados.

Feiras, noivos e gaivotas

Já o observámos antes: galego e português têm uma notória predilecção pelos ditongos decrescentes: ai, ei, oi, au, eu, ou e outros. Vejam-se substantivos como outeiro, caixeiro, ou formas verbais como baixou, deixei. Essa tendência torna-se nítida em palavras como feira, noivo, ruivo, sobretudo numa comparação com o latim, de que procedem, e com o espanhol. Dá-se nelas, mesmo, uma curiosa transposição do i para a sílaba anterior, formando ditongo com a vogal aí única. Comparemo-lo com o espanhol:

latim		espanhol	galego e português
feria		feria	feira
gavea	>	gaviota	gaivota

noviu
passione
resapere
rubeu

>

novio
pasión
resabio
rubio

noivo
paixão (gal. paixón)
ressaibo (gal. resaibo)
ruivo (gal. roibo)

De mencionar são ainda as formas verbais *caibo* (do lat. *capio*), *queira* (lat. *quaeriam*) e *saiba* (lat. *sapiam*).

De resto, por vezes, é o galego a transpor esse *i*, noutras, o português. Assim, temos em galego *choiva* (lat. *pluvia*) e *vigairo* (lat. *vicariu*), em português *chuva* e *vigário*. O português possui as formas *bairro* (lat. *barriu*) e *raiva* (lat. *rabia*), em galego *barrio* e *rabia*. Já *saraiva* (de origem desconhecida) é forma única em português, enquanto o galego admite tanto *sarabia* como *saraiba*.

Característico dos actuais galego e português europeu é o emprego de *estar a + infinito*: «Ainda estou a pensar», «Estamos a encher o depósito». O dicionário da RAG tem o exemplo «Está a subir a marea», sintaxe sentida também em Portugal como genuína. Mas, nos primórdios da escrita, não era essa a construção corrente, e sim aquela que hoje é corrente no Brasil e no sul de Portugal: *estar + gerúndio*. Desde os primeiros documentos achamos *estava cantando*, *estiveram servindo*, *estavam falando*, *estás atendendo*, *está esperando*. Essa sintaxe vai manter-se em largo uso, e será correntíssima no século de Quinhentos, quando é levada para terras brasileiras, onde se manterá como a construção habitual.

Da outra modalidade, *estar a + infinito*, não há testemunhos antes de Trezentos, sendo marginal durante séculos. Mas, a partir de 1800, ela expande-se abruptamente. Para todo o século XIX, o *Corpus do Português* de Mark Davies fornece em Portugal 2500 ocorrências dela (números redondos) contra 400 com *gerúndio*, enquanto o Brasil apresenta desproporção mais vincada ainda: 4500 com *gerúndio* contra 100 com *infinito*.

Na Galiza, a modesta documentação conhecida até meados de Oitocentos obriga a cuidadosas inferências. Mas a vasta inventariação que, por 1746, o publicista Martín Sarmiento fez dos usos da língua galega permite concluir que a construção com *gerúndio* era habitual: «Estaba facendo mimiños à fila», «Estaban facendo sempre xirigonzas». Data de 1807 uma primeira ocorrência de *estar a + infinito*: «Estou a deser que predica mellor» (port. «Estou a dizer que prega melhor»), afirmado de certo sacerdote. Facto é que, à medida que, por meados desse século, a

documentação galega aumenta, aumentam também as ocorrências de ambas as modalidades. Isto parece significar que a construção com infinito ganhou popularidade, também aí, por volta de 1800. Observa-se, pois, paralelamente nas duas comunidades europeias, o surto duma construção decerto antiga, mas que se mantivera à margem. Uma interdependência dos dois fenómenos, o galego e o português europeu, é mais do que provável, faltando agora investigar quem influenciou quem.

Mas será tudo isso suficiente para considerarmos galego e português a mesma língua?

Mais uma experiência

Em *Os libros Arden Mal*, romance de 2006, escreve o galego Manuel Rivas: «Todo o mundo serve para a guerra. Se non serve para matar, serve para morrer.» Nesta frase (e muitas outras lhe seriam comparáveis), só a forma non distingue a variedade linguística a norte do rio Minho daquela a sul. A comparação com o espanhol tornará ainda mais nítida a coincidência: «Todo el mundo sirve para la guerra. Si no sirve para matar, sirve para morir.» É fácil concluir que português e galego compartilham grandemente uma gramática, e mais exactamente uma morfologia.

Estendamos o exercício com o seguinte texto:

O Estado español obriga todos os españois a coñeceren o español. Ao mesmo tempo, non obriga ningún a coñecer o galego. Para un portugués medio, como eu, iso non ten nada de estraño. Un Estado quer sempre ser forte, e ten que pensar na súa saúde, nas súas forzas, que ás veces son ben poucas. O Estado portugués, o máis antigo Estado europeo, cedo deu o mellor exemplo diso. Desde o comezo, combateu as diferenzas lingüísticas rexionais, e con maior perseveranza as do seu Noroeste, as menos desexadas, por seren tamén (este mundo foi ben feito...) as máis semellantes ao galego.

Hoxe, a fala da xente nova soa igualciña en Portugal inteiro. Desta maneira, o noso pequeno Estado conseguiu aquilo con que os outros, mesmo se grandes, só poden soñar.

Um português que leia o texto acima dirá que está em galego. Pois é, está mesmo. Mas não estará também em português? De modo nenhum, jurará ele a pés juntos. Compreende-se: esse português foi condicionado a reconhecer a sua língua numa só determinada escrita. Pois bem, está enganado. O texto é galego, sim, e é também português. Mas aparece escrito à galega, é verdade, e isso confunde os melhores espíritos. Repitamos a operação, agora pedindo a um galego que leia o que aqui segue.

O Estado espanhol obriga todos os espanhóis a conhecerem o espanhol. Ao mesmo tempo, não obriga ninguém a conhecer o galego. Para um português médio, como eu, isso não tem nada de estranho. Um Estado quer sempre ser forte, e tem que pensar na sua saúde, nas suas forças, que às vezes são bem poucas. O Estado português, o mais antigo Estado europeu, cedo deu o melhor exemplo disso. Desde o começo, combateu as diferenças linguísticas regionais, e com maior perseverança as do seu Noroeste, as menos desejadas, por serem também (este mundo foi bem feito...) as mais semelhantes ao galego. Hoje, a fala da gente nova soa igualzinha em Portugal inteiro. Desta maneira, o nosso pequeno Estado conseguiu aquilo com que os outros, mesmo se grandes, só podem sonhar.

Estruturalmente, a língua dos dois textos é a mesma. Contudo, só poucos linguistas portugueses e galegos o subscreveriam, pelo menos de modo explícito. Na linguística portuguesa, a identidade de galego e português foi, pelos anos de 1980, asseverada por Manuel Rodrigues Lapa e Luís Lindley Cintra, ambos desaparecidos, e ainda Eduardo Paiva Raposo, em 1984, e Maria Helena Mira Mateus, em 1986.

Hoje em dia, no establishment linguístico galego, estão próximos de reconhecer essa identidade o gramático Xosé Ramón Freixeiro Mato e o sociolinguista Francisco Fernández Rei. Segundo este último, e «desde unha perspectiva estritamente linguística», o actual galego e o actual português «poderían considerarse variedade dun mesmo diasistema». Isto é, haveria um sistema único, com duas vertentes.

Verdade seja que, em visitas a Portugal, todos os presidentes da Xunta galega o afirmaram também. «Falamos a mesma língua», ouvimo-los proclamar, um a um. O que prova, neles, algum discernimento linguístico. Acontece que, depois, regressados à Galiza e entre compatriotas, jamais o repetiram. O que atesta sentido da conveniência política.

Para desespero dos puristas

O texto oferecido acima é experimental, engendrado que foi, ele também, pelo autor destas linhas. Prova o que prova, e nada mais. Mostra que a proximidade entre português e galego é assombrosa, mas não demonstra uma identidade. Com algum investimento, poderiam construir-se dois textos sem praticamente nada de comum e, portanto, impenetráveis ao utente da outra comunidade.

É, com efeito, muito desenvolvido o léxico genuinamente galego incompreensível para um português comum. Baste para mostrá-lo esta série de palavras gramaticais, sempre das mais relevantes:

abofé (decerto)	decontado (imediatamente)
abur (adeus)	decote (continuamente)
acotío (todos os dias)	deica (daqui a)
adoito (frequentemente)	denantes (antes)
agás (excepto)	disque (segundo se diz)
arestora (neste preciso momento)	malia (apesar de)
arreo (seguido, sem interrupção)	ora (mas conj. adversativa)
asemade (ao mesmo tempo)	paseniño (aos poucos)
axiña (rapidamente)	seica (talvez)

canda (aquando de)

velaí (eis)

Ao longo de todo o século xx, observa-se na escrita galega uma sistemática depuração lexical, revitalizando um vocabulário genuíno, com muito de comum com o português. Mas não é menos verdade que as diferenças se mantêm patentes.

A criação galega de deverbais regressivos (que vimos serem formas particularmente elaboradas) é uma forte marca de distanciamento. Uma selecção deles com o equivalente português: abeiro (abrigo), acougo (sossego), agarimo (afeição), arela (anseio), devalo (retrocesso), herdo (herança), peche (fecho), pescuda (investigação), remuda (troca, mudança), rexouba (comentário malicioso), xermolo (princípio, origem).

Mostra de criatividade própria são igualmente os curiosos neologismos cultos formados a partir de vocabulário concreto. Exemplo disso são aguilloante (estimulante), engaiolante (fascinante), lostregante (deslumbrante, de lóstrego ‘relâmpago’). De sublinhar é também a exploração, para fins cultos, de vocabulário autóctone que consideráramos familiar, como axeitado para adequado, eido para âmbito ou espallamento para difusão. São afloramentos duma atitude linguística que de todo nos é estranha, visto a proximidade com o espanhol nunca nos ter incomodado.

Uma classe à parte são os falsos cognatos, também conhecidos por falsos amigos, palavras que não significam aquilo que aparentam significar. Também eles são numerosos entre galego e português. Seleccionámos do lado galego: agasallo ‘oferta’, almorzo ‘pequeno-almoço’, azo ‘vontade’, bico ‘beijo’, billa ‘torneira’, cañoto ‘talo’, cativoiro ‘adj. de pouco valor’, cea ‘jantar’, corrupío ‘tipo de jogo’, crianza ‘infância, educação’, daquela ‘então, naquele tempo’, desbotar ‘desdenhar’, desfeita ‘destruição’, doado ‘fácil’, embalo ‘aparelho de pesca’, fasquía ‘feitura, aspecto’, fato ‘subst. conjunto’, adj. néscio’, feito ‘subst. facto’, fito ‘marco’, fraga ‘bosque’, labrego ‘camponês’, leilán ‘libertino’, mancar ‘magoar’, mariola ‘determinado jogo’, matinar ‘cismar’, meigo ‘enfeitiçante’, meios ‘meios de comunicação’, pataca ‘batata’, piada ‘acção de piar’, poboación ‘povoação, população’, retranca ‘ironia’, sobranceiro ‘saliente, importante’, tromba ‘tromba de água’, verba ‘lábria, palavra’, xantar ‘almoço, almoçar’. Casos especialmente

sublinháveis: em galego, os rapaces inclui também meninas; arranjar problemas é resolvê-los, arranjar problemas é criá-los.

Junte-se a tudo isto o aproveitamento feito pelo galego do léxico espanhol, muito diferente daquele que o português historicamente fez. Um e outro incorporaram vastos acervos, mas divergentes, originando ainda mais distinções entre português e galego, trazendo também novos falsos amigos. Alguns exemplos, partindo do galego: así mesmo ‘igualmente’, caixón ‘gaveta’, estafa ‘engano’, ganancia ‘lucro’, ladrillo ‘tijolo’, pago ‘pagamento’. Outros usos galegos coincidem com os falsos amigos entre espanhol e português apontados na Introdução.

As formas de tratamento constituem, elas também, elementos de discordância. O galego utiliza o pronome vós e respectivas formas pronominais e verbais. Destina-se a várias pessoas individualmente tratadas por tu (ou ti), contrastando com vostedes, que usa as formas pronominais e verbais da terceira pessoa plural e reúne os indivíduos individualmente tratados por vostede.

O panorama português europeu é bem menos transparente. O tratamento singular é de tu para a familiaridade, de você para o distanciamento, de o senhor e a senhora para o respeito. Para mais de uma pessoa tratada por tu ou por você, o plural é vocês, enquanto o singular de respeito faz os senhores, as senhoras. O emprego de vós, que foi geral até cerca de 1600, está hoje praticamente confinado a norte do paralelo de Aveiro, e não pára de recuar.

As coisas em Portugal são, porém, ainda um pouco mais complicadas. No seu avanço para norte, vocês desenvolveu uma convivência com as formas pronominais próprias de vós: vos, vosso, convosco, para vós. Deste modo, e para desespero dos puristas do idioma, tornou-se correntíssimo dizer «Avisem os vossos pais», «Esperem, vamos convosco» e mesmo «Guardem bem, é tudo para vós». Desta mistura de formas fica excluído vós como sujeito, assim como as melodiosas formas verbais do tipo estais, fazeis, ides, soubésseis, entrardes, vierdes, pagai, ide, sede, fugi, ponde. Em suma: com esta nova gramaticalidade, o português europeu encontra-se numa fase de transição, que já dura há séculos e para a qual não se avista termo ou solução.

Acrescente-se que o sistema brasileiro de tratamento, mais a gramática nele envolvida, diferem muito dos aqui descritos para galego e para português europeu. Também no Brasil se dá o que designam por mistura de tratamento, mas aí no âmbito dos singulares, sendo comum ouvir-se, ou ler-se, «Você sabe que eu te amo».

Mais um ponto de desacordo. Numa linguagem formal, mas só nela, o português europeu recorre, embora moderadamente, à chamada mesóclise, dizendo ou escrevendo: «Dir-se-ia que choveu», «Ele ter-se-ia enganado?» O português brasileiro faz um uso ainda mais restrito desta construção, e o galego ignora-a por completo.

O aristócrata imbecil

Em histórias da língua portuguesa, tornou-se bom-tom afirmar que, ao separar-se da aconchegante alcofa galego-portuguesa, o galego teria caído na órbita do espanhol. A verdade histórica – vimo-lo já – revelou-se o exacto contrário. Foi o português a muito cedo se enamorar pela língua centro-peninsular, tomando dela tudo quanto julgou útil, e foi muito.

ESTACIÓN DE SERVICIO

São vários os campos lexicais portugueses densamente povoados de materiais espanhóis. Sirva de exemplo (aqui, por ordem de entrada no nosso idioma) o sector de ‘engano doloso’:

burla, patranha, ardil (de ardid), logro, velhacaria (de bellaquería), trapaça, ronha, negaça, embuste, trama, artimanha, enredo, manganilha, maranha, cambalacho (de cambalache), tramóia, treta, sorna, embeleco, alicantina, andrómina

Os dicionários indicam, por vezes, só a origem recuada, latina ou outra, dum vocábulo. Mas as datações e as frequências em espanhol,

mais o contexto das primeiras ocorrências portuguesas, não deixam dúvidas. Note-se, nos exemplos dados, que armadilha ‘tipo de armação’ (termo caído em desuso) e logro ‘lucro, conseguimento’ ganharam, no português, significação negativa.

Outro âmbito é o dos conceitos cultos espanhóis que o português fez seus. Não raro os encontramos por primeira vez em autores famosos, como António Vieira ou Manuel Bernardes. Citem-se estes 25 substantivos da área das atitudes:

afinco, altanaria, arrojo, atrevimento, brio, denodo, desaforo, desplante, deslumbre, esmero, fogosidade, galhardia, hombridade, manha, menoscabo, ojeriza, postura, pundonor, rebeldia, regozijo, retraimento, teimosia, ufanía, veleidade, vilania

Do esp. *hombredad* ‘qualidade de homem’ (em si, de uso raríssimo) fez o português *hombridade*, com o valor de ‘rectidão de carácter’. Note-se que *ojeriza* ‘antipatia’, desconhecido em Portugal, é razoavelmente corrente no Brasil. E *postura* é, ela própria, o espanholismo correspondente a atitude, um italianismo que nos chegou pelo francês.

O dicionário da RAG rejeita – já o assinalámos – numerosos espanholismos em uso no português, entre os quais muitos dos acima citados. Dou mais exemplos, de substantivos correntes:

aguaceiro, bofetada, botija, cabecilha, cercania, descalabro, destroço, esconderijo, fiambre, lugarejo, manada, mana/mano (de *hermana/hermano*), mortandade, neblina, ninharia, novilho, riacho, senha, tejadilho, trecho, vilarejo, zaragata

Só uma conjugação de factores externos ao idioma pôs, por volta de 1730, um travão a uma convergência do português com o espanhol que prometia desembocar em zonas de altíssimo risco. Estão entre eles: o desaparecimento da última geração de bilingues; um menor contacto com a fala e o texto castelhanos; o prestígio de Camões, promovido a poeta peninsular; o culteranismo castelhano, sentido como extravagante e decadente; o novo enriquecimento das elites nacionais graças à economia brasileira; o atenuar das aspirações políticas peninsulares; o novo fascínio pelo classicismo francês.

Seja dito de passagem: não será por acaso que os três autores que assinalaram esse risco histórico de subversão final do português por acção do espanhol – Pilar Vázquez Cuesta, Henrique Monteagudo e Fernando Corredoira – são galegos. Eles têm a percepção, o golpe de vista, que por definição falta a não-galegos. Eles põem, desabridamente, o dedo na chaga.

Certo: o galego absorveu, ele também, um elevado número de espanholismos, sobretudo nos últimos 200 anos, quando o espanhol se tornou língua segunda, e num crescente número de casos primeira, da população galega. Mas não será fácil decidir qual dos dois, galego ou português, deu maior prova de avidez pelo espanhol. E, sobretudo, essas tão descoincidentes castelhanizações contribuíram para cavar ainda mais fundo o fosso entre os dois.

Um falante galego – nunca o esqueçamos – está continuamente a escutar o espanhol, e por isso a influência da língua centro-peninsular se estende, no seu caso, à prosódia, particularmente à colocação do acento tónico, inclusive em termos técnicos internacionais. Assim, um galego pronuncia, como faz o espanhol, aristócrata, burócrata, cábala, caníbal, demócrata, imbecil, limite, oceano, políglota, psicópata, sintoma, teléfono, etc. Só em raros casos galego e português coincidem, como em atmosfera, medula, parasito (port. parasita). Do mesmo modo, o galego pronuncia cerebro, dispar, impar, nivel, pantano, policia, e bastantes outros casos, mas acentuando com o português em anódino, téxtil e mísil.

Situação porventura ainda mais conflitante, porque mais emaranhada, é a da diferente acentuação, em português, de substantivo (o anúncio) e correspondente forma verbal (eu anuncio). Seguindo o espanhol, o galego não faz distinção, dizendo o anuncio e eu anuncio (ambos acentuados como o port. anúncio). A língua galega desconhece, pois, estas oposições, e outras de igual teor, que o português faz. São exemplos entre dezenas

o alívio / eu alivio

o benefício / eu beneficio

o contágio / eu contagio

o divórcio / eu divorcio

o princípio / eu principio

o repúdio / eu repudio

a angústia / ele angustia

a cópia / ele copia

a denúncia / ele denuncia

a influência / ele influencia

a pronúncia / ele pronuncia

a renúncia / ele renuncia

Seguindo sempre a lógica espanhola, o galego acentua diferentemente de nós academia, alerxia, aristocracia, diplomacia, etnia, euforia, histeria, maxia, nostalxia, periferia, terapia e numerosas outras palavras deste tipo.

Claro: pode, e deve, razoavelmente perguntar-se se a coexistência de galego e espanhol no mesmo âmbito físico, social, e mesmo pessoal, permitiria cenários diferentes, com um galego em sistemática contramão com a língua do Estado. Facto é que, também a nível prosódico, português e galego manifestam descoincidências estruturais gritantes.

Em terreno sintáctico, isto é, na ordem dos elementos da frase, a proximidade dos dois é, contudo, notável. Neste sector, o português europeu está, mesmo, mais próximo do galego do que do português brasileiro. A sintaxe brasileira permite, ou mesmo prescreve, «Como ela se chama?», enquanto galego e português europeu dizem obrigatoriamente «Como se chama ela?». De igual modo, português europeu e galego devem dizer «Aqui come-se bem / Aquí cómese ben», onde o brasileiro afirma com naturalidade «Aqui se come

bem». O mesmo brasileiro diz «Vou agora me lavar», enquanto galegos e portugueses não podem inserir nenhum componente (como esse agora) entre verbo e clítico, e dizem «Voume agora lavar / Vou-me agora lavar». Mas, claro, todos três podem dizer «Vou agora lavar-me / Vou agora lavarme».

Contudo, o galego desconhece alguns elementos frásicos correntíssimos na fala portuguesa, brasileira ou europeia. Pense-se nesse «é que» a acompanhar advérbios interrogativos, tanto em perguntas directas como indirectas: «Onde é que vives?», «Como é que pagaram?», «O que é que está acontecendo?», «Não sei quando é que vou», «Perguntou-me onde é que havia jornais». Pense-se no «é que» de ênfase como em «Aqui é que moro», «Amanhã é que vamos», «Na aldeia é que estás bem». Ou ainda a coloração negativa de «lá» em, por exemplo, «Sabes lá!», «Quero lá saber!», «Temos lá tempo para isso!», e em apelos como «Diga lá», «Conta lá», «Desculpem lá».

O galego desconhece, também, sequências de teor adversativo como «Vou é dormir» (ou «Vou mas é dormir»), «Queres é ganhar tempo», «Eles tiveram foi medo».

Prosseguiremos, examinando mais situações que revelam esse comportamento estruturadamente diferente das variedades linguísticas galega e portuguesa.

Capítulo 10 – O efeito Nogueira

En Portugal o galego verase arrombado despois de que a corte lusa se traslade a Lisboa e adopte a variante máis afastada da lingua común galego-portuguesa, que pasa a ser tachada de arcaizante. O galego e o portugués, que en realidade son dúas variantes do mesmo idioma, vanse ir diferenciando cada vez máis a partir de agora e ao longo dos séculos, ata verse a si mesmas como dúas línguas distintas.

Miguel-Anxo Murado, Outra Idea de Galicia, 2016

Longe de Lisboa

Afastado do que se passava lá longe en Lisboa, o galego conservou formacións originadas na queda de l e n intervocálicos, ao mesmo tempo que desenvolvía outras propias. Darei exemplos destas últimas:

com eliminación de L

à
dioivo
piar

ala
dilúvio
pilar

saa, sa
tega
xeeira

sala
taleiga
geleira

com eliminação de N

cairo
domear

canário
dominar

fiestra
padroado

fenestra ant.
patronato

Anote-se que padroado é a única forma galega, ainda quando se estende ao patronato, enquanto o português possui ambas, como ‘formas divergentes’ e com diferentes sentidos. A esta lista podem acrescentar-se beizón ‘bênção’, também fórmula de agradecimento («Beizón pola vosa axuda»), saúdo ‘saudação’ e o topónimo Fisterra (Finisterra), nome do cabo mais ocidental da Galiza.

Fenómeno curioso: a constante comparação que o falante galego faz com o seu outro idioma, o espanhol, inspira-lhe eliminações de l e n não patrimoniais, por vezes de notória frequência. É o caso de corido (por colorido), tíduo (por título), ou de abandonar (por abandonar), lumioso (por luminoso), moreo (por moreno).

É também visível a queda dum l em formas galegas como avoa, eiroa, moa e soa, provenientes do lat. *avola, *hydriola, mola e sola. Comparem-se os port. avó, eiró, mó e só.

Em boa verdade, não deveria surpreender-nos que o galego tenha continuado a investir na síncope das duas consoantes. Não só essa havia sido a primeira e fortíssima marca distintiva do idioma gerado no seu território, como ficou disponível para ir criando distância face à língua do Estado. Contra a convicção, algo romântica, duns improdutivos Séculos Escuros, verifica-se que o galego não cessou de se desenvolver segundo dinâmicas próprias.

A este distanciamento frente ao espanhol chamam os galegos diferencialismo, um conceito de todo desconhecido no quadro português, onde, pelo contrário, nenhuma resistência se desenhou, e antes se foi desenvolvendo uma pacífica acomodação às soluções espanholas. No caso em apreço, e como vimos no capítulo 7, isso implicou a reintrodução em português, com assegurados efeitos modernizantes, dum bom número de l e n outrora eliminados. A partir do século xix, o galego há-de seguir esse caminho, reintroduzindo esses sons, iniciando, ele também, um aproveitamento modernizador do modelo espanhol, e assim criando os seus próprios dobletes ou formas divergentes.

Sufixos produtivos

Em matéria de produção lexical, são de sublinhar, no português, os substantivos femininos gerados pelos sufixos -idão (inicialmente -idóm) e -ice. Trata-se, com efeito, de dois dos sufixos mais produtivos da língua portuguesa ao longo de toda a sua história. Em galego, um -idũe medieval (por exemplo, certidũe) acabou por perder-se, enquanto palavras em -ice têm algum uso, mas em formas não-normativas. Entremos nalgum pormenor.

São cerca de 40 as palavras terminadas em -idão no português de cada dia. O sufixo percorreu um complicado trajecto desde o latim. Sirva de exemplo certitudine ‘certeza’, que terminou em certidão, actualmente um tipo de documento oficial. A esse corpo vocabular pertencem sobretudo abstracções, como aptidão, exactidão, gratidão e ingratidão, imensidão, prontidão, sufreguidão, solidão, vastidão. Mas não faltam as referências concretas, como escuridão e multidão. O galego faz uso do mesmo sufixo, mas numa fase anterior, mais latina, dizendo aptitude, exactitude, gratitude, multitude, etc.

Ainda mais produtivo se mostra o sufixo -ice, com perto de 120 vocábulos, muitos deles com assinalável voga. Salvo pouquíssimos casos – carolice, meiguice, meninice, velhice –, este grupo de substantivos é de carácter depreciativo, ou redondamente negativo. Pense-se nas correntíssimas burrice, chatice, crendice, criancice, doidice, malandrice, maluquice, modernice, palermice, pelintrice, sacanice, tolice, traulhice ou vigarice. No galego normativo, este sufixo é quase inexistente, mas a gramática de Manuel Ferreiro refere doudice, meiguice, tolice, vellice. Remeto, também, para um artigo de Iovka Tchobánova, sobre este sufixo, constante da Bibliografia.

Também o sufixo -ola contém, no português, uma mensagem depreciativa. Bons exemplos são aldeola, beizola, caranguejola, casinhola, cervejola, criançola, festarola, graçola, mentirola, rapazola, terreola. Em galego, não achamos rasto dessas formações.

Galego e português dividem vários colectivos em -ada, como

bicharada, filharada, passarada (gal. paxarada). O português possui ainda canzoada, garotada, livralhada, papelada ou rapaziada.

Segundo Manuel Ferreiro, o sufixo -ito «funciona só dialectalmente» em galego. Não é o caso do português, em que esse sufixo é corrente e mesmo produtivo. Encontramo-lo, primeiramente, em castelhanismos, como manguito, mosquito, negrita, palito, periquito, toalhita. Mas abundam os diminutivos caseiros, particularmente sugestivos, o caso de substantivos como uns anitos, uma cervejita, umas compritas, uns diazitos, umas feriazitas, um garotito, uma horita, uns livritos, uns olhitos, um quartito, uma rapariguita, um saltito, saudita («Como vai essa saudita?»), um trabalhito, uma voltita; de adjectivos como azulito, crescido, espertito, grandito, magrito, pequenito; ou mesmo de advérbios como cedito («Amanhã cedito tem festa da música gaúcha no Galpão Crioulo»), e pertito («Era uma trovoada em três frentes, duas delas aqui pertito!»).

Também na área da morfologia (o conjunto das formas gramaticais), galego e português apresentam divergências notórias. Comparem-se, na morfologia verbal, formações simples como andaste vs. andaches, varreste vs. varriches, deste vs. deches, fizeste vs. fixeches. Ou fun vs. fui, disse vs. dixo, pôde vs. puido, pôs vs. puxo, veio vs. veu. A adição dum pronome pessoal pode levar a contrastes como fi-lo vs. fíxeno, deram-tas vs. déronchas ou di-lo-ei vs. direino. Menos espectaculares, mas mais regulares são as formas da 2.^a pessoa do plural. Examinemos um único verbo: falais vs. falades, faláveis vs. falabades, falareis vs. falaredes, falásseis vs. falásedes, falai vs. falade. O uso desta pessoa é, em Portugal, cada vez mais restrito (no Brasil, é mesmo inexistente), mas o seu conhecimento integra a bagagem dum falante instruído.

Uma prova provada da inadequação da ortografia portuguesa ao galego é fornecida num, aliás belo, romance de Susana Sánchez Arins, Seique. Aí damos com frases como «Temia que os velhos chucharam os untos, os toucinhos». O português pediria chuchassem. De facto, só com essa informação um leitor português entenderá esta passagem (destaque meu): «Precisava de mãos que mudaram lençóis, lavaram pele, forneceram medicamentos na hora certa [...], e essas mãos foram as da avó Glória». Para um

português, só esta última grafia foram tem lógica. Mas um galego esperaria aí, e com razão, foron, que ele distingue de foran (port. tinham sido). O largo contexto não deixa, a esse respeito, qualquer dúvida. O livro mostra vários outros casos destes.

Seja dito de passagem: muitos de nós – e numerosos brasileiros nisso nos acompanham – pronunciamos, com naturalidade, fôrom, fizérom, fálom, falárom e semelhantes. Fazem-no locutores de rádio e televisão e simples cidadãos. A pronúncia fôrão, fizêrão, etc. é, na realidade, sentida como ‘cuidada’, forma nobre de pronunciar que não é a mais natural.

Muita outra informação sobre diferenças fonológicas, ortográficas e morfológicas entre galego e português é fornecida por Pilar Vázquez Cuesta no opúsculo O que Um Falante de Português Deve Saber acerca do Galego, de 1996.

Rei e corte

Os linguistas galegos Rosario Álvarez e Henrique Monteagudo, membros da Real Academia Galega, deram-se ao trabalho de enumerar outros pontos diferenciadores de galego e português.

Num curso «Galego e portugués. Caracterización contrastiva da lingua galega», Rosario Álvarez sublinha as ausências, em galego, de vogais e ditongos nasais (tão manifestos em português), de consoantes sibilantes sonoras (os nossos sons «j» e «z») e de tempos compostos (tenha feito, tinha feito, tivesse feito).

Em contrapartida, o galego não reduziu o ditongo ou, como faz a pronúncia-padrão portuguesa e brasileira, que não distingue coró e couro. Reduz, sim, os finais -em, dizendo orde, coraxe, home, e as sequências qua-, gua-, fazendo cando, cal, canto, cadrado ou gardar, agardar.

A contracção de por com o artigo dá em galego polo, pola, etc. E são aí desconhecidos os curiosos plurais portugueses de dupla flexão

do tipo de animaizinhos, cãezinhos. O galego faz, com inteira regularidade, animalíños, canciños.

Lembra, também, a professora compostelana que em galego, diferentemente do que acontece em português, não se usa o futuro do subjuntivo, ou conjuntivo. Pense-se em «se eu tiver tempo», «quando chegares», «logo que ele te escrever», «enquanto pudermos».

Significa isso que o galego perdeu esse curioso e expressivo modo verbal. O galego do século xviii conhecia-o, como vimos por duas vezes na quadra reproduzida no capítulo 3: «Farruquiño, se te fores, / deixame a tua navalla; / a quen me falar d'amores / para lle raxar a cara». Mas é um facto: o emprego desse futuro tornou-se extremamente raro. Aparece ainda na frase-feita «Sexa como for» ou num discurso cuidado como «Se realmente houber vontade, deberá demostrarse con feitos».

ESTACIÓN DE SERVIZO

O futuro do conjuntivo saiu praticamente dos usos galegos. Contudo, não é raro acharmos as suas formas, puxadas pelo pretérito do subjuntivo espanhol (hubiera, tuviera, fuera, etc.). Veja-se este conselho médico: «Se houber contraccións corporais involuntarias, non dar líquidos», com versão espanhola iniciada por «Si hubiera...»

A maior frequência desta contaminação encontra-se, actualmente, em textos no chamado «português da Galiza». Neles se acham tiradas como estas (mencionamos a forma correcta): «Se eu for você, perguntaria» [fosse], «Se a Junta tiver pressionado o governo espanhol...» [tivesse], «Se Castelaio viver hoje...» [vivesse], «Quiser mover-me polos ambientes...» [quereria], «Pedi-lhe que tiver paciência» [tivesse], «Oxalá Lisboa for a nossa capital!» [fosse].

São casos curiosos, reveladores duma tentativa de produzir português. É uma gramática alternativa, feita do que se chamaria pseudolusismos, chamados pelo espanhol. Uma frase como Se Lapa viver hoje, nada menos que absurda, é insuflada pelo esp. Si Lapa

vivera hoy.Com efeito, um lado convidativo destas deturpações prende-se com uma impressão, em si, lúcida, a de que as formas portuguesas são habitualmente parecidas às espanholas... mas mais curtas.

Poderá lamentar-se que o galego tenha deixado perder um modo verbal expressivo, como este é, além de ser exclusivo do ocidente peninsular. Mas uma recuperação parece, hoje, já de todo impossível, dada a constante pressão – neste caso, adulteradora – por parte do espanhol. Voltaremos a este tema.

A abordagem de Henrique Monteagudo das diferenças entre galego e português é de natureza histórica. Foi inicialmente exposta em Galego e Português Brasileiro, volume assinado com Xoán Lagares. Em mais recente data, a temática foi desenvolvida na conferência «A lingua no tempo, os tempos da lingua. O galego, entre o português e o castelán», publicada em 2017, encontrável online. Neste texto, a problemática que aqui nos ocupa acha-se exposta e analisada com uma nitidez e um vigor inultrapassados.

A tese central é esta: uma boa parte das diferenças observáveis entre galego e português deve-se, não a uma separação do galego dum tronco comum, mas a uma «diverxencia mutua», concretizada do lado português pela elevação da norma do Sul a «variedade de referencia». Importante é, também, que não se projecte sobre a cena medieval uma preocupação com «linguas nacionais», noção francamente posterior. A verdade é, porém, que as Histórias dessas línguas se tornaram um «relato lexitimador» delas, ao ponto de certos idiomas contemporâneos – o autor pensa no espanhol e no português – parecerem preexistir à sua própria história.

Um caso anedótico, mas revelador, relatado pelo professor compostelano. Tão incómodo foi sempre, para o português, a ligação à Galiza e ao galego que, não obstante ter durado séculos, jamais a diocese de Tui, que abrangia a região portuguesa entre Minho e Lima, foi desenhada. Mais sério ainda: a procedência dos autores da chamada lírica galego-portuguesa desenha exactamente o território da Galécia Magna, esse em que se gerou o idioma, e que não abarcava senão um pequeno sector daquilo que um dia ia ser Portugal. Tão deformantes podem ser os conteúdos mentais que nos foram infundidos. Compreende-se, pois, que «a simple pervivencia

do idioma galego constituíu unha interquienencia [factor de atrito] para a validación do relato nacional da filoloxía portuguesa». E comprende-se. A existência desse idioma «puña en cuestión o carácter exclusivamente nacional da orixe da lingua». Resultado: «Continúa a operación de apagamento do galego da história lingüística luso-brasileira.»

Após a criação do reino de Portugal, em 1143, a fronteira política galego-portuguesa manteve-se por dois séculos «moi porosa» e, durante muito mais tempo ainda, manteve-se permeável. Contudo, já desde cerca do ano de 1300 se estabelecera uma fronteira visual, omnipresente, com a introdução dos dígrafos lh e nh em substituição de ll e nn. Daí em diante, que este ou aquele texto tivesse, ou não, sido produzido em Portugal entrava pelos olhos dentro.

O apagamento das realidades nortenhas, e sobretudo de Além-Minho, veio fornecer espaço a novas referências, e a mais importante delas foi a ideologia «lusitanista». Portugal descobre-se continuador da Lusitânia, e lusitano torna-se palavra da moda no século xvi: «Reino Lusitano», «gente lusitana», «terra lusitana». Esta reorientação cultural não é inocente. «O lusitanismo constitúe a ideoloxía de recambio [substituição] para cobrir o oco deixado polo apagamento do galego.»

Monteagudo vê a independência do português frente ao galego selada com a Origem da Língua Portuguesa, de Duarte Nunes de Leão, de 1606, já referida. Aí se recorda terem eles sido «antigamente quasi hũa mesma» língua, mas também que só Portugal teve «Rei e corte, que é a oficina onde os vocábulos se forjam e pulem e onde manam para os outros homens, o que nunca houve em Galiza» (actualizo a grafia).

Uma língua sem imprensa

E os actuais historiadores portugueses da língua, como descrevem eles esta longa, complexa movimentação?

Na sua Introdução à História do Português, Ivo Castro é taxativo: «A língua literária da Geração de Avis não prolonga a língua literária do século xiii, antes dela se afasta por um processo de elaboração.» Não há, pois, um prolongamento, há um corte. Há um recomeço. Por volta de 1400, o português redesenha-se, reelabora-se. O «português comum», confeccionado a sul, não é, pois, «uma mera continuação do galego», tendo rejeitado «marcas setentrionais, dialectais e antigas». Em síntese:

As transformações linguísticas então registadas no português comum, especialmente as fonológicas, podem ser interpretadas como recusas de um passado que perdurava no Norte, não apenas na Galiza mas também no Entre-Douro-e-Minho. O português comum passa por um processo de elaboração que o separa das suas origens e que se sente como uma renovação» (destaques meus).

Pouco diferente é a visão de Esperança Cardeira, já exposta no capítulo 5. Na obra Entre o Português Antigo e o Português Clássico, a historiadora assinala essa deslocação do centro activo do idioma de norte para sul, que foi também – aspecto deveras interessante – «do campo para a cidade».

Quando Ivo Castro e Esperança Cardeira falam da instalação dum novo «modelo», é clara a sugestão de, por 1400, se assistir em Portugal ao nascimento duma língua nova, agora aliviada do lastro galego e tranquilamente designada por «português».

É um cenário, já o dissemos, dramatizante em demasia. Certo: as modificações na fonologia e na morfologia, em que os nossos historiadores insistem, são assinaláveis. A isso, juntei aqui as importantes implicações no âmbito vocabular, testemunhas dum vasto aproveitamento do espanhol e dum abandono (parcial e desordenado) de características autóctones tão marcantes como a eliminação de l e n entre vogais, conducente à vasta criação de dobletes. Sim, muito aconteceu no idioma de Portugal nesse século de Quatrocentos.

Mas, em todo este panorama, influiu um factor muito pouco referido, e todavia decisivo. A Galiza deixou de ter «Rei e corte», é verdade, mas ficou privada também daquilo que, na segunda metade do século xv, ditou a sorte das línguas na Europa: a imprensa. Aquelas que, então, não deixaram obras impressas passaram rapidamente à secundarização, senão à clandestinidade. A inexistência de tais obras condicionou, pois, para sempre a imagem da língua da Galiza aos olhos dos outros espanhóis, dos portugueses e dos próprios galegos.

Não se duvide: para o galego, essa lei histórica que o reduz a língua tecnicamente ágrafa (e portanto primitiva) é tanto mais cruel quanto actualmente sabemos que ele continuou a ser escrito, e mesmo cultivado, e não só na própria Galiza como na corte espanhola. O historiador Fernando Bouza, num entretém com a revista Grial, em 2013, aduz o exemplo do conde de Gondomar que, na corte de Filipe II, usa o galego em alguma correspondência. O panorama é, mesmo, mais geral nesses meios. «A circulación de textos manuscritos en galego na Idade Moderna está fundamentalmente vinculada ao mundo aristocrático.» A Fernando Bouza se deve a descoberta duma peça de teatro, Diálogo de Alberte e Bieito, dessa mesma época.

Tivesse o idioma galego sido, pelo ano de 1500, objecto de impressão, haveria de constatar-se a sua estrutural proximidade com a língua dos nossos cronistas de Quatrocentos, e mesmo com aquela que em breve produziriam Gil Vicente, Sá de Miranda, Jorge Ferreira de Vasconcelos. O galego, decerto aquele actualmente praticado nas suas formas mais genuínas, consente-nos a suposição de que uma «Menina e moça» galega, contemporânea da de Bernardim Ribeiro, se teria expressado de modo muito próximo do dela, a uma distância não mais do que dialectal.

Não estamos a fazer especulação. Como já vimos, a obra desses quinhentistas portugueses estreia um acervo vocabular seguramente medieval. O mesmo efeito se dará, a partir de 1850, no ressurgir em força duma documentação galega. Essa notável continuidade vocabular evidencia quanto o projecto desgaleguizador da geração de Avis se ficou grandemente nas intenções. O português desenvolveu, é certo, dinâmicas próprias bem-sucedidas, mas elas

não afectaram o corpo da língua a ponto de tornar-lhe irreconhecível o fundo galego.

São então, ou não, o actual galego e o actual português o mesmo idioma? Por outras palavras: «Falamos todos ainda galego?»

Da Ortigueira a Olhão

A experiência provavelmente nunca foi feita, mas podem supor-se um aldeão galego da Ortigueira, no extremo norte da Galiza, e um aldeão de Olhão, no extremo sul algarvio, que nunca haviam deixado a sua terra, que conhecem somente a sua língua de cada dia, e que, de repente, se encontram e se falam. A previsão é que os dois se hão-de entender sem particular dificuldade e, mais, saberão deslindar mutuamente as falhas de percepção, isto é, explicar um ao outro aquilo que não foi entendido. Assim se vencerão 700 quilómetros de espaço peninsular, certamente a maior distância, na Europa Ocidental, de intercompreensão com uma fronteira política de permeio.

Prova isso que os desprevenidos senhores da Ortigueira e de Olhão falam a mesma língua? É, seguramente, uma situação de extraordinário interesse. Só que a intercompreensão não é critério decisivo nesta matéria.

Digamo-lo assim: se as línguas galega e portuguesa são ainda a mesma, não o sabemos de ciência certa. O peso dos argumentos para um e outro convencimento é francamente indecível, e o que neste momento nos parece inequívoco pode ver-se abalado amanhã. Não o sabemos, portanto. Mas importa que esse «não o sabemos» esteja o mais informado possível.

Uma coisa parece entretanto indiscutível: no contacto directo, português e galego funcionam como a mesma língua. Dispensam tradução, e mesmo aprendizagem. Os falantes dum e doutro são o que se diz congenitamente bilingues.

O professor Joep Leerssen, da Universidade de Amesterdão, num artigo sobre o limburguês – reconhecido como língua regional da Holanda, mas de acentuada diversidade geográfica –, traça a seguinte cena: quando dois habitantes do Limburgo falam com um holandês de fora da província, exprimem-se todos três em neerlandês, mas, afastado este terceiro, a conversa prossegue na variedade limburguesa de cada um deles. Transpondo para o nosso caso: quando se encontram um indivíduo de fala portuguesa, um de fala galega e um de fala espanhola, a conversa decorrerá habitualmente em espanhol, mas, uma vez afastado esse terceiro, os dois primeiros prosseguirão o entretém na fala de cada um. Isto demonstra, repitamo-lo, que português e galego funcionam como se fossem a mesma língua.

Esta demonstração foi feita por Camilo Nogueira, eurodeputado pelo Bloco Nacionalista Galego (BNG) entre 1999 e 2004, que em Bruxelas e Estrasburgo se exprimiu sempre em galego. Quando ele falava, os intérpretes portugueses remetiam-se ao silêncio. Podemos designá-lo por efeito Nogueira.

Entrevistado, em 18-XII-2002, pelo matutino português Correio da Manhã, o já ex-eurodeputado declarou: «Eu tenho o galego como língua da minha família e do meu país e pretendo que a principal língua da Galiza, mesmo em termos políticos e económicos, seja o galego.» Interrogado sobre se a sua opção parlamentar europeia lhe trouxera algum problema, revelou: «Eu até já debati esta questão com José María Aznar, sobretudo quando a Espanha tinha a presidência da União Europeia, e ele teve de pôr os auscultadores para compreender a minha intervenção.» E ajuntava: «Curiosamente, eu posso fazer as minhas intervenções na minha língua no Parlamento Europeu, graças ao português, mas não o posso fazer no parlamento espanhol em Madrid, onde o castelhano é obrigatório.»

Sabido é, também, que os governantes Francisco Franco e Oliveira Salazar, nas conversas que nos anos 40 e 50 mantiveram, se exprimiam cada um na sua língua materna: o ditador português no seu e nosso idioma, o ditador espanhol em galego. Acre ironia – informação desenvolvida em Outra Idea de Galicia, de Miguel-Anxo Murado – é que o regime franquista, não perseguindo o galego tanto

como fez ao catalão e ao basco, o forçou ao mais baixo estatuto possível.

Novo exemplo deste funcionamento de galego e português como a mesma língua é dado pelo informático galego José Ramon Pichel, em obra colectiva de 2013, nestes termos:

A Google conseguiu ou comprou grandes volumes de traduções humanas entre diferentes línguas (inglês, chinês, etc.) e o português. Transformou automaticamente a ortografia portuguesa para a ortografia pouco distinguível da castelhana (a galega atual) e treinou o seu tradutor estatístico. O resultado foi que o que traduzia entre inglês e português também valeu para o inglês e o galego. Google demonstrou, sem o saber, que galego e português são duas variantes do mesmo idioma. Não fosse assim e o tradutor não se poderia ter construído desse jeito tão simples.

Curioso, decerto. Isso valerá para um texto de tipo ensaístico, mas já menos para um jornalístico, e de modo nenhum para um ficcional. A par de muitas e notáveis coincidências, existe todo um vasto léxico exclusivo galego, e outro exclusivo português, além duma chusma de falsos amigos entre eles. Também a morfologia verbal e as formas de tratamento estão longe de coincidir. A «máquina» de Pichel não funcionaria aí.

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

Nem sequer o português europeu e o português brasileiro (eles sim, duas variantes do mesmo idioma) são mutuamente aproveitáveis.

Recordemos esta curiosa circunstância: sintacticamente, o português europeu está mais próximo do galego que do português brasileiro. Além disso, as divergências fonéticas, morfológicas, lexicais, semânticas e pragmáticas (sim, também aqui as formas de tratamento) são inúmeras entre os dois portugueses.

Por isso não existem, e nunca existirão, traduções luso-brasileiras, seja de Proust, de Dan Brown ou de instruções de máquina de lavar. Em matéria de tradução e de edição, o Brasil e Portugal têm, cada um, a sua política e a sua indústria, inteiramente independentes. O célebre Acordo Ortográfico de 1990 foi, no mundo real, um devaneio inútil e dispendioso. Como lembrado na Introdução, português brasileiro e português europeu acham-se num processo de afastamento irreversível em todos os aspectos do idioma. Voltaremos ao assunto.

Sobre a problemática do galego, imensamente complexa, reina em Portugal, contudo, alguma facilitação. Ivo Castro, na Introdução à História do Português, tendo elencado as «variantes» do idioma (a portuguesa europeia, a brasileira, a angolana, a moçambicana), escreve, ainda no início do volume: «O galego, por seu lado, sendo justamente reconhecido como uma das línguas oficiais do estado espanhol e como língua românica autónoma (Fernández Rei), não precisa de entrar nestas contas» (destaque meu). Não precisa, e por isso está dispensado de entrar nessa descrição da língua portuguesa, em que a mensagem subliminar é, agora, que quanto dela for afirmado se lhe deve presumir exclusivo. O português, histórico ou actual, poderá, assim, ser aceitavelmente descrito sem referências à língua de Além-Minho. É a genérica convicção hoje reinante na linguística portuguesa.

Sónia Duarte, no artigo de 2015 já aqui citado, diz-no-lo com esta clareza (destaques meus): «Tal distância encontra-se historicamente sustentada, entre outros fatores pela escassa presença do galego na tradição metalinguística portuguesa e pelo tipo de informação sobre o mesmo que essa tradição veicula no que concerne à percepção do estatuto linguístico do galego relativamente ao português.»

A respeito da «situação do galego face ao castelhano e face ao português», escreve ainda Ivo Castro, na sua Introdução à História do Português: «Discuti-lo aqui suporia uma opinião afirmativa quanto à pertença do galego moderno ao domínio linguístico do português, opinião defendida por sectores respeitáveis na Galiza, mas que não acompanhamos.» E ainda: «Quanto à Galiza, regista-se o fracasso da proposta reintegracionista, que defendia a adopção de soluções portuguesas na normativa ortográfica galega, e procura

definir-se um consenso que afirme a originalidade do galego escrito e falado face às duas línguas vizinhas, o castelhano e o português.» Trata-se dum claro distanciamento frente ao reintegracionismo galego, movimento de que adiante se falará.

Dos dois mestres galegos Rosario Álvarez e Henrique Monteagudo tem de reconhecer-se que produziram uma satisfatória visão de conjunto das diferenças que galego e português apresentaram e apresentam. Mas igualmente para eles vale, a seu modo, que o português não entra nas contas do galego. Que este pode ser convenientemente descrito como se, em princípio, tudo lhe fosse exclusivo.

João Veloso, linguista da Universidade do Porto, pergunta – no prólogo ao livro de Marco Neves *O Galego e o Português São a Mesma Língua?* – «A culpa de quem é?», quando jornalistas portugueses recorrem a um portunhol para falar a cidadãos galegos. Julgo que a questão é clara. A culpa é nossa, e dos nossos colegas linguistas, sempre habituados, e habituando os outros, a deixar o galego fora das nossas «contas». Se é difícil, e talvez mesmo impossível, devolver a Galiza ao imaginário português, existe pelo menos este terreno, o do idioma, em que um tipo de proximidade autenticamente único poderia ser vincado, suscitando um olhar novo, e curioso, sobre o que se passa para lá do Minho. Em mais de um sentido, o galego provoca-nos.

A resposta sincera

Se alguma coisa este livro puder ter demonstrado, é decerto a inconveniência de perpetuar descrições mutuamente impermeáveis de português e galego. E o quase silenciamento do galego na história e descrição do português só pode merecer a avaliação de redondamente anticientífico. De quanto se viu até aqui e de quanto se verá, uma conclusão se nos impõe: o galego é o melhor espelho onde o português se pode olhar.

Se português e galego forem, no momento actual, línguas

diferentes, não é porque na Galiza se perderam o rei e a corte, nem porque os portugueses de Avis desenvolveram uma aversão às formas nortenhas, nem sequer porque os falantes meridionais quatrocentistas elaboraram um português a seu gosto, nem porque os doutrinários de Setecentos (como veremos no capítulo 14) levaram a cabo uma higiene lexical que atingiu as modalidades nortenhas. Não foi, também, porque os quatrocentistas e quinhentistas portugueses introduziram uns acertos fonológicos e morfológicos, decerto apreciáveis, mas que não definiriam sequer dialectos. Esta foi a história aconchegante e simplificadora que, no nosso cantinho da lareira, andámos a contar-nos uns aos outros.

Não. Que galego e português sejam, hoje, duas línguas diferentes recebe melhor explicação no facto de galegos e portugueses terem – uma vez reduzido o contacto de sectores linguisticamente influentes – investido em toda a ordem de estruturas e materiais próprios. Recebe melhor explicação no facto de as suas castelhanizações terem vastamente divergido, isto é, de os desmedidos aproveitamentos que uns e outros fizeram do espanhol se terem feito em datas e com acervos largamente descoincidentes. E no facto de, a partir de 1730, o português se ter envolvido, de novo entusiasticamente, com a língua francesa, incorporando centenas de galicismos, incomparavelmente mais do que o espanhol ele mesmo incorporou. E, por fim, no facto também de galego e português terem – no decorrer de toda a sua história politicamente separada – sido só muito esporadicamente objecto de mútuo e sério interesse, ou mesmo só de curiosidade.

Galego e português fizeram, séculos a fio, vidas separadas. A própria História do Português é toda ela – digamo-lo mais uma vez – a história das suas tentativas de afastamento do galego. Verdade se diga que, não obstante todos esses e outros mais factores de separação, eles compartilham, hoje ainda, numerosas e diversíssimas características. No entanto, feitas as contas por inteiro, tudo aponta para deverem português e galego ser hoje considerados estruturalmente dois sistemas diferentes e definitivamente irreduzíveis. Numa palavra: é tarde de mais para voltarem a reunir-se galego e português.

Houve, seguramente, um longo período em que o Minho não

descrevia uma fronteira linguística. E ainda hoje o português é, em importante medida, o nosso galego. Mas, podendo dizer-se dalguns importantes escritores portugueses quinhentistas – como Sá de Miranda ou Bernardim Ribeiro – que foram ainda galegos, existe um momento, entre 1500 e 1600, em que as inovações meridionais (e entre elas, não o esqueçamos, uma vasta castelhanização do português), mais a deriva própria em que o galego entrou, traçaram, definitivamente, essa fronteira. É certo que a nível dialectal se verifica, ainda hoje, um continuum que atravessa o rio Minho, mas ele tende a atenuar-se, sobretudo em território português, já grandemente uniformizado pela norma-padrão.

A política linguística do galego hoje reinante é, ela também, a dum afastamento do português, dando preferência a marcas definidoras duma língua galega. Isto, não obstante todas as declarações dum papel central para o português como fornecedor de sugestões lexicais. Só que, ao fazê-lo, o establishment galego está tão-só a repetir aquilo que, no Portugal meridional de Quatrocentos, ao definir-se uma língua portuguesa, se procurou conseguir: afastar o português o mais possível da variedade a norte.

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

Quem vive fora da Galiza tem dificuldade em aperceber-se de quanto o enfrentamento, as tomadas de posição, a militância de causas, fazem parte do dia-a-dia de muitos galegos. Politicamente, isto traduz-se num panorama particularmente clivado à esquerda, onde uma crónica desunião vem conduzindo ao persistente domínio da direita, uma direita que já forneceu o Estado espanhol com um punhado de altos dirigentes, entre eles o ditador Franco, o ministro Fraga e o primeiro-ministro Rajoy.

A isto se junta o facto, geral em toda a Espanha, dum ainda hoje mal resolvido trauma da Guerra Civil (1936-1939). A Galiza foi, mesmo, o primeiro grande cenário de chacina das forças progressistas por parte das tropas franquistas vindas do Norte de África, após uma tranquila subida ao longo da fronteira portuguesa, donde nada tinham a temer. Oitenta anos depois, ainda essa

humilhação dói e continua presente nas mentes, na literatura, nos contactos. Um bom número de galegos sente-se encerrado em Espanha. O surpreendente é a pouca popularidade dos movimentos independentistas, aguerridos mas restritos.

Neste ambiente continuamente tenso, também as opções em terreno linguístico são significativas. A escolha do próprio nome do país – Galicia ou Galiza, ambos declarados legítimos – marca a posição do falante no espectro político. Mais ainda, e já raiando o absurdo: o uso da própria língua galega na vida pública (uma repartição, uma loja, um café) constitui, não raro, uma bandeira, uma tomada de posição.

Não pode admirar-nos que o reintegracionismo galego – o movimento que visa integrar a língua galega num conjunto lusófono – albergue, ele também, várias tendências. Existem os moderados, centrados na promoção do galego e no aproveitamento do português para dinamizá-lo e abri-lo ao mundo, e existem os radicais, para quem é urgente instalar o português como forma culta da língua dos galegos.

A existência dessas duas tendências dentro do reintegracionismo é referida por Miguel-Anxo Murado num panorama dos anos 80. Escreve ele: «Os filólogos “reintegracionistas” propuñan adoitar unha grafía máis coherente coa historia do idioma e “reintegrarlo” á súa familia luso-brasileira. Porén, os reintegracionistas axiña [rapidamente] se dividiron entre eles nun debate interminable acerca de canto debía aproximarse o galego ao portugués.»

Xavier Frias Conde refina a terminologia: «Há pessoas que defendem a autonomia do galego frente ao português (reintegracionistas), frente a outros que promulgam o uso do português padrão europeu diretamente (lusistas).»

Xoán Lagares é ainda mais concreto: «A orientação reintegracionista considera que o galego e o português, apesar da separação histórica, continuam constituindo uma mesma língua e, em diversos graus, de acordo com as tendências existentes, propõe uma aproximação à norma portuguesa. Para as perspectivas mais radicais, o português deveria ser assumido como padrão para o galego.»

Só que o movimento reintegracionista é conduzido, não por linguistas, mas por abnegados activistas. Por isso, nunca esse movimento desenhou um futuro linguístico numa Galiza real, a dum bilinguismo galego e espanhol, com um predomínio esmagador da língua do Estado. Os amadores de linguística que propõem a introdução dum padrão português na Galiza estão longe de imaginar a gigantesca envergadura que tal operação tomaria. Isto, se ela fosse desejável e, para começar, se fosse viável.

Quanto a isto, quanto à viabilidade do projecto, podemos ser breves. Antes ainda de poder tornar-se língua social dos galegos, o português ter-se-ia esvaído, literalmente trucidado pelo espanhol. No próximo capítulo, veremos como.

Carlos Taibo, professor na madrilenha Universidad Autónoma, escreve no capítulo «Portugal y Galicia: a vueltas con la lengua» do seu livro *Comprender Portugal*: «A pergunta relativa a se o português e o galego são, ou não, duas diferentes línguas põe em cima da mesa uma discussão complexa. Que mais não fosse porque os dados podem ordenar-se de muito diversas formas em proveito, claro, de conclusões diferentes.»

Houve um tempo em que eu próprio estava convencido da identidade de galego e português. Expus essa convicção em 2006, numa conferência em Cork, no Sul da Irlanda, que intitulei «I see my language everywhere», dito que ouvi do professor Carlos Quiroga, da Universidade de Santiago, falando de Portugal. Fi-lo nestes termos:

Afirmo que galego e português são a mesma língua. Fundamento esta opinião em bases estruturais. Com efeito, todos os traços fonológicos, lexicais, morfológicos e sintácticos importantes de galego e português, isto é, os traços em que se distinguem de qualquer outra língua latina, são comuns a ambos.

Hoje, dou-me conta de que isso não chega, ao não recobrir a inteira paisagem. O erro estava naquele «todos os traços». Felizmente, eu já

então me dava conta dos excessos que essa convicção poderia inspirar. Por isso ajuntava, dirigindo-me ao ouvinte, ou leitor, galego:

Estudem o modo de, sistematicamente, aproveitarem terminologia do português se a actual forma galega não for a desejável. [...] E não nos imitem demasiado. Pensem primeiro em vocês próprios. Nós não os vamos imitar, os brasileiros não nos vão imitar a nós, nós não vamos imitar os brasileiros. Existem um vocabulário, uma fraseologia, uma pragmática, autenticamente brasileiros. Orgulhamos que eles sejam tão ricos, tal como nos orgulha nós o sermos também. Tenham, pois, em alta estima o vosso galego patrimonial. Numa palavra, não se submetam ao padrão português, essa casual forma que nós andámos dando a um velho idioma.

O professor galego Xosé Afonso Álvarez Pérez, da Universidade de Alcalá, importante investigador no terreno das relações entre os dois idiomas, recordou estas passagens da minha palestra num artigo de 2013.

No capítulo que aqui termina, entregámo-nos a um exercício milimétrico, que pode supor-se o menos preconcebido possível. Ele destinou-se a satisfazer várias e estimáveis necessidades: a do conhecimento, a da identidade ou auto-estima, a da curiosidade. É exactamente o que fazem os habitantes da aldeia A e da aldeia B da selva indonésia, num apuramento de se os seus milenares idiomas são, ou não, o mesmo. Só que, enquanto esse exercício foi feito aqui, em estilo muito civilizacional, num livro impresso que se segura na mão, lá faz-se em remansosos entreténs à volta duma fogueira.

Capítulo 11 – Aproveitando o português

Floriu olhando o mar a ocidente

A língua que hoje é minha e de milhões,

Sem perder a raiz, nova semente

Cobriu campos galegos de canções.

Fernando Gomes, de «Soneto ao galego», 2018

Tarefa insana

Que acontece quando um espanhol quer, à viva força, escrever português? Acontecem desgraças. Isto é já um aviso ao leitor. Este capítulo há-de ser, para um linguista, de lamber os dedos, com os inauditos fenómenos que um alegre desfigurar do português acarreta. Mas para os restantes mortais poderá ser uma grande estopada. Até porque pressupõe uma coisa pouco comum entre nós: certo conhecimento do espanhol. Mesmo assim, e prevendo algum leitor persistente, tentarei reduzir a um mínimo o incómodo linguístico. Insistirei, porém: a história que vou contar não é bonita.

Começo por uma confissão pessoal. A minha aprendizagem de espanhol, já o recordei, iniciou-se pelos 12 anos, vindo muita televisão espanhola nas férias em Mértola, então único sinal aí recebido. Assim vi, e ouvi, El Santo, Los Vengadores e coisas do estilo, tudo dobrado em espanhol. Mais tarde, li livros espanhóis de espiritualidade: Santa Teresa de Ávila e São João da Cruz deram verdadeiramente o seu melhor, como clássicos do idioma que eram. Mais tarde ainda, recebi aulas de filosofia de professores espanhóis,

enquanto me atirava a obras escritas, agora mais mundanas. Em todo este afã, a minha costela de tradutor ia sempre perguntando: como dizemos nós isto? Haverá decerto melhores métodos de aprendizagem. Esse foi o meu. Aprendi o espanhol à minha maneira, por imersão, como dizem ser o mais desejável.

Repisando o tema do capítulo: para um linguista, o português nascido duma vontade espanhola é um terreno fascinante. E em sítio nenhum se acha, disso, melhor material do que na Galiza.

Mas é justo que imediatamente se o assinale: para um espanhol, aprender bem o português é uma tarefa insana. Dez mil coisas são familiares, dez mil são inesperadas. Ter a certeza de umas e de outras levará anos e anos de intenso esforço, e sempre hão-de surgir novas surpresas. Um autêntico bilingue de espanhol e português é uma ave rara. O habitual nesse terreno são aqueles indivíduos que, na vida prática, funcionam bem nos dois idiomas. O que já não é nada mau.

Só que o caso dum espanhol falante de galego é especial. Galegos e portugueses são, como já dito aqui antes, congenitamente bilingues. Isto é, a sua língua materna permite-lhes funcionar com notável eficácia no contacto com o falante da outra. Dito doutro modo ainda: um falante de português fala também satisfatoriamente galego, e vice-versa. E que seja claro desde já: em toda esta história, o galego e o português são o menor dos problemas. A grande embrulhada aqui descrita vai nascer do espanhol.

Mas comecemos pelo largo: pelo apagamento do galego por parte dos reintegracionistas galegos radicais. Porque é aí que tudo principia.

Substituindo o galego

No capítulo anterior, falou-se no reintegracionismo galego e na sua intenção de aproximar o galego do português. Esta intenção não é exclusiva dos reintegracionistas. Também a legislação autonómica

do galego declara o português fonte privilegiada de novas palavras. Como vimos, isso realiza-se pontualmente. Nada aponta, todavia, para um aproveitamento sistemático e criterioso.

Como seria ele, esse aproveitamento do português? Eis o que se esperaria que fosse mostrado pelos reintegracionistas. Ele teria de obedecer a apertados critérios, sendo o primeiro deles a manutenção de todas as formas genuínas galegas e só na falta delas a importação de soluções portuguesas.

Ora, o que observamos em obras que o lexicólogo reintegracionista Carlos Garrido vem dedicando a esta problemática é uma imensa reserva quanto às diferenças lexicais entre galego e «luso-brasileiro». Ele denuncia as «listas de palavras pretensamente diferentes», sendo, como diz, «muito poucos» os galeguismos legítimos existentes. E é aqui que começam os problemas.

O uso persistente da designação «luso-brasileiro» para o que habitualmente se denomina português é tanto mais estranha, neste contexto de magreza genuína galega, quanto exactamente entre português europeu e português brasileiro as diferenças lexicais e semânticas são inumeráveis. Pense-se no informadíssimo Dicionário Contrastivo Luso-Brasileiro de Mauro Villar, de 1989, que hoje seria bem mais desenvolvido. Mas o apelo contido no Acordo Ortográfico de 1990 para uma uniformização de terminologias técnicas e científicas entre o Brasil e Portugal não passou, como já dito, do papel. Continuaremos (banais exemplos) uns a dizer elétron, nêutron e próton, e outros electrão, neutrão e protão.

A insistência do professor Garrido na escassez de vocabulário exclusivo galego nasce duma postura ideológica. Reflexo disso é que, nas imensas listas deste reintegracionista, toda a variante galega que não coincida com uma «luso-brasileira» é, por princípio, secundarizada. Na realidade, Garrido procede àquilo mesmo que critica no galego autonómico. Sendo verdade que o dicionário da RAG opta quase sistematicamente por formas que distingam o galego do português, a lexicologia reintegracionista prioriza também sistematicamente o vocabulário coincidente com o «luso-brasileiro», seja qual for a sua factual circulação em galego, escrito ou falado. Em termos práticos, o reintegracionismo galego, avesso a diferenças lexicais e partindo do mesmo oportunismo que assaca

aos adversários, propõe a pura substituição do léxico galego pelo do português.

Perante este diálogo de surdos, procurei eu próprio formular critérios para o aproveitamento de soluções portuguesas, unanimemente desejado por todas as tendências galegas. Fi-lo em 2010, numa detida «Proposta portuguesa para o léxico galego», na importante revista Grial. Aí sugeria diversas estratégias, destinadas a reforçar o galego, entre elas: 1) privilegiar o vocabulário comum com o português (menos mirar e mais olhar, menos cambiar e mais mudar, menos lograr e mais conseguir, menos empezar e mais começar, menos equivocar e mais enganar, menos elixir e mais escoller), 2) limitar a semântica espanhola (substituindo contestar por responder, seguir por continuar, passar por acontecer), 3) adaptar ao galego criações portuguesas sobre bases patrimoniais (como meiguice, parvoíce, tolice). Julguei poder ser útil, mas a verdade é que a minha intervenção não levantou a mínima onda no doce lago galego. Autonomistas ou reintegracionistas, ninguém mostrou qualquer interesse prático nessa detalhada exposição.

Tenho, contudo, de reconhecer que a tarefa não é fácil, quer porque medidas voluntaristas em matéria de idioma têm de ser imensamente criteriosas, quer porque a interferência do espanhol continuará a debilitar qualquer esforço. Já em 1990, num elucidativo artigo, escrevia Xosé Graña Núñez a propósito duma recuperação lexical do galego:

No labor restaurador intervirían basicamente tres factores: o recurso á etimoloxía, a axuda do portugués e a revitalización de formas aínda vivas pero en trance de desaparición. Isto fixo [fez] posible o rescate dun importante número de voces que foran varridas polo empuxe [pressão] castelán. Nembargantes, moito deste léxico recuperado presenta serios problemas para a súa reimplantación na lingua actual, dun xeito moi especial na vertente oral. O desterro de moreas [montões] de castelanismos que salpican a lingua dos galegos é a curto prazo unha tarefa irrealizable.

Poucas vezes encontraremos linguagem tão clara. Mais adiante neste livro, veremos a que ponto o espanhol consegue descaracterizar a expressão de galegos que julgam exprimir-se em português.

Todavia, importa não ceder à desistência. Demonstra-o o professor Xosé Ramón Freixeiro Mato, da Universidade da Corunha, no seu livro *Lingua de Calidade*, de 2009: «Sen o galego renunciar a nada propio, o portugués debe ser, máis unha vez, um referente constante na escolla de solucións lexicais.» Assim fazendo, «o galego sairá reforzado como lingua mellor inserida no seu propio sistema e menos dependente do castelán».

Do lado reintegracionista, deve dizer-se, o desinteresse por este tipo de sugestões compreende-se inteiramente. Na sua versão mais radical, mas hoje dominante, o objectivo é transplantar o português em bloco para a Galiza, e propostas como a de Freixeiro Mato ou a minha só viriam empatar. Para o reintegracionista hodierno, a identidade de galego e português é óbvia, para lá da mínima dúvida. Qualquer discussão a esse respeito é tida como perda de tempo. Para ele, tornou-se urgente implantar na Galiza a «norma internacional, vitoriosa», da mesma língua.

Mas como se faz tal coisa? Que políticas accionar para a concretização dum programa de tal envergadura? Nunca sobre isso se viu redigida uma linha, não obstante insistentes pedidos de esclarecimento. O reintegracionismo alimenta um sonho gigantesco – uma Galiza em que o português seja, a par do espanhol, língua oficial –, mas não tem ideia de como dar-lhe realidade.

E ainda que a tivesse. O afirmar duma identidade de galego e português, sem ligação à história e à materialidade do idioma, é um a priori voluntarista, portanto ideológico, por mais apelo que, ritualmente, se faça a testemunhos de vultos passados, galegos ou portugueses, linguisticamente irresponsabilizáveis.

Bófias e carcanhol

A proposta de substituição de materiais galegos por portugueses, visível na lexicologia reintegracionista, observa-se igualmente em obras pedagógicas. Tomemos o manual *Do Ñ para o NH* de Valentim Fagim, destinado a guiar galegos na transição do «galego-castelhano» para o «galego-português». Primeira perplexidade: só com uma lupa se descortina esse galego-castelhano. O ponto de partida é, sempre, o espanhol *tout court*. É ele, do princípio ao fim do livro, o interlocutor. Também de galego-português muito pouco se acha. Quase todos os materiais galegos são 100 por cento coincidentes com portugueses. Ao galego genuíno não é dada a mínima chance. Assistimos em directo a um processo de substituição do galego pelo português, sob a tese, ideológica e corruptora, de que a única coisa que diferencia o galego do português é... o espanhol. Não se duvide: o apagamento do galego patrimonial é um requisito da ortodoxia radical reintegracionista.

Veja-se, nesse livro de Fagim, o exame das gírias. A um falante de galego são sugeridas as últimas do calão português: beto, queque; chui, bófia; cotas; fixe, cool, porreiro, baril; massa, cacau, carcanhol, cheta; naifa; não sei nicles/népia/patavina e muitos outros. De galego autêntico, encontramos caralhudo (o nosso porreiro). Esperemos que se conte aos aprendentes que baril foi exportação galega.

Pergunta-se uma pessoa: não tem o galego designações informais para ‘menino-bem’, para ‘polícia’, para ‘dinheiro’? Será preciso inundar a fala dos galegos com a volúvel informalidade alfacinha? Mal por mal, não deveria preferir-se a tripeira, geograficamente mais próxima?

Mas há mais. Passa-se algo de estranho, neste terreno, com a escrita dos reintegracionistas. Em artigos ou ensaios, quando é preciso dar um ar da sua graça, lançar uma pilhéria, fazem-no recorrendo ao espanhol: «un buen rollito, y que le quiten lo bailao, por dinero baila el perro, que si quieres arroz, Catalina...» Nunca se recorre ao galego.

Tudo isto nasce, seja recordado, de serem o espanhol e o português duas normas para eles prestigiosas, e ser o galego terreno desconhecido e mirado com desdém. É estranho, e para nós dificilmente concebível, mas é fenómeno comum galegos se

envergonharem do próprio idioma. Dá-se isto em gente do povo a quem perguntamos uma coisa em português e, por sincera deferência, nos responde em espanhol. E dá-se também em intelectuais a quem incomoda verem-se associados (na percepção deles) a um linguajar de aldeões. O português seria, para eles, a versão apresentável do galego. O mantra chamado «português da Galiza», que ganha terreno entre os reintegracionistas, nasce desta vergonha... Só que a coisa já começou há uns bons tempos.

O erro de Lapa

Foi em 1973 que um português ideou para os galegos uma oferta irrecusável: trocaram esse seu inferiorizante patois por um idioma a sério, o português. O autor da oferta foi Manuel Rodrigues Lapa, no artigo, hoje celeberrimo, «A recuperação literária do galego», saído no número 13 da revista Colóquio Letras, então nau-almirante do nosso ensaísmo e da nossa crítica. No título do artigo, «literária» deveria entender-se como culta. Sim, o utente galego conservaria para os usos simples essa sua fala de escasso prestígio, mas para uma expressão apresentável servir-se-ia do português. O cerne da proposta era feito nestes termos: «Nada mais resta senão admitir que, sendo o português literário actual a forma que teria o galego se o não tivessem desviado do caminho próprio, este aceite uma língua que lhe é brindada numa salva de prata.»

Rodrigues Lapa foi, no Portugal do seu tempo, o maior aliado que a Galiza poderia desejar. Desde os anos 30, tomara posições públicas que estavam longe de agradar aos sectores político e universitário da ditadura de Salazar. Tinha sido mesmo afastado do ensino na universidade e dedicara-se desde então à edição histórica e filológica e ao jornalismo cultural. Em tudo isso, a Galiza tinha um lugar de primeira ordem. Lapa mantinha contactos com a elite galega reunida à volta da editora Galaxia e da revista Grial, colaborando assiduamente em ambos os projectos. Foi essa casa editora de Vigo a publicar, em 1965, a sua monumental edição crítica das Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos cancioneiros

medievais galego-portugueses. Esse contacto com a intelectualidade galega manteve-se até à sua morte em 1989. Disso dão testemunho tanto a Correspondência de Rodrigues Lapa. Selecção (1929-1985), de 1997, como as Cartas a Francisco Fernández del Riego sobre a Cultura Galega, saídas em 2001.

No amadurecimento de ideias que conduziu ao artigo de 1973, teve um papel determinante o então jovem engenheiro de telecomunicações Xavier Alcalá, a estagiar em Lisboa, que viria a revelar-se um dos mais importantes romancistas em galego. Digo «em galego», pois Alcalá é castelhano de nascimento. No artigo, Lapa refere amiúde o seu amigo que, anos mais tarde, seria também o primeiro presidente da Associação Galega da Língua (AGAL), a primeira grande organização do reintegracionismo galego.

Só que a tese central de Lapa era um produto fantasista. Vamos recordá-la, pois ela, repetida à exaustão, veio a tornar-se um dos mantras do movimento reintegracionista, e talvez o mais importante deles. Essa tese rezava, pois, assim:

Nada mais resta senão admitir que, sendo o português literário actual a forma que teria o galego se o não tivessem desviado do caminho próprio, este aceite uma língua que lhe é brindada numa salva de prata.

Aqui se reflecte a imagem duma língua portuguesa que, ao contrário do galego, teria mantido, invioladas, as características primordiais do idioma. Ora, e como vimos, foi o próprio português a enveredar por caminhos que renegavam as estruturas definidoras da língua e a encetar uma castelhanização que ainda mais o afastava das feições galegas que havia herdado. A verdade histórica era o exacto contrário daquilo que Rodrigues Lapa aí delineava.

Além disso, e como bem o exprime o sociolinguista Mário Herrero Valeiro em obra de 2011, a proposta evidenciava «uma perspetiva de base culturalista e elitista – mas de modo nenhum isenta de elementos populistas – e escorada numa tradicional visão purista da

língua e dos usos linguísticos».

O artigo do mestre português permaneceu quase despercebido no próprio país, mas caiu como uma bomba na Galiza. O autor era conhecido pela sua frontalidade e mesmo por certa brusquidão em tomadas de posição, mas desta vez também entre os seus amigos do Norte a consternação era grande. Parece-me, hoje, mais provável que Lapa não propusesse que o galego escrito fosse substituído «em bloco» pelo português, e sim que este, por desde há muito estandardizado, devesse constituir referência quase coerciva no momento de definir uma norma culta da Galiza. A concreta formulação da proposta era, porém, pelo menos inábil.

Prova disso é o que o mestre da Anadia escreve num artigo de 1975, dois anos após aquele celebrizado texto. Perante a proliferação, na Galiza, de «formas divergentes» para o mesmo conceito, afirma ele agora: «A grande tarefa que impõe o idioma resume-se hoje a empobrecê-lo, discipliná-lo e urbanizá-lo. Só assim é possível formar uma língua literária.» Por língua literária, diríamos nós hoje uma norma culta. Acrescente-se que, em 1973, ainda se estava longe duma norma culta galega, a chamada Normativa da Real Academia Galega, que só nos anos 80 foi definida. A impaciência de Lapa mais a sua desesperada oferta do português como solução eram, assim, compreensíveis.

É certo, e nisso deve insistir-se: Lapa era um – aliás, exímio – filólogo medievalista, não um linguista ou um historiador da língua, e não dispunha, também, de meios para chegar a melhor informação histórica. Além disso, e muito compreensivelmente, tinha interiorizado a imagem duma língua portuguesa por natureza auto-suficiente, com pouca dívida ao galego e quase nenhuma ao espanhol. E, sobretudo, Rodrigues Lapa era, ele próprio, um libertário, alguém a quem muito pormenor só atrapalharia a missão.

A questão era, contudo, de inegável gravidade. A ser levada à prática, a proposta de Lapa ter-se-ia provado decididamente desastrosa para o próprio português. Numa Galiza já a braços com um espanhol dominador, dia e noite minando e subvertendo o galego patrimonial, surgiria em cena um terceiro protagonista, esse português oferecido «em salva de prata», forma culta dum galego supostamente incapaz duma expressão cultural. Só que qualquer

forma de bilinguismo social espanhol e português – o autêntico cerne da proposta de Lapa – rapidamente conduziria a uma incontrolável descaracterização do próprio português, como iremos demonstrar. E, sobretudo, a impossibilidade social dum bilinguismo espanhol-português na Galiza estava, e está, nisto: serão sempre poucos os indivíduos a terem a certeza do que é – e do que não é – português.

De momento, assentemos em que hoje, passado meio século, é essa mesma imagem – a dum galego irrecuperável e dum português redentor – aquela que o reintegracionismo galego mais radical difunde na Galiza e nas suas andanças mundo afora, Portugal incluído. Sumo refinamento: esse programa de secundarização do galego é insistentemente feito sob o patrocínio dum Lapa de 1973. Nada que deva admirar-nos. Esse é, também, o único texto doutrinal português de que, passados 50 anos, a ortodoxia reintegracionista se reclama. Mas, sinceramente, é pena ver o reintegracionismo a apresentar-se tão mal.

E aqui entra em cena a Academia Galega da Língua Portuguesa, criada em 2008, e crente no português como solução para os problemas do galego. As desventuras vão continuar, agora com cobertura académica.

Numa montra, em Lisboa

Em 2016, o professor galego José-Martinho Montero Santalha foi à ACL apresentar a um público português essa AGLP de que era também presidente. Nunca uma organização reintegracionista tivera semelhante oportunidade, e tudo quanto ali fosse dito seria revelador da visão que o reintegracionismo galego desejaria passar de si mesmo a um auditório português. E foi um facto: esse Discurso, referido na Bibliografia e legível na net, não podia ser, a tal respeito, mais esclarecedor.

Nele se nos informa de que um dos «fins fundamentais» da referida Academia é «a promoção da língua da Galiza, entendida como uma

modalidade do idioma que no mundo se conhece como língua portuguesa». É um belo exemplo de filigrana conceptual. Trata-se, nem mais nem menos, da «salva de prata» lapiana: o português como terceira personagem no palco linguístico galego. Como forma culta desse idioma, obviamente.

Ao português se refere Montero Santalha com as designações de «língua comum», «Português da Galiza», «língua nativa» (dos galegos), «português padrão», «idioma materno». Em contrapartida, aquela que suporíamos língua patrimonial da Galiza aparece, nas seis páginas do Discurso, referida nestes termos: «A Galiza [...] fala uma forma de português que os galegos denominamos por vezes “galego” ou mesmo “língua galega”» (o destaque é meu).

Ali estava, pois, na ACL, um galego num perverso exercício de amesquinamento do próprio idioma e de seguidismo acrítico do sistema mental português, reforçando, agora por sua conta, a nossa idealização da língua portuguesa e os nossos mitos antigalegos.

E há um pormenor deveras curioso: nesta alocução do presidente da AGLP aos homónimos portugueses, não aparecem uma só vez os termos «reintegracionismo» ou «reintegracionista». É um sinal eloquente. Saiba o mundo que a fase soft, titubeante, disposta a compromissos, acabou aqui. Queremos o português, ponto final.

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

É deveras espectacular a exuberância terminológica de que os lusistas se servem para designar a língua dos galegos. Não: galego não serve. Já, num artigo de 1997, Montero Santalha dizia dever-se «evitar a denominação de língua galega, por ser acientífica, ou mesmo anticientífica, e induzir facilmente a engano».

O fenómeno atinge o paroxismo no Boletim da AGLP, no qual, num único artigo, certo académico e sociolinguista assim nomeia a sua língua: «Galego», português da Galiza, galego-português, «Língua galega», português, falas galaico-portuguesas e, por uma única vez, galego, sem aspas. É, contudo, habitual acharmos hoje o termo aspeado: «galego» ou, até, o chamado «idioma galego». Outras

denominações correntes (algumas já aduzidas) são português-padrão, norma-padrão, luso-brasileiro, norma internacional e – não se acredita – Acordo Ortográfico.

Fique para a história que os únicos livros redigidos no Acordo anterior, o Acordo Ortográfico de 1986, unanimemente rejeitado no Brasil e em Portugal, foram editados por reintegracionistas galegos. Fique também para a história que, quando o Acordo Ortográfico de 1990 mandou a etimologia às urtigas, aqueles mesmos que até 1986 juravam por uma ortografia etimológica mudaram-se com armas e bagagens para a ortografia da pronúncia, essa mesma que diziam abominar no galego autonómico. O servilismo português dos lusistas galegos é proverbial.

Que a ocultação do galego é moeda corrente nessa colectividade lusitanizante, demonstra-o a abertura dum artigo do académico Valentim Fagim, em Maio de 2019, no Portal Galego da Língua (PGL). Deveras explícito, escreve o autor: «A Galiza, como qualquer outra realidade, pode ser observada de muitas formas. Se pegarmos num mapa linguístico, é o espaço onde nasceu a língua portuguesa para depois irradiar para sul e outras latitudes» (destaque meu).

Veja-se bem: o que se criou na Galiza, o que dali depois saiu, não foi o galego, foi «a língua portuguesa». É uma descarada reescrita da história. Esperança Cardeira, a lúcida linguista portuguesa que escreveu aquelas sábias palavras – «Não é ainda Portugal, não é ainda língua portuguesa» –, respondeu de antemão a este desvario.

Xoán Lagares já avisara em 2011: «Na sua versão radical mais recente, [o reintegracionismo] chega a renunciar ao nome da língua para adotar a denominação “português da Galiza” ou “português galego”, lutando pelo reconhecimento dos falantes galegos como “minoría lusófona” na Espanha.»

A reescrita da língua, essa, está numa afirmação já reproduzida acima e agora surgida da pena do investigador Paulo Gamalho, naquele mesmo portal: «O galego totalmente deturpado de castelhanismos é português.» Essa reescrita acha-se também noutros slogans reintegracionistas, transmitidos desde gerações a pasmados neófitos: «Tudo quanto é galego é português, e vice-versa», ou «A ortografia do português aprende-se numa tarde».

São expedientes ingénuos, certo, mas são mais do que isso. São fórmulas de esconjuro de profundos, e justos, medos, nascidos duma generalizada impreparação linguística.

Este sistemático distanciamento do galego é, nuns casos, um exercício de correcção política e, noutros, um público ajuste de contas. E nisto – importa seja dito – razão não lhes falta. O galego que tentam apoucar, e até fazer esquecer, é a língua do establishment autonómico, que tem sido impiedoso com os reintegracionistas, excluindo-os das suas publicações, dos seus prémios, dos seus subsídios, e, em casos particularmente lamentáveis, do ensino e carreiras profissionais. Mais uma vez importa citar Lagares, sempre frontal e explícito: «Os grupos da orientação reintegracionista foram excluídos dos âmbitos de ação cultural da Autonomia, o que, sem dúvida, influiu em sua deriva antissistema e de oposição ao marco político e legal como um todo.» Um elemento de justa retaliação não está, assim, ausente de posicionamentos reintegracionistas.

Diga-se de passagem que jogam aqui também factores de alinhamento político galego, com o BNG no centro do debate, achando uns esse partido demasiado radical e outros, demasiado frouxo. Facto é que as relações entre nacionalismo e reintegracionismo (alguns indivíduos encontram-se em ambos os campos) foram sempre ambíguas, com censuras e remosques que atravessaram gerações.

Uma coisa tem, contudo, de ser sublinhada: os excessos lusitanizantes de certos sectores reintegracionistas foram, já de há muito, denunciados dentro do próprio movimento. Em 2005, o professor Bernardo Penabade, então presidente da AGAL, tinha lançado um alarme, num texto com vasta divulgação, a que chamou, com uma sugestão bélica, «O reintegracionismo galego: um ponto de vista sob fogo cruzado». Segundo ele, «a razom existencial» de certos membros era «a necessidade de conseguir umha língua portuguesa uniforme». Para eles, e no caso galego, «qualquer traço de variaçom nacional é considerado despectivamente como portunhol». Esta inflexibilidade era, e continua a ser, essencial à ortodoxia radical.

Mais focados na materialidade do idioma, os três autores

reintegracionistas dum Manual Galego de Língua e Estilo, de 2007, asseveravam: «A lusitanização excessiva dos textos, por meio de palavras que nom se usam ou de uso mui limitado na Galiza, pode pôr dificuldades à leitura fluente dos nossos escritos.» E em 2008, nos fóruns do PGL, advertia o economista Joám López Facal:

O que nom se pode fazer é adotarmos formas que nom som galegas, ainda que se produzam noutra parte do nosso idioma, com idéntica legitimidade. Seria como obrigar ao tuteio aos brasileiros. Cómpre ter um mínimo de dignidade para o idioma e os seus utentes na nossa terra, igual que fazem brasileiros e portugueses.

Eram avisos sinceros, que julgavam poder deter o avanço do radicalismo. Foram todos em vão, como depois pôde ver-se.

Capítulo 12 – O desfiguramento pelo espanhol

À hora exacta da nossa glória excessiva, o espanhol, enfim unido, começava a levantar a sua sombra imensa.

Eduardo Lourenço, *Psicanálise Mítica do Destino Português*, 1978

A Espanha é um enorme braço que nos rodeia e nos sufoca.

Manuel Halpern, *Jornal de Letras*, 16-XI-2011

Dissidentes e radicais

A divisão no campo reintegracionista tornou-se pública com uma importante dissidência dentro da AGAL. Na origem dela, estava a radicalização lusitanizante da Associação, sob o efeito desestabilizador da AGLP. Deixaram a AGAL proeminentes membros como Carlos Garrido, que durante longo tempo presidiu à Comissom Lingüística, o historiador Maurício Castro e o economista Joám López Facal, este sem cortar os laços com a AGAL. Assim foi constituída a Associação de Estudos Galegos (AEG), que publica a revista Kallaikia.

Pretexto próximo para esta dissidência foi o abandono por parte da AGAL de sua norma linguística, com a aceitação, daqui em diante, de todas as variedades entre ela e o chamado «português-padrão», desde sempre a espinha dorsal do projecto da AGLP, nunca porém definido.

Mas tem de perguntar-se: que visam eles, os reintegracionistas

radicais, exactamente? Que panorama linguístico idealizam para a Galiza? Nunca tal explicitaram. Só esporadicamente achamos algum esclarecimento, como quando certo académico da AGLP escreve, num anódino comentário, que o que importa é «normalizar o português, na Galiza». Mas, e de novo, o que é o português para esse sector, hoje dominante no reintegracionismo? De que fala esse sector, concretamente, linguisticamente?

Nos intensos debates que mantive durante 15 anos (de 2004 a 2019) no PGL, dei-me conta da imagem do português alimentada no sector mais radical dos reintegracionistas. Dava-se a adesão eufórica a um idioma virginal, o que, na percepção dos meus interlocutores, significava sem mácula de espanhol, ao contrário do sempre exprobrado galego autonómico. Por mais que eu lhes contasse a verdadeira história do português, a duma intensa castelhanização entre 1450 e 1730, por mais que lembrasse que centenas de castelhanismos hoje correntes em português estão banidos do dicionário da RAG, e que portanto abraçarem o português seria caírem de uma castelhanização noutra, nada conseguia demovê-los dessa adoração pelo idioma a sul do Minho.

Sim, uma instalação do português como língua da Galiza teria como efeito imediato uma vasta recastelhanização do galego. Como efeito imediato, repito. Porque com o andar do tempo, como acima se disse, o português se veria, ele mesmo, triturado por um espanhol a que, noite e dia, estaria exposto.

Esse mecanismo funcionaria, em termos simples, da seguinte maneira. O utente de espanhol ouve dentro de si, dêmos um exemplo, «pase lo que pase». Convencido de que está a agir bem, verte-o para «passe o que passe». Aqueles dois ss são, a seus olhos, garantia dum perfeito português. Estamos perante o que, com propriedade, seria chamado fetichismo ortográfico: desde que grafado à portuguesa, toma-se por português legítimo. É primário, é básico, mas eficaz. Só que aquela frase, «passe o que passe», nada tem de portuguesa, salvo a ortografia. Um falante nativo diz aconteça o que acontecer, um dito, de facto, estranhíssimo para quem pensa em espanhol.

Não se dão os reintegracionistas conta deste descaminho? Não, porque a verdade é que o reintegracionismo galego nunca

perseguiu, e provavelmente nunca pretendeu perseguir, um projecto linguístico. É um movimento de activistas ideológicos, para quem o idioma é um pretexto, uma estratégia, não um objecto de conhecimento.

O sector moderado do reintegracionismo tinha feito excelente trabalho. Criara a Norma Agal, um instrumento deveras útil, porém progressivamente desgaleguizado, até factualmente substituir o galego pelo «português-padrão», entidade nunca definida, e impossível de definir, já que o português tem dois padrões gramaticais, lexicais e pragmáticos: o português brasileiro e o português europeu. Isto nunca incomodou os agálicos que – decerto encandeados com o panorama espanhol – sempre negaram essa diferenciação.

Na mente do reintegracionista radical, só existiriam, numa Galiza ideal, duas línguas oficiais, o português e o espanhol. Isto, ao fim dum processo altamente engenhoso que teria transformado o galego em português. Trata-se, obviamente, da mais pura ficção científica.

Mas imaginemos, por um momento, que não o era. Que, por processos ainda hoje inconcebíveis, o português se veria instalado como língua da Galiza. Pela primeira vez na história universal, existiria um território oficialmente bilingue de espanhol e português. Como se comportariam os dois idiomas? Poderia supor-se que não sabemos, por não existirem precedentes. Mas eles existem, e não são nada tranquilizadores. E asseguram-nos disto: na Galiza, o português entraria, dentro de uma geração, em colapso, atingido por todo o género de distorções, eficientemente esfacelado por um espanhol dia e noite omnipresente no quadro social e no íntimo do falante.

Como primeiro precedente, dispomos da actual situação do galego. Expliquemo-nos. Sempre que, neste livro, se falou do galego foi o galego normativo que se descreveu, aquele que é objecto do ensino escolar, da escrita ensaística ou literária e da expressão oral cuidada. Ora, na realidade dos factos, ele é utilizado só por uma minoria, constituída por uma elite urbana e por um sector da população rural. A maioria dos falantes de galego, incluindo boa parte da comunicação social, serve-se duma variedade fortemente infiltrada pelo espanhol, que é a língua soberana na vida pública:

imprensa, rádio e televisão, sector comercial, publicidade.

Mas também a história do português, ele mesmo, fornece um forte precedente. Durante quase três séculos, o espanhol esteve presente na vida quotidiana portuguesa, com as consequências para o idioma já aqui expostas. O português viu-se intensamente remodelado segundo o figurino espanhol, quer no seu vocabulário, quer em estruturas patrimoniais, herdadas do galego.

Temos, porém, um exemplo português muito mais recente e inescapável: a prosa ficcional de José Saramago. A partir da sua instalação nas Canárias, em 1993, o espanhol circundante foi, lenta mas inexoravelmente, deteriorando a qualidade do português dos seus romances. A verdade é que, já antes disso, a sua escrita romanesca acusava marcas espanholas. Seja lembrado que o estilo saramaguiano, aquele que irrompeu em 1980 com *Levantado do Chão*, bebia sofregamente no modelo seiscentista, o do discurso engenhoso de António Vieira e Manuel Bernardes, autores fortemente influenciados pela oratória espanhola do seu tempo e eficientes castelhanizadores do nosso idioma.

Dêmos um exemplo muito singelo dessa deriva espanhola de Saramago. Nas primeiras obras desse processo iniciado em 1980, ótimo é o qualitativo de excelência mais natural. Mas ele vai começar rareando e, na *História do Cerco de Lisboa*, de 1989, recebe a concorrência de estupendo. À medida que este se estabelece firmemente na sua escrita, ótimo vai escasseando ainda mais, até, nas últimas obras, desaparecer por completo. Outro exemplo simples: nos livros iniciais, não há rasto dos verbos equivocar e lograr. Mas, com o avançar da obra, eles vão-se tornando frequentes, até deixarem menorizados enganar e conseguir. Deste modo, o léxico da ficção saramaguiana vai-se acomodando ao espanhol que o autor, vivendo em Lanzarote, ia ouvindo à sua volta. Marcas autenticamente patrimoniais, como a preposição consoante, vão também perder uso com o passar do tempo, até ao desaparecimento. Locuções como «era o que faltava» ou «não havia outro remédio senão» irão sendo substituídas por «não faltaria mais» e «não havia mais remédio que».

Saramago incorre, mesmo, nas mais óbvias armadilhas, como dizer «Não é certo» (esp. «No es seguro») com o valor espanhol de «No es

cierto» (port. «Está errado»). Vemo-lo escrever um português inaudito como «o primeiro que há que fazer», «o jovens que são», «o bonita que te vejo», nítidos decalques de fraseologia espanhola. É com naturalidade que escreve «em honra à verdade» ‘para ser sincero’, «pelas boas ou pelas más» ‘a bem ou a mal’, «se mal não recordo» ‘se bem me lembro’. Não admirará ninguém que também o infinito conjugado tenha ido, à medida que novos livros saíam, perdendo frequência.

Limitei-me a esparsos exemplos. Num artigo de 2014, citado na Bibliografia, entrei em mais pormenor. Mas isto chegará para mostrar o seguinte: se o mais importante escritor português do seu tempo, conhecido pela minuciosa atenção ao que redigia, se dobrou com esta mansidão – quase se diria com esta devoção – ao espanhol circundante, podemos ter a absoluta certeza de que os hipotéticos utentes galegos dum português oficial veriam muito rapidamente esse idioma minado, autenticamente escaqueirado, pelo espanhol que os rodeia e que trazem dentro. É isso que vamos tentar demonstrar nas páginas que seguem.

Seja, entretanto, vincado que, sendo a Academia Galega da Língua Portuguesa, objectivamente, um factor de perturbação no movimento reintegracionista pela desordem linguística que veio promover, dela fazem parte, contudo, indivíduos de qualidade reconhecida, como os lexicógrafos Isaac Estraviz e Álvaro Iriarte, o historiador do idioma Fernando Vázquez Corredoira e o historiador social Ernesto Vázquez Souza. Mas são escassas as suas intervenções no debate linguístico.

Decalques e enleios

São dois os modos que o utente de espanhol tem à disposição para – na melhor das intenções – desfigurar o português. Um é o decalcar do termo ou locução espanhóis, outro é o inventar de português com a convicção de estar a fazê-lo bem. O primeiro modo, o decalque, pode dar-se, e dá-se efectivamente, em traduções deficientes de espanhol para português. O segundo modo, a

invenção, é exclusivo do utente estrangeiro. Às invenções, damos o nome de hiperlusismos: caricaturas de portugueses.

Examinemos, primeiro, exemplos reais de decalques de fraseologia espanhola, achados em textos de reintegracionistas, tanto de tipo espontâneo (comentários e debates) como publicados (notícias e ensaios). Indico a versão portuguesa mais óbvia.

«O primeiro são elas» (Elas são o mais importante),

«Marcham colhidos de mão» (Andam de mãos dadas),

«Desculpem as moléstias» (Desculpem o incómodo),

«Ele leva as de ganhar» (Ele tem maiores probabilidades),

«Assim que venha» (Vamos a isso),

«De haver sido nós os dominadores» (Caso fôssemos nós...),

«Tira-me das orelhas» (Dá-me um puxão de orelhas),

«Por que calamos os escritores?» (Por que nos calamos, nós, os escritores?),

«Agora mesmo é o único que podes fazer» (Neste momento é a única coisa...),

«Assim de simples» (Tão simples como isso).

O esp. agora mesmo ‘neste momento’ é de uso recorrente na fala diária. Só que o port. agora mesmo indica um passado recente: «Agora mesmo o vi na rua.» Outros bordões espanhóis são retomados literalmente: assim que (así que, o nosso ‘portanto’), com o qual (con lo cual ‘por isso’), ou a interjeição homem! (¡hombre! ‘bem!, bom!’).

Complicação suplementar é corresponder o port. assim que ao esp. tan pronto, ou nada más, ou en cuanto: «liga-me assim que chegares» corresponde a «llámame tan pronto llegues», ou «nada más llegues», ou «en cuanto llegues». São inumeráveis os enleios deste tipo entre os dois idiomas.

Um caso à parte são os slogans. A sua função é, de maneira sucinta e original, habitualmente servindo-se de trocadilhos, passar uma mensagem, sugerir um ponto de vista. Só que quase todos os slogans propostos em contexto reintegracionista só funcionam através do espanhol. É o caso de «Tira-lhe da língua» ‘Puxa-lhe pela língua’ ou dos slogans «É dizer» ‘Quer dizer’, «aPorto» ‘para o Porto’, «Falar a ganhar», jogo de palavras com jogar a ganhar ‘jogar fixando-se no benefício’. São, na realidade, private jokes espanholas. Já «Ponte nas ondas», slogan radiofónico, é um belo slogan em galego, pela ambiguidade da primeira palavra, mas também ele não funciona em português, em que «Põe-te nas ondas» não tem especial graça.

Atenção: decalques como os expostos acima são correntes, são mesmo compreensíveis, em todo o uso que um espanhol faça do português. Aparecem mesmo, como se disse, em más traduções de espanhol para português. Mas aqui temos coisa diferente: os reintegracionistas alimentam um projecto linguístico para a Galiza. É um projecto irrealista, irresponsável, envolto em enigmas e nunca deveras definido e assumido, mas factual. Toda a sua actuação contém, pois, um elemento militante.

Coisa também há muito sabida: o uso do português traz, para um falante de espanhol, contínuos problemas no campo da semântica. São, com efeito, inúmeros os falsos amigos entre os dois idiomas, de que se falou na Introdução.

Mas os maiores problemas são de ordem sintáctica. Dão-se quando se passa ao português o que se formulou mentalmente em espanhol. Veja-se, por exemplo, esta frase de original espanhol a respeito do casamento de Einstein com a namorada Mileva: «Él había dicho que “hasta que no pudiera mantenerla” económicamente no lo haría.» Literalmente daria: «até que não pudesse mantê-la», um patente contra-senso. Na realidade, o espanhol quer dizer: «só quando pudesse mantê-la».

Concedido: um bilinguismo individual espanhol-português é possível, conhecendo-se disso notabilíssimos exemplos. Alguns reintegracionistas conseguem, mesmo, um português muito aceitável, ainda que denunciando uma fraca espessura e uma limitada agilidade. Mas aqui trata-se de instalar um bilinguismo

social. E o raciocínio sensato é este: se utentes que sabemos movidos por um ideal (um ideal respeitável, que até motivou dramas pessoais) desfiguram assim a língua que dizem estimar acima de todas, que sucederia no emprego do português pelos restantes galegos, gente séria e boa cidadã, mas também só isso? Não tenhamos dúvidas: iríamos assistir a uma desintegração do português em formas e dimensão hoje impossíveis de imaginar.

Um aspecto importantíssimo tem, mais uma vez, de ser vincado: nada disto tem que ver com o galego. Os desfiguradores agem como falantes nativos do espanhol, por mais que metam ao barulho a defesa do galego.

Um português marca branca

Observámos o lado enganoso da questão. Centremo-nos agora no seu lado exagerado, voluntarioso: o dos hiperlusismos. Visam eles revestir a escrita de marcas fortes de autenticidade portuguesa. Começemos pela grafia.

Uma dessas imagens de marca é o «ç». Ele funciona sobretudo onde o espanhol tem um «z». Assim, achamos amortiçar, goçar, juízo, nobreça, realiçar e até çona ‘zona’. Exemplo máximo é razão por razão (esp. razón), com o pormenor infeliz de o português ter efectivamente razão (esp. ración). O também marcante «ss» inspira conclusão, crise, decisivo, pressente (por presente), precisamente, ussar, visão, por acaso, bastante outros.

Tem, todavia, de conceder-se que a ortografia portuguesa é, neste particular, de difícil gestão para quem desconhece o som /z/ do «s» simples entre vogais e se pergunta porquê assa mas asa, porquê assessor mas desusado. Casos extremos são grafias como desassissado ou desassossego.

Outra forte marca portuguesa é, obviamente, o ditongo «ão». Daí os fantasiosos afão (afã), africão, asturião, Burbão (a família real Bourbon), champinhão, Decamerão, italião, meridião, muçulmão,

oceão, partição, Satão (Satã), talibão, toscão, valencião, todos bem documentados (peço desculpa, mas eu coleciono estes encantos). Também, e em mais de um caso, alguém adoptou o nome de Ramão (Ramón), certo descobridor foi crismado Cristóvão Colão (Colón), foram criadas a figura mítica galega Breogão (Breogán) e a grande figura real Daniel Castelão (Castelao). E deixo para o fim a criação mais deliciosa: cromanhão (por cro-magnon).

E, de novo, só em raríssimos casos o galego é inequívoca fonte do tropeço. Encontramos eles fã (gal. eles fan ‘eles fazem’), eu são (gal. eu son): «Eu são a ponte, sem mim afogareis!» No capítulo 6, vimos como isso se dera também no português de Quinhentos. Exemplo perfeito é Galiça: «Nom esqueçam a Galiça», e esta bela datação «Anónimo, Galiça. 13.06.2010 10:45». O portuguêsíssimo acento circunflexo gera os impronunciáveis apôs, fonética, pátria, pôlo (por ‘pólo’), rápido ou mesmo López González. Trata-se, repito, dum indisfarçável fetichismo ortográfico.

Existem achados deveras engenhosos. Tendo de escolher entre tirar, que existe em espanhol (significando ‘atirar, jogar fora’), e atirar, só existente em português, utentes voluntariosos produzem coisas como «Se fosse pão, atiravas-mo da boca!» ou «Atirem as conclusões». Sabendo-se, também, que esp. e gal. medio pode corresponder ao port. meio, desencantam-se Idade Meia, esperança meia de vida, classes meias, a meio praço. Havendo em port. tudo, engendram-se a toda a hora, todos os galegos. Uma frase hiper-portuguesa é, obviamente, «Tens toda a ração».

O sumo do engenho acha-se numa passagem enigmática: «Esta aposta da Junta de Estremadura frango português como segunda língua estrangeira.» Frango? Até que percebemos que devia estar ali o gal. polo (port. pelo). Só que o gal. polo é também a designação do jovem galináceo. Um percalço informático? Vamos supor que sim.

Grato distintivo do português é também embora, conjunção e advérbio. Sendo conjunção, aparece como sinónimo de apesar de, o que dificulta a gestão dos modos verbais. Assim, achamos frases como «embora externamente nom se visualizar o seu trabalho», «Não me considero urbano embora morar na maior cidade». A verdadeira criatividade, encontramo-la no seu uso como advérbio,

produzindo «embora as críticas» (por «apesar das críticas») ou «Embora o mau tempo, saímos».

Em desvairada busca de marcas portuguesas emblemáticas, usa-se e abusa-se de aliás, chamado pelo esp. además ‘além disso’, exagera-se o uso de cá para evitar aqui, que soa demasiado espanhol, inventam-se as locuções após de, perante de, aliás de.

Em suma: estes utentes galegos do português vivem num incansável afã diferencialista face ao espanhol. É um procedimento consciente. Mas não é tudo. A par disso, e inteiramente inconscientes, existem os inúmeros decalques da fraseologia dessa língua.

ESTACIÓN DE SERVICIO

Em textos reintegracionistas, abundam as frases que só se entendem quando retraduzidas para espanhol. Repare-se:

«Verás o rápido que adiantamos» (lo rápido que adelantamos ‘como ultrapassamos rapidamente’),

«Não tem perda, um artigo de primeira» (No tiene pérdida ‘Não há que duvidar’),

«E já postos...» (‘E já agora...’),

«apenas têm oco» (apenas tienen hueco ‘mal têm espaço’),

«Villares foi, mas apenas falou» (apenas ‘quase não’)

«Chegou sem apenas dinheiro» (sin apenas ‘quase sem’),

«Sente-se a falta de não ter mecanismos» (la falta de no tener ‘a falta de’)

«Baixaram a Porto a por eles» (‘ao Porto em busca deles’, ‘ao Porto para consegui-los’),

«Saíam juntos a cena» (‘Apareciam juntos em cena’, ‘Entravam juntos em palco’),

Faltaria mais ('Era o que faltava'),

«Que bem o passa esse pessoal!» (Qué bien lo pasa 'Como se diverte'),

«Tem um ar a seu pai» ('Dá ares ao pai', 'Sai ao pai'),

«O seu é a esclerose» (Lo suyo, 'A sua questão, O seu problema').

«Fez-me realmente muita ilusão o comentário da professora brasileira» (Me ha hecho ilusión 'entusiasmou-me')

«Se o citarem ao melhor esse trabalho e seu enfoque sobraram» ('Se o citassem, talvez esse trabalho e seu enfoque se dispensassem'),

«Portugal é umha constante histórica que nom acabo de perceber» ('não consigo'),

«Carvalho Calero: a quem quer o mundo inteiro» ('de quem o mundo inteiro gosta'),

«Depois essa pessoa marchou de baixa» ('deu baixa, meteu baixa'),

«Todos estamos no alho» (en el ajo 'ao corrente'),

«Aqui comemos os avós» ('Aqui comemos nós, os avós'),

«que depois dele chegou um segundo, o qual não é certo» (lo cual no es cierto 'o que não é verdade'),

«importante base militar, hoje vinda a menos» (venida a menos, 'em decadência'),

«Israel, estado moderno onde os haja» (donde los haya 'como poucos'),

«Os demais, nunca melhor dito, que se matem» (nunca mejor dicho, 'literalmente'),

«A gente espabila» (La gente espabila 'Uma pessoa espreita')

«jogar a ganhar» (jugar a ganar, 'fixar-se no benefício'),

«saiu ao passo das declaraçons oficiais» (salió al paso de ‘impugnou’)

«Já está bem de trabalharmos para o bispo» (‘Já chega de trabalharmos para o boneco’),

«já têm lista a nova tarjeta sanitária» (lista, tarjeta ‘pronta, cartão’),

«Ao melhor, somos nós os errados» (A lo mejor ‘Se calhar’),

«Já te gostaria, a ti» (Ya te gustaría ‘Quem te dera’),

«Continua imenso, e isso que segundo o sistema autonómico...» (y eso que ‘e contudo’, ‘mas atenção’),

«Nom foi até hoje que o Governo de Gales publicou a proposta» (No fue hasta hoy que ‘Só hoje’)

«nom fôram todo o eficazes que se esperava» (todo lo eficaces ‘tão eficazes como’)

«Que o exemplo cunda, por favor» (cunda ‘se espalhe’),

«Na minha vida escutei cecear na minha casa» (en mi vida ‘nunca na vida’),

«Todo segue de maravilha» (Todo sigue de maravilla ‘Tudo continua ótimo’),

«Saber línguas não resta: soma» (no resta: suma ‘não tira: acrescenta’),

«Aqui ‘lusistas’ somos todas, olho!» (¡jojo! ‘atenção!’),

«G. T. chegou a morrer» (llegó a morir ‘acabou por morrer’),

«A tope com os reintegracionistas» (A tope ‘Até cansar, Até ao limite das forças’),

«Vou-me de copas» (Me voy de copas ‘Vou tomar um copo’).

Que se deve concluir de tudo isto? Que é duma ingenuidade tocante, e que lhe é dada rédea solta. Os reintegracionistas caem,

desarmados, em todos os alçapões que o espanhol lhes estenda aos pés.

Mas reconheça-se: para um falante de português, estes transtornos são altamente informativos de como a sua língua, moldada pelo espanhol, pode aparecer irreconhecível.

O espanhol como filtro

Assinalem-se os muitos casos de simples importação de léxico espanhol:

acomodo por ‘acomodação’, condena por ‘condenação’, despido por ‘despedimento’, garantir por ‘garantir’, involucrar por ‘envolver’, paro por ‘desemprego’

ou de semântica espanhola:

algum por ‘um ou outro’, competência por ‘competição’, ensinar por ‘mostrar’, fatal por ‘péssimo’, obviar por ‘negar, evitar’, ocurrente por ‘engenhoso, espirituoso’, oposições por ‘concursos’, suplantar por ‘substituir’, temporal por ‘temporário’, tergiversar por ‘deturpar’, total por ‘afinal, enfim’

ou de fraseologia espanhola:

ao próprio tempo por ‘ao mesmo tempo’, assim mesmo por ‘também, igualmente’, em adiante por ‘daqui em diante’, mais bem por ‘antes,

propriamente', mais grande por 'maior', por certo por 'aliás', por de pronto por 'entretanto', por fim por 'finalmente', tiro de graça por 'tiro de misericórdia', a simples vista por 'à primeira vista'.

Em contrapartida, a verdadeira fraseologia portuguesa (e mesmo a galega) fica-lhes vedada. O espanhol funciona como efficacíssimo filtro.

Assinalarei, ainda, que é escasso o uso do infinito flexionado. Ou que não há sombra do frequentíssimo é que expletivo do português: «Quem é que faz?», «Ele é que paga», «Hoje é que vou». O que achamos são tentativas desajeitadas de imitar o português: «na Galiza também é que se diz...», «se medíssemos as palavras quando é que escrevemos», «como os yankees é que chamam o espanhol falado...»

Já foi também exposta (no capítulo 10) a dificuldade no uso do futuro do conjuntivo, ora com o exagerado recurso a ele, ora como decalque do esp. fuera, quisiera, etc. Recordemos: «Oxalá Lisboa for a nossa capital!» Novos exemplos: «Discutides como se a cousa for singela», «Eu quisser ser açoriano», e estes incríveis «de não for o texto tão longo» ('se não fosse') e «por se isso for pouco» ('como se isso fosse pouco').

Particularmente incomodativo para quem supõe ler português é o iniciar de uma frase com os espanholismos «a diferença de» (a diferencia de 'diferentemente de'), «a verdade» (la verdad 'em boa verdade'), «a continuação» (a continuación 'seguidamente'). Esse primeiro «a», uma preposição, que um português lê como um artigo, perturba gravemente a leitura. Veremos, mais adiante, outros exemplos.

Enfim, os port. no entanto 'sin embargo', entretanto 'mientras tanto', enquanto 'mientras' e por enquanto 'por el momento, por ahora', raramente bem empregados, são objecto de contínuas misturas. Achamos «por enquanto não se definir», «entretanto existirem», «ristes muito de nós no entanto éramos fuzilados», três situações em que deveria estar enquanto (esp. mientras). Só que o port. enquanto é, erradamente, sentido como o esp. en cuanto, que

corresponde ao port. assim que, o qual, por sua vez, faz pensar, também erradamente, no esp. así que (port. portanto). Em suma: temos aqui uma visão – se ainda preciso fosse – da desordem que um bilinguismo social espanhol-português provocaria.

Em 101 Falares com Jeito, série no PGL e livro em 2011, tratou Fernando Vázquez Corredoira, de modo claro e incisivo, destas armadilhas entre espanhol e português. Não ajudou coisa que se visse.

A grande limitação – na realidade, o grande erro – do reintegracionismo é a sua obstinada fixação na ortografia, nada valendo repetidas admoestações. Falam obsessivamente em «propostas ortográficas», «divergências ortográficas», «opções ortográficas» (cito de Breve História do Reintegracionismo, de Tiago Peres Gonçalves). A isso vem juntar-se a insistência na «unidade linguística» de galego e português.

O problema é que, entre a volubilidade da ortografia e o essencialismo da «unidade», o reintegracionismo galego nada tem a oferecer. Nesse entremeio, estaria a importantíssima tarefa dum linguista, o que, depois da morte de Carvalho Calero em 1990, o reintegracionismo nunca mais teve.

É essa ausência duma política da gramática, do léxico e da fraseologia o que incentiva a ilusão de, redigindo em ortografia portuguesa, se estar a escrever português. E, como o espanhol é a única língua em que os mais dos reintegracionistas estão verdadeiramente seguros, dá-se um sistemático recurso a materiais fraseológicos e lexicais espanhóis, os únicos prestigiosos que conhecem.

Claro que muito disto se encontra, igualmente, em textos de utentes do galego autonómico. E também neste campo há vozes que denunciam os abusos e inculcam soluções autóctones. A grande diferença está na postura militante dos lusistas. Ao mesmo tempo que procuram evitar soluções galegas patrimoniais, atiram-se às cegas a uma ortografia considerada portuguesa, com estes fascinantes resultados.

Em tal ambiente militante, um «ç», um «embora», um acento

circunflexo, tudo adquire significado. Está-se a escrever português... O preço, altíssimo, é que, onde menos se espera, uma caricata espanholização da escrita vem desfazer os adorados sonhos. Vejamos este caso paradigmático.

Um ambiente militante

No Boletim número 8 da AGLP, de 2015, achei um dos artigos mais informativos que conheço sobre os bastidores dum meio de comunicação. Assina-o Raul Rios Rodríguez. Conduz-nos o autor pela história do jornal digital Novas da Galiza, que, tudo indica, conhece em primeira mão. Está redigido naquilo que chamaríamos português, e obedecendo ao promovido no Acordo Ortográfico de 1990.

O cuidado da escrita, mais as dificuldades nele implicadas, eis um tema recorrente no artigo. Lembra o autor que tanto o corpo directivo de Novas da Galiza como a maioria dos colaboradores externos «não têm um completo domínio do galego-português escrito e são suscetíveis de cometerem erros de escrita». Mas não há crise. O jornal dotou-se de «uma equipa de correção ortográfica formada por pessoas com extensos conhecimentos filológicos» (destaque meu). Assim, em matéria de língua, este «jornal reintegracionista» cumpre uma função «em boa medida de carácter pedagógico».

O mesmo não pode dizer-se deste artigo. Ele ilustra na perfeição tudo quanto ficou exposto acima no atinente aos decalques do espanhol e ao investimento em marcas fortes do português. Isso permite-nos perceber melhor o desfiguramento a que o português seria submetido, às mãos destes seus amantes.

Começa o texto por esta frase (e eu destaco): «Se bem o tópico relativo às relações entre o galego e o português esteve presente...» São palavras portuguesas, mas «Se bem o tópico... esteve» é pura sintaxe e semântica espanhola. Um utente de português teria escrito «Embora o lugar-comum... tenha estado». O autor reincide em «Se

bem esta falta de apoio público impede...».

A sintaxe espanhola voltará a ditar as suas leis em «dificuldades com as que se enfrenta», «suficiente como para sustentar», «não foi até o ano 2014 que...» (em port. só no ano de 2014 é que), «sim que é em contra do modelo atual», «a diferença do que vinha sendo comum» (port. diferentemente), «a diferença do que noutros setores» (port. diferentemente doutros), «competir com outros suportes [...] nos que tem todas as de perder (port. em que só pode perder), outras passagens mais.

Regressam os problemas com embora, em que se insiste como forte marca portuguesa. Achamos «embora partilhar a mesma língua» (port. apesar de partilhar, embora partilhe), «embora estiver redigido na normativa aprendida no ensino regrado» (port. embora esteja).

Achamos, como habitualmente nestes textos, as inversões espanholas verbo-sujeito, estranhíssimas em português: «duas dificuldades principais que devem superar este tipo de projetos» ('que este tipo de projetos deve superar'), «as dificuldades que deve superar um meio de comunicação popular» ('as dificuldades que um meio... deve superar').

É aqui que damos com a frase fatídica, na qual se juntam semântica e sintaxe espanholas e pseudolusismos (destaques meus):

O jornal decide apostar na qualidade linguística embora isso lhe puder restar agilidade ao processo produtivo.

O port. diz embora possa, não duplica, como faz o espanhol, *lhe e ao*, e diz retirar, não restar. Quase diríamos que aqui vale o princípio: basta que nós, espanhóis, nos entendamos... na linda ortografia portuguesa.

Outras, e gritantes, obediências ao espanhol são «esta labor», «tomar o relevo» (substituir), «em absoluto» (de maneira nenhuma),

«ingressos» (rendimentos), «supervivência» (sobrevivência), «já de antigo», «ponhamos por caso» (suponhamos).

Como acima lembrei, são sempre muito poucas as marcas propriamente galegas: cumpre ‘é preciso’, bilha ‘torneira’. Tudo se passa entre português e espanhol.

Difícilmente faltaria a mais poderosa marca portuguesa, o futuro do conjuntivo, utilizado, já o vimos, como perversão das formas espanholas fuera, hiciera e semelhantes. Veja-se a farta colheita neste artigo:

deve valer-se duma série de ferramentas linguísticas e de redação que facilitem essa comunicação (‘facilitem’),

julgavam que a sociedade galega não precisava de um meio de partido, mas de uma publicação que fizesse jornalismo independente (‘fizesse’),

está a renunciar a essa escrita transparente e sem interferências que dificultarem a compreensão do público (‘dificultam’?, ‘dificultassem’?),

nasce [...] com vontade de ser um meio de comunicação de massas que transcender os limites do próprio movimento reintegracionista (‘transcenda’),

teriam uma maior audiência caso publicarem o seu jornal na normativa oficial (‘publicassem’),

pode acontecer que o filólogo achar mais correto ('que o filólogo ache', 'o filólogo achar').

Eu não teria posto tão em evidência este texto (sim, como ele há bastantes mais, e até piores), não se dessem aqui duas circunstâncias.

A primeira é a arrogância, embora por portas travessas, de apresentar-se como exemplo. Escreve o autor: «O Novas da Galiza [...], no aspeto linguístico, revelou-se como ator fundamental à hora de socializar a aposta internacional [entenda-se, a ortografia do português] para a língua entre os setores mais ativos da sociedade galega» (destaque meu). Houvesse algum retraimento, alguma humildade, uma pessoa calava-se. Mas não: aqui está a vanguarda do futuro linguístico da Galiza.

A segunda circunstância é este artigo encontrar-se no Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa, que assim lhe dá completa cobertura. Não deve espantar-nos. Noutros números do Boletim, encontramos textos com o mesmo desmazelo, a mesma auto-suficiência. Mas este, sendo uma produção repassada de doutrina, é também uma provocação. Uma provocação profundamente espanhola. Redigida em «português da Galiza». Isto é, pensada em espanhol.

Uma exceção significativa

O artigo «O “galego” frente ao “português”, ou a lógica social da diferença», de 1999, do sociolinguista Celso Álvarez Cáccamo, professor da Universidade da Corunha, é, de tudo quanto foi produzido em âmbito reintegracionista, a reflexão mais conseguida, e seguramente das mais coerentes. Explana ele detidamente aquela que é a convicção fundacional do discurso lusista: a de que «galego» e «português» (as aspas não são inocentes), pertencendo a um mesmo sistema linguístico – sobre o que quase todos concordamos

–, são, portanto, estruturalmente o mesmo idioma.

A pergunta que logo se impõe é a da legitimidade de tal asserção: essa de ser a mesma a estrutura, ou serem as mesmas as estruturas, de galego e português. Ficou demonstrado, julgo que satisfatoriamente, que tal não é o caso. Muito têm elas em comum, a norma institucional do galego e as normas brasileira e europeia do português. Exceptuando estas duas últimas, nenhuma outras variedades linguísticas se acham tão próximas. Mas exactamente como estes dois portugueses já hoje se distinguem estruturalmente, e cada dia mais o fazem, assim também galego e português, essas duas tão patentemente próximas variedades, se acham num processo de crescente, e irreversível, afastamento.

Isto são dados factuais, os quais, nitidamente, não interessam a um sociolinguista, vítima dum a priori de que, tudo o indica, não se dá conta. Os processos históricos (como a espanholização maciça a que o português historicamente se submeteu), assim como toda a genérica materialidade dos idiomas, tudo isto é alheio ao sociolinguista-tipo, atido a construir uma muito habitável realidade paralela, a qual transforma os seus trabalhosos raciocínios em uma formidável falácia.

De resto, o definitivo afastamento de galego e português é gritantemente ilustrado no referido artigo de Cáccamo, em que talvez nem 0,01 por cento do texto denuncia alguma marca caracteristicamente galega. Se isto acontecesse entre brasileiro e europeu, teria o justo nome de fraude.

Com esta leitura, Álvarez Cáccamo prova-se, não se duvide, o representante conceptualmente mais capacitado dessa areia movediça em que o reintegracionismo, mormente a sua facção radical, vem debitando um discurso eufórico, mas linguisticamente inócuo.

Reviravolta ideológica

O galego e os galegos são objecto de desprezo, de mofa, de contínuo achincalhamento por parte doutros espanhóis. Neste contexto, é difícil manter a auto-estima. O que o reintegracionismo radical fez, e faz, é interiorizar essa inferiorização e, através do português, tentar uma imagem de respeito.

Evidentemente, nada disto tem que ver com a materialidade do idioma, terreno em que o reintegracionismo radical nunca mostrou interesse. Quando falam em português, português-padrão, luso-brasileiro, não fazem ideia do que isso seja. Negam, mesmo, que o português tenha hoje duas normas diferentes, que, de resto, e como sabemos, dia após dia se vão afastando. Mas compreende-se. No momento em que admitissem essa diferença entre português brasileiro e português europeu, teriam de admitir que entre galego e o conjunto português a diferença é ainda maior.

Na prática, vemo-los redigindo em algo que tende para o português europeu, mas com alguma sintaxe brasileira, e não raro acentuando de modo a distinguir-se do espanhol (do tipo de crônica, polêmico).

Apeteceria envolver no maior apreço o reintegracionismo moderado, esse que procurou tirar proveito do português para comunicar com o exterior, relativizando a questão da identidade de galego e português, que ninguém até hoje soube demonstrar, menos ainda gerir.

De facto, no período anterior à reviravolta ideológica trazida pela AGLP, o reintegracionismo galego provou-se um movimento produtivo e útil. Criou uma norma para o galego, a chamada Norma AGAL, linguisticamente um bom início de conversa. Incentivou organizações de base, que difundiram na sociedade civil a convicção da utilidade e prestígio da língua galega. Organizou congressos internacionais que reuniram na Galiza profissionais dos mais diversos domínios. Publicou uma revista, *Agália*, longo tempo dirigida por Carlos Quiroga, que realizou a mesma tarefa de reflexão e difusão do conhecimento. Instituiu o grupo de investigação universitária Galabrá, coordenado por Elias Torres Feijó. Editou um excelente dicionário galego, inicialmente impresso e hoje online, fruto do labor lexicográfico de Isaac Estraviz. Criou na net o Portal Galego da Língua (PGL), activo na informação actualizada e na difusão de opinião. Vem dinamizando sectores do

ensino básico com o bem-sucedido projecto Semente. Tem uma editora, Através, que publica obras de autêntico interesse, também na área da divulgação linguística.

O que nunca o reintegracionismo promoveu foi a investigação linguística, actual ou histórica. Constituem excepção o historiador Fernando Vázquez Corredoira, com a sua importante obra de 1998, já aqui referida, e o lexicólogo e lexicógrafo Álvaro Iriarte, da Universidade do Minho, coordenador do excelente Dicionário Editora Espanhol-Português da Porto Editora. Mas essas intervenções não dotaram a gestão reintegracionista de know how linguístico propriamente dito. Os reintegracionistas não só investigam pouco eles mesmos, como geralmente desdenham da investigação levada a cabo por autonomistas.

Resultado: a carência dum linguista de profissão vem permitindo o predomínio, no seio do reintegracionismo, duma linguística ideológica e militante, vulnerável a todos os oportunismos. É oportunista o investimento nessa entidade inexistente, o português-padrão, é oportunista a negação de diferentes normas no português, é oportunista a afirmação duma unidade da língua com o português sem o mínimo esforço de comprovação.

Donde provém, então, esta gritante deformação das realidades? Tudo leva a crer que, com a AGLP, uma visão do português essencialmente espanhola passou a dominar o reintegracionismo galego. A cerrada espanholização de alguma da sua escrita a que assistimos é só a tradução material duma reorientação de fundo.

É verdade que a AGLP produziu um Léxico da Galiza (consultável online), que ela promove fora de portas como marca da sua galeguidade. Só que, na sua prática de escrita, não se vislumbra sombra desse léxico. É um produto de relações públicas, útil para uma imagem galega da AGLP.

A ironia é que esse Léxico, que esta Academia propagandeia mas nunca usa, é aquele mesmo que o utente do galego autonómico emprega com naturalidade, esse «galego» que a douta agremiação abomina por estar, diz, tão contaminado de espanhol. Deste modo, a AGLP prossegue a «desgaleguização do galego» que, um dia, um dos seus membros, António Gil Hernández, atribuiu às instituições

espanholas. A História reserva-nos destas surpresas.

E, assim, o reintegracionismo galego – um movimento que tinha tudo para ser inspirador – acabou enredado em vários e graves mal-entendidos: uma idealização de Portugal e do português (como idioma isento de espanholismos e intrinsecamente superior), a dispensa do estudo da língua como fenómeno histórico, uma persistente fixação na ortografia, a crença num português-padrão internacional. São ideologemas espanhóis, transpostos indevidamente para uma realidade outra. Enfim, e contra tudo quanto pudesse esperar-se, o reintegracionismo acaba actuando hoje, ideológica e linguisticamente, como suplementar factor espanholizante duma Galiza já saturada de espanholismo.

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

Houve um momento, em 2005, em que intuí o absurdo que seria instalar o português como língua da Galiza. Conto o episódio.

Estava eu em Vigo, em visita à Fundación Penzol, tentando encontrar-me, e encontrei-me, com o seu director, Francisco Fernández del Riego, antigo presidente da RAG e, nos anos de 60 a 80, o maior amigo galego de Manuel Rodrigues Lapa. Na sua idade avançada, eu queria conhecê-lo. Recebeu-me como só se faz a amigos.

Deu-me a fotocopiar uma série de apontamentos com dados que desejava ainda completar sobre o grande homem da Anadia. E foi junto a uma fotopiadora que a cena se passou.

Estava eu ocupado na grata tarefa, quando noto que várias pessoas se juntaram à minha volta, possivelmente funcionários da instituição, aguardando poderem servir-se também da máquina. Querendo ser simpático, e estando já bastante adiantado, virei-me e disse-lhes: «Estou quase pronto.» Vi-lhes nas caras: não faziam ideia do que eu dissera.

E então compreendi. Se uma informação tão simples não passa, mesmo a pessoas cultivadas, jamais um idioma inteiro poderá servir

a um povo. É que, como essa, infindas outras informações para nós naturais haveriam de revelar-se-lhes estranhas.

Para ser entendido, eu deveria ter dito: «Estou quase listo.» Não é língua de gente, mas tratava-se de ser simpático. Eu sei: pronto nesse sentido é galego (o dicionário da RAG dá-o como «literario»), mas a crua realidade é que a mensagem era impenetrável.

A boa aprendizagem do português será sempre, para um indivíduo galego, duma imensa vantagem. Mas um «Português, língua da Galiza», escusado insistir, é um esbanjamento de energias e um desvario sem nome.

O binormativismo

Nos melhores casos, e alguns bons há, aqueles em que o espanhol não fala na retaguarda – como são os textos assinados por investigadores do grupo Galabra –, encontramos uma linguagem correcta, cumpridora, oferecendo uma leitura agradável.

Mas não nos façamos demasiadas ilusões. Um texto realmente português, ou brasileiro, é outra coisa. É, a seu tempo, sugestivo, tem nervo, desenvoltura, usa mesmo dalgum picante, dalgum subentendido maroto, dalguma sátira. Os melhores textos ensaísticos que lemos de reintegracionistas são bem-comportados, mas assépticos, raramente brilhando por alguma espessura, alguma inesperada agudeza de espírito. Muito provavelmente os seus autores haveriam de consegui-los na sua língua nativa, por vezes o galego, habitualmente o espanhol. Numa Galiza futurologista, bilingue em espanhol e português, poderiam mesmo, passadas algumas décadas, surgir indivíduos com uma escrita criativa em português. O paradoxal, repita-se, é que, nesse momento, já o «português da Galiza» estaria feito em farrapos, esses de que as actuais transfigurações são a longínqua amostra.

Falemos a sério: qualquer sugestão duma instauração do português como «língua da Galiza», num cenário de consistente e até crescente

predomínio do espanhol, é um desastre anunciado. Viver prenunciando esse paraíso bilingue é índice de sério corte mental com a realidade, e aproxima-se mesmo da falência moral. Nos casos mais benignos, estamos perante uma enraizada levandade ou um juvenil namoro com o perigo.

O último grito do reintegracionismo galego, o chamado binormativismo, defendido pela AGAL, é a versão moderada do impraticável «português da Galiza». Efectivá-lo passará pela aceitação política e social de duas normas: a do galego normativo e a do português. Sugere-se, para isto, a existência de precedentes, como o do norueguês e o do luxemburguês.

Também esta proposta promete ter um caminho pedregoso. Essa «norma do português», única e uniforme, só existe na fantasia dos promotores deste panorama. E, assim, são eles próprios que, ao negarem a existência de duas normas gramaticais, lexicais, pragmáticas – e, sim, também ortográficas – da língua portuguesa, cortam as próprias asas. Descartado, pois, o fantasioso «português-padrão», terão de escolher ou a norma europeia, ou a brasileira, ou quem sabe uma galega. Só que aí, nessa cedência à realidade, vão encontrar pela frente a implacável ortodoxia da AGLP.

Certo é que a descaracterização espanhola do português perpetrada por galegos convencidos de que ele é a sua língua vai prosseguir, não existindo instrumento que possa estancá-la. Por cada indivíduo que consiga devidamente informar-se, haverá dez que não o fazem. Será (aproveitando um dito neerlandês) enxaguar o chão com a torneira aberta. Os leitores deles, encandeados pela ortografia portuguesa, hão-de, por sua vez, repetir, e fazer suas, todas as extravagâncias.

Entra aqui, também, em acção aquela que alguém denominou, com alguma ousadia, a «lei de Venâncio». Esta: quanto mais culto um utente espanhol de português, mais ele deixará falar a sua língua materna. Estamos, assim, perante um processo incontrolável. Será, e desde já ele é, farto pasto para linguistas, visto que todos estes curiosos materiais acabam por fazer sentido. Mas é um processo catastrófico, a começar por uma sã aprendizagem do português pelos galegos empenhados.

Insista-se: alguns indivíduos haverão sempre de conseguir um domínio aceitável do português. Sem agilidade, mas com correcção. Se, portanto, o quadro galego, um dia, contiver «massa crítica suficiente» de falantes de português, isso só virá melhorar «as condições de vida materiais (e imateriais)» dos galegos. Valho-me aqui dum assinalável comentário de Miro Moman no PGL. Certo. O português é a língua estrangeira mais acessível, e imensamente útil, ao falante de galego.

Mas – e é este o ponto lamentável – os descaminhos aqui expostos vêm desmotivar aqueles galegos que, no sector autonómico ou no campo reintegracionista, desejariam ver finalmente efectivado o aproveitamento do português de que falam os princípios norteadores do galego. Perante isto, mais urgente se torna o ensino do português na Galiza, assim inculcado na chamada Lei Paz Andrade, aprovada por unanimidade no Parlamento galego em 2014: «É preciso fomentar o ensino e a aprendizaxe do portugués, co obxectivo, entre outros, de que empresas e institucións aproveiten a nosa vantaxe lingüística.» E esta vantagem é a excepcional proximidade dos dois idiomas.

Duma coisa temos agora a certeza: esse mítico «português da Galiza» é uma correia de transmissão do espanhol para o nosso idioma. O resultado é o desfiguramento do português sob um molde intrinsecamente corruptor, desaguando numa assustadora língua de ninguém.

Sejamos sucintos: a ideia de substituir um código complexíssimo considerado inculto (o galego) por um código igualmente complexíssimo tido por culto (o português) é, em si, um plano desvairado. Mas ele passa a insensato quando entra em cena um complexíssimo terceiro código sentido como cultíssimo (o espanhol), dominando e condicionando os outros dois. Só que a proposta reintegracionista radical se afigura mais tresloucada ainda. Os galegos conservariam o galego para uso caseiro, servir-se-iam do português para os usos prestigiados e... conseguiriam banir o espanhol do seu universo mental.

Em suma: deseja um galego exprimir-se em português porque isso oferece a vantagem duma maior difusão, óptimo. Mas primeiro aprenda-o. E, depois, deixe-se de qualquer sugestão de que o

português deveria, ou poderia, substituir o galego.

O ideal dos lusistas é – tudo parece indicá-lo – conseguirem uma escrita indistinguível do português, o que quer que ele seja. E a sua secreta esperança foi sempre a de que, na Galiza, aquilo que aconteceu ao galego – o ser tão seriamente ameaçado pelo espanhol – não aconteceria ao português. Com as suas âncoras internacionais, ele enfrentaria garbosamente o espanhol. Ora, eles próprios se encarregaram de demonstrar a ingenuidade de tal crença.

Fica, assim, selado o fracasso da experimentação lusista. Como bons aprendizes de feiticeiro, os reintegracionistas radicais andaram a divertir-se com um brinquedo que lhes explodiu nas mãos. Não foi por falta de aviso.

PARTE IV – Sós e acompanhados

Capítulo 13 – A originalidade do português

Nós somos diferentes. Temos graça por nós próprios. Temos defeitos que são só nossos.

Miguel Esteves Cardoso, Público, entrevista, 23-VI-2019

A prata da casa

Se você quiser deixar o seu amigo espanhol estupefacto perante a capacidade do português de ser incompreensível, leia-lhe a seguinte série de 20 substantivos. Pode dizer-lhe, previamente, que se trata de termos abstractos, alguns da linguagem familiar, mas na maioria cultos. São eles:

o acinte, o atrito, a azáfama, a batota, a celeuma, o conluio, a detença, a devassa, a fremência, a genica, o intuito, a labuta, o lamiré, a maciez, o percurso, a posse, a quizília, a sina, a tepidez, a verrina

Caso não tenha feito grande impressão – ou se exactamente a tiver feito –, leia-lhe estes outros 20 substantivos, com a anotação de serem, agora, nomes para realidades muito concretas:

o autocolante, o bule, o casebre, o corrimão, o degrau, o exaustor, a fatia, o guardanapo, o jerico, a lezíria, a melga, o nevão, o pataco, o

reboque, a romã, a sarjeta, a torneira, a tralha, a ventoinha, o xilindró

A conclusão que um e outro hão-de tirar é que a língua falada naquele rectângulo – que os programas de meteorologia da TV espanhola deixam lindamente acinzentado – é muito, mas muito impenetrável. Isto é, incrivelmente original.

Tenha-se, também, em conta que uma palavra como devassa não existe sozinha. Temos também devassar, devassamento, devassável, indevassável e ainda devasso e devassidão. Não se percebe bem o que tenham devassar e devasso que ver entre si, mas aqui trata-se só daquilo que o falante tem em posse.

E, por falar nisso, posse – vindo direitinho dum infinitivo latino (e que o leitor galego ou espanhol não deve confundir com o nosso galicismo comum pose) – acompanhou-se de apossar, apossamento, possante, posseiro, desapossar, empossar.

Outras famílias dignas de destaque são: a de casa, com casarão, casebre, casinhola, casinhoto, casota; a de cena, com encenar, encenação, encenador e contracena, contracenar; a de palavra, com palavreado, palavrear, palavrório, palavrão; a de rua, com arruamento, arruada, arruaça, arruaceiro, ruela e o muito definitivo Rua!

Também os sufixos criam conjuntos únicos, com os dois mencionados no capítulo 10, -ice e -idão, autenticamente espectaculares. E, sem ser exclusivo do português, o sufixo -ência reúne algum léxico só existente nesta língua: cedência, comparência (o esp. é comparencia), decorrência, desinteligência, envolvência, escorrência, fremência, pesporrência, premência, saliência, subserviência. Observe-se que desinteligencia tem alguma circulação na Bolívia, no Chile, no Uruguai e na Argentina, tudo indica que por influência brasileira.

Muitos outros substantivos existem em português, desconhecidos do espanhol. Entre eles, mencionamos:

acalmia, agiota, alavanca, algoz, andor, apoiante, ardina, arguido, arrebique, assassínio, bajulação, bebedeira, beco, beliche, bel-prazer, berreiro, bilheteira, bisnaga, borga, bruxedo, buço

cabide, cábula, cafundó, cambalhota, campónio, candura, casal ‘par de indivíduos’, chalaça, chuvada, cientista, cocuruto, contabilista, conteúdo, contributo, conviva, corrimão

decrécimo, degrau, demão, depoimento, derrocada, despudor, diplomata, dobradiça, enjoo, escol, espalhafato, esperteza, estúrdia, faro ‘olfacto’, fascínio, feição, frangalho, frieza, frontalidade

garoto, ginja, gotícula, guloseima, honraria, iguaria, ilhéu, inquérito, insegurança, internato, insucesso, javardo, jerico, labéu, laivo, larápio, latagão, lavoura, leilão, lembrete, leque, leveza, levedura, loja, lonjura

magala, malvadez, marceneiro, mariola, marosca, matagal, matilha, matulão, mealheiro, mesquinhez, mezinha, mirante, montante ‘quantia’, morgadio

odor, olival, ordenado ‘salário’, pechincha, penteado, percurso, pirralho, piorio, planalto, porão, poupança, preconceito, préstimo, puto ‘menino’, quarteirão, queda

rábula, rajada, rasteira, ré ‘parte traseira’, recôncavo, rejeição, revelia, ribeiro ‘curso de água’, ricochete, rispidez, rodovia, rompante, roteiro, safanão, sina, solavanco, somatório, sotaque, sucata

tabuleta, tacanhez, tapume, tontura, trabalho, traficância, tremura, ultrapassagem, vadiagem, varandim, vedação, ventoinha, vereador, vigarista

São provavelmente impressionantes a quantidade e a variedade de materiais que só a língua portuguesa possui. Contudo, esta é uma característica de qualquer língua humana: a criação de formas que só nela se instalam e, o mais das vezes, também só nela continuarão instaladas. Todas as línguas são criativas a esse ponto, todas escondem elementos intrinsecamente originais. Se alguma coisa puder surpreender-nos, é que essa originalidade quase nunca está à vista, e que será sempre preciso mostrá-la.

Regressivos e criatividade brasileira

Várias dezenas de deverbais regressivos são, eles também, de criação exclusiva em português. Sabemos quanto esta classe de palavras prima pela elegância, e mesmo pela complexidade, não obstante a sua configuração mais curta do que o verbo (daí chamarem-se regressivos). Vimos, no capítulo 8, as cerca de 60 formas que o português compartilha com o galego. Exclusivas suas o português tem ainda mais: cerca de 210. São em maioria terminadas em -o, e masculinas, sendo as restantes terminadas em -a, femininas, e em -e, de novo masculinas. Sirvam de exemplo:

acrescento, anseio, apelo, arrumo, balouço, cochilo, confronto, desassombro (assombro vem do espanhol), desfecho, destrambelho, encalço, encosto, enguiço, esconjuro, estrebucho, exagero, fabrico, ganho, lampejo, percalço, pejo, preparo, rabisco, rearranjo, recosto, recuo, resvalo, salpico, soco, travo, treino, tresvario, trinco, vicejo

amostra, arrelia, arromba, deita, demolha, destrinça, encrenca, escusa, esfrega, outorga, pendura, racha ‘fenda’, recusa, ressalva, tosquia, troça, vaga ‘lugar vago’, zanga

abate ‘derrube’, batuque, desmame, pertence, recalque, relance ‘olhar rápido’, tremelique, trespasse

Muito assinalável é o número de regressivos criados no Brasil, e só em uso aí. Citem-se aceite ‘aceitação’, afobo, (o) agarra, amasso, aporte (que o Houaiss vincula ao fr. *apport*, mas poderia associar-se ao esp. *aporte*), apronto, desadouro ou desadouro, descortino, desmonte, desnorteio, despenque, despreparo, encavo, escanteio, esculacho, fervo, norteio, paquera, (o) racha ‘cisão’, rejeito, reparte, revide, sacode, vacilo e xingo, assim como os informais agito, arraso, desbunde, flagra (de flagrar ‘apanhar em flagrante’) e transa.

A norma europeia criou retoma ‘recuperação económica’, pára-arranca e deu uma acepção informal a engate ‘procura de namoro’. Tendo adoptado os brasileirismos desbundar e curtir ‘gostar’, formou desbunda e curte («O teu carro é uma curte»). Ambas as normas usam pernoita, mas a brasileira prefere (o) pernoite.

Essa notável criatividade brasileira foi constante objecto de assombro para os parceiros europeus do idioma. Nem sempre com simpatia. Onésimo Teotónio Almeida exprimiu-o deste modo em *A Obsessão da Portugalidade*, de 2018:

Os escritores portugueses de língua portuguesa têm diante de si um grande modelo – o Brasil, um país que recriou a língua portuguesa, enquanto os portugueses viviam engalfinhados em querelas domésticas até um dia acordarem e descobrirem atónitos uma literatura escrita num idioma lavado, refrescante e descontraído. Temos demorado demasiado tempo – deve dizer-se – a aceitar

devidamente essa criança supostamente irrequieta e desordeira.

Como já dito antes, Portugal dificilmente pode queixar-se dessa deriva centrífuga brasileira. Jamais desenvolveu uma política linguística nas suas colónias, mantendo-se sempre afastado do tipo de relação centralista que a Espanha adoptou. A metrópole portuguesa abandonou, no espaço ultramarino, o idioma à sua sorte. Em tais circunstâncias, as várias dinâmicas que a todo o momento percorrem o corpo das línguas tomam direcções próprias.

Ivo Castro também aqui nos faz dom duma visão ousada e estimulante. Num artigo de 2007, republicado em 2017, escreve ele: «Portugal e Brasil prosseguem as suas respectivas histórias linguísticas, que se dirigem, tanto quanto é possível observar, para destinos diferentes.» Este panorama cria aquilo a que Castro chama «um dilema interessante» para Portugal. Num futuro previsível, o país terá de optar entre duas estratégias: «Apostar na unidade de uma língua propulsionada a partir do Brasil ou preservar a sua autonomia e especificidade num quadro de desintegração do sistema linguístico?» São duas estratégias igualmente espinhosas.

Óptimos achados

Em terreno adjectival, muitas são as originalidades da língua portuguesa. Existem cerca de 650 adjectivos que a generalidade das outras línguas românicas desconhece. Veja-se um conjunto de adjectivos de tipo culto, terminados em -ivo, inexistentes certamente em espanhol e francês: coercivo, comprovativo, elucidativo, gradativo, implorativo, incomodativo, inconclusivo, interventivo, intrusivo, prestativo, vinculativo. Acrescentem-se convidativo e cansativo, anotando que o espanhol poderia possuir este último. Estas duas grandes línguas ignoram também um bom número de cultismos terminados em -al, um sufixo muito produtivo, como civilizacional, comportamental, fulcral, inconventional, invisual, laboratorial, negocial, pedonal, populacional, prisional,

sazonal.

Ainda de cariz culto, citem-se assinalável, compaginável, concretizável, colectável, contactável e incontactável, expectável, inacreditável, indisfarçável, inescapável, infindável, insuflável, insustentável, manuseável, partilhável, ultrapassável. Ou então desprezível, imperecível (o fr. *impérissable* poderia ter dado a ideia), implausível, inexaurível, irrespondível, preterível e impreterível, transponível, entre outros. A isso se juntem o onnipresente incontornável e o delicioso palatável.

Há acintoso, atencioso, cioso, charmoso (uma invenção a partir de charme, documentada em 1975 no Brasil), conflituoso, consciencioso, criterioso, despretenso, desrespeitoso, espalhafatoso, falacioso, imaginoso, insultuoso, maldoso (presente na América de fala espanhola, decerto por influxo brasileiro), mavioso, preconceituoso, prestimoso, verrinoso.

Talvez o grupo adjectival autóctone mais interessante, e decerto um dos mais numerosos, é o dos terminados em -ante, que conta nada menos que 85 formações. É preciso dizer que essas são as ausentes em espanhol, e que em bastantes delas se dá uma coincidência com o francês, ou, mais exactamente, uma histórica dependência deste idioma.

STATION DE SERVICE

Quando falamos em galicismos do português, pensamos automaticamente em palavras como atelier, blague, chauffeur, cliché, gaffe, nuance, plafond, *rentrée* ou voyeur. Elas são, efectivamente, correntes e numerosas.

Mas outras são já bem menos reconhecíveis, como cais, chefe, ficha, galã, jardim, mala, moda, parcela, ravina, timbre, viatura. De facto, a larga maioria dos nossos galicismos não dão nas vistas como tais, em parte porque passaram também a línguas vizinhas nossas. São, contudo, em número impressionante os substantivos, adjectivos e verbos franceses que o português fez seus.

Os galicismos entraram no português ao longo de toda a história do idioma. Mas foi a partir de 1750 que o fizeram em ritmo sempre crescente. Até que, por volta de 1950, começaram a escassear, dando o lugar a uma notável apropriação de materiais ingleses e norte-americanos.

O nosso idioma – tal como primeiro com o espanhol – tomou-se intensamente de amores com o francês. Mas ainda hoje achamos um repúdio de galicismos como se, por princípio, devêssemos extirpá-los. No seu Dicionário de Erros Frequentes da Língua – de que ainda se falará –, Manuel Monteiro denuncia banditismo (seria bandidismo), chance, constatar («repugnantíssimo galicismo», cita com assentimento), morgue (deve ser necrotério), à excepção de, na medida em que («galicismo condenável»), nuance (já os patentes castelhanismos cambiante e matiz, propostos como alternativa, não trazem engulhos).

Filtrando, pois, os galicismos dos adjectivos em -ante, sobram ainda muitas formosuras, entre elas aconchegante, acutilante, aniversariante, apavorante, aviltante, berrante, cativante, conflitante, contagiante, deselegante, desgastante, embirrantante, empolgante, entediante, escaldante, espampanante, estonteante, estruturante, excruciante, extasiante, fervilhante, fracturante, frisante, gritante, incapacitante, instigante, lacremejante, ludibriante, marcante, marulhante, obsidiante, ofegante, ofuscante, penalizante, prestigiante, revigorante, revoltante, saltitante, tacteante, tiritante, vexante, viciante.

Estes adjectivos foram sendo criados, ao longo dos séculos, por falantes de português, e são, tem de reconhecer-se, óptimos achados. Alguns teriam podido surgir também em espanhol, língua que conhece os onze verbos berrar, contagiar, desgastar, escaldar, frisar, incapacitar, instigar, ofuscar, prestigiar, tiritar, viciar. Mas os restantes onze são, por sua vez, desconhecidos da língua vizinha: aconchegar, acutilar, apavorar, embirrar, estontear (existe, sim, esp. tontear), fervilhar, ludibriar, marulhar, ofegar, revigorar, saltitar, tactear.

Outros adjectivos não se deixam agrupar, mas são formações autóctones do maior interesse. Umas são altamente cultas, outras da linguagem familiar. Pense-se, entre outros, em:

alvar
azado
bairrista
bambo
banzado
benjazejo
canhestro
casmurro
clientelar
costumeiro
delico-doce
descabido
desconexo
descontraído
desordeiro
doentio

encantatório
enfadonho
engraçado
esquerdino
experiente
faceiro
famigerado
findo
franzino
impante
incomum
invulgar
liquidatário
luarento
mandrião
modorrento

nado-morto
norteador
ordeiro
patife
pindérico
prestadio
prestes
repetente
retemperado
rezingão
seminu
soalheiro
vindouro
vivaço
vocabular
zarolho

Azado significa ‘conveniente, oportuno’ e aparece frequentemente na combinação «o dia azado». Pindérico ‘deselegante’ deriva, estranhamente, do vocábulo culto pindárico ‘magnífico’. Famigerado ‘famoso’, habitualmente não pelas melhores razões, dá título a um conto, merecidamente célebre, de Primeiras Estórias, do ficcionista brasileiro João Guimarães Rosa.

Entre os latinismos adjectivais exclusivos do português documentados após 1700, encontramos esguio < exiguu (1727), fremente (1789), revivescente (século xix), estuante (1814), infrene e inglório (1817), atreito < attractu e experiente (1836), despiciendo (1864), periclitante, ininterrupto, plangente e prestável (1877), nubente e transacto (1881), vígil (1899), ofuscante (1958), coeso (1973).

Sobre verbos exclusivos do português falou-se, a vários pretextos, nos capítulos 5, 7, 8 e 9. Bastantes mais existem, porém. Seleccionamos os seguintes, sempre valendo a sua ausência nos dicionários galegos de referência:

açambarcar, acasalar, afadigar, afunilar, agastar, agendar, aldrabar, algemar, alinhavar, alicerçar, antegoçar, apressar, aprimorar, arremessar, arrumar, atirar ‘lançar’, averbar, aviventar

batucar, brigar, buzinar, calcetar, carimbar, chefiar, confidenciar, conluir, debandar, debruar, defrontar, desabar, desarrumar, descurar, desiludir, destrinçar, desventrar

eclodir, encafuar, engavetar, engravidar, equacionar, esbanjar, espevitar, estagiar, estrebuchar, fasear, ficcionar, frisar ‘salientar’, gerir, gizar, intrujar, isentar, juncar

labutar, lamuriar, ludibriar, matutar, negligenciar, partilhar, perfazer, petiscar, preencher, preguiçar, reaver, reentrar, reerguer, ruir, salientar, transviar, tresler, tresmalhar, ultrapassar

Latinismos verbais exclusivos do português, posteriores a 1700, são: auferir, bajular, congeminar, esportular, explodir, extorquir, flectir, fruir, impingir, incutir, progredir, retaliar.

Fora de série

Observámos, até aqui, palavras normais, convencionais, bem-comportadas. Só que, nos cafundós do português, guardamos todo um vocabulário de aspecto menos habitual, mais marcado, isto é, que acompanhamos dum sublinhado, dum subtom de gracejo, ou mesmo de pilhéria.

Entram neste género abandalhar e abandalhado, acabrunhar e acabrunhado, achincalhar e achincalhão, bisbilhotar e bisbilhotice, chatear, chato e chatice, desconsiderar e desconsideração, desenrascar e desenrascanço (persistentemente dito ‘palavra intraduzível’), desmazelar, desmazelado e desmazelo, empertigar e empertigado, enviesar e enviesado, estrebuchar e estrebucho, gatafunhar e gatafunho, intrujar, intrujice e intrujão, matutar e matutação, rasteirar e rasteira, restolhar e restolho, sacanear, sacanagem e sacana, tagarelar, tagarela e tagarelice, tresvariar e tresvario. Na secção de verbos sem derivação corrente, destacaremos apaparicar, arrebitar, desconversar, embasbacar, espicaçar, passarinhar, tagarelar.

Os nossos substantivos fora de série são igualmente numerosos. As suas origens são as mais variadas, sendo algumas deveras exóticas e outras saborosamente obscuras. Sirvam de exemplo (numa selecção inevitavelmente subjectiva):

acepipe
amoque
ardina
arrufo
balúrdio
banzé
biscate
cagaço
calhambeque
chilique
chinfrim
denguice
destrambelho
embirração
enxovalho
estardalhaço
famelga

faxina
fífia
folguedo
gabiru
gasganete
gorjeta
jigajoga
lambisgóia
lamiré
malta
maroteira
mixórdia
paleio
parvónia
pelintra
perneta
pingarelho

pitéu
ramerrame
rega-bofe
revirvalho
rusga
salafrário
serigaita
sururu
toleima
traquitana
trica
tudo-nada
vaganau
valhacouto
vigarista
vivalma
zoeira

De interesse são também as numerosas formações por sufixo (ou, mesmo, sufixo duplo) de efeito marcadamente informal. É o caso de amigalhaço, bailarico, banhoca, beijoca, bicharoco, bigodaça, botifarra, cagança, carripa, casório, cavaqueira, cervejeca (com a variante bejeca), choradinho, comezaina, corpanzil, discursata, doideira, engenhoca, escaldão, facalhão, falhanço, farpela, fatiota, festança, fogacho, fomeca, grupelho, homenzarrão, jantarada, jeitaço, lojeca, namorico, negociata, paixoneta, penduricalho, pernoça, putedo, ratazana, santarrão, saquitel, tiranete, trabalhadeira, vasilhame, vilória, vozeirão.

Restam os adjetivos fora de série, igualmente insólitos, igualmente sugestivos. Pense-se em macambúzio, peralta, perliquitetes. Pense-se em bacoco, chanfrado, grunho, marado, maluco, pacóvio, parolo, patego, piroso, possidónio, simplório, tanso, taralhoco, mas também em catita, finório, giro, malandreco, maroto, porreiro, prãfrentex, reinadio. E há comezinho, escarninho, ribeirinho, videirinho. Há chorudo (dum possível patrimonial florudo), farfalhudo, maçudo, rechonchudo. Há abandalhado, apalermado, arrebicado, atabalhado, atarracado, debochado, definhado, desbragado, desconchavado, desmiolado, despassarado, destrambelhado, empertigado, encabulado, encalacrado, enfezado, engelhado, enguiçado, esbulhado, escanzelado, esgazeado, esgrouviado, estouvado, estremunhado, estuporado, tresloucado, tresmalhado (repare-se nas concentrações de iniciados por «a-», «des-», «en-», «es-» e «tres-»). Há alcoviteiro, batoteiro, beijoqueiro, bisbilhoteiro, brejeiro, corriqueiro, desordeiro, fraldiqueiro, fiteiro, foleiro, interesseiro, mesureiro, trampolineiro, trauliteiro. E (para lá de tantos do tipo, compartilhados, como já vimos, com o galego) existem azarento, bafiento, bichento, ciumento, odiento, quizilento, sebento, ternurento.

Em forma de plural, mas de significação singular: bebedolas, cagarolas, choninhas, covardolas, doidivas, gabarolas, jagodes, lamechas, lingrinhas, louvaminhas, medricas, picuinhas, piegas, pires ‘piroso’, reles, traquinas, valdevinos. Ou ainda alguns terminados em -a, mas comuns aos dois géneros: bera (e a variante berucha), catita, caturra, chupista, estróina, farsola, forreta, janota,

lamecha, lorpa, magricela (ou magrizela), pateta (um espanholismo, derivado do substantivo pateta ‘deformado das pernas’), pitosga, pobretana, rasca, reguila, sovina, tagarela, trifulha e trouxa (mais dois espanholismos, derivados dos substantivos sovina ‘torno de madeira’ e de troja ‘alforje’).

Pense-se, ainda, nos vocábulos que, exprimindo estranheza, são eles próprios particularmente estranhos, como estapafúrdio e estrambótico (ou estrambólico).

Trata-se – como em todo este capítulo – de materiais que o falante comum de português domina, mesmo quando não usa. Demonstram o imenso colorido do vocabulário do português. No seu poema «Portugal», Alexandre O’Neill atribui ao país «o plumitivo ladrilhado de lindos adjetivos». É ironia, mas toca uma verdade. Serão «lindos», ou poéticos, os adjetivos acetinado, alvinitente, excruciante, figadal, inebriante, obsidiante, prestimoso, remansoso, verdejante.

Esse colorido vocabulário não será, em qualidade, superior ao doutros idiomas. A leitura de autores de língua espanhola, francesa, inglesa, mesmo em artigos de jornal, facilmente no-lo mostrará. Mas não resta dúvida de que o português desenvolveu formas que, mesmo a nós, seus falantes, deixam estupefactos.

Não menos atónitos, porém, nos deixarão as tentativas de deitar muito dessa riqueza borda fora, como historicamente se verificou. Por motivos higiénicos. Será matéria do próximo capítulo.

Capítulo 14 – Higienismo e aldrabices

A língua seria algo tão delicado que qualquer pessoa, a qualquer momento, por descuido, a poderia destruir. Um “dequeísmo” aqui, um estrangeirismo acolá, uma conjugação fora da norma, uma redundância, e o idioma salta pelos ares ou desmorona-se, como se lhe tivessem posto uma bomba nos alicerces.

Xoán Lagares, Espacio Santillana, 29 de Agosto de 2019

«Está a língua enferma»

A convicção de que a nossa língua se acha atacada de irremediáveis males está hoje vivíssima. Prova disso são as lamentações que se levantam sempre que, no Facebook, surge o mais leve pretexto para erguer ais e uis, que-lá-se-nos-vai-a-língua. Acontece que estes monótonos queixumes têm barbas, algumas honradíssimas.

Desde pelo menos 1710, com a publicação de Antídoto da Língua Portuguesa do bacharel José de Macedo – falou-se disso no capítulo 5, no apartado «Engenharia e voluntarismo» –, que vive entre nós a vontade de intervir no idioma com o fito de corrigi-lo, de livrá-lo de materiais (palavras, locuções) viciosos, desfiguradores, ilegítimos. Esse século de Setecentos foi incansável nesta tarefa. Abundam, então, os normativistas, com as suas listas de vocábulos errados, inaceitáveis na boca e na pena de gente que se preza.

Entre eles, está o autor dum dos livros mais curiosos da história da nossa imprensa. Trata-se de *Infermidades da Língua, e Arte que a Ensina a Emmudecer para Melhorar*. Assina-o Manoel Joseph de Paiva, e está datado de Lisboa, 1759. Ainda estava vivíssima a

lembrança do grande terramoto, e o autor recorda-o explicitamente, num precioso testemunho que pode ter passado despercebido dos historiadores. Chamaremos à obra *Enfermidades* e ao autor Manuel de Paiva.

É convicção do autor que «em lamentáveis ruínas se considera estar a língua que a Providência criou com tanto resguardo». Curiosa, esta intervenção divina na origem do idioma. Facto é que «está a língua enferma, e periga na corrupção a que chegou», apresentando-se «cheia de inveterados achaques tão contagiosos, e tão pestíferos, que pelo mundo todo se observam já derramados». Manuel de Paiva vai, pois, passar à acção. Eis o seu programa: «Entre as inumeráveis palavras, que a ignorância tem introduzido, e em que a língua tem degenerado, escreverei as que agora me lembram, e as indignas frases de que o vulgo usa, infamando-as por indiscretas, por loucas, e por temerárias.» «Indiscretas» tinha, na altura, o valor de «incultas». Promete, porém, ser condescendente. «Até deixo em seu vigor as ridículas expressões do campo, como desculpadas com a ocupação da cultura das terras em faltarem à cultura da língua.» Um belo torneado barroco.

O que então se segue é um documento único e assombroso. Paiva propõe o rotundo banimento do idioma de largas centenas de vocábulos e expressões, dados como outras tantas demonstrações da degenerescência da língua portuguesa. Vale a pena uma leitura. A obra está acessível e descarregável em purl.pt, da Biblioteca Nacional de Portugal.

Indesejáveis são, entre muitas iniciadas por «a», as palavras (actualizamos sempre a ortografia) achegas, afeito, alcunha, alhada, amanhar, amargurado, andanças, antigualha, apaziguado, arenga, arquejar, asneira, atafulhar, atinar, atrapalhar, aturdir, aviventar, azáfama, assim como as expressões à boca da noute, a olhos vistos, à pata, à queima-roupa, à risca, à toa, a torto e a direito, aos pés juntos, às escâncaras. O mesmo obscuro destino deveria ser dado a «frases» como «afincou-lhe quatro lambadas, ah pés para que te [sic] quero, ali está o senhor que não me deixará mentir, anda de candeias às avessas, anda na berra, andei numa roda-viva, apanhou-o com as calças na mão, arreganhou-lhe os dentes».

Seleccionámos propositadamente materiais actualmente ainda em

uso. Numerosos outros prometidos à rejeição são-nos hoje deveras estranhos, como adibes, aforurado, almofreixe, alparavaz, amachagado, antances, azafaimiado, ou a cada triquete, à minfé, atute plé. Ou «frazes» como «abalou cos cachimbos, abana galego que não é para ti, alimpou da carepa, ao frigrir dos ovos o veremos, asneira que fez o Senhor Bispo». Mas dificilmente suporíamos que o actual esquecimento foi obra de Manuel de Paiva.

Existe, sim, uma inestimável vantagem nestes vãos exercícios. Ao porem em letra de imprensa tantos recursos da língua falada, eles vêm permitir primeiras datações que doutro modo teriam demorado decénios. O mesmo benéfico efeito se observava já noutra obra, redigida um século antes, A Feira dos Anexins, obra póstuma de Francisco Manuel de Melo (m. 1666). Mas esta foi feita com um propósito diametralmente oposto ao de Paiva: deixar documentada a linguagem diária, vivaz, sugestiva, do seu tempo.

Higienismo lexical

Facto é que já o Vocabulário de Bluteau (1712-1728) – o primeiro grande dicionário que houve em Portugal – praticava uma avaliação dos vocábulos. O excelente volume A Língua Iluminada, de João Paulo Silvestre, de 2013, guia-nos na exploração desse exercício. Repassemos alguns casos mais sublinháveis.

Certas palavras são classificadas como «do vulgo» ou «vulgares». É o caso de arrebrantar, azáfama, bebericar, besuntar, escoreito, espalhafato, mourejar, papalvo, pespegar, pirraça, regabofe, soturno, traquinas, veneta (como em «dar-lhe na veneta»), zurzir.

Outros vocábulos são dados como «chulos», estando entre eles acabrunhado e acabrunhar, almejar, arromba («festa de arromba»), atabalhoador, batucar, cangalhas (já então sinónimo de óculos), carraspana («tomar a carraspana» era já sinónimo de embebedar-se), choramigas (variante de choramingas), empanturrado, estrambótico, gatuno, graçola, repimpado, surripiar, tremelhar [sic].

Disto, e de muito mais, conclui-se algo importante: que, não obstante a reserva expressa por normativistas, as palavras têm uma extraordinária capacidade de conservação. Trezentos anos depois, todos estes materiais são correntes no português.

Sublinhe-se igualmente que, se cotejarmos a lista do que João Paulo Silvestre denomina «palavras vulgares» com o léxico galego, obteremos um elevado número de coincidências, tanto no vocabulário português ainda em uso, como naquele que entre nós se perdeu. Provavelmente, todo esse material circulava, então, no Entre-Douro-e-Minho e, por isso, Bluteau o inseriu no seu dicionário.

Os doutrinários depuradores, apostados em defender o idioma de impurezas e maus hábitos, fizeram-se ouvir durante todo o século de Setecentos. De entre eles, comentarei, no que restava de século, os três de maior relevo.

Em 1734, aparece a Ortografia, ou Arte de Escrever e Pronunciar com Acerto a Língua Portuguesa, de João Madureira Feijó, uma obra extensa, de 546 páginas no original. Dela existe uma edição moderna, citada na Bibliografia. Aí se corrigem grafias e pronúncias achadas impróprias.

São exemplos de correcção adestrar e não adrestar, adversário e não adversairo, afectuoso e não afeituoso, a alma e não aialma, aplicar e não apricar, arvorar e não alvorar, asperso e não aspergido, atear e não atiar, avisinhar e não avesinhar, voar e não avoar, e ficamo-nos pela letra A.

Estas correcções são uma mina de informação histórica. Não só ficamos a conhecer formas alternativas que só uma vaga analogia justificava, como vemos que a forma patrimonial afeituoso existiu, mas não vingou, que aialma (com i epentético) merecia censura, e portanto se lhe reconhecia relevância, e também que as pronúncias atiar (tal como arquiado, biato, derriar, deslial, pentiar, pianha, etc.) e avezinhar já circulavam, sendo talvez já então dominantes. Também era admissível inda a par de ainda (e que continua corrente), assim como alagoa a par de lagoa. A correcção de grafias como difrença, prigar, postrior ou vrilhas informa-nos de que o e pré-tónico já então não soava.

Entre as repreensões de Madureira, encontramos um bom número de espanholismos, de que selecciono (dando entre aspas as soluções propostas) andamio ‘andaime’, arrincar ‘arrancar’, bachiler ‘bacharel’, defecto, democracia, desculpa, disfraçar, efímero, espacioso, gracia, imprensa ‘imprensa’, ingratidão ‘ingratidão’, mariposa ‘borboleta’, mercancia ‘o que se compra’, nudamente ‘nuamente’, párrafo, rastreiro, rescate, rumbo ‘rumo’, sabidoria, sabroso ‘saboroso’, sangue, vidro, vengar. Que significa isto? Que em 1734 ainda circulavam esses termos, fazendo necessários tais reparos.

Claramente desconhecendo a origem do lat. altariu para um patrimonial outeiro, o autor preferir-lhe-ia o neologismo alteiro. Aboliria outrem, que acha abusivo. Substituiria perante por para ante, ou parante. Diria (são meros exemplos) desvariar, desvario e não desvairar, desvairo, disperso e não esparzido ou espargido, esparecer e não esparecer, insípido e não enxabido, pintasirgo e não pintasilgo, racionável e não razoável, rector e não reitor, sibilo e não silvo, solário e não soalheiro, umbilico e não umbigo, viajente e não viandante. Em suma: propunha-se uma limpeza geral.

Também vocábulos que hoje reconhecemos como galegos foram objecto da palmatória do mestre setecentista. São eles, insista-se, outros tantos sinais de que funcionavam como materiais portugueses. Citem-se, entre outros, auga por água, arreio ou arrêo significando ‘seguido, sem interrupção’, balor e balorento por bolor e bolorento, castinheiro por castanheiro, catro por quatro, giolho por joelho, preto por perto, senreira por aversão, vencilho por atilho.

Contudo, vemos Madureira defender as formas coirmão ‘primo’, cousa, dous, eiva ‘falha’, ledice ‘alegria’, tamém (embora «não para se escrever»), hoje correntes na Galiza.

Importante doutrinário setecentista do léxico é, também, Luís do Monte Carmelo, autor dum Compêndio de Ortografia (hoje diríamos prontuário), de 1767, com 814 páginas. Interessam-nos particularmente as 220 dedicadas a etiquetar vocabulário como antigo, antiquado, cómico (entenda-se ‘jocoso’), plebeu e vulgar. Percorrendo essas páginas, damo-nos conta de quão precárias são as

distinções entre antigo e antiquado ou entre plebeu (aquilo que não deve usar-se) e vulgar (aquilo que «os doutos» não usam). Não daremos, portanto, demasiada relevância ao distinguir desses pares de etiquetas. Limitei a prospecção às 30 páginas da letra A.

A valoração mais negativa é a de plebeu, e atinge as palavras que o utente fará bem em banir da sua expressão. Provam-se numerosas, estando entre elas algumas que persistiram até hoje em maior ou menor uso, como (entre aspas as formas preferidas ou a definição) abantesma ‘fantasma’, adonde ‘onde’, alvitrar e alvitre, amargura, amarrotar, amiúde, arrebenatar, atulhar ‘entulhar’, avental ‘avantal’, austinado ‘obstinado’ (actualmente desaustinado) e a locução à beira.

Também entre as palavras vulgares, isto é, aquelas que o utente culto evita, encontramos, na lista de Monte Carmelo, vocábulos que sobreviveram, entre eles assacar ‘publicar coisa falsa’, açaimar ‘açamar’, acolá ‘lá, naquele lugar’, acontecer ‘suceder’, afadigado ‘fatigado’, alastrar ‘lastrar’, almejar ‘ansiar’, aluado ‘lunático’, apalavrar ‘ajustar alguma coisa’, arisco ‘esquivo’, arremeter ‘investir’, atascar ‘atolar’, azáfama ‘pressa’.

Sem surpresa – já que o fenómeno é recorrente –, são dados como antiquados, e mesmo antigos, vocábulos que depois atravessarão séculos. Achamos aí acorrer, acoimar, acolher, afã, afora, amamentar, amearhar, andança, andrajo e andrajoso, apavorar, apodar, arremetida, atoarda, avenida ‘caminho para uma cidade, vila, etc.’, aviltar, azedume e as locuções a oito, a esmo. Antiquados e, ao mesmo tempo, vulgares são aguardar ‘esperar’ e após ‘atrás, depois’. O que isto significa é que, neste terreno, será sempre muito fácil enganarmo-nos, tomando por certezas históricas um instantâneo ou palpites pessoais.

Já não há-de surpreender-nos que – em semelhantes listas de palavras plebeias, vulgares, antigas e antiquadas – se achem palavras ainda hoje correntes na Galiza. É o caso, aqui, de acarão ‘ao lado’, achádego ‘achado’, acolheito, adoito ‘acostumado’, agiolhar ‘ajoelhar’, agro ‘espaço rural’, anaco ‘naco’, asinha, auga, aúla ‘onde está ela’. Para lá da letra A, citem-se ainda contia ‘quantia’, creto ‘crédito’, escuitar, fame ‘fome’, lumioso, rem ‘nada’, senreira ‘zanga’, teito ‘tecto’, vegada ‘vez’, ulo ‘onde + o’. Estas

rejeições são, de si, altamente significativas, ao testemunharem uma afinal duradoura voga desses materiais, muito provavelmente no Entre-Douro-e-Minho.

Permita-se-me a formulação duma hipótese algo cínica. Esta: caso os normativistas portugueses, e mesmo os portugueses em geral, tivessem tido, nesses séculos xvii e xviii, um maior conhecimento directo da nossa variedade do noroeste e do galego, mais drástica teria sido a limpeza do léxico patrimonial. Por vezes, a ignorância preserva.

Muito importante, neste panorama setecentista, é igualmente Francisco José Freire, também conhecido como Cândido Lusitano. A sua obra Reflexões sobre a Língua Portuguesa data de 1768, mas só foi publicada em 1842, com edição e amplos comentários de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, publicista eborense.

Aí encontramos, de modo ainda mais estruturado e pormenorizado do que nos doutrinários anteriores, vastas lista de palavras que se haviam antiquado, ou que não se achavam em autores de reconhecida autoridade, ou que deixaram de usar-se por se haverem introduzido termos franceses, ou que só se admitiam em contexto «familiar, cómico ou jocoso».

Entre estas últimas, achamos acinte, afazer-se, ajuda (em linguagem cuidada, socorro ou auxílio), albergar, apanhar (devia dizer-se não apanhar, mas colher flores), assanhado e assanhar, beijo («deve-se dizer ósculo»), cioso (para Deus valeria zeloso), ciúme (deve dizer-se zelos), doudo (preferindo-se louco ou fátuo), fadário, labutar, meiguices (sim mimos ou carinhos), noiva e noivo (sim a nova esposa, o novo esposo), parvoíce (sim fatuidade ou inépcias), poeira, em redor (sim em torno), siso (sim juízo), sôfrego e sofreguidão (sem alternativas), tolo e tolice (sim néscio e fatuidade), vexame (sim vexação). Freire lembra amiúde que uma palavra ou outra teve uso em autores clássicos, sobretudo Vieira, mas mantém o seu banimento em prosa cuidada. Nesta, insista-se, selecção duma longa lista, é patente a recusa de vocábulos patrimoniais.

Por junto, achamo-nos de novo perante um manancial de avaliações, altamente informativo. Até porque não poucos desses

vocábulos, dados como de precária validade, continuam hoje em uso normal, e mesmo frequente, aparecendo dicionarizados, algum tempo depois, no Moraes de 1789.

Este último dado foi facultado num informadíssimo artigo sobre a obra de Francisco José Freire, de Maria Filomena Gonçalves e Ana Paula Banza. De resto, a primeira das autoras, professora da Universidade de Évora, é especializada neste curiosíssimo período de reflexão sobre o idioma, vindo, de há muito, dedicando a ele vários e fundamentais estudos.

Os três autores setecentistas que sucintamente examinámos manifestam, decerto, uma empenhada vigilância sobre o idioma. Mas denunciam, não menos, uma relação negativa com ele. Vemo-los ocupados em avaliar-lhe o vocabulário, e frequentemente a desaconselhá-lo, como se de material inferior, e até perigoso, se tratasse. Essa relação negativa é, também, do nosso tempo, como agora se verá.

Impurezas imaginárias

Julgaria uma pessoa que certos conselhos de estilo, prementes nos obscuros anos de 1950, teriam ficado por lá. Conselhos negativos, entenda-se. Não uses muitos ques; não uses muitos advérbios em mente; não uses muitos adjektivos; não uses muitos eus; não repitas a mesma palavra na mesma página; não uses palavras chulas. Facto é que, passados uns bons decénios, essa abordagem negativista se prova, em debates na Internet, ainda vivíssima, exercendo a mesma pressão, a mesma chantagem.

Peguemos nos abominados ques. Imaginemos a frase: «Aquele homem que vi parecia que tinha cinquenta anos.» É uma frase normal, correntia, e ninguém repararia nos dois ques se não fossem objecto de conversa. Ganharia a frase com a eliminação de um que? Certo. Poderia dizer-se: «O homem que vi parecia ter cinquenta anos.» A frase ganhou, decerto, em elegância. Mas é disso, e também só disso, que se trata.

Alguém reparou em que, neste último parágrafo, apareceu quatro vezes a palavra frase? Claro que não. Porque o parágrafo tinha movimento, fluidez, criando sempre renovado interesse. Na realidade, a proibição de repetir palavras, ou expressões, tem uma versão muito mais útil e enriquecedora. Esta: sempre que empregares uma palavra forte, sugestiva, não a repitas tão depressa, deixa-a continuar a vibrar na mente do leitor. Repeti-la muito cedo iria desvalorizá-la, deitando a perder o teu valioso achado.

A fobia aos eus, por seu lado, é mais generalizada do que pudera imaginar-se. Acharo-la em narrativas, em artigos, em depoimentos. Pois bem, isso origina, não raro, situações equívocas. Suponhamos esta informação: «Ela estava a contar coisas interessantes, mas tinha de fazer compras.» A impressão é ser a interessante narradora quem estava apressada, sendo, todavia, intenção do autor pôr a olhar para o relógio um eliminado eu. Assim, quando as formas verbais coincidem, se geram, no acto de leitura, desnecessárias obscuridades.

A interdição de palavras e expressões ordinárias é, hoje, felizmente menos absoluta. A própria prosa jornalística vai-se revelando mais descontraída nessa matéria. Citem-se exemplos da actual política britânica: «Corbyn troca as voltas aos deputados e propõe moção de censura a May», «Uma vez regressada do encontro de líderes de mãos a abanar...» (do Público), «A primeira-ministra britânica continua de candeias às avessas com os ingleses» (Expresso). Ou ainda esta: «O Paris Saint-Germain passou a perna ao Lyon» (Público). Isto traz a vantagem de criar surpresa, de conferir relevo à expressão. Importa, sim, preservar a subtilidade, fazendo um uso comedido de tais recursos, assim garantindo o inesperado, a novidade.

Vale a pena parar um instante nesta matéria. Em finais de Julho de 2019, fez-se uma entrevista, no Público, à apresentadora Filomena Cautela, que terá dito:

Temos de ter muito cuidado para que exista uma identificação das pessoas com o serviço público. E mais do que isso: para as pessoas perceberem o quão imperativo é uma sociedade civilizada do século

ter um serviço público de televisão.

Ora, ou a entrevistadora ou o redactor final, intervém na última frase, que sai assim: «para as pessoas perceberem o quão imperativo é [para] uma sociedade civilizada do século xxi ter um serviço público de televisão». É uma intervenção extravagante. Não era preciso nenhum para. A frase era portuguesíssima, com aquele belo infinito pessoal.

Outro exemplo, este menos recente. Numa edição antiga do Cancioneiro de Almeida Garrett, lia-se: «Sismondi e Madame de Staël exaltam esta composição acima de todas as do romancero castelhano. Que faria se conhecessem a lição portuguesa?» Numa edição moderna da obra, achamos a seguinte redacção para a última frase: « Que fariam se conhecessem a lição portuguesa?» Trata-se, aqui também, duma intervenção insensata. Garrett tinha usado duma sintaxe intensamente genuína, como era, de resto, seu costume. Os novos editores, imaginando-se perspicazes, corrigem o mestre oitocentista do idioma, deitando a perder a louçania do original.

Em geral, os interventores, na sua ânsia de correcção, acabam banalizando aquilo que, exactamente, trazia relevo, e interesse, à expressão. Veremos que se trata dum mal bastante generalizado.

A volúpia do erro

A linguista Sandra Duarte Tavares publicou, em 2015, o volume 500 Erros mais Comuns da Língua Portuguesa, de que, nesse mesmo ano, se fizeram seis edições. É de ficarmos pasmados. Se os erros «mais comuns» de português chegam a 500, então os erros comuns e os menos comuns hão-de orçar pelos vários milhares, e o idioma seria um campo de minas, onde cada deslocação centimétrica

levaria ao desastre. Mas, que fazer, as sacerdotisas e os sacerdotes do Erro são gente empenhada, sempre a segurar-nos pelo braço, não fôssemos nós afundar-nos num precipício.

Na longa e monótona resenha de 500 «erros», como em outras do género, qualquer ideia de tolerância – por exemplo, «Também se admite» – está ausente. Esta obra revela-se, assim, intrinsecamente desincentivadora, como mero catálogo de proibições que é. Para dar uma amostra: alguns linguistas, e não dos mais obscuros, já afirmaram a indiferença de onde («Onde vais?») e aonde («Aonde estás?»). Uma anotação nesse sentido, com uma eventual indicação de preferência, seria mais que desejável.

Existem informações decerto adequadas. Diz-se «extracto bancário», mas «estrato social», diferenciam-se apetência e aptidão, bimestral e bimensal, cessão e cessação, confrangedor e constrangedor, deferir e diferir, descriminar e discriminar, história e estória e por aí adiante. Isso é trabalho útil. E não se trata de «erros», mas de casos de fácil confusão.

Outros «erros» são nitidamente puxados pelos cabelos: alcóol, compto (por cômputo), cosmopólita, derrepente, disponivel, familia e numerosos outros. Teria, outro caso, bastado uma só entrada para baínha, campainha, moínho, raínha. Para hajam (bilhetes), haviam (actividades), houveram (alunos). Para compôr, contrapôr, dispôr, expôr, impôr, opôr, propôr, repôr e supôr. Vários outros agrupamentos seriam óbvios. Assim se atingem facilmente os «500 erros», mas também se sublinha o carácter ofegante e alarmista deste tipo de obras.

A singeleza de Sandra Duarte Tavares é, ainda assim, preferível à aspereza de Manuel Monteiro, o autor dum Dicionário de Erros Frequentes da Língua, de 2015. «Nasci a 20 de Maio»? Incorrecto. Deve ser «em 20 de Maio». «Teve 18 a Matemática»? Incorrecto. Deve ser «em Matemática». «À deriva»? Não deve usar-se. «À última da hora»? Errado. Diga-se «À última hora» (são, repare-se, locuções diferentes). «Ao fim e ao cabo»? Fora. «Brutal»? Só para o que é realmente 'bruto'. Portanto, o universo teve «um crescimento brutal durante uma fracção de segundo» (Público, 4-VIII-2019) é condenável. «Correios»? Jamais. É «Correio». «Estás bom?», «Estás boa?»... Fora com isso. Diga-se «Estás bem?». «Desculpa a maçada»?

Qual quê! É «Desculpa da maçada». «Dói-me as costas»? Horror! É «Doem-me as costas». «Vi imensos filmes»? Emprego errado do adjectivo. «Já agora»? Que coisa redundante! «Jogar com a Alemanha»? Ná, joga-se «contra a Alemanha». «Morrer à fome»? Nunca. É «morrer de fome». «O que se passa?»... Não. Elimine-se esse «o», está a mais. «Casa de banho» em restaurantes? Não. Diga-se sentina, latrina, privada (estou a ver o leitor a perguntar «Onde é a latrina?»). «Pelos vistos»? Não, o correcto é «Pelo visto». «Vou-me deitar»? Não, diga-se «Vou deitar-me». E fica para último «Tive saudades tuas», quando o correcto será «Tive saudades de ti». Coisa estranha. Dizemos, com naturalidade. «Foi culpa tua», «Andam à tua procura» (e, sim, também «Andam à procura de ti»), «São problemas teus». Só que, em «saudades tuas», raciocina Manuel Monteiro, haveria uma apropriação das saudades alheias...

Eis a volúpia do erro no seu estado mais puro. Tudo quanto, na língua portuguesa, houver de relevo, de nervura, de autêntico, de irracional (mas todos os idiomas conhecem os seus escaninhos irracionais), tudo é cilindrado, assim se obtendo um idioma passadinho a ferro, lindo para encaixilhar. O tabuísmo setecentista tem aqui, quem diria, em pleno século xxi, um émulo de todo o tamanho.

Na realidade, estas pessoas mantêm com o idioma uma relação problemática. Ou menos diplomaticamente: por onde podem pegar, pegam. E veja-se: o idioma, pacientíssimo, esperou séculos por esta plêiade de esforçados amadores, apostada em dar-lhe uma arrumação final. Falta-lhes, é certo, o know how linguístico mais básico. Mas quem tem a história dos idiomas na conta de abastardamento não olha a ninharias.

Só que estes não são, ainda assim, o cúmulo da insensatez. Como!? Ele há pior? Sim, ele há bastante pior. Chama-se Virtutis Discipulus, pronunciado uirtútis diskípulus, e tem um canal no YouTube. Para este austero ensinador, o nosso idioma é uma rotunda degeneração do latim, sendo premente remodelá-lo, imitando a nobre língua dos romanos. São, neste discurso, recorrentes os termos corrupção e corrigir (e é quase tangível o gozo que proporcionam a este Diskípulo), como se o rumo do idioma fosse o duma decadência, duma degradação, e não o de natural evolução e natural mudança.

Em cada emissão, somos cumprimentados com Salutações! (em que o l regressa em força) e logo convidados a um exercício de skientia (de 'ciência', é claro). Veja-se esta tirada do exigente Discípulo (a ligação acha-se na Bibliografia), em que, entre outras artimanhas, muito latinamente se aboliram os artigos:

Salutações! Aqui procuramos skientia. Ou bem fazemos, ou mal fazemos. E após outra série de ekzemplos de quanto estercos é em língua, quem ousa dizer esta ser bem feita? Vivemos em tempos em que língua é inane, vácuo. Nós fazemos soberbos em ruína. Ruína de edifício e ruína de língua. [...] Queremos esta ruína em nacional património? Esta sustentação que turpíssima então é quando voluntária de corruptas formas? Aqui revelado nosso portugalense dialecto latino. E que façamos? Só depende de nós. Não é viva língua. Mudemos em skientia.

Tudo isto tem as suas consequências, e algumas delas são drásticas. Sim, a corrupção entrou fundo. Importa banir, por exemplo, «ontem à noite». Sendo ontem derivado de ad noctem 'à noite', estamos a duplicar, dizendo «à noite à noite». Solução? Não usar nem ontem, nem hoje nem amanhã, e sim anterior dia, este dia, posterior dia. Ou, em alternativa, pretérito dia, presente dia, futuro dia.

Mas veja-se: se nós tanto nos abastardámos, o francês, essoutro «péssimo dialecto latino», não nos fica atrás. Os seus falantes dizem: «Qu'est-ce que c'est que cette histoire?» Uma «patente imbecilidade», perora o Discípulo. Pois isso dá: «Que é isto que isto é que esta história?» A degeneração é, pois, mais geral. Sim, «saibamos dizer explodir, e não imitemos hispanos irmãos nossos com explosionar». E com este conselho se nos despede: «Não admiremos ruína por ineptos homens deixada, mas possamos restituir bellos edifícios. Muitas graças a ti por tua apreciação.»

Esta convicção de ser um instrumento irremediavelmente adulterado aquele com que nos exprimimos é, se virmos bem, comum a todo este clã, qualquer que seja o grau de ingenuidade ou de charlatanice. Caracteriza-os a desconfiança como método, que só

vem incentivar a generalizada insegurança no utente. Aos olhos destes novos normativistas, tudo quanto, no idioma, não for lógico, racional, arrumadinho, feito a régua e esquadro, é banido como incorrecto, impróprio, condenável. O velho mantra «A língua está enferma» motiva-os, a todos, na nobre missão de nos desmoralizarem.

Surge a pergunta: qual é exactamente o plano, se é que existe um plano? Sonharão estes operários da limpeza poder interferir no modo como nos exprimimos, levando-nos a corrigir dezenas, ou mesmo centenas, de erros, tantos têm sido os acumulados? Por onde iniciar então a ingente tarefa? Estará já a desenvolver-se um chip etimológico, a inserir no cachão de cada falante? Ou, em alternativa soft, implicará isso um ensino continuado da sociedade inteira, com professores destacados para acompanharem as massas na sua transição para uma expressão impecável? Sobre tudo isto, nem uma palavra. Nem era essa – tudo o indica – a intenção, e sim impressionar, espalhar a insegurança, a desconfiança como atitude básica, assim criando necessidade de mais e mais guias de bom falar em que se exporão novas e ainda mais espectaculares deficiências.

Algo mais atilada se mostra Sara de Almeida Leite em Para Acabar de vez com o Mau Português, de 2018. As matérias são organizadas por temas e a geral atitude é menos professoral, isto é, mais transigente. A velha questão obrigado, obrigada, resolve-se reconhecendo a obrigado o estatuto de forma invariável («gramaticalizada», diriam os especialistas). A redundância aviso prévio pode ter usos adequados. «Queria um café» é português genuíno. E destaquem-se as páginas em que mostra como o Acordo Ortográfico de 1990, que a autora respeita, veio tornar «mais provável a confusão» entre intercessão, interceção (isto é, intercepção) e interseção (isto é, intersecção). Afinal, ainda há acordistas lúcidos.

Só que, infelizmente, este livro repete a terraplenagem de tudo quanto não for achado racional. «Eu bem me parecia!», castiça fraseologia portuguesa, deverá tornar-se «Eu bem achava isso». «Passado umas horas», novo exemplo de gramaticalização, vê-se condenado. «Soa familiar» é descartado, quando dizemos naturalmente «Soa estranho», «Soa interessante» (Fernando Pessoa

escreveu: «o próprio verbo ‘parecer’ me soou cauteloso de mais»). Um gracioso dizer, «Eu, pessoalmente...», não é recomendável, quando afinal é corrente «Eu, por mim...». Outro gracioso giro frásico, «Tenho um amigo meu que...», é «de evitar». Em suma: o higienismo passa a língua a ferro.

Tarefa incomparavelmente mais útil foi a de João Andrade Peres e Telmo Móia, autores de Áreas Críticas da Língua Portuguesa, de 1995. Partindo de textos reais, expõem e comentam os âmbitos tornados problemáticos pela natural deriva do nosso idioma.

Muito proveitoso é, também, Em Português, Se Faz Favor, de Helder Guégués, de 2015. Também ele parte de textos autênticos, também ele comenta casos de «mau uso» de materiais linguísticos. Mas cada tema é largamente observado, debatido, ponderado. A mensagem implícita não é «vejam o que andam a fazer ao pobre do idioma», mas «reparem como o idioma é complexo, é frágil, mas também divertido». E o divertimento é sensível em cada página, com saídas como estas: «Arrear, guarde-se num escaninho do cérebro, mete sempre bestas», «Em Aquilino Ribeiro vê-se de tudo: o que se deve e o que se não deve imitar», «Juizes e procuradores usam beca. As togas são usadas pelos advogados».

Aguarda-se quem nos dê (estas dicas não levam comissão) os 500 Consequimentos menos Comuns da Língua Portuguesa, ou um Dicionário das Guinadas mais Violentas do Idioma. Contra a secular monotonia da descrença, contra a hipocondria colectiva que tomou o palco, importa contar a história de sucesso que foi a do nosso idioma.

Enquanto estas ideias vão só germinando, sirva-nos o Dicionário de Erros Falsos e Mitos do Português, de Marco Neves, que desarticula sem comiseração as falsas incorrecções que uma chusma de autores, com grande sentido de oportunidade, vieram oferecendo a um público ávido de segurança.

O português vem do árabe!

Em 2013, a prestigiosa editora Imprensa Nacional – Casa da Moeda publicou um Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa, de Adalberto Alves, volume de 960 páginas. A sua tese central fica expressa assim: no século de 700, «o galaico-português não existia, encontrando-se ainda em estado proteico, no ventre do leonês, no que à sua componente latina respeita. Tais circunstâncias históricas e de intercultura não devem ser esquecidas na explicação do importantíssimo papel desempenhado pelo árabe na formação do idioma pátrio». Nesta ordem de ideias, os vocábulos atribuídos ao latim e ao grego não passariam de «cultismos românicos artificialmente concebidos no intuito de apagamento da mácula árabe da língua dos vencedores cristãos» (destaque no original). Existiria, assim, uma vasta conspiração latinizante, destinada a esconder a origem árabe do português.

Deixemos de lado o ventre do leonês, onde a latinidade do nosso idioma teria dormido. Centremo-nos nos arabismos que teriam afeiçoado a língua portuguesa. E logo surge uma primeira perplexidade, um primeiro embaraço. É que numerosos vocábulos que teriam formado o português formaram, afinal, também... o espanhol.

Ficando-nos pelas palavras mais correntes, encontramos: abadia abadía, abdómen abdomen, algazarra algazara, abandonar abandonar, abandono abandono, abarcar abarcar, abóbora abobra, abrigar abrigar, abrigo abrigo, absorver absorber, absorto absorto, acabamento acabamiento, acabar acabar, açafata azafata, acalmar acalmar, acastanhado acastañado, acatamento acatamiento, acatar acatar, achacar achacar, achaque achaque, chegar allegar, acicate acicate, aclamar aclamar, aclamação aclamación, acobardar acobardar, acoitar acuitar, açoitar azotar, açoite azote, açor azor, acudir acudir, adarga adarga, ademane además, adicional adicional, adicionar adicionar, adobe adobe, aduana aduana, aduaneiro aduanero, adufe adufe, afanar afanar, afã afán, afanoso afanoso, afrouxar aflojar, agarrador agarrador, agarrante agarrante, agarrar agarrar, agazalhador agasajador, agasalhar agasajar, agasalho agasajo, aguazil aguacil, aguerrido aguerrido, aia aya. E paramos aqui, visto que iríamos encher o resto deste livro.

Uma vez que nos centrámos nas palavras mais correntes, mais

estruturais, fica exuberantemente demonstrado (na perspectiva de Adalberto Alves, entenda-se) que também o espanhol provém do árabe. Cai, pois, por terra qualquer especificidade portuguesa nesta matéria, e este dicionário, destinado a provar a origem árabe do português, transforma-se num amontoado de superfluidades.

Não é, porém, tudo ainda. É-nos servida a série abrigada, abrigado, abrigadoiro, abrigador, abrigadouro, abrigamento, abrigante, abrigar(-se), abrigo, abrigoso, abrigueiro, assombrosa oferta vocabular, sugerindo extenuantes pesquisas pessoais. Pois nada disso. Adalberto Alves limitou-se a copiar servilmente o que achou no dicionário Houaiss. E este tipo de listas é repetido ao longo do inteiro volume.

Escusado exigir-lhe comprovação daquilo que patentemente inculca, isto é, a origem árabe de formas nossas, expondo (é um mero exemplo) como é que al-barr l-garra, «a terra dos generosos», se transformou em abrigar. Nem aqui nem em nenhuma das centenas de páginas de cerrado léxico se aduz a mínima forma de transição (e teria forçosamente de havê-las) entre as supostas formas árabes originais e os materiais actuais portugueses. Não existe, igualmente, caso nenhum de evolução semântica, isto é, de mudança de significado, fenómeno correntíssimo entre idiomas. Tudo atravessou os séculos, sem o mínimo percalço, transformando-se por magia em... português. Digo bem, séculos. Porque, há-de reparar-se, não faltam formas historicamente recentes. Sirvam de exemplo abalo (1537), achega (1538), açular (1553), ademane (1557), acicate (1616), abdómen (1661), acepipe (1647), açaimo (1697), acirrar (1783).

E, depois, vamos imaginar que o vocábulo fundamental português guerra deriva, realmente, do ár. girra ou do ár. gâra (e não do germânico werra, do qual derivaram o esp. guerra, o cat. guerra, o ital. guerra e o fr. guerre). Continua a ser puro exibicionismo o atafulhar dum dicionário de arabismos com um sem-número de derivações, algumas recentíssimas como guerrilheiro (1820) e guerrilha (1836), dois consabidos castelhanismos, ou aguerrido (1836), um galicismo. E é pura extravagância fazer de fado um arabismo (o vocábulo vem do lat. fatu ‘predição’, mais tarde ‘destino’), enchendo o dicionário com fadinho, fadista, fadistagem,

fadistal, fadistão, fadistar, fadistice, fadistona, faduncho.
Enxurradas deste tipo repetem-se, atulhando o volume.

Conclui-se, desconsoladamente, que a Imprensa Nacional – Casa da Moeda, de tão excelentes tradições, emprestou o seu nome a uma gigantesca mistificação, que esconde, e desrespeita, o saudável enriquecimento que, historicamente, o árabe trouxe ao nosso idioma, objecto de estudo de verdadeiros arabistas como José Pedro Machado e Maria José de Moura Santos. É desta última a afirmação de que foram os moçárabes «o principal veículo transmissor de um grande número de vocábulos árabes para o nosso léxico, através da parte bilingue da população». Nos nossos arabismos, importa, ainda assim, distinguir aqueles que nos são exclusivos e os que compartilhamos com o espanhol.

O português vem do fenício!

Se esse Dicionário de Arabismos só inspira tristeza, a Origem da Língua Portuguesa. Palavras Portuguesas de Origem Fenícia, de Fernando Rodrigues de Almeida, também de 2013, é fonte inesgotável de folguedo. Veja-se, como exemplo de procedimento, a palavra acabar.

O verbo “acabar” é um caso muito interessante. Tem origem na palavra fenícia “øqb” [âqaba], que significa “chegar ao fim; parte final; até ao fim”, e a partir dela se constrói o verbo regular que conhecemos, o verbo “acabar”. Será quase desnecessário dizer que se entende como sem fundamento nem razão de ser a etimologia geralmente aceite que assenta numa hipotética palavra latina “accapare”, palavra essa que nunca existiu. O interesse desta e de outras situações semelhantes está sobretudo em perceber como se forma um verbo regular em português a partir da palavra fenícia, portanto como se aplica estrutura gramatical do português à palavra fenícia.

Muito interessante, sem dúvida. Só que essa mesma magna questão se põe igualmente ao esp. acabar, ao cat. acabar, ao fr. achever. E, assim, a situação privilegiada do português como peculiar receptáculo do fenício (estamos, não nos esqueçamos, a ler um livro chamado *A Origem da Língua Portuguesa*), essa situação distintiva e definidora começa a ficar um tanto minada. Na realidade, os três acabar e fr. achever estão historicamente relacionados com o lat. caput, com o esp. e port. cabo, o fr. a chief (de a chief venir, competentemente documentado). Dispensa-se, pois, *accapare como hipótese estritamente latina. E dispensa-se o fenício. Passemos a achar. Escreve Fernando Rodrigues de Almeida:

Dizem alguns dicionários que a palavra “achar” provém da palavra latina “afflare”, por “adflare”, que significa, ao que dizem, “farejar, encontrar”. Em fenício “ašr” [achare] significa “rasto, pegada, atrás de”, e é uma hipótese interessante para a a origem da nossa palavra “achar”, tomada nesse mesmo sentido. Já quando usamos a palavra “achar” no sentido de “exprimir a opinião”, a origem será também fenícia, mas residirá no termo “øš” [ache], que quer dizer “exprimir”.

Acontece que o lat. afflare é também origem do esp. hallar, actualmente menos usado, mas muito comum até 1900. E basta um só vocábulo, nesse idioma e no nosso, para exprimir o «achar» físico e o «achar» mental. Exit fenício. Abordemos apenas.

A palavra “apenas”, pelo menos quando significa “logo que, assim que” deve ser proveniente de “apn” [apene], que significa “então, ato seguido, na continuação”. Mesmo no sentido de “só, somente, unicamente”, a sua origem, embora mais tortuosa e menos clara, pode ser igualmente fenícia. Deve observar-se que em fenício “ap” [ape] é “nada, o que não tem valor [...], pois, logo” e “n’š” [nêš] é “desprezar, rejeitar”. Assim, “apn’š” [apenêš] pode ter sido na

origem “o que se rejeita por não ter valor” e ter sido usado mais tarde no sentido de “uma parte”. Diz-se habitualmente que a palavra “apenas” resulta de “a + penas”, sendo estas penas entendidas como “castigos”. Não é fácil encontrar algum sentido lógico nesta proposta tradicional.

Repare-se nesta necessidade duma lógica, preocupação constante neste livro, uma lógica, entenda-se, que, existente em fenício, teria vindo, através de 25 séculos, desembocar impecavelmente no português. Pergunta-se uma pessoa que lugar reconhecer, nesta exigente engrenagem, ao esp. apenas, ao cat. apenas, ao fr. à peine, ao ital. appena. E assim por trezentas e muitas páginas, numa marcha ofegante por ancorar privilegiadamente o português nesse afinal omnipresente, e tão promíscuo, fenício.

Um último, mas ainda mais detalhado, procedimento dá-nos o justo fruto deste esforço.

Atente-se que o “rk” fenício significa algo tão vago como “afrouxar, ser terno, macio, fraco, débil, mimoso, branco, suave, tímido, receoso, ser delicado, ser mole, ser vacilante...” Essa ideia geral, que não é exactamente nenhuma das palavras usadas para a definir, mas antes a ideia expressa por todas elas, quando por exemplo é associada ao fonema [sic] “maru” [mare], que significa “filho, gordo”, deu origem a “marreke”, e daí o nosso “maricas” (filho gordo, débil, mimoso, tímido, receoso, delicado...); associado a “bøir” [bôir], que em fenício significa “gado, animal”, criou o nosso “borrego” (animal branco, suave, delicado...); quando associado a “rph”, que significa genericamente “filho” deu origem a “rphrk” (rapâreke) o que em português originou a nossa “rapariga” (filha delicada).

E vem esta curiosa nota de rodapé:

Por oposição a ‘rapaz’, que provém de ‘rph øz’ (rapâaz), e que significa ‘filho forte’. Estará certamente o leitor mais atento a reparar que esse som “az” está presente no nome da mais forte carta do baralho, é designação de alguém especialmente dotado (o “az” do volante, por exemplo), e pode encontrar-se também no nome do metal mais forte da antiguidade – o aço, etc.

Entramos aqui numa espécie de euforia, em que tudo tem que ver com tudo, onde parar só é possível com esse promissor «etc.», envolvendo conceitos tão diversos como «maricas», «borrego», «rapariga», «rapaz», «ás» e «aço». Claro, «maricas» é débil, «borrego» é suave, «rapariga» é delicada, «rapaz» é forte, como um «ás», como o «aço». Através de incontáveis séculos, de milénios, essa lógica desembocou no português, esse tão privilegiado idioma, definindo-o, tornando-o naquilo que ele é. E não vale a pena ripostar com a relação directa de «maricas» a Maria, com as etimologias latinas de «borrego», de «rapaz», de «ás», de «aço», com a antiguidade galega de «rapariga». Sempre se nos dirá que sim, senhor, mas que, lá longe, muito atrás, na origem de tudo isso, esteve sempre o inenarrável fenício. Nada virá perturbar o transe divino em que o autor entrou e repetidamente se vai perder.

Mas talvez sempre valesse a pena lembrar que também o espanhol possui marica, possui borrego, as do baralho, as do volante, azo (aço) e mesmo rapaz como adjetivo. Só que, com as cerca de 70 por cento de coincidências com o espanhol através do inteiro volume, e as numerosas aproximações lógicas, delirantemente ideológicas, pouco poderá restar já da origem fenícia da língua portuguesa.

Existem óptimos estudos sobre a colonização fenícia do Ocidente (uma colonização de contacto com as elites autóctones e exploração de recursos, sobretudo da prata), e sabemos terem-se os visitantes orientais concentrado, por volta dos anos 600 a. C, no sul da actual Andaluzia (Huelva e Cádiz). Em território actualmente português, a presença foi mais modesta, com alguns estabelecimentos em estuários de rios. Só em Castro Marim, no leste algarvio, se deu uma fixação de mais firme teor, mesmo essa pouco duradoura.

Mas não existe, fora das tentativas de Fernando Rodrigues de Almeida, e do seu mentor Moisés Espírito Santo (autor dum Dicionário de Fenício-Português), nenhuma informação de natureza linguística, que fizesse a língua portuguesa originar-se, há dois milénios e meio, em paragens mediterrânicas, prolongando até hoje, ininterrupta e imaculadamente, um etéreo fenício.

Charlatanices linguísticas

Por profissionalismo, os etimologistas confessam a sua ignorância sobre a origem de determinadas palavras. É em tais falhas de informação que se lançam os oportunistas, atribuindo essa origem à área da sua especialidade: o fenício, o árabe, o banto, o celta.

Essas tentativas de encontrar para o português uma origem alternativa são, todas elas, produto duma visão essencialista, a-histórica, quase paradisíaca, dos idiomas. Dispensam qualquer documentação, quaisquer formas intermédias entre essas longínquas e abundantíssimas fontes e os vocábulos actuais. Nestes exercícios, o tempo é abolido. Tudo se passa num cenário mítico em que tudo acontece ao mesmo tempo.

Ora, são as repetidas certezas acerca de étimos árabes, fenícios ou outros que revelam o teor de credence aí envolvido. E quanto mais complexa é a etimologia aduzida, mais ela se denuncia como puxada pelos cabelos.

Por vezes, as descobertas são de fácil desarticulação. A pretensão de que «Quem tem boca vai a Roma» seria originalmente «Quem tem boca vai a Roma» cai por largas malhas. O dito «Quem tem boca vai a Roma» figura em várias obras seiscentistas, enquanto o verbo vaia, criado pelo português a partir do espanholismo vaia, tem primeira documentação 300 anos depois, no livro A Capital Federal, de 1897, do brasileiro Artur de Azevedo. Noutros casos, diverte-nos o inaudito achado que faz porrada (que deriva de porra e é também espanhol) ter origem mitológica em «Por Rá»! É etimologia de mesa de café, mas não se lhe pode negar algum fascínio.

Esses autores são charlatães de feira, duma convicção de fachada, duma habilidade malabarística ainda assim notável. Eles prosseguirão o seu funesto destino enquanto os linguistas, diante de tais embustes, continuarem a remeter-se a um chique, e conivente, distanciamento.

Capítulo 15 – Um idioma em circuito aberto

De vez em quando, descobrimos coisas terrivelmente profundas, assustadoras, muito maiores do que qualquer um de nós. Dizem-nos então que estamos doidos.

João Magueijo, físico teórico, Público, 15-X-2013

Idealizando o português

O presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, assina o primeiro contributo no primeiro dos 30 volumes da colecção Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa, do Círculo de Leitores, publicado em 2017, aos cuidados de José António Souto Cabo, e é dedicado aos Primeiros Textos em Português. Daquele contributo presidencial até às matérias do coordenador, a convicção da fundamental originalidade portuguesa do idioma é uma constante.

«Portugal é, no mundo» – assim abre o presidente Marcelo –, «um país grande pela língua que criou e globalizou» (destaque meu). Numa apresentação geral, os directores da colecção, José Eduardo Franco e Carlos Fiolhais, citam J. Pinharanda Gomes, que, em obra de 1966, escrevia: «Ao dealbar da unidade política europeia, Portugal dispõe já do instrumento necessário à sua missão. Além de um país independente, existe uma língua rica e autónoma, a portuguesa» (destaque meu), língua essa, afirmam os directores, «gerada na erosão da língua latina por via popular». E o próprio coordenador, o galego Souto Cabo, apresenta os materiais recolhidos como «as principais e mais recuadas manifestações do português como língua escrita e/ou de cultura» (destaque meu),

quando numerosos textos são manifestamente galegos. Estamos, pois, onde sempre estivemos: idealizando um idioma intrinsecamente original e único.

Estamos, de há muito, ideologicamente condicionados. Aprendemos a confundir, a comprimir num único milagre, a nacionalidade e a língua. Quando surge uma, surge a outra. Ninguém nos arranca isto da cabeça.

Para piorar as coisas, há dois factores históricos que ajudam a essa confusão, a essa compressão, e que acompanham, ambos, a nossa nacionalidade no século xii. O primeiro é o afundamento da Galiza como potência política, o segundo é o surgimento dos primeiros documentos escritos. São, até na cabeça de lúcidos linguistas, dois argumentos a favor da virgindade genética do português.

Esquecimento e lembrança da Galiza

As relações entre Portugal e a Galiza são, na cena portuguesa, uma problemática marginal. Se algum tema galego faz deter a imprensa portuguesa, será porque diz respeito directo ao próprio país (o caso da, ainda hoje inadequada, ferrovia Porto-Vigo) ou porque se presta a reportagens exóticas, com o refinado picante da proximidade geográfica. Já a complexa relação da Galiza com o conjunto do Estado espanhol, em si um exotismo político de primeira ordem no monolítico contexto português, nenhuma atenção parece merecer. Mesmo certas incursões literárias galegas por domínio português (em princípio, um grato pretexto para a autocomplacência) não chegam para tocar uma fibra lusa. Foi assim que as edições portuguesas de Papaventos, de Xavier Queipo, ou de Inxalá, de Carlos Quiroga, romances que exploram actuais e intrigantes contiguidades culturais, passaram quase despercebidas. Em suma: a Galiza não fala, presentemente, ao imaginário português. Será ela, culturalmente, tão-só uma reminiscência histórica a esfumar-se na distância? Pois bem, nem isso. Sirvam alguns exemplos.

A Idade Média seria, de todas as épocas, aquela em que podia

esperar-se alusões a algum mais estreito contacto cultural entre galegos e portugueses. A Galécia ainda seria recordada, as relações familiares das nobrezas galega e portugalense eram íntimas, a fronteira não passava duma fantasia dos centros de poder. Mas o que constatamos, na historiografia portuguesa mais recente, é a pura ausência de contactos culturais. A Galiza não aparece em *A Sociedade Medieval Portuguesa*, de 1987, do historiador Oliveira Marques, salvo numa passageira referência a peregrinações a Compostela. Na *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*, de 2010, de Bernardo Vasconcelos e Sousa, um sucesso de vendas, nada liga os portugueses ao país a norte. Na igualmente bem recebida *História de Portugal*, de 2010, coordenada por Rui Ramos, as relações culturais medievais entre os dois territórios são inexistentes. Mesmo em *Os Espanhóis e Portugal*, volumosíssima publicação de José Freire Antunes, de 2004, centrada nos últimos cem anos, não se aduz, entre as dezenas de intelectuais espanhóis, nenhum galego, nem sequer Castelao. Há, sim, um apartado de cinco páginas sobre «Salazar e a “anexação” da Galiza», mas nem um só galego surge aí em cena. E até as enternecedoras *Origens de Portugal: História Contada a uma Criança*, de Rómulo de Carvalho, de 1989, obra magnificamente editada pela Fundação Gulbenkian, só referem a Galiza quando, com um Portugal já bem adiantado, um rei português se mete em tropelias por terras galegas.

Tudo isto, não obstante haver publicações que criam laços à realidade galega, mas que, temos de concluir, nada vieram modificar no panorama dominante. Refiro-me aos volumes 137-138 e 139 de *Colóquio Letras*, de 1995, em que colaborou a fina-flor do ensaísmo galego da altura, a um número de *Nova Renascença*, de 1999, dedicado a temas culturais galegos, e um artigo de António Ventura, em volume de 2004.

Citem-se, também, as várias publicações do antropólogo António Medeiros, constantes da Bibliografia, com destaque para *Dois Lados de um Rio. Nacionalismo e Etnografia na Galiza e em Portugal*, de 2006, o volume do jornalista Rodrigues Vaz, *Os Galegos nas Letras Portuguesas*, de 2008, e o estudo histórico sobre o mosteiro de Oia, *Nos Dois Lados do Rio Minho*, de Ana Paula Leite Rodrigues, de 2017.

Na área da divulgação, merece particular menção a iniciativa galega, com A Imagem de Portugal na Galiza, de Carlos Quiroga, e A Imagem da Galiza em Portugal, de Carlos Pazos-Justo, ambos de 2016.

A questão galega que não houve

No âmbito propriamente dito da opinião influente, a ausência da Galiza é um facto, também. Nunca uma qualquer questão galega entrou no debate público português. E não faltaram pretextos.

Na década de 1950, um pensador português, Agostinho da Silva, andava pelo Brasil, fascinado com um ingente desígnio de reunião ibérica, que deveria iniciar-se pelo reencontro da Galiza e de Portugal, os «dois noivos que a vida separou». Expressia-o nestes termos:

Se há “talvez” para o passado da História, há “talvez” igualmente para o futuro da História; pode ser que um dia a reintegração da Península em si mesma, na sua liberdade essencial, se faça através da reunião de Portugal e da Galiza.

Nesses altíssimos planos, Portugal participaria «como uma das unidades autónomas de uma Ibéria». Com efeito, ajunta Agostinho, «nunca os portugueses negaram que fossem espanhóis no sentido de pertencerem à Península, espanhóis sim, mas espanhóis de Portugal». Essa Ibéria seria, assim, «uma Península regionalizada» e, mais exactamente, «uma companhia de repúblicas unificadas por uma coroa». E concluía:

Creio ainda que neste momento os espanhóis “periféricos” que

pensam, sentem que a entrada de Portugal numa reformulação ibérica é a garantia da sua própria liberdade.

Estas visões de Agostinho da Silva (título dum livro de Renato Epifânio, de 2006) são duma grandiosidade épica, mas assentam, ainda assim, num afinal lúcido apelo à contingência: «talvez», «se», «pode ser que».

Em Portugal, e até inícios dos anos 80, ainda a intervenção de Manuel Rodrigues Lapa trazia a Galiza, com regularidade, para as páginas de cultura dos jornais. Era, também, a época em que a linguística portuguesa – com Lapa, Lindley Cintra, Paiva Raposo, Helena Mateus – vivia a percepção do galego como norma dentro de um sistema que conglobava português e brasileiro. É provável que o regime de co-oficialidade da língua galega, que desde então vigora, mais o estabelecimento de um padrão linguístico próprio, tenham influído no abandono pelos linguistas portugueses dessa concepção reintegracionista. O epíteto é de Helena Mateus, que mais tarde desistiria dele.

Esparsas reflexões sobre as relações mútuas de Galiza e Portugal surgem nos anos de 1990. Detenhamo-nos num ensaio de Eduardo Lourenço e numa crónica de jornal de Fernando Rosas.

Eduardo Lourenço, o mais conceituado dos ensaístas portugueses, deu em 1996 uma conferência, no Porto, depois inserida em *A Nau de Ícaro*, seguido de *Imagem e Miragem da Lusofonia*, de 2004. Era pretexto a recém-criada CPLP, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (nesse momento ainda dos Povos), e a Galiza deveria, no entender do autor, ser aceite como parte dela. O ponto de partida era, nitidamente, cultural, e não linguístico em sentido estrito. O idioma surgira no noroeste peninsular, que incluía o Condado Portucalense, sendo a actual Galiza, pois, sua parte «matricial». Perguntava-se, pois, Lourenço: «Como imaginar o espaço lusófono [...] sem incluir nele a materna Galiza?» Enquanto tal não acontecesse, seriam descoincidentes «o espaço da lusofonia e o da comunidade de referência lusófona». Compreendendo-se que tal não fosse «questão de interesse» para o Brasil, era-o para Portugal, «por intrínseca pertença à mesma matriz e sensibilidade».

É então que Eduardo Lourenço exprime um ponto de vista deveras curioso. Para os portugueses, «a ausência da Galiza é mais aparente do que real, por há muito a termos incorporado à nossa cultura como versão arcaica e intemporal de nós mesmos». Exactamente o que, segundo ele, teriam feito também com Portugal os brasileiros. A Galiza sobrevive, assim, no país a sul, culturalmente digerida, diluída, nele.

Esta concepção vitalista é um achado, é uma racionalização elegante, mas historicamente duvidosa. Dois terços de Portugal sempre se conservaram alheios às cosmogonias setentrionais. E é, sobretudo, ideologicamente resvaladiça, porque facilmente recuperável por, como veremos, demagogias galaico-portuguesas.

O artigo do historiador Fernando Rosas, «A questão galega», no jornal Público, em 1997, tem abordagem diferente. O autor participara num colóquio organizado na Faculdade de Filologia de Santiago, e voltava de lá convencido de que, para o nacionalismo galego, «a língua e a cultura portuguesas são a expressão essencial da sua identidade como nação», assim como elementos de «separação e resistência face à hegemonia política e cultural do espanholismo, isto é, do Estado espanhol e da cultura castelhana». Não se entendia, segundo Rosas, que o presidente Jorge Sampaio tivesse equiparado «a questão galega» à da projectada regionalização em Portugal. Com efeito, «na Galiza não existe uma questão regional mas sim uma questão nacional». Também o historiador mostra estranheza pelo esquecimento da Galiza na formação da CPLP. E conclui interrogando: «Será assim tão difícil de compreender que, a vários títulos, a questão galega é, também, uma questão portuguesa?»

O artigo é, nitidamente, o testemunho de uma iluminação. O historiador, também dirigente do Bloco de Esquerda, achou-se confrontado (di-lo ele próprio) com uma ascensão eleitoral sem precedentes do BNG e, muito provavelmente, foi rodeado de entusiasmos de feição reintegracionista. Regressado ao seu país, decidiu espalhar a boa nova.

Não duvido um instante da absoluta sinceridade de Eduardo Lourenço e de Fernando Rosas. Pode, sim, lamentar-se que esta reflexão pública não haja tido continuidade visível, e que esses

textos se revelem duas felizes mas episódicas fracturas no padrão de ausência de debate cultural face à Galiza.

Um reduzido interesse

Verdade se diga: o reintegracionismo galego, mesmo o mais lúcido, nunca procurou o diálogo com a linguística portuguesa, que se suporia o seu mais óbvio interlocutor. Sempre lhe bastou acenar aos portugueses com o célebre artigo de 1973 de Manuel Rodrigues Lapa, já então desfasado da realidade cultural galega e muito em breve ultrapassado pela realidade política de toda a Espanha. O problema não estava só nessa inadequação do artigo, muito menos estava em Lapa, inspirador filólogo e respeitadíssimo democrata. Estava no persistente e genérico desinteresse português por qualquer causa galega. Lapa oferecia aquilo que nenhum galego informado iria aceitar.

Ao reintegracionismo impunha-se a captação de interesse em sectores decisivos da cidadania portuguesa e um diálogo realista com eles. Um modo acertado de, se necessário, forçar semelhante diálogo pudera ter sido uma demonstração linguística da suposta identidade de português e galego. Mas jamais alguém se deu ao incómodo. A mensagem implícita foi sempre «Se eu, galego, escrevo em português, é porque português e galego são a mesma língua», raciocínio circular de nula credibilidade. Deve acrescentar-se que os portugueses ou galegos denegadores de tal identidade estão, eles também, em dívida com a ciência. Mas, para eles, e por definição, a questão nunca foi vital.

Existiu, a meu ver, um motivo, basicamente pragmático, para o reintegracionismo prescindir de tais contactos e tais tarefas: o Portugal mental que ele construiu, com os seus tons rosa e os amanhãs que cantam, foi tido como o mais adequado à sedução da sociedade galega. Um embate com o Portugal real poderia desfazer o encanto.

Houve, é certo, e há ainda, intervenções galegas em ambiente

cultural português, potencialmente mais eficazes, desenvolvidas pelos professores José Luís Rodríguez, Elias Torres, X. R. Freixeiro Mato e Carlos Quiroga, com destaque para este último por uma regular colaboração no Jornal de Letras e nas Correntes d'Escritas, da Póvoa de Varzim. Mas mesmo essas intervenções não conseguiram, até hoje, duradouro êxito no abalar de seculares desinteresses e resistências.

No âmbito académico, florescem, sim, os contactos e as publicações, com destaque para as universidades de Lisboa, Porto e Braga, por um lado, e as de Santiago de Compostela e da Corunha, por outro. Existe, também, uma intensa colaboração entre instituições universitárias brasileiras e, na Galiza, a Universidade de Santiago e o Consello da Cultura Galega.

Em âmbito mais propriamente literário, várias iniciativas se desenvolveram entre nós. Destaque-se, na primeira década deste século, uma excelente série de traduções de literatura galega na editora portuense Deriva, de António Luís Catarino, com autores como Xavier Queipo, Gonzalo Navaza e Iria López Teijeiro. Anteriormente, haviam sido publicados, noutras editoras, os celebrados ficcionistas Méndez Ferrín e Manuel Rivas, com traduções de, entre outros, José Viale Moutinho e Pedro Tamen.

Em 2002, Pedro da Silveira organizara uma antologia de poesia traduzida, Mesa de Amigos, na qual figuravam sumidades galegas como Fermín Bouza Brey, Celso Emilio Ferreiro e Álvaro Cunqueiro. Mas já em 1978, Viale Moutinho tinha reunido autores galegos de poesia de combate em De Foice Erguida.

Sobre a problemática de traduções de e para o galego, é muito esclarecedor o artigo de Henrique Monteagudo, de 2019. Aí é sublinhada uma importante assimetria. «Conhecimento, reconhecimento e inteligibilidade mútua das línguas tanto escritas como faladas não são mútuos entre os falantes de galego e português, ou pelo menos não são simétricos. A população galega conhece, reconhece e compreende o português, quer falado quer escrito, muito melhor que a contrapartida.»

Algumas ligações perigosas

Em 1994, um membro da Associação de Amizade Galiza-Portugal, reintegracionista de tendência radical, declara, ao Público, que o objectivo final do agrupamento é a «reunificação da Galiza e Portugal», exactamente um dos sonhos acalentados por alguma extrema-direita portuguesa.

Mas o exemplo mais relevante dessa convivência do reintegracionismo galego com a direita radical portuguesa seria dado com o volume Galiza, Portugal – Uma só Nação, de 1997, editado em Lisboa por figuras centrais do Partido Nacional Renovador (PNR). O livro reúne 20 colaborações de autores portugueses e galegos, entre elas uma de Rodrigues Lapa, falecido oito anos antes. A genérica abordagem é ideológica, com momentos autenticamente surpreendentes. Quero crer que os oito reintegracionistas participantes foram aliciados pela inaudita perspectiva de publicarem em Portugal.

Sendo muito raros os livros de um autor português sobre as relações culturais entre o nosso país e a nação galega, só por isso Portugal e Galiza: Encantos e Encontros, de José David Santos Araújo, de 2004, então dirigente do mesmo partido ultranacionalista, já seria importante. Entre os nossos dois países – a Galiza é um país, e uma nação, dentro do Estado Espanhol –, o diálogo tem mostrado grande assimetria. Foram quase sempre «eles» a interessarem-se por nós, sendo comum a todos os mentores culturais galegos do século xx a convicção duma comunidade cultural e linguística galego-portuguesa. Mesmo assim (e mostrá-lo é um dos méritos deste livro), o empenhamento português não se limitou à figura, decerto eminente, de Rodrigues Lapa, como conheceu em Leite de Vasconcelos, em Pascoaes e em Júlio Dantas curiosíssimas contribuições.

Em Maio de 2006, esse mesmo dirigente, entretanto presidente dum Fórum de Amizade Galiza-Portugal, organizava em Vila Verde o colóquio «Galiza: espaço lusófono?», e nele participavam activamente, de novo, proeminentes figuras do reintegracionismo

galego. Certo: nenhum de nós está livre de maus passos. Mas em defensores de causas esperava-se especial discernimento. Para o simpatizante português do reintegracionismo, ou genericamente da Galiza, esta promiscuidade gera um particular embaraço.

É, com efeito, de surpreender este bom entendimento, esta autêntica cumplicidade, entre um reintegracionismo galego conotado com a esquerda e sectores portugueses direitistas. O enigma não o é, porém. Trata-se de um aconchego ideológico entre utopias, passadistas as portuguesas, dum futuro as galegas, mas todas envoltas em névoas, em voluntarismos, em retórica, e sobretudo isentas de qualquer interesse real, concreto, linguístico, pelo idioma.

Como se tal não bastasse, o entendimento do reintegracionismo galego, confesso inimigo da potência opressora madrilena, estende-se à mais castiça hispanofilia portuguesa. Amigos de casa em Compostela são o professor João Malaca Casteleiro, que, em plena Galiza, convidou os seus hóspedes a uma colaboração universal com o espanhol, a professora Ana Paula Laborinho, com a mesmíssima dinamizadora mensagem, o professor Carlos Reis, mais sensato, mas agraciado com alta condecoração espanhola. Também aqui tudo se passa numa realidade paralela, sobretudo paralela àquilo de que dizem falar: duma língua. As ideologias entendem-se espantosamente bem.

Já foi aqui recordada a pressurosa apetência reintegracionista pelo Acordo Ortográfico de 1990, de que todas estas personalidades portuguesas são devotados propagadores. A Lusofonia e a Hispanofonia são duas irmãs gémeas, e o reintegracionismo galego convive bem com isso.

Na Introdução, já foi sublinhado quanto a unidade da língua inspira, hoje ainda, uma conexão à Galiza por parte de sectores da direita radical portuguesa, com destaque para o juvenil círculo da Nova Portugalidade.

Os galegos, que coqueteiam com uma sua proverbial indefinição – no meio duma escada, não sabem se estão a subir ou a descer, é a repetida imagem –, deveriam saber que as indefinições se atraem perigosamente. Numa entrevista que fiz ao saudoso professor galego

Ramiro Fonte, director do Instituto Cervantes em Lisboa, surgiu esta iluminadora observação: «Em Espanha existe a convicção de que Portugal é um país fácil de entender. Ora, é exactamente muito complexo. Deixa-se conhecer, decerto. Mas na vida portuguesa há zonas de grande privacidade, de um enorme recato. São zonas de mistério, de duplicidade moral, de segredo.»

Alguns galegos são, parece, especialmente atreitos aos penumbrosos esconsos da alma portuguesa, sempre, de resto, disponíveis para eles: com Pascoaes e o seu saudosismo englobador da Galiza, com Lapa e a sua «salva de prata», com Agostinho da Silva e o nosso místico noivado fomentador de «reformulações ibéricas», com os nossos hispanófilos e a sua sofreguidão planetária, com as actuais adolescentes portugalidades, um eternamente requentado Quinto Império. Eis o que temos para lhes oferecer: uma mancheia de «névoas encantadas», um monumental nevoeiro.

«Uma imensa Galiza»?

Na imagem mental dos portugueses, tudo apontou sempre para sul. Foi a formação do país, foi a capitalidade de Lisboa, foi a partida rumo ao mundo, foi o Império. Actua, também, uma imagem para leste, rumo à Espanha e à Europa. Mas nenhuma imagem forte e inspiradora de entusiasmos aponta decididamente a norte. Pode-se lamentá-lo, e muitos galegos o lamentam, mas há séculos que a mente portuguesa não precisa da Galiza para entender nada deste mundo. O livro de Miguel Real, *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, de 2017, com 240 páginas, é nisto paradigmático.

Trata-se duma obra, em si, imensamente lúcida, negadora de qualquer «essência identitária de Portugal», informadíssima e criadora de sínteses dificilmente ultrapassáveis (Viriato, Vieira, Pombal). Mas, por mais tentativas de reatá-lo a climas europeus, Portugal prova-se culturalmente um oásis. As «cantigas de amigo» são nossas, a «saudade» é um sentimento intrinsecamente português, tudo quanto é importante começou no Condado Portucalense, o «nascimento heróico» de Portugal dá-se contra Leão

e Castela, enfim, exprimimo-nos numa «língua derivada do latim popular falada no tempo da Reconquista». Para trás, ficaram Viriato e os seus «lusitanos», mais o «Reino Peninsular dos Godos no século vi» de que herdámos «o desejo de unidade».

A primeira referência à Galiza aparece na página 130. E aponta – como as que se seguirão, todas nitidamente de passagem – à pequenez e insignificância daquela região. O único momento em que Miguel Real refere explicitamente a Galiza é para descrever aquilo que nunca desejaríamos para nós. Num exercício mental em que imaginássemos desaparecido de Portugal tudo quanto é arte literária, pictórica, arquitectónica, científica, dele, escreve o autor, «restaria apenas a narrativa de um território pobre, semelhante à Galiza, cujo único (e não pequeno) mérito teria sido o de ter resistido a Castela. [...] Seríamos uma imensa Galiza, rural, aldeã na sua pobreza congénita, alforge permanente de emigração».

Eis, em todo o seu esplendor, na pena dum dos mais celebrados ensaístas portugueses da cultura, a imagem rasurante, aniquiladora, do que existir para lá do Minho. Se dúvidas ainda houvesse, a demonstração ficou dada: na imagem que os portugueses fazem de si, do seu país e da sua história, nenhum papel está reservado à Galiza. Certo. Mas dispensava-se o requinte de declará-la culturalmente nula... Isto pediria encerramento de Miguel Real no farol da Corunha, a pão e água, com as 750 páginas de *Os Libros Arden Mal*, de Rivas, por distração.

Para piorar o que ainda pudesse ser piorado, a própria imagem cultural da Galiza captada em Portugal é brumosa, prenhe de ruído, e, por isso, dificilmente aproveitável. O genérico desconhecimento das relações internas galegas leva instituições culturais portuguesas, algumas de alta responsabilidade, a acarinharem como representantes da Galiza a indivíduos e agrupamentos marginais, que navegam, visivelmente gratos, nessa nossa ignorante generosidade. Em suma: vivemos, uns e outros, numa intrinsecamente viciada troca de dissonâncias.

Fora do redil académico

Os anos finais do século xx foram a época heróica da Internet. Em Portugal, o Ministério da Cultura criou uma plataforma gratuita e, para a época, confortável, atribuindo 2 megabytes de espaço pessoal. Chamava-se Terràvista e continha suplementares, e concorridos, canais de debate. Um deles, Lusofonia, concitou o persistente interesse de portugueses, africanos, brasileiros e também galegos.

Fiz a história desse animadíssimo diálogo, que apresentei num Congresso em Compostela, no Verão de 2005. Eu não participara na discussão, mas tive a sorte de aceder à totalidade dos materiais de 1998 a 2001, ano em que as caixas de comentários foram encerradas. Na revista Única do Expresso de 7-X-2005, reportei os factos, com depoimentos dos principais participantes. Na Bibliografia, há remissão para uma reflexão posterior.

Este debate entre leigos fora da caixa mostrou quanto o tema das relações Portugal-Galiza podia manter, anos a fio, um grupo intensamente dialogante. Nesse afrontamento de excepcional sinceridade, surgiram mal-entendidos, deram-se autênticos conflitos, com ameaças de corte de relações, mas também desinibidas aproximações, reatamento de contactos, por vezes com intervenção alheia, crescimento em interesse e informação, sempre com o idioma como fio condutor e pretexto.

Esta experiência, irrepetível por definição, veio assegurar que, reunidos factores propícios, um diálogo de galegos e falantes de português pode desenvolver-se num clima descontraído, estimulante, enriquecedor de todos.

Um modo muito prático, e muito efectivo, de encetar, por nossa conta e risco, esse contacto é o estudo da língua galega. Mais prático e mais efectivo ainda é lançar-se à leitura de textos galegos, literários ou não. A net está bem provida deles. A surpresa será, sempre, a da facilidade com que nos adentramos nesse mundo, ao mesmo tempo estranho e familiar.

«Um pouco mais de mundo»

E, de repente, no ano de 2019, um golpe de teatro. Portugal produz, pela pena de Marco Neves, um livro único, engenhoso numa ponta à outra, recheado de informação, imensamente arguto: O Galego e o Português São a Mesma Língua? Perguntas Portuguesas sobre o Galego. Era o livro de que estávamos necessitados, nós, os que nos interessamos pelo galego, eles, os galegos que se interessam pelo português.

Parte dum princípio muito saudável: o da continuidade do idioma. Contra a corrente, como se sabe. «O que se passa é que é muito mais fácil notar as pequenas diferenças, que irritam muita gente, do que sublinhar a incrível continuidade da língua ao longo dos séculos.» É-nos contada a história linguística da Península, chave para entender a diversidade no interior da Espanha, objecto da estranheza, quando não da resistência, por parte do cidadão português, confortável no seu país perfeito na geografia, na cultura, na unidade política, na língua. Porque é que não haveria a Espanha de ser um Portugal em ponto maior? O interlocutor português (o livro é, todo ele, um diálogo com essa personagem) sai vivo da refrega, mas com escoriações, e, felizmente, muito informado.

O galego, e a Galiza em geral, são a causa maior dos atritos. As patentes semelhanças com o cenário português vêm desafiar ainda mais a necessidade portuguesa de sentir-se único no universo. Ora, é exactamente aí que Marco Neves – que no seu blogue Certas Palavras já, por várias vezes, trouxera o tema à luz – faz finca-pé. Se o português é tão cioso da sua cultura, do seu idioma, da sua unicidade, há-de ser ele o primeiro a entender porque catalães, bascos e galegos querem, exigem mesmo, ser distinguidos numa massa espanhola demasiado uniformizada.

Entretanto, com Marco Neves, fomos mais longe. Fomos ao início da linguagem, vimos a impossibilidade de manter a humanidade dentro dum só idioma, examinámos o devir da vasta família linguística, a indo-europeia, a que pertencemos, observámos a mãe latina a prolongar-se em nós e nas línguas irmãs da nossa, passámos

em revista a história da Espanha, problema número um de toda esta matéria.

E o galego, mais o português, são então o mesmo idioma? Não o são? Não vou revelar o desenlace. Só direi que é lógico, ponderado, altamente aceitável. E que não está assim muito longe daquele que, aqui, foi desenhado.

Saímos, também, muito informados sobre as «batalhas linguísticas» que se travam na Galiza, mormente no atinente à forma escrita, à ortografia. Marco Neves tem, a este pretexto, um conselho muito lúcido a dar-nos: «Andar a propalar a unidade de galego e português em Portugal quando, a esse propósito, nem os galegos se entendem parece-me não só inútil como contraproducente.»

«Para destinos diferentes»

Processos de afastamento, são, na história das línguas, inelutáveis. Todos os esforços de convergência se provam, aí, condenados ao fracasso. É o caso do português europeu e do português brasileiro.

Recordemos o que, em artigo de 2007, afirmava Ivo Castro: «Portugal e Brasil prosseguem as suas respectivas histórias linguísticas que se dirigem, tanto quanto é possível observar, para destinos diferentes.» Isto é, a língua materna de brasileiros e a de portugueses entraram numa deriva irreversível que tornará, cada dia que passa, mais difícil reconhecer como seus o léxico, a semântica, a morfologia, a fraseologia, a pragmática, e mais do que tudo a sintaxe, dos outros. Esta situação foi criada, já de há muito, pela ausência, aliás saudável, duma política da língua por parte do Portugal colonizador.

Sendo assim, o apelo à construção duma «Lusofonia» com fundamento, não na História, que desune, mas na Língua, que uniria, parte duma ilusão, que progressivamente se irá vendo desfeita. Esse apelo aparece expresso no livro de Miguel Real acima citado. Pois bem: cada tradução brasileira e cada tradução

portuguesa duma obra estrangeira são um sorriso bem-humorado, e diário, na face da retórica linguística lusófona. Insista-se: traduções lusófonas – como seriam as traduções luso-brasileiras, se as houvesse – nunca existiram e nunca existirão.

Compreende-se que esse processo de afastamento das duas normas, a brasileira e a portuguesa, nunca tenha sido objecto de planos, ou de intenções de invertê-lo, e sequer desacelerá-lo.

O Acordo Ortográfico de 1990, produzido em bases linguística e pedagogicamente deficientes, nenhum efeito teve, ou terá, nessa deriva. A própria proposta, contida nesse acordo, de uniformizar as terminologias científicas e técnicas, medida tida por exequível e urgente (a uniformização deveria estar consumada a 1 de Janeiro de 1993), nunca foi sequer objecto de atenção. Não existe, nem em Portugal nem no Brasil, vontade alguma quer política quer científica, com um mínimo de eficácia, de travar as já tão actuaes «forças de separação» (termos de Ivo Castro) das duas variedades de português. E não deverá admirar-nos. Estamos, nestes domínios, entregues a mecanismos e processos históricos que tornam ociosa qualquer tentativa de intervenção.

As dinâmicas dos idiomas não se compadecem com atitudes voluntaristas, ideológicas. Por si, essas atitudes nada conseguirão, menos ainda se repassadas de lirismos e nostalgias. Quando não se criaram instrumentos adequados à aproximação de duas variedades linguísticas, quando não existe sequer uma real e realista intenção de criá-los, o sonho de qualquer aproximação não pode sequer ser sonhado.

Sendo assim, merece preferência o desdramatizar do processo que vai conduzir ao ponto onde os nossos caminhos irão separar-se. Pode demorar ainda dezenas de anos, mas ele há-de chegar. A quem pretender negá-lo deve pedir-se, só, que exponha o modo de travar essa deriva. Não o saberá. Ou exprimirá piedosos votos que serão outros tantos esconjuros. Muito mais produtivo será o esforço de nos conhecermos. Para os portugueses, isso poderá significar a leitura de literatura brasileira, felizmente difundida em Portugal, e do ensaio e divulgação brasileiros, estes actualmente menos acessíveis.

Idioma difusor

A experiência do português como instrumento de contactos alargados é não apenas uma surpresa: pode provar-se um deslumbramento. Isto deve-se, decisivamente, à abertura que sempre o português patenteou, à sua característica de bom aproveitador de quanto, à sua volta, achava de útil. Na vida diária, tendemos a considerar exagero algumas importações lexicais, e algumas são-no deveras, mas esquecemos que, hoje, só tiramos vantagem do muito que, assente a poeira, ficou à nossa disposição. Caso nos servíssemos tão-só daquilo que nós próprios produzimos, rapidamente estaríamos a titubear.

Mas, se fomos sobretudo um idioma importador, alguma coisa produzimos, também, de proveitoso para o largo mundo. Vejamos uma série de adjectivos em que o português se adiantou a três outras importantes línguas latinas. Está organizada por ordem cronológica.

	português	espanhol	francês	italiano
compulsivo	1534	1589	1946	1990
ascensional	1537	1856	1557	1572
enfático	1543	1587	1579	1600
irrisório	1543	1589	–	1726
bancário	1552	1746	1820	1566
equiparável	1710	1894	–	1869
atmosférico	1712	1728	1781	1789
interino	1727	1734	1796	1737
casuístico	1789	1793	1829	1910
tonitruante	1881	–	1886	1927
reivindicativo	1899	1963	1949	1962

Vários destes vocábulos são originados no grego (como enfático) ou no latim (como equiparável, irrisório, tonitruante), mas trata-se em maioria de criações eruditas dos séculos xvi e seguintes.

Nesta lista, as casas vazias indicam a inexistência da palavra no respectivo idioma. No caso de irrisório, o francês tem contudo *dérisoire*, de 1473. Por vezes, há pequenas divergências nas formas: o francês faz *intérimaire* e *revendicatif*, o italiano *casístico* e *rivendicativo*.

Na maioria dos casos, o adiantamento português a outra língua é só de alguns decénios, e, por vezes, menos. Mas equiparável e reivindicativo conservam-se longo tempo portugueses antes de atingirem outro idioma.

Pode, aqui e ali, estar-se perante uma distorção estatística. Isto é, a palavra apareceu inicialmente noutro idioma, mas a primeira ocorrência conhecida deu-se no português. Poderia ser o caso de *ascensional*, encontrável numa obra de Pedro Nunes, e que só regressará a usos portugueses perto de 1900. Ou o caso de *bancário*, provavelmente uma criação italiana, mas surgido primeiro em português em letra de forma.

Curioso é, sim, o caso dum vocábulo como *atmosférico*, entrado em 1712 no dicionário de Bluteau. A língua que se segue é o inglês, em 1722. O termo espanhol aparecerá em 1728 no *Teatro Crítico Universal*, obra do galego Benito Feijóo, que sabemos bom frequentador daquele dicionário português. Notável é, porém, a demora, de meio século, da sua aparição em francês e italiano.

Não averigui quais os substantivos e os verbos em que o português foi o primeiro a entrar em cena. Hão-de ter sido em número apreciável também. Isso significa que a nossa língua – sem poder comparar-se ao francês, de longe o mais criativo dos idiomas latinos – deu o seu quinhão à cultura lexical europeia.

E aqui termina esta viagem pela história da língua portuguesa, que, já perfeitamente reconhecível, lança fortes raízes a eras em que de Portugal nem notícia havia, nem se sabia que iria haver. Isto, em

vez de diminuir-nos, torna-nos ainda mais originais. Ter uma língua que poderia nunca ter sido nossa, e que tão nossa acabou por ser, é cenário que bem poucos povos podem chamar seu. E, se para alguma coisa este livro deixa um alerta, é para essa curiosa constante de os factos históricos tenderem a ser mais recuados – por vezes muito mais recuados – do que habitualmente admitimos. Em aditamento, ficou a demonstração de que a continuidade dos materiais é muito mais sugestiva, e até mais decisiva, do que a sua mudança.

As perspectivas para o nosso idioma, essas, são as melhores. Para deixar falar, por último, Ivo Castro no já citado e importante artigo de 2007:

A separação estrutural entre a língua de Portugal, a do Brasil e a dos países africanos é um fenómeno lento e de águas profundas que muitos preferem não observar.

Mas, já em 1998, o mestre lisboeta se exprimira nestes termos duma tremenda sinceridade (destaque meu):

A história da língua portuguesa pode ser resumida numa frase: falamos uma língua que nasceu fora do nosso território (de nós, portugueses) e cujo futuro será em larga medida decidido fora das nossas mãos. A língua portuguesa, numa visão temporal ampla, acha-se de passagem por Portugal.

O português promete, pois, dividir-se – ou multiplicar-se – em outros idiomas, tal como um dia aconteceu à língua dos romanos, que, por eles, não tinham destas andanças da História a mínima ideia. Isso faz-nos, a nós, mais felizes? É o mais certo. Porque, pensando bem, é sempre melhor uma pessoa andar prevenida.

Bibliografia

Almeida, Fernando Rodrigues de, *A Origem da Língua Portuguesa. Palavras Portuguesas de Origem Fenícia*, Lisboa, Chiado Editora, 2013.

Almeida, José João, *Dicionário de Calão e Expressões Idiomáticas*, Lisboa, Guerra e Paz, Editores, 2019.

Almeida, Fialho de, *Cadernos de Viagem: 1905*, ed. e notas de Lourdes Carita. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 1996 [ed. portuguesa de Lourdes Carita, realização técnica de Vasco Rosa. Lisboa: O Independente, 2001].

Almeida, Onésimo Teotónio, *A Obsessão da Portugalidade. Identidade, Língua, Saudade & Valores*, Lisboa, Quetzal, 2018.

Álvarez Blanco, Rosario, «Gramática contrastiva do portugués e o galego: o diminutivo», in L. Iglesias Rábade et al. (eds.), *Studies in Contrastive Linguistics. Proceedings of the 2nd International Contrastive Linguistics Conference, USC, 2002*, pp. 91-107.

— «Variación e mudanza na morfoloxía do diminutivo: apuntamentos a partir da comparación entre galego e portugués brasileiro», in Xoán Carlos Lagares & Henrique Monteagudo (orgs.), *Galego e Português Brasileiro: História, Variação e Mudança*, Niterói, Editora da UFF, 2012, pp. 129-155.

Álvarez Cáccamo, Celso, «O “galego” frente ao “português”, ou a lógica social da diferença», in Camilo Fernández (ed.), *A Língua e a Literatura Galegas nos Alicerces do Terceiro Rexurdimento*, Terrassa: Xunta de Galicia/Amics de les Arts i Joventuts musicals de Terrassa/UNED-Terrassa, 1999, pp. 43-49.

Álvarez Pérez, Xosé Afonso, «A fronteira entre galego e portugués. A perspectiva portuguesa», in E. Gugenberger, H. Monteagudo & G. Rei-Doval (eds.), *Contacto de Línguas, Hibridade, Cambio: Contextos, Procesos e Consecuencias*, Santiago de Compostela,

Consello da Cultura Galega/Instituto da Lingua Galega, 2013, pp. 97-136.

Alves, Adalberto, Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2013.

Antunes, José Freire, Os Espanhóis e Portugal, Lisboa, Oficina do Livro, 2003.

Araújo, José David Santos, Portugal e Galiza: Encantos e Encontros, Santiago, Laiovento, 2004.

Azevedo, Maria Luísa Seabra Marques de, Moçarabismo e Toponímia em Portugal, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2015.

Bagno, Marcos, «O português não procede do latim. Uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego», in Grial, 191, 2011, pp. 34-39.

— «Do galego ao brasileiro», Gramática Pedagógica do Português Brasileiro, São Paulo, Parábola, 2012, pp. 201-253.

Banhos, Alexandre et al., Galiza, Portugal – Uma só Nação, Lisboa, Nova Arrancada, 1997.

Banza, Ana Paula & Maria Filomena Gonçalves, Roteiro de História da Língua Portuguesa, Universidade de Évora, Cátedra UNESCO, 2018.

Barros, Anabela Leal de, «Contributos para a caracterização morfológica e sintáctica do galego-português: o estado da língua na Crónica Troiana», in Actas do Encontro História da Língua e História da Gramática, Universidade do Minho, Braga, 2002, pp. 25-71.

Barros, Carlos, «Por unha síntese celto-castrexa da Gallaecia antiga», 28-VI-2019. Disponível em <https://www.sermosgaliza.gal/opinion/carlos-barros/sintese-celto-castrexa-da-gallaecia-antiga/20190628104121081339.html>.

Benozzo, Francesco, «L'Australopiteco e l'origine del linguaggio»,

Etnologia, Abril de 2017. Disponível em <http://hdl.handle.net/11585/580425>.

Blanco Pérez, Domingo, «A lingua oral e o estudio do galego no século xviii», in *Verba*, 17, 1990, pp. 93-115.

Boléo, Manuel de Paiva & Maria Helena Santos Silva, «O “Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental”», in *Boletim de Filologia*, 20, 1962, pp. 85-112.

Borrvalho, Maria Luísa Malato, «Porque é que a História esqueceu a literatura portuguesa do século xviii», in *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*, vol. I, Porto, 2004, pp. 63-83.

Bustos Tovar, José Jesús de, «Léxico en el romance primitivo», in Beatriz Díez Calleja (ed.), *El Primitivo Romance Hispánico*, Instituto Castellano Y Leonés de la Lengua, 2008, pp. 319-323.

Brissos, Fernando, «Proposta de reformulação da caracterização do noroeste português», in *Estudos de Linguística Galega*, volume especial, I, 2018, pp. 193-208.

Cardeira, Esperança, *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 2005.

— *O Essencial sobre a História do Português*, Lisboa, Caminho, 2006.

Carrasco González, Juan M., «A lingua portuguesa na fin da Idade Media», in Ramón Mariño Paz & Xavier Varela Barreiro (eds.), *A Lingua Galega no Solpor Medieval*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 2016, pp. 37-66.

Carvalho, Joaquim de, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do Século xv*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1949.

Carvalho, Joaquim Brandão de, «L'évolution des sonantes ibéro-romanes et la chute -n-, -l- en gallaïco-portugais», in *Revue de Linguistique Romane*, 53 (1989), pp. 159-188.

Carvalho, José Gonçalo Herculano de, «Moçarabismo linguístico ao sul do Mondego», in *Estudos Linguísticos*, 1.^o vol., 2.^a ed., Coimbra,

Atlântida, 1973, pp. 159-170.

Carvalho, Maria José de, «Síncope de -N- e -L- intervocálicos no (galego)-português medieval: resultado e cronologias», in Verba, 43 (2016), pp. 1-46 [?].

Carvalho, Rómulo de, As Origens de Portugal. História Contada a Uma Criança [1989], 6.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

Castelao, Daniel, Sempre em Galiza, Vigo, Galaxia, 1947/2000. Ed. em português: Fernando Vasquez Corredoira (ed.), Sempre em Galiza, Através Editora, 2010.

Castro, Ivo, «A elaboração da língua portuguesa no tempo do Infante D. Pedro», in Biblos, 69, 1993, pp. 97-106. Tb em: A Estrada de Cintra.

— «Para uma história do português clássico», in Actas do Congresso Internacional sobre o Português, vol. II, Lisboa, APL/Colibri, 1994, pp. 135-150.

— Galegos e Mouros [1996], Lisboa, Colibri, 2002. Disponível em: clul.ul.pt/files/ivo_castro/1996_Galegos_e_Mouros.pdf. Tb em A Estrada de Cintra.

— [Depoimento em mesa-redonda], in Discursos, n.º 15, 1998, pp. 68-77.

— «Comentário», A Língua Portuguesa: Presente e Futuro, FCG, 2005, pp. 9-282.

— Introdução à História do Português, 2.^a ed., revista e muito ampliada, Lisboa, Colibri, 2006.

— «Uma língua que veio de longe», in Catálogo da exposição Lusa – A Matriz Portuguesa, vol. II, São Paulo, Mag Mais Rede Cultural, 2007, pp. 110-119.

— «Forças de união e separação no espaço da língua portuguesa», in Conferência, Institut d'Estudis Catalans, 2007.

— «Formação da língua portuguesa», in Eduardo Paiva Raposo et al. (orgs.), *Gramática do Português*, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 2013, pp. 5-14.

— *Historia de la Lengua Portuguesa*, Bogotá, Publicaciones del Instituto Caro Y Cuervo, 2013.

— «História da língua, história da nação», in *Diário de Notícias*, 15.02.2014.

— *A Estrada de Cintra. Estudos de Linguística Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2017.

Castro, Ivo & Yara Frateschi Vieira, «Ideias e opiniões seladas: diálogo entre Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis sobre o galego-português», in *Floema*, 5, 2009, pp. 83-102.

Castro Lopes, Maurício, Beatriz Peres Bieites & Eduardo Sanches Maragoto, *Manual Galego de Língua e Estilo*, Galiza, 2007.

Coelho, Adolfo, *A Língua Portuguesa*, 2.a ed., Porto, Magalhães e Moniz, 1887.

Cordal Fustes, Xabier, «A ideoloxía reintegracionista (notas de filoloxía política 2.0)», in *A Trabe de Ouro*, 79, 2009, pp. 27-47.

Cristóvão, Fernando, *Da Lusitanidade à Lusofonia*, Coimbra, Almedina, 2008.

Cunha, Carlos Manuel Ferreira da, *A Construção do Discurso da História Literária na Literatura Portuguesa do Século XIX*. Braga, Universidade do Minho, Centro de Estudo Humanísticos, 2002. Disponível em: repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/22562.

Deutscher, Guy, *The Unfolding of Language: An Evolutionary Tour of Mankind's Greatest Invention*, Londres, Cornerstone, 2006.

Duarte, Sónia, «O galego nos textos metalinguísticos portugueses (séculos XVI-XIX)», in *Revista Galega de Filoloxía*, 2015, 16, pp. 75-105.

— «A mediação do castelhano na tradição de descrição do plural em

português», in Sónia Duarte & Rogelio Ponce de León, *Estudos de Historiografia Linguística Portuguesa*, Porto, FLUP, 2019, pp. 81-103.

Dubert García, Francisco, «Sobre a Gallaecia Magna e as relações históricas e xeolingüísticas entre Galego, Português e Asturiano», in *Estudis Romanics*, Institut d'Estudis Catalans, vol. 39, 2017, pp. 43-69.

Emiliano, António, *Fonética do Português Europeu*, Lisboa, Guimarães Editores, 2009.

Epifânio, Renato, *Visões de Agostinho da Silva*, Corroios, Zéfiro, 2006.

— «A visão de Agostinho da Silva da Galiza, da Ibéria e da Europa», in *Revista Convergência Lusíada*, 23, Rio de Janeiro, 2007, pp. 331-341.

— «Entre Portugal e a Galiza, “dois noivos que a vida separou”: A visão de Agostinho da Silva de Portugal, da Galiza e da Ibéria», in *Sobre a Saudade. V Colóquio Luso-Galaico*, Sintra, Zéfiro, 2017, pp. 254-259.

Fagim, Valentim R., *Do Ñ para o NH*, Ourense, AGAL, 2009.

Faraco, Carlos Alberto, *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*, São Paulo, Parábola Editorial, 2016.

— *História do Português*, São Paulo, Parábola Editorial, 2019.

Feijó, João de Moraes Madureira, *Ortografia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com Acerto a Língua Portuguesa*, ed. de Temo Verdelho, João Paulo Silvestre & Isabel Prates, Universidade de Aveiro, 2008.

Fernandes, Maria Alice & Esperança Cardeira, «Notas sobre a toponímia portuguesa medieval», in *Aproximacións á Variación Lexical no Dominio Galego-Portugués. Revista Galega de Filoloxía*, Monografía 11, Universidade da Coruña, 2017, pp. 149-174.

Fernández Calo, Martín, *Estado, Poder e Estruturas Políticas na Gallaecia. Séculos ii a. C. – viii d. C.*, Santiago de Compostela, Blukk

Edições, 2018.

Fernández Rei, Francisco, «A “Questione della lingua” galega», in Henrique Monteagudo (ed.), *Estudios de Sociolingüística Galega. Sobre a Norma do Galego Culto*, Vigo, Galaxia, 1995, pp. 177-195.

Fernández Rodríguez, Mauro, «Entre castellano y portugués: la identidad lingüística del gallego», in Georg Bosson & F. Báez de Aguilar González (eds.), *Identidades Lingüísticas en la España Autonómica*, Madrid, Vervuert Iberoamericana, 2000, pp. 81-105.

Fernández Sánchez, María Manuela & José Antonio Sabio Pinilla, «Tradición clásica y reflexiones sobre la traducción en la Corte de Aviz», in *Trans*, n.º 3, 1999, pp. 23-36.

Ferreira, Manuela Barros, «Vestígios do romance moçarábico em Portugal», in *Arqueologia Medieval*, Campo Arqueológico de Mértola, 1992, n.º 1, pp. 217-228.

— «Dialectologia da área galego-portuguesa», in VV.AA., *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, Lisboa, IN-CM, Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 1992, pp. 30-37.

Ferreiro, Manuel, *Gramática Histórica Galega, II. Lexicografía*, Santiago de Compostela, Edicións Laiovento, 2001.

Fonseca, António Melo da (pseud. de José de Macedo), *Antídoto da Língua Portuguesa*, Amsterdão, Em Casa de Miguel Diaz, 1710.

Fortes, Agostinho & Albino Forjaz de Sampaio, *História da Literatura Portuguesa*, Lisboa, Livraria Popular, 1936.

Franco, José Eduardo, *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e A Sua Função Política*, Lisboa, Roma Editora, 2000.

Freixeiro Mato, Xosé Ramón, «O diminutivo entre a Galiza e Portugal», in *Actas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera*, vol. 2, Universidad de Extremadura, Cáceres, 1996, pp. 101-121.

— *Os Diminutivos en Galego*, Vigo, Edicións A Nosa Terra, 1996.

— «O galego de Portugal. Algunhas observacións sobre a xénese e a denominación orixinaria do sistema lingüístico galego-portugués», in Miguel Gonçalves et al. (orgs.), *Gramática e Humanismo. Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*, vol. I, Braga, U.C.P., 2005, pp. 357-371.

— *Lingua de Calidade. Vinte Reflexións e Unha Proposta Esperanzada para un Galego con Futuro*, Vigo, Xerais, 2009.

— «As sucesivas descubertas do portugués na Galiza moderna e contemporánea na procura da utopía normalizadora», Rolf Kemmler, Barbara Schäfer-Priess, & Roger Schöntag (eds.): *Lusofone SprachWissenschaftsGeschichte*, II, Tübingen, Calepinus Verlag, 2015, pp. 77-102.

Frias Conde, Xavier, «O Galego e a Lusofonia», in António Manuel Ferreira & Maria Fernanda Brasete, *Pelos Mares da Língua Portuguesa – 2*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2015.

Gamallo, Paulo, «A etimologia de minhoca», *Portal Galego da Língua*, 30-XII--2019. Disponível em: pgl.gal/etimologia-minhoca.

García Turnes, Beatriz, *Ideas sobre o Galego e as Orixes do Portugués na Lingüística Lusa do Século XIX. Xénese e impacto en Galicia da hipótese celtista* (tese de doutoramento), Compostela, UCS, 2008. Disponível em: kit.consellodacultura.gal/web/uploads/adxuntos/arquivo/52529b1a90025-biblioavanzada12.pdf.

Garrido, Carlos, *Léxico Galego: Degradação e Regeneração*, Barcelona, Edições da Galiza, 2011.

Garrido, Carlos & Carles Riera, *Manual de Galego Científico*, Santiago de Compostela, Editora Através, 2.^a ed., 2011.

Gérios, R [Rosário]. F. Mansur, «O romance moçarábico lusitano», in *Revista de Letras*, 5/6, 1956, pp. 123-153.

Gonçalves, Maria Filomena & Ana Paula Banza, «Fontes metalinguísticas para o português clássico: O caso das Reflexões sobre a Língua Portuguesa», in *Património Textual e Humanidades Digitais: Da antiga à nova Filologia*, Évora, Publicações do Cidehus,

2013, pp. 73-112 (online).

Graña Núñez, Xosé, «O léxico patrimonial galego: algúns aspectos do seu empobrecemento», in *Cadernos de Lingua*, vol. 2, 1990, pp. 47-58.

Hermida, Carme, «Leite de Vasconcelos e o galego. Notas sobre un artigo esquecido», in *Verba*, 14, 1987, pp. 489-496.

Herrero Valeiro, Mário J., *Guerra de Grafias e Conflito de Elites na Galiza Contemporânea*, Santiago de Compostela, Através Editora, 2011.

Ilari, Rodolfo, «O português no conjunto das línguas românicas», in *Gramática do Português*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 49-66.

Janson, Tore, *História das Línguas. Uma Introdução*, prólogo de João Veloso, trad. de Fernando Vázquez Corredoira, Santiago de Compostela, Através, 2018. Ed. brasileira: *A História das Línguas*, trad. de Marcos Bagno, São Paulo, Parábola Editorial, 2015.

Kabatek, Johannes, «Koinés and scriptae», *The Cambridge History of the Romance Languages*, vol. I, Cambridge University Press, 2011, pp. 181-186.

Lagares [Diez], Xoán Carlos, «Sobre a noção de galego-português», in *Cadernos de Letras da UFF (Dossiê: Patrimônio Cultural e Latinidade)*, 35, 2008, pp. 61-82. Disponível em: www.uff.br/cadernosdeletrasuff/35/artigo4.pdf.

— «O galego em seu labirinto: breve análise glotopolítica», in *Letras*, Santa Maria, v. 21, 2011, n.º 42, pp. 97-128, jan./jun. 2011.

— «Minorias linguísticas, políticas normativas e mercados. Uma reflexão a partir do Galego», in Xoán Carlos Lagares & Marcos Bagno (orgs.), *Políticas da Norma e Conflitos Linguísticos*, São Paulo, Parábola Editorial, 2011, pp. 169-192.

— «Galego-Português-Brasileiro: os desafios de uma perspectiva histórica integrada», in Xoán Carlos Lagares & Henrique Monteagudo, *Galego e Português Brasileiro: História, Variação e*

Mudança, Niterói, Editora da UFF; Santiago de Compostela, USC, 2012.

Lapa, Manuel Rodrigues, Os Vilancicos. O Vilancico Galego nos Séculos xvii e xviii, Lisboa, Seara Nova, 1930.

— Lições de Literatura Portuguesa, 8.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1973.

— «A recuperação literária do galego», in Colóquio Letras, 13, 1973, pp. 5-14. Tb. em Grial, 41, 1973, pp. 278-287.

— A Galiza, o Galego e Portugal, in separata de Biblos, vol. LI, Coimbra, 1975.

— Estudos Galego-Portugueses. Por uma Galiza Renovada, Lisboa, Sá da Costa, 1979.

— Correspondência de Rodrigues Lapa. Selecção (1929-1985), Maria Alegria Marques et al. (orgs.), Coimbra, Minerva, 1997.

— Cartas a Francisco Fernández del Riego sobre a Cultura Galega, Vigo, Galaxia, 2001.

Larson, Pär, A Língua das Cantigas. Gramática do Galego-português, Vigo, Editorial Galaxia, 2019.

Leão, Ângela Vaz, «Questões de linguagem nas Cantigas de Santa Maria, de Afonso X, in Veredas, n.º 3, tomo I, pp. 21-32.

Leão, Duarte Nunes de (1606). Ortografia e Origem da Língua Portuguesa, ed. M. Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Imprensa Nacional, 1983.

Leerssen, Joep, «Streektaal en erkenning: een paradox en zes misverstanden», in René Appel et al. (eds.), Hartstocht in contrapunt, Amsterdam, De Bezige Bij, 2002.

Leite, Francisco José Monteiro, Nova Gramática Portuguesa para Uso dos Liceus e das Escolas Normais, Porto, Clavel e C.^a, 1882.

Leite, Sara de Almeida, Para Acabar de Vez com o Mau Português,

Barcarena, Manuscrito, 2018.

López Carreira, Anselmo, «O Reino de Galicia no remate da Idade Media», in Ramón Mariño Paz & Xavier Varela Barreiro (eds.), *A Lingua Galega no Solpor Medieval*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 2016, pp. 17-35.

Lourenço, Eduardo, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português* [1978], 9.^a ed., Lisboa, Gradiva, 2013.

— *A Nau de Ícaro, seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, 3.^a ed., Lisboa, Gradiva, 2004.

Lourenço, Frederico, *Nova Gramática do Latim*, Lisboa, Quetzal, 2019.

Machado, José Pedro, *Origens do Português*, 2.^a ed., Lisboa, Sociedade da Língua Portuguesa, 1967.

— «Origens do português do Sul», in *Revista de Portugal*, 32, 1967, pp. 134-145.

— *Vocabulário Português de Origem Árabe*, Lisboa, Editorial Notícias, 1991.

Maia, Clarinda de Azevedo, *História do Galego-Português: Estado Linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o Século xiii ao Século xvi (com referência à situação do galego moderno)*, Coimbra, INIC, 1986.

— «O galego português medieval: sua especificidade no contexto dos romances peninsulares e futura diferenciação do galego e do português», in *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, vol. I, Lisboa, APL, Colibri, 1994, pp. 33-51.

— *O Galego visto pelos Filólogos e Linguistas Portugueses* [texto de 1993], Lisboa, Colibri, 2002.

— «Carolina Michaëlis e o estudo da história do léxico do português», in Maria Manuela Gouveia Delille et al., *Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos: A sua Projecção nas Artes e nas Letras Portuguesas*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida,

2013, pp. 69-90.

— «*Sobre a perda de palavras medievais e os comentários metalinguísticos dos primeiros gramáticos portugueses*», in Emili Casanova & Cesáreo Calvo Rigual (coords.), *Actas del XXVI Congreso Internacional de Lingüística y de Filología Románicas*, vol. 4, 2013, pp. 243-256.

Marcenaro, Simone, *La Lingua dei Trobadores. Profilo Storico-Linguistico della Poesia Galego-Portuguese Medievale*, Roma, Viella, 2019.

Mariño Paz, Ramón, *Historia da Lingua Galega*, Santiago, Sotelo Blanco, 2.^a ed., 1999.

— «*Linguas prelatinas e latinización do Noroeste ibérico*», in Anxo Carrecedo & Gerardo Pereira, *Xenética e Historia no Noroeste Peninsular*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 2005, pp. 79-96.

— *Fonética e Fonoloxía Históricas da Lingua Galega*, Vigo, Xerais, 2017.

Marques, A. H. de Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa: Aspectos de Vida Quotidiana*, 5.^a ed., Lisboa, Sá da Costa, 1987.

Mateus, Maria Helena Mira, «Galego e português: uma só língua?», in *Estudos Linguísticos e Literários*, Instituto de Letras/UFBA, Salvador, n.º 5, 1986, pp. 15-31.

Mattoso, José, *A Identidade Nacional*, 3.^a ed., Lisboa, Gradiva, 2003.

Medeiros, António, *Rio de Memórias e de Esquecimentos. Nacionalismos e Antropologias na Galiza e em Portugal*, Lisboa, ISCTE, 2002.

— «Discurso nacionalista e imagens de Portugal na Galiza», in *Etnográfica*, Vol. VII (2), 2003, pp. 321-349. Tb. Disponível em: ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_07/N2/Vol_vii_N2_321-350.pdf.

— *Dois Lados de um Rio. Nacionalismo e Etnografias na Galiza e em*

Portugal, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2006.

Miranda, José Carlos Ribeiro, «O galego-português e os seus detentores ao longo do século xiii», in *e-Spania*, 13, Junho de 2012. Disponível em: e-spania.revues.org/21084.

Monteagudo, Henrique, «Portugués e galego nos gramáticos portugueses de quinhentos», in Dieter Kremer (ed.), *Actes du XVIIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1988, pp. 144-157.

— «Sobre a polémica da normativa do galego», in Henrique Monteagudo (ed.), *Estudios de Sociolingüística Galega. Sobre a Norma do Galego Culto*, Vigo, Galaxia, 1995, pp. 197-229.

— *Historia Social da Lingua Galega. Idioma, Sociedade e Cultura a través do Tempo*, Vigo, Galaxia, 1999.

— «A lingua no tempo, os tempos da lingua. O galego, entre o portugués e o castelán», in *Gallæcia. Estudos de Lingüística Galega*, 2017, pp. 17-60. Tb. Disponível em: https://www.academia.edu/35611372/A_lingua_no_tempo_os_tempos_da_lingua._O_galego_entre_o_portugu%C3%A9s_e_o_castel%C3%A1n.

— «Mirar o mar. A singularidade de Martin Codax», in *Grial*, 217, 2018, pp. 92-101.

— «Galician and the Portuguese-speaking world from the perspective of translation», in Gabriel Rei-Doval & Fernando Tejedo-Herrero (eds.), *Lusophone, Galician, and Hispanic Linguistics. Bridging Frames and Traditions*, Oxon/New York, Routledge, 2019, pp. 55-72.

Monte Carmelo, Luís do, *Compêndio de Ortografia*, Lisboa, 1767.

Monteiro, Manuel, *Dicionário de Erros Frequentes da Língua*, [Queluz], Sorega Editores, 2015.

Montero Santalha, José-Martinho, «Discurso na tomada de posse como académico-correspondente da Academia das Ciências de

Lisboa», in Boletim da AGLP, n.º 9, 2016, pp. 129-134. Tb.
disponível em: [https://www.academia.edu/38804861/
Discurso_na_tomada_de_posse_como_acad
%C3%A9mico_correspondente_da_Academia_das_Ci
%C3%A2ncias_de_Lisboa_14_de_julho_de_2016_2016_](https://www.academia.edu/38804861/Discurso_na_tomada_de_posse_como_acad%C3%A9mico_correspondente_da_Academia_das_Ci%C3%A2ncias_de_Lisboa_14_de_julho_de_2016_2016_).

Motta, I. F. Silveira da, Viagens na Galliza. Lisboa, 1889.

— Viaxes por Galicia, Vigo, Galaxia, 1994.

Moutinho, José Viale (org., trad.), De Foice Erguida. Antologia da Poesia de Combate, Coimbra, Centelha, 1978.

Murado, Miguel-Anxo, La Invención del Pasado. Verdad y Ficción en la Historia de España, 3.ª ed., Barcelona, Penguin Random House, 2013.

— Outra Idea de Galicia, 2.ª ed., Barcelona, Penguin Random House, 2016.

Neves, Marco, «Por que razão o galego é invisível para os portugueses?», in blogue Certas Palavras, 7-III-2016. Disponível em: <https://www.certaspalavras.net/por-razao-galego-e-invisivel-para-os-portugueses/>.

— A Incrível História Secreta da Língua Portuguesa, Lisboa, Guerra e Paz, Editores, 2017.

— Dicionário de Erros Falsos e Mitos do Português, Lisboa, Guerra e Paz, Editores, 2018.

— O Galego e o Português São a Mesma Língua? Perguntas Portuguesas sobre o Galego, prólogo de João Veloso, Santiago de Compostela, Através Editora, 2019.

Neto, Serafim da Silva, História da Língua portuguesa, 3.ª ed., Rio de Janeiro, Presença, 1979.

Nogueira, Carlos Filipe, «O conceito geográfico-linguístico de Galécia Maior», in Ivo de Castro (ed.), Sete Ensaios sobre A Obra de Joseph M. Piel, Lisboa, Instituto de Linguística da Faculdade de Letras, 1988, pp. 76-103.

Paiva, Manoel Joseph de, *Infermidades da Lingua, e Arte que a Ensina a Emmudecer para melhorar*, Lisboa, 1759. Disponível em purl.pt.

Pascoaes, Teixeira de, *Arte de Ser Português* [1915], Lisboa, Assírio & Alvim, 2007.

Pazos-Justo, Carlos, *A Imagem da Galiza em Portugal*, Santiago de Compostela, Através Editora, 2016.

Pereira, António das Neves, «Ensaio crítico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se serviram os nossos bons escritores do século xv e xvi, e deixaram esquecer os que depois se seguiram até ao presente», parte II, in *Memórias de Literatura Portuguesa*, V, 1793, pp. 152-252.

Peres, João Andrade & Telmo Móia, *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1995.

Peres Gonçalves, Tiago, *Breve História do Reintegracionismo*, s. l., Através Editora, 2014.

Pérez, José I., «Observaciones en torno a la desaparición de la -N- intervocálica en gallego», in *Verba*, 9, 1982, pp. 201-213.

Piel, Joseph M., «Caractères généraux et sources du lexique galicien» [1962], in *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1989, pp. 17-22.

— «Uma antiga latinidade vulgar galaica reflectida no léxico comum e toponímico de Entre-Douro-e-Minho e Galiza», in *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, t. I e II, 1975-1978, pp. 387-395.

— «Sobre a legitimidade do conceito de latinidade vulgar galaica», in *Primera Reunión Gallega de Estudios Clásicos* (24 Julio 1979), 1981, pp. 253-258.

Pinto, J. Manuel de Castro & Manuela Parreira, *Prontuário Ortográfico Moderno*, 6.^a ed., Porto, Asa, 1997.

Pinto, Paulo Feytor, *Como Pensamos a Nossa Língua e as Línguas dos Outros*, prefácio de Alfredo Margarido, Lisboa, Editorial

Estampa, 2001.

Queipo, Xavier, Papaventos, Vigo, Edicións Xerais, 2001. Ed. portuguesa: Bebendo o Mar, trad. de Dina Almeida, Porto, Deriva, 2003.

Quiroga, Carlos, Inxalá, Arnes, Edicións Laiovento, 2006. Ed. portuguesa: Inxalá. Espero por ti na Abissínia, Quid Novi, Matosinhos/Lisboa, 2008.

— A Imagem de Portugal na Galiza, Santiago de Compostela, Através Editora, 2016.

Ramos, Rui (coord.), História de Portugal, 3.^a ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

Raposo, Eduardo Paiva, «Algumas observações sobre a noção de “língua portuguesa”», in Boletim de Filologia, 29, 1984, pp. 585-593.

Real, Miguel, Introdução à Cultura Portuguesa. Séculos xiii a xix. Lisboa, Planeta, 2010.

— «Uma visão mítica da História de Portugal», in Nova Águia, n.º 14, 2014, pp. 60-65.

— Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa, Lisboa, Planeta, 2017.

Rio-Torto, Graça (coord.), Gramática Derivacional do Português, 2.^a ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 2016.

Rios Rodríguez, Raul, «Novas da Galiza, jornalismo independente em galego-português na Galiza do século xxi», in AGLP, Boletim, n.º 8, 2015, pp. 103-119.

Rodrigues, Ana Paula Leite, Nos Dois Lados do Rio Minho. O Senhorio Fronteiriço do Mosteiro da Santa Maria de Oia (séculos xii a xv), Vigo, Instituto de Estudios Vigueses, 2017.

Rosas, Fernando, «A questão galega», in Público, 24-XII-1997.

Sabio, José Antonio & M.^a Manuela Fernández, «La investigación histórica en traducción y la literatura comparada: sobre una antología peninsular de textos teóricos de traducción (siglos XIV-XVIII)», in María Rosa Álvarez Sellers (ed.), *Literatura Portuguesa y Literatura Española. Influencias y Relaciones*, Anejo n.º XXXI de Cuadernos de Filología, Universitat de València, 1999, pp. 107-116.

Sánchez Rei, Xosé Manuel, «Os falares populares portugueses dos séculos xvi-xix: información (in)directa sobre o galego da época», in M. Gonçalves et al. (orgs.), *Gramática e Humanismo. Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*, vol. I, 2005, pp. 615-630.

Santamarina, Antón, «Norma e estándar», in Henrique Monteagudo (ed.), *Estudios de Sociolingüística Galega. Sobre a Norma do Galego Culto*, Vigo, Galaxia, 1995, pp. 53-98.

Santos, Maria José de Moura, *Importação Lexical e Estruturação Semântica. Os Arabismos na Língua Portuguesa*, separata de *Biblos*, vol. LVI, Coimbra, 1980.

Sarmiento, Martín, *Sobre a Lingua Galega. Antoloxía*, ed. Henrique Monteagudo, Vigo, Galaxia, 2002.

Schroten, Jan, «Sobre el tratamiento del vocabulario culto en el gallego actual», in *Verba*, 8 [1981], 247-266.

Segura, Luísa, «Variedades dialetais do português europeu», in *Gramática do Português*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 85-142.

Sequeira, F. J. Martins, *Apontamentos acerca do Falar do Baixo-Minho*, Lisboa, edição da Revista de Portugal, 1957-58.

Silva, Rosa Virgínia Mattos e, *O Português São Dois. Novas Fronteiras, Velhos Problemas*, São Paulo, Parábola Editorial, 2005.

Silveira, Pedro da Silveira (org., trad.), *Mesa de Amigos. Versões de Poesia*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2002.

Silvestre, João Paulo, *A Língua Iluminada. Antologia do Vocabulário de Rafael Bluteau*, Lisboa, BNP/Babel, 2013.

Sletsjøe, Leif, *Le Développement de l et n en Ancien Portugais*, Oslo, Presses Universitaires, 1959.

Sousa, Bernardo Vasconcelos, in José Mattoso (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média, Temas e Debates/Círculo de Leitores*, 2010.

Souto Cabo, José António, «A crónica troiana galego-portuguesa», in *Agália*, 9, 1987, pp. 68-74.

— «Os primeiros escritos em galego-português: revisão e balanço», in *Monografia*, 9, 2014, 369-393.

Souto Cabo, José António (coord.), *Primeiros Textos em Português: Cantigas Trovadorescas, Prosa Literária e Documentação Instrumental*, da Coleção Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2017.

Taibo, Carlos, *Comprender Portugal*, 2.^a ed., Madrid, Los Libros de la Catarata, 2018.

Tavares, Sandra Duarte, *500 Erros mais Comuns da Língua Portuguesa*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015.

Tchobánova, Iovka B., «Valores semânticos das unidades lexicais sufixadas em -ice na língua portuguesa contemporânea», in *Estudios Portugueses. Revista de Filología Portuguesa*, n.º 9, Salamanca, 2009, pp. 45-58.

Teyssier, Paul, *História da Língua Portuguesa*, 5.^a ed., Lisboa, Sá da Costa, 1993.

Torres, Cláudio, «O Extremo Ocidente Ibérico», in *blogue Janus*, 1999-2000, Disponível em: <https://nabiae.blogspot.com/2011/01/o-extremo-ocidente-iberico.html>.

Torres Feijó, Elias, «Portugal nas velas do galeguismo contemporâneo: de Teófilo Braga a Manuel Rodrigues Lapa», in *Actas do I Congresso Internacional O Pensamento Luso-Galaico entre 1850 e 2000*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 371-402.

Vasconcelos, José Leite de, «Recensão a Historia de la literatura gallega de A. G. Besada», in *Revista Lusitana*, I, 1887-1889, pp. 183-185.

Vasconcelos, José Leite de, «Curso de língua portuguesa arcaica», in *Revista Lusitana*, 3, 1895, pp. 19-50.

Vaz, Rodrigues, *Os Galegos nas Letras Portuguesas*, Lisboa, Pangeia Editores, 2008.

Vázquez Corredoira, Fernando, *A Construção da Língua Portuguesa frente ao Castelhana. O Galego como Exemplo a Contrário*, Santiago, Laiovento, 1998.

— 101 Falares com Jeito, s. l., Através Editora, 2011.

Vázquez Cuesta, Pilar, «Portugal-Galicia, Galicia-Portugal: un diálogo asimétrico», in *Colóquio Letras*, 137-138, 1995, pp. 5-21.

— *O que Um Falante de Português Deve Saber acerca do Galego* (1996), Lisboa, Colibri, 2002.

Vázquez Diéguez, Ignacio, «Mudanças fonético-fonológicas do latim para o português, galego e espanhol: um confronto», in Paulo Osório (ed.), *Linguística Histórica e História do Português. Das Origens ao Século xvi*, Salamanca, Luso-Española de Ediciones, 2018, pp. 127-141.

Veiga, Alexandre, «Reaproximación estrutural a la lenición protorromance», in *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, vol. 15, (1988), pp. 17-78.

Veiga, Tomé Pinheiro da, *Fastigínia, estudo, variantes e notas de Ernesto Rodrigues*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade, 2011.

Veiga Arias, Amable, *Algunas Calas en los Orígenes del Gallego*, Vigo, Galaxia, 1983.

Venâncio, Fernando, «A questão galega e o público português. Uma experiência na Internet (1998-2001)», in Elias Torres (org.), *Actas do VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*

(Santiago, 2005), vol. I, 2008, pp. 557-570.

— sobre o debate no Terràvista, www.facebook.com/notes/fernando-ven%C3%A2ncio/testemunhos-ciber-arqueol%C3%B3gicos/1263455673703522/.

— «Uma proposta portuguesa para o léxico galego», in *Grial*, n.º 186, 2010, pp. 102-107.

— «O indesejado ditongo ão», in *Grial*, 192, 2011, pp. 88-95.

— «O espanhol proveitoso. Sobre deverbais regressivos em português», in *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. XI, 2012, pp. 6-41 [em actualização].

— «Pessoa e a Galiza: Anexar o vazio», in *Ler*, n.º 122, 2013, pp. 41 e 90-91. Tb. em *Grial*, n.º 198, 2013, pp. 116-117.

— «Airoso e castiço. Sobre o adjectivo castelhano em português (1488–1728)», in *Estudos de Lingüística Galega*, 5, 2013, pp. 103-146 [em actualização].

— «Atitudes portuguesas face ao castelhano», in Eva Guggenberger, Henrique Monteagudo, Gabriel Rei-Doval (eds.), *Contacto de Linguas, Hibrididade, Cambio: Contextos, Procesos e Consecuencias*. Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega/Instituto da Lingua Galega, 2013, pp. 315-326.

— «O português diverte-se em espanhol», in *Ler*, n.º 131, 2014, pp. 68-71.

— «José Saramago e a iberização da língua portuguesa», in Burghard Baltrush (ed.), «O que Transformou o Mundo Não Foi uma Utopia, Foi Uma Necessidade»: *Estudos sobre Utopia e Ficção em José Saramago*, Berlim, Frank & Timme, 2014, pp. 95-126.

— «O castelhano como vernáculo português», in *Limite. Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonía*, n.º 8, Universidad de Extremadura (Cáceres), 2014, pp. 127-146.

— «O passado galego do português», in *Grial*, n.º 206, 2015, pp. 89-95.

— «O Galego de todos nós», in Quilombo Noroeste, 10-III-2016.
Disponível em: aeg.gal/noticias/item/61-o-galego-de-todos-nos.

— «Lusismos y galleguismos en uso en español. Una revisión crítica», in Dolores Corbella & Alejandro Fajardo (eds.), *Español y Portugués en Contacto. Préstamos e Interferencias*, Berlin / Boston, De Gruyter/Mouton, 2017, pp. 19-36.

— «O léxico patrimonial no quinhentismo português», in Ernestina Carrilho et al. (org.), *Estudos Linguísticos e Filológicos Oferecidos a Ivo Castro*, ebook, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2019, pp. 1541-1560 (IV Congresso Internacional de Linguística Histórica, Universidade de Lisboa, Julho de 2017).

— «Nós os galegos», entrevista de Paulo Barriga, in *Ler*, n.º 153, 2019, pp. 25-36.

Ventura, António, «A Seara Nova e a Galiza», in *Estudos sobre História e Cultura Contemporânea de Portugal, Caleidoscópio/ Centro de História da Universidade de Lisboa*, Casal de Cambra, 2004, pp. 149-173.

Viaro, Mário Eduardo, «História das palavras: Etimologia».
Disponível em: museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Historia-das-palavras.pdf.

Vila, Manuel César (coord.), *Falar a Ganhar. O Valor do Galego*, s. l., Através Editora, 2013 [«José Ramom Pichel Campos, empresário informático», pp. 73-77].

Villar, Mauro, *Dicionário Contrastivo Luso-Brasileiro*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1989.

Villares, Ramón & Henrique Monteagudo, «Escrita, imprentas e bibliotecas na cultura moderna. Conversa con Fernando Bouza», in *Grial*, 197, 2013, pp. 52-61.

Virtutis Discipulus, www.youtube.com/watch?v=dEkZTVzYHEo&feature=youtu.be&fbclid=IwAR1_AgBITRcGs1xTqhfl7AyTqGVX8rVFVDyGvC0PwUbBRrfV9AZnKyyZi5I.

Lexicografia e Bases de Dados

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Corpus de Referência do Português Contemporâneo (CRPC). Disponível em: alfclul.clul.ul.pt/CQPnet.

Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM). Disponível em: cipm.fcsh.unl.pt.

Cunha, Antônio Geraldo da, Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa (cd-rom).

Davies, Mark, El Corpus del Español. Disponível em: www.corpusdelespanol.org/x.asp.

Davies, Mark, Michael J. Ferreira, O Corpus do Português, www.corpusdoportugues.org/x.asp.

Edicións Xerais de Galicia, Dicionario Xerais da Lingua, 9.^a ed., Vigo, 2014.

— Gran Dicionario Xerais da Lingua, 2 vols., Vigo, 2009.

González Seoane, Ernesto, María Álvarez de la Granja, Ana Isabel Boullón Agrelo, Dicionario de Dicionarios do Galego Medieval (DDGM), Santiago de Compostela, Instituto da Lingua Galega (cd-rom).

Grupo de investigación lingüística e literaria galega (ILLA), Glosario da Poesía Medieval Profana Galego-Portuguesa. Disponível em: glossa.gal.

Houaiss, Antônio, Mauro de Salles Villar, Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro (cd-rom).

Instituto da Lingua Galega, Corpus Xelmírez. Corpus Lingüístico da Galicia Medieval (Xelmírez). Disponível em: sli.uvigo.es/xelmirez.

Instituto da Lingua Galega, Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português. Disponível em: ilg.usc.es/tesouro.

Instituto da Língua Galega, Tesouro Medieval Informatizado da Língua Galega (TMILG). Disponível em: ilg.usc.es/tmilg.

Iriarte, Álvaro (coord.), Dicionário Editora de Espanhol-Português, Porto, Porto Editora, 2006.

Machado, José Barbosa, Dicionário dos Primeiros Livros Impressos em Língua Portuguesa, 4 vols., Braga, Edições Vercial, 2015.

Machado, José Pedro, Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, 3.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

Real Academia Española, Corpus Diacrónico del Español (CORDE) (online).

Real Academia Española. Diccionario de la Lengua Española (DRAE) (online).

Rivas Quintas, Eligio, Dicionário Etimológico da Língua Galega, Santiago de Compostela, 2015.

Santamarina, Antón, Dicionario de Dicionarios, Santiago de Compostela, Biblioteca Filolóxica Galega (cd-rom).

— Tesouro Informatizado da Língua Galega (TILG), Santiago de Compostela, Instituto da Língua Galega, ilg.usc.es/TILG.

Universidade de Coimbra, Corpus Electrónico do CELGA.
www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecppc.

Verdelho, Telmo, Luís de Camões. Concordância da Obra Toda, Coimbra, Centro Universitário de Estudos Camonianos, 2012.

Verdelho, Telmo, João Paulo Silvestre, Corpus Lexicográfico do Português (DICI). Universidade de Aveiro, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Disponível em: clp.dlc.ua.pt/DICIweb.

Agradecimentos

Um sincero e forte obrigado a quantos, no decurso de anos, com um pequeno ou grande contributo, tornaram este trabalho menos árduo.

Albert Rijksbaron

António Emiliano

Arnaldo Espírito Santo

Ben Teensma

Burghard Baltrush

Carlos Durão

Carlos Faraco

Carlos Fiolhais

Carlos Quiroga

Cláudio Torres

Dieter Messner

Dolores Corbella

Elias Torres Feijó

Esteban Caamano Castro

Evelina Verdelho

Fernando Brissos

Fernando Gomes

Francisco Fernández del Riego

Hélder Joaquim Gonçalves

Henrique Monteagudo

Joám Lopes Facal

João Camilo dos Santos

Joaquim Carneiro

Joaquim Miguel Patrício

Jorge Roque

José Cândido Oliveira Martins

José Eduardo Franco

José Luís Rodríguez

José Luís Valinha

José Mattoso

José Ramom Pichel

Manuela Barros Ferreira

Marco Neves

Marco Antônio Nunes da Silva

Marcos Bagno

Maria Filomena Gonçalves

Maria José Pereira

Maria Luísa Leal

Miguel Metzeltin

Miguel Miranda

Miguel Real

Onésimo Teotónio Almeida

Paulo Barriga

Paulo Fernández Mirás

Paulo Gamalho

Pedro Serra

Ricardo Gil

Rodrigues Vaz

Rosario Álvarez Blanco

Sandro Rocha Dias

Silvina Martins Pereira

Sónia Duarte

Telmo Verdelho

Xavier Alcalá

Xoán Carlos Lagares

Xosé Ramón Freixeiro Mato

Quero assinalar, penhorado, a inestimável revisão que a lexicógrafa Ana Salgado fez deste livro.

Um agradecimento muito particular a Henrique Monteagudo, Marcos Bagno e Marco Neves – o galego, o brasileiro e o português –, que valorizaram o manuscrito com o seu critério, a sua ciência e o seu empenho. Todo o desacerto e toda a falha que sobraem terão sido feitura minha.

«Um livro absolutamente fascinante.»

– Ricardo Araújo Pereira (humorista e autor),

Governo Sombra

—

«Temos um magnífico livro para ler: Assim Nasceu Uma Língua, de Fernando Venâncio. É um ensaio que transporta em cada linha o entusiasmo que o autor tem pelo estudo da história da nossa língua, que sabe explicar clara e concisamente o que é confuso, que avança hipóteses histórico-linguísticas ainda pouco conhecidas do grande público e que não se furta à polémica, dando gosto de ler mesmo quando não se concorda necessariamente com tudo.»

– Rui Tavares (historiador),

Público

—

«Fernando Venâncio é um linguista português de muitos saberes. Além de ser um homem culto e sábio – virtudes que nem sempre vêm juntas –, tem esse raro dom de saber contar o que sabe, que é o talento de converter o conhecimento num bem social e compartilhá-lo. Conta o nascimento do português com precisão, ligeireza e um certo humor que ajuda a desdramatizar assuntos que podiam ser, de outra forma, inutilmente polémicos.»

– Xosé Cermeño (escritor),

El Correo Gallego

—

«O relato de uma permanente inquietação: assim nos é apresentado o livro Assim Nasceu Uma Língua, de Fernando Venâncio, sobre as origens do português. E essa inquietação levou-o a concluir, aos 74 anos, uma obra a que nenhum linguista ainda se abalançara, embora pudesse tê-lo feito.»

– Nuno Pacheco (jornalista),

Ípsilon, Público

—

«Um livro bem documentado que faz subir o moral.»

– Manuel Veiga Taboada (jornalista e escritor),

Nós Diário, de Santiago de Compostela

—

«Se a ideia era observar as palavras, a missão foi cumprida a preceito. Sem nunca se tornar fastidioso ou aborrecido, este livro propõe de facto uma abordagem lexical muito abrangente.»

– José Mário Silva (crítico literário e poeta),

Expresso

—

«Do princípio ao fim, o estilo pode surpreender, porque o tema era, até há poucos anos, dos mais sisudos, pelo menos, para quem o vê de fora dos círculos académicos; mas não decepciona quem já conhece este autor e procura uma abordagem irónica e não raro provocatória.»

– Carlos Rocha (linguista),

Ciberdúvidas

—

«Um livro fascinante, culto, complexo, mas, ao mesmo tempo didático, acessível a qualquer falante do português. A obra, cheia de exemplos e curiosidades, não teme polémicas nem humor.»

– Joana Emídio Marques (autora e crítica literária),

Observador

